

SER Social

Brasília (DF), v. 25, nº 51, julho a dezembro de 2022

PANDEMIA DE COVID-19 E POLÍTICAS SOCIAIS



Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social
Departamento de Serviço Social
Universidade de Brasília (UnB)

SER Social

Brasília (DF), v. 25, nº 51, julho a dezembro de 2022

© Copyright by *SER Social* (versão eletrônica)

Todos os direitos editoriais são reservados para a revista *SER Social*. Nenhuma parte da revista pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida por quaisquer meios ou formas existentes ou ser criada sem a prévia permissão por escrito da Comissão Editorial ou sem constarem os créditos de referência, de acordo com as leis de direitos autorais vigentes no Brasil. As opiniões e os conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão, a adequação e a procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade das(os) autoras(es), não refletindo necessariamente a posição da Comissão Editorial. *SER Social* – Periódico Semestral do Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília.

Editora-Chefe

Lucélia Luiz Pereira, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasil.

Comissão Editorial

Camila Potyara Pereira, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília. Brasil.

Cristiano Guedes, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília. Brasil.

Hayeska Costa Barroso, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília. Brasil.

Conselho Editorial

Ana Elizabete Mota (UFPe/Recife-Brasil);

Denise Bomtempo Birche de Carvalho (Professora Emérita da UnB/Brasília-Brasil);

Domenico Carriero (Università degli Studi di Roma “La Sapienza”/Roma-Itália);

Elaine Rosseti Behring (UERJ/Rio de Janeiro-Brasil);

Fernanda Rodrigues (Universidade do Porto/Porto-Portugal);

Graciela di Marco (Universidad Nacional San Martín/Buenos Aires-Argentina);

Ivanete Boschetti (UFRJ/Rio de Janeiro-Brasil);

Ivete Simionato (UFSC/Santa Catarina-Brasil);

Jorge Luis Acanda (Universidad de La Habana/Habana-Cuba);

José Geraldo de Sousa Júnior (UnB/Brasília-Brasil);

Luis Moreno (Instituto de Políticas y Bienes Públicos/Madrid-Espanha);

Maria Carmelita Yazbeck (PUC/São Paulo-Brasil);

Peter Abrahamson (University of Copenhagen/Copenhagen-Dinamarca);

Vicente Faleiros (Professor Emérito da UnB/Brasília-Brasil; UCB/Brasília-Brasil);

Yolanda Guerra (UFRJ/Rio de Janeiro-Brasil).

Equipe de apoio: Rebeca Loliola Vieira (estagiária)

Revisão gramatical: Paulo Castro (Books Maze Publishing House)

Diagramação e programação visual: Books Maze Publishing House

Imagem da capa: “Parecia sufocada pelo ímpeto de suas glândulas” (óleo sobre tela de Clarice Gonçalves, 2022)

SER Social

Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social
Departamento de Serviço Social
Universidade de Brasília (UnB)

Brasília (DF), v. 25, nº 51, julho a dezembro de 2022

PANDEMIA DE COVID-19 E POLÍTICAS SOCIAIS

EDITORIAL

CRISE SANITÁRIA E POLÍTICAS SOCIAIS | HEALTH CRISIS AND SOCIAL POLICIES

Lucélia Luiz Pereira
Camila Potyara Pereira
Cristiano Guedes
Hayeska Costa Barroso

279

ARTIGOS TEMÁTICOS | THEMATIC ARTICLES

Covid-19 e proteção social: respostas de governos nacionais à garantia de emprego e renda na América Latina / Covid-19 and social protection: national government responses to securing employment and income in latin America / Covid-19 y protección social: respuestas de gobiernos nacionales para la garantía de empleo e ingresos en América Latina.

Valentina Sofia Suárez Baldo
Mônica de Castro Maia Senna
Aline Souto Maior

282

O Auxílio Emergencial no Brasil durante a pandemia por Covid-19 / Emergency Aid in Brazil during Covid-19's pandemic / Auxilio de Emergencia en Brasil durante la pandemia por Covid-19.

Aline Fardin Pandolfi
Dayeny Karyne Cordeiro Sabino Braga
Fabiola Xavier Leal
Rafael da Silva Barbosa
Rodrigo Emmanuel Santana Borges

305

Trabalho remoto em uma universidade: condições de trabalho, sobrecarga e assédio moral / Remote work at a university: working conditions, overload and moral harassment / Trabajo a distancia en una universidad: condiciones laborales, sobrecarga y acoso moral.

Tatiana dos Anjos Magalhães
Lúcia Rotenberg

326

A realidade das(os) estudantes de Serviço Social da UERJ na pandemia / The reality of UERJ Social Work students in pandemic / La realidad de las(os) estudiantes de Trabajo Social de la UERJ en la pandemia.

Paula Bonfim

Graziela Scheffer Machado

345

População em situação de rua na pandemia: desdobramentos da crise do capital / Homeless population in the pandemic: unfolding of the capital crisis / Población sin hogar en la pandemia: desdoblamiento de la crisis del capital.

Elaine Teixeira Alves dos Santos

Fernanda de Oliveira Sarreta

364

Antropologia e Serviço Social: *interseccionalidade* e a crise humanitária de 2020 / Anthropology and Social Work: *intersectionality* and the humanitarian crisis of 2020 / Antropología y Trabajo Social: la interseccionalidad y la crisis humanitaria de 2020.

Maria Amoras

Andrea Mello Pontes

385

ENTREVISTA | INTERVIEW

A pandemia de Covid-19 no Brasil e os desafios na garantia da saúde da população negra / The Covid-19 pandemic in Brazil and the challenges in ensuring the health of the black population / La pandemia de Covid-19 en Brasil y los desafíos para garantizar la salud de la población negra.

Entrevistada: Edna Maria de Araújo

Entrevistadora: Lucélia Luiz Pereira

Entrevistador: Cristiano Guedes

408

ARTIGOS DE TEMAS LIVRES | FREE THEME ARTICLES

Ensaio para uma formação antirracista no Serviço Social / Essay about anti-racist training in Social Work / Prueba de formación antirracista en Trabajo Social.

Carmen Ferreira Corato Costa

428

Questão social e questão racial na formação em serviço social: debate necessário / Social issue and racial issue in Social Work training: necessary debate / Cuestión social y racial em la formación en Trabajo Social: discusión necesaria.

Daniela Ferrugem

Loiva Mara de Oliveira Machado

446

As expressões da “questão social” no âmbito escolar: contribuições do Serviço Social / The expressions of “social issues” in the school area: contributions from Social Work / Las expresiones de los “cuestión sociales” en el área escolar: aportes de la Servicio Social.

Ranyellen Félix de Souza
Aline Maria Batista Machado

464

A saúde dos trabalhadores em O Capital / Workers’ health in Capital / La salud de los trabajadores en El Capital.

Diego de Oliveira Souza
Paulo Victor Rodrigues de Azevedo Lira

490

Serviço Social, pessoa com deficiência e Direitos Humanos / Social Service, people with disabilities and Human Rights / Servicio Social, personas discapacitadas y los Derechos Humanos.

Viviane Cristina Silva Vaz Ribeiro
Nayara Hakime Dutra Oliveira

510

RESENHA | REVIEW

Impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia / Social impacts of Covid-19 in Brazil: vulnerable populations and responses to the pandemic / Impactos sociales del Covid-19 en Brasil: poblaciones vulnerables y respuestas a la pandemia.

Talita Santos de Oliveira

526

RESUMOS DE DISSERTAÇÕES E TESES | ABSTRACTS OF DISSERTATIONS AND THESES | RESÚMENES DE DISERTACIONES Y TESIS

532

CONSULTORES(AS) AD HOC DA SER SOCIAL | SER SOCIAL AD HOC CONSULTANTS

564

SER Social

PANDEMIA DE COVID-19 E POLÍTICAS SOCIAIS
Brasília (DF), v. 25, nº 51, julho a dezembro de 2022

EDITORIAL

Crise Sanitária e Políticas Sociais

O Brasil possui um modelo de desenvolvimento econômico neoliberal excludente, que produz consequências danosas tanto sociais quanto econômicas, levando a população brasileira ao empobrecimento e à redução dos investimentos em políticas de proteção social. Em decorrência desse processo, o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, com uma alta concentração de renda, acompanhada de índices crescentes de desemprego e insegurança alimentar dos brasileiros e das brasileiras. A redução dos gastos sociais, as contrarreformas fundamentadas em ajustes fiscais e o incentivo à mercantilização do acesso às políticas sociais provocam a fragilização dos direitos sociais garantidos na Constituição de 1988 e desigualdades no acesso a bens e serviços, bem como desvantagens em várias dimensões da vida.

Nesta conjuntura, surgiu o vírus da Covid-19, na China, em dezembro de 2019, que se espalhou pelo mundo, o que provocou uma crise sanitária internacional: a pandemia de Covid-19. Inúmeras investigações têm estudado os efeitos da pandemia, considerando diversos marcadores sociais, como classe, gênero, raça e deficiência, uma vez que ocorre uma agudização das desigualdades sociais, atingindo – de distintas formas – os grupos sociais que conformam o Brasil. Em 6 de julho de 2022, o Brasil atingiu a marca de mais de 32,7 milhões de pessoas contaminadas e mais de 673 mil óbitos em decorrência da doença. Percebe-se que os impactos da pandemia têm sido mais desfavoráveis para as populações mais

vulneráveis, dentre elas negros, mulheres, pessoas em situação de rua, residentes em periferias e favelas, indígenas, quilombolas, dentre outras.

Portanto, considera-se que este cenário de crise existente no País e as consequências danosas da pandemia de Covid-19 vêm não só alterando a formulação e a implementação das diversas políticas sociais (como as de saúde, educação, assistência social, trabalho e renda), como também traz desafios a serem enfrentados no pós-pandemia. A pandemia evidenciou o fracasso do modelo neoliberal, que acumula riqueza, defende direitos individuais e enfraquece os direitos sociais da população brasileira. O principal desafio pós-crise sanitária é enfrentar as desigualdades sociais agudizadas durante a pandemia e preservar a saúde como um direito universal, a ser viabilizado por meio do SUS com recursos suficientes, além de proteger socialmente a população com a ampliação de políticas sociais e maior intervenção do Estado.

Este contexto desafiador tem provocado estudos, reflexões e análises, que buscam compreender a pandemia em suas várias dimensões, considerando ser um fenômeno complexo e multifacetado, que exige respostas e intervenções por parte tanto do Estado quanto dos distintos setores sociais, como movimentos sociais, organizações da sociedade civil e universidades. Neste sentido, a Revista SER Social, nesta edição de número 51, traz o tema “Pandemia de Covid-19 e Políticas Sociais”, buscando dialogar com outros estudos que objetivam analisar os efeitos da pandemia e a implementação de políticas sociais. Na última década, as epidemias surgidas em diferentes partes do mundo foram superadas ou – melhor – controladas com o apoio tanto de estudos biomédicos e epidemiológicos quanto também de pesquisas qualitativas e análises teóricas capazes de mostrar as dimensões sociais e éticas envolvidas em crises sanitárias e seus significados na vida das populações.

A edição traz uma coletânea de artigos diversificados e apresenta, na sessão de artigos temáticos, distintas dimensões da pandemia de Covid-19, incluindo pesquisas empíricas e teóricas de diferentes estados brasileiros, abrangendo as políticas de assistência social, trabalho e educação. Assim, o número abre a seção temática com seis artigos, que interseccionam a discussão da pandemia da Covid-19 em diferentes contextos, a partir do debate sobre políticas de proteção social, auxílio emergencial, emprego e renda, educação e condições de vida da população em situação de rua. A seção temática é finalizada com uma análise sobre contribuições da Antropologia para o campo

disciplinar do Serviço Social e a formação de futuras gerações de assistentes sociais.

A edição traz, ainda, uma entrevista com a professora Edna Maria Araújo, realizada pela professora Lucélia Pereira e pelo professor Cristiano Guedes. A entrevistada aborda os desafios na garantia da saúde da população negra durante a pandemia e revela que os efeitos da Covid-19 foram mais danosos para esse grupo populacional. Além disso, discute as medidas adotadas para garantir, a negras e negros, o direito à saúde durante a pandemia.

A seção de artigos de temas livres traz cinco textos, que abarcam um espectro amplo de temas. Nesse sentido, inicia com dois textos, um que discute a formação antirracista do Serviço Social e outro que traça a relação entre questão social e questão racial na formação de assistentes sociais. O terceiro artigo aborda elementos para o diálogo sobre as contribuições do Serviço Social para discutir a questão social no âmbito escolar. Já no quinto texto, os autores discutem a saúde dos trabalhadores na obra “O Capital”. A seção finaliza com um artigo sobre Serviço Social, pessoa com deficiência e Direitos Humanos.

Na última seção da revista, é apresentada a resenha do livro: “Impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia”, coletânea organizada pelo Observatório Covid-19 da Fiocruz, com a colaboração da Rede Covid-19 Humanidades MCTI, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A obra objetiva desvendar as repercussões da pandemia de Covid-19 no Brasil, contribuindo para a sua compreensão como fenômeno múltiplo e complexo e que impacta de forma diferente a população brasileira.

Esperamos que nossas leitoras e nossos leitores apreciem a leitura, aproveitem as reflexões levantadas no amplo espectro de temáticas abordadas nesta edição e que a obra contribua para a análise da conjuntura sobre os desafios na garantia dos direitos sociais da população brasileira, que tem sofrido de forma desproporcional os efeitos da pandemia de Covid-19.

Comissão Editorial

Lucélia Luiz Pereira – Editora (Orcid: 0000-0001-9722-143X)

Camila Potyara Pereira (Orcid: 0000-0003-1117-2468)

Cristiano Guedes (Orcid: 0000-0001-6908-2604)

Hayeska Costa Barroso (Orcid: 0000-0002-8280-7187)

SER Social

PANDEMIA DE COVID-19 E POLÍTICAS SOCIAIS
Brasília (DF), v. 25, nº 51, julho a dezembro de 2022

Covid-19 e proteção social: respostas de governos nacionais à garantia de emprego e renda na América Latina

Covid-19 and social protection: national government responses to securing employment and income in latin America

Covid-19 y protección social: respuestas de gobiernos nacionales para la garantía de empleo e ingresos en América Latina

Valentina Sofia Suárez Baldo¹

<https://orcid.org/0000-0002-0895-7582>

Mônica de Castro Maia Senna²

<https://orcid.org/0000-0003-2161-7133>

Aline Souto Maior³

<https://orcid.org/0000-0002-5864-4234>

Recebido em: 30/04/2022

Aprovado em: 21/06/2022

1 Assistente Social. Mestre e Doutora em Política Social. Bolsista de Pós-Doutorado em Saúde Coletiva – Instituto de Medicina Social/Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8006933686170272>.

2 Assistente Social. Mestre e Doutora em Ciências – Saúde Coletiva. Pós-Doutoranda em Saúde Coletiva pela Fiocruz. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Política Social – Escola de Serviço Social – Universidade Federal Fluminense (UFF). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6254529022390636>.

3 Assistente Social. Mestre em Política Social. Doutora em Ciências Sociais. Assistente Social do Instituto Nacional de Cardiologia. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6300358864895300>.

4 Esta pesquisa recebeu recursos de Bolsa Produtividade em Pesquisa do CNPq de uma das autoras.

Resumo: A irrupção da pandemia de Covid-19 provocou uma contundente deterioração da economia mundial e a exacerbação dos níveis de desemprego, pobreza e desigualdade. Na América Latina, a situação ganhou contornos dramáticos, face ao quadro de forte recessão experimentado a partir dos anos de 2010, associado a traços histórico-estruturais da região, como alto grau de informalidade da força de trabalho e sistemas de proteção social frágeis e incompletos. Diante deste cenário, o artigo tem como objetivo examinar como os governos nacionais do México, da Argentina e do Brasil têm respondido à necessidade de proteção ao trabalho e à garantia de renda. A identificação das respostas de cada país se deu a partir de pesquisa bibliográfica e de levantamento documental, além de consultas a dados secundários. A análise considerou as características estruturais do mercado de trabalho, o legado prévio das políticas de proteção social e a orientação político-ideológica dos governos em turno.

Palavras-chave: Covid-19. América Latina. Proteção social. Mercado de trabalho.

Abstract: The Covid-19 pandemic provoked a harsh deterioration of global economy and exacerbation into levels of unemployment, poverty and inequality. In Latin America, the situation took on dramatic contours, due to severe recession experienced from the 2010s, associated with historical-structural traits in the region, such as a high degree of informality in the workforce and fragile social protection systems. Given this scenario, the article aims to examine how the national governments of Mexico, Argentina and Brazil have responded to needs to protected work and guaranteed income. The identification of responses from each country was based on bibliographic research and documental survey, in addition to consultations with secondary data. The analysis considered the structural characteristics of the labor market, the previous legacy of social protection policies and the political-ideological orientation of the governments in turn.

Keywords: Covid-19. Latin America. Social protection. Job market.

Resumen: La irrupción de la pandemia de Covid-19 provocó un contundente deterioro de La economía mundial y la exacerbación de los niveles de desempleo, pobreza y desigualdad. En América Latina, la situación fue dramática, frente al cuadro de fuerte recesión experimentado desde los años 2010, asociado a trazos histórico-estructurales de

la región, como alto grado de informalidad de la fuerza de trabajo y sistemas de protección social frágiles e incompletos. Ante este escenario, el artículo busca examinar cómo los gobiernos nacionales de México, Argentina y Brasil han respondido a la necesidad de protección del empleo y los ingresos. La identificación de las respuestas de cada país fue realizada a partir de revisión bibliográfica y documental, además de consulta de datos secundarios. El análisis considero las características estructurales del mercado de trabajo, el legado previo de las políticas de protección social y la orientación político-ideológica de los gobiernos de turno.

Palabras clave: Covid-19. América Latina. Protección social. Mercado de trabajo.

INTRODUÇÃO

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia de Covid-19, alertando para a necessidade de conter sua disseminação. A chegada da pandemia coincide com o contexto da crise estrutural do capital, iniciada nos anos de 1970 e aprofundada em 2008, a partir da crise do *subprime*⁵, caracterizando uma longa onda recessiva, nos termos de Mandel (1990). Aumento do desemprego, crescimento da pobreza e acirramento das desigualdades sociais são algumas das expressões dessa crise.

Embora não seja fator determinante, a pandemia catalisou os efeitos da crise, provocando a deterioração da economia mundial, comparável, para alguns autores (CARDOSO, 2020), à Grande Depressão de 1929. Projeções do Banco Mundial (WORLD BANK, 2022) apontam tendência de desaceleração da economia global, com previsão de crescimento de 4,1% em 2022 e 3,2% em 2023. Nos países periféricos, a previsão indica recuo do crescimento econômico para 3,8% em 2022 e 2,3% em 2023, com perspectiva de recuperação lenta e desigual no período pós-Covid-19.

5 Em linhas gerais, pode-se dizer que a crise do *subprime* teve início em julho de 2007, com a queda do índice Dow Jones e a quebra de um dos mais tradicionais bancos de investimentos dos Estados Unidos, o Lehman Brothers, o que gerou um efeito dominó nas bolsas de valores de todo o mundo. Tratou-se de uma crise financeira provocada pela concessão desenfreada de empréstimos hipotecários de alto risco, o que levou vários bancos a uma situação de insolvência e mais de oito milhões de pessoas a perderem seus empregos e suas casas, apenas nos Estados Unidos. Para uma análise crítica da crise do *subprime*, ver Mello (2018).

Os níveis de pobreza e desigualdade social foram exacerbados com a pandemia. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimou uma taxa de desemprego global de 5,7% para o ano de 2022, atingindo mais de 200 milhões de pessoas no mundo (ILO, 2021), afetando mais os trabalhadores informais, negros, mulheres e jovens. Por outro lado, segundo a Oxfam, a fortuna dos 10 homens mais ricos do mundo dobrou nos dois primeiros anos da pandemia, contrastando com a queda de renda de 99% da população, empurrando mais de 160 milhões de pessoas para a pobreza (OXFAM, 2022).

Na América Latina, região marcada pela inserção periférica na ordem capitalista e por altos níveis de desigualdade social, a eclosão da pandemia ganha contornos dramáticos, face à recessão iniciada nos anos de 2010, após o curto interregno da chamada “onda rosa”⁶, associada à adoção de medidas de austeridade, cortes nos gastos públicos e desmonte dos frágeis e incompletos sistemas de proteção social. Heterogeneidade estrutural, alto grau de informalidade da força de trabalho, restrita cobertura de regulações trabalhistas, limites ao incremento de produtividade e debilidade política dos principais atores sociais são traços histórico-estruturais da região, conforme apontado por Weller (2011), contribuindo para que a combinação entre trabalho formal assalariado, seguridade social e organização sindical, típica dos *Welfare States* dos países centrais, não caracterize a parcela majoritária da força de trabalho latino-americana.

O fim da onda expansionista (MANDEL, 1990) explicitou os efeitos adversos do padrão desenvolvimentista de substituição de importações adotado na região desde os anos de 1930, cuja herança inclui dívida externa, altos índices de inflação, recessão econômica e elevadíssima concentração de renda, com arrocho salarial, carestia e degradação das condições de vida da população do continente, não obstante os avanços em termos de desenvolvimento econômico desses países, com expansão da industrialização, constituição de um mercado de trabalho urbano assalariado e formação de um mercado consumidor (MATTEI; SANTOS JR, 2009). A partir dos anos de 1970, a crise do capital e os processos de reestruturação produtiva, associados, nas

6 *Onda rosa* é uma expressão cunhada pela Ciência Política para designar o período iniciado nos anos 2000, quando coalizões políticas de orientação progressista assumiram os governos de diferentes países latino-americanos e implantaram políticas sociais voltadas à redução da pobreza e das desigualdades sociais, revitalização industrial, estímulo ao desenvolvimento tecnológico e ampliação da cidadania, mas sem alterar as estruturas econômicas da região (BALESTRO; MONTEIRO, 2019).

décadas seguintes, ao avanço do receituário neoliberal nos diferentes países, impuseram um conjunto de reformas estruturais de ajuste macroeconômico, por meio da desregulamentação do mercado e das relações de trabalho e do controle dos gastos públicos (POCHMANN, 2020). Os custos sociais dessas medidas foram desemprego em massa, precarização do trabalho, aprofundamento das desigualdades sociais e da pobreza. Dados da CEPAL (2010) indicam que as taxas de pobreza e extrema pobreza atingiram, respectivamente, 48,3% e 22,5% da população regional na década de 1990.

Mesmo o cenário mais favorável dos anos 2000, com a retomada do crescimento econômico na região, acompanhada de redução da pobreza e discreta diminuição dos níveis de desigualdade social – relacionados com a melhoria da economia global, graças à alta das *commodities* e a medidas anticíclicas adotadas com a ascensão de governos mais progressistas na região –, não foi capaz de reverter esse quadro, novamente abalado pela crise de 2008, cujos efeitos se disseminaram na região mais tardiamente. Na pandemia, as economias latino-americanas mergulham em recessão, apresentando projeções de queda no crescimento de 9% em 2020 (CEPAL, 2020). Os efeitos sobre o mercado de trabalho são preocupantes. A taxa de desemprego regional para o mesmo ano foi estimada em 13,5%, elevando o número de habitantes em situação de pobreza para 231 milhões (37,3% da população) e o de pessoas em extrema pobreza para 96,2 milhões, 15,5% do total da população regional (CEPAL, 2020).

Diante deste cenário, cabe perguntar como os governos nacionais da região têm respondido à necessidade de proteção do trabalho e à garantia de renda, preocupação central do presente artigo. Assim, o texto toma como referência os casos argentino, mexicano e brasileiro, considerando o período de 2020 e 2021. A escolha se deu em função da diversidade de respostas construídas no enfrentamento à pandemia, apesar de algumas características socioeconômicas semelhantes, como considerável nível de industrialização, renda *per capita* acima da média na região e estrutura social profundamente desigual. Os três têm importância estratégica geopolítica mundial e, juntos, somavam mais de 68% do PIB de toda a América Latina em 2021⁷.

A identificação das respostas de cada país se deu a partir de pesquisa bibliográfica e de levantamento documental (legislação e

7 Cálculo próprio a partir dos dados disponíveis em Statista. Disponível em: <<https://es.statista.com/estadisticas/1065726/pib-por-paises-america-latina-y-caribe/>>. Última consulta em: 20 jun. 2022.

notícias), além de consulta a dados secundários disponíveis em fontes oficiais dos países, a fim de obter informações sociais sobre o mercado de trabalho e sobre a pandemia de Covid-19: Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC), na Argentina; Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI) e Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social (CONEVAL), no México; e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), além de agências multilaterais como a CEPAL e o Banco Mundial. A análise considerou as características estruturais do mercado de trabalho, o legado prévio das políticas de proteção social e a orientação político-ideológica dos governos em turno.

Para fins de exposição, o artigo encontra-se dividido em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira descreve as principais medidas adotadas pelos governos de cada país em termos de proteção ao trabalho e à garantia de renda no contexto da pandemia de Covid-19. Na segunda seção, são analisados alguns processos que incidem na formatação das respostas construídas, examinando como favoreceram ou constrangeram tais respostas.

AS RESPOSTAS DOS GOVERNOS NACIONAIS PARA A PROTEÇÃO AO TRABALHO E A GARANTIA DE RENDA

Antes da pandemia de Covid-19, o mercado de trabalho argentino já apresentava sinais de deterioração, cujas raízes estão em processos estruturais delineados na década de 1970. Houve fortes impactos sobretudo a partir dos anos de 1990, auge da implementação de políticas neoliberais, quanto na conjuntura iniciada em 2018, com crise cambiária, aumento da dívida externa, desvalorização da moeda e altos índices de inflação (JACOVKIS et al., 2021). Em fins daquele ano, o trabalho informal representava 49,3% da população ocupada (DONZA, 2019). O desemprego, medido em 31 aglomerados urbanos pelo Instituto Nacional de Estadísticas y Censos, alcançava 10,4% no primeiro semestre de 2019 (INDEC, 2020a). No mesmo período, a pobreza e a indigência, também medidas em aglomerados urbanos, eram de 35,4% e 7,7%, respectivamente (INDEC, 2020b).

Durante a pandemia, em função das restrições da atividade econômica e das medidas de isolamento obrigatório, problemas estruturais do mercado de trabalho (como a heterogeneidade, o desemprego e a informalidade) foram agudizados, impactando negativamente a renda das famílias e aumentando a pobreza. As repercussões estiveram desigualmente distribuídas entre a população, sendo mais afetados os trabalhadores de baixa qualificação e os informais, assim como famílias com jovens menores de 29 anos (LANGOU et al., 2021). No terceiro trimestre de 2020, o emprego das pessoas com ensino fundamental incompleto teve uma redução interanual de 28%, enquanto o daquelas com estudos universitários caiu 7,6%. O emprego assalariado informal teve queda de 30%, bem maior do que a redução observada no emprego assalariado formal, de 5,2% (MERA et al., 2021, *apud* LANGOU et al., 2021). Entre o primeiro e o segundo semestre de 2020, o desemprego aumentou 2,7% (INDEC, 2020a). No primeiro semestre de 2020, a pobreza aumentou 5,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto a indigência cresceu 2,8% (INDEC, 2020b).

Diante desse quadro, o governo implantou diversas medidas emergenciais, numerosas – se comparadas com outras experiências nacionais –, mas não conseguiu enfrentar esses problemas de forma suficiente ou esbarrou no seu caráter estrutural. Para proteger as fontes de emprego formal, proibiram-se as demissões sem causa e as suspensões unilaterais. Empresas afetadas pela pandemia que cumprissem uma série de requisitos poderiam solicitar apoio ao programa de Assistência de Emergência ao Trabalho e à Produção (ATP), que pagava 50% dos salários e prorrogava ou reduzia as contribuições patronais ao sistema previdenciário. Foram outorgadas transferências extraordinárias mensais para trabalhadores da saúde pública e privada e para docentes do ensino fundamental e médio. Também aumentou o salário mínimo (SENNA et al., 2021).

Para a proteção da renda de desempregados e trabalhadores informais, entre os quais beneficiários da principal política de transferência condicionada de renda (*Asignación Universal por Hijo* – AUH), trabalhadores autônomos de baixa renda e empregadas domésticas (CHENA; ROIG, 2020), o governo implantou uma transferência monetária chamada *Ingreso Familiar de Emergencia* (IFE), que consistiu em três auxílios, outorgados entre abril e agosto de 2020 (CEPAL, 2022),

de 10 mil pesos argentinos cada um (aproximadamente, USD119)⁸, o equivalente a 59,3% do salário mínimo desse momento (DETTANO; CENA, 2021). A última dessas transferências alcançou 44% da população economicamente ativa (DETTANO; CENA, 2021). Para beneficiários da AUH e aposentados houve também gratificações especiais, cartão-alimentação e distribuição de cestas de alimentos (SENNA et al., 2021).

Também foram proibidos cortes de serviços públicos por falta de pagamento (água, gás, eletricidade) e a posterior inclusão da *internet*, da telefonia celular e da TV a cabo nesse rol. Foram congelados aluguéis e créditos hipotecários, foram estendidos os prazos de vigência de contratos de aluguel, foram proibidos os despejos e foi relançado o *Programa Procrear* (implementado, em 2012, pelo governo de Cristina Fernández de Kirchner), que outorga créditos para construção, reparação ou ampliação da vivenda, além de ter sido criado um programa de controle de preços dos materiais de construção. Além disso, foi criado o *Programa Acompañar*, de assistência econômica a vítimas de violência de gênero, e foram lançados programas para pessoas com deficiências e suas famílias (SENNA et al., 2021).

O México, como as sociedades capitalistas periféricas, enfrenta o problema do desemprego estrutural. Morales (2020) salienta que a desindustrialização do país vem se desenvolvendo desde os anos de 1980; porém, de forma mais acentuada na atualidade. A situação é especialmente grave, pois o país nunca alcançou o pleno emprego, a proteção social não se universalizou de forma independente da condição laboral e as combinações entre classe, etnia e gênero conformam padrões graves de desigualdade social.

Tendo-se claro esse panorama, constata-se que a pandemia agravou a situação do país, o que se verifica nos dados do *Instituto Nacional de Estadística y Geografía* (INEGI), a partir da *Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo* (ENOE) de fevereiro de 2022. A População Economicamente Ativa (PEA), formada por pessoas de 15 anos ou mais disponíveis para o trabalho, foi de 58,2 milhões, 1,1 milhão a mais do que em fevereiro de 2021, o que representa 58,7% da população

8 O artigo tomou por referência as cotações do dólar estadunidense em relação às moedas dos três países estudados referentes ao mês de dezembro de 2020, período em que os programas de enfrentamento à pandemia já estavam em curso. Essa escolha busca estabelecer um panorama minimamente comparativo, mas sem esgotá-lo, já que os limites deste artigo impedem uma análise mais detalhada sobre os valores transferidos e sua relação com o custo de vida dos diferentes países. A cotação utilizada é do dia 30/12/2020, disponível em: <<https://pt.exchange-rates.org/Rate/USD/ARS/31-12-2020>>. Última consulta em: 21/06/2022.

(INEGI, 2022a). Do total da PEA, 56,1 milhões de pessoas se encontravam ocupadas, um incremento de 3,3 milhões com relação a fevereiro de 2021. Já a população desocupada foi de 2,2 milhões de pessoas e a taxa de desocupação correspondeu a 3,7% da PEA, com uma redução, em comparação a fevereiro de 2021, de apenas 0,7% (INEGI, 2022a).

Os dados se referem à ocupação, o que à primeira vista faz parecer que os números são melhores do que realmente são, já que, ao medir ocupação, o que se comprova é que a população, que não tem outros meios de subsistência, sem dúvida trabalha. A questão é: em que circunstâncias? E com que grau de proteção social?

A pesquisa demonstra que, para fevereiro de 2022, o quantitativo de trabalhadores na informalidade alcançou 30,6 milhões de pessoas, o que equivale a 54,6% (INEGI, 2022a). Esse número subiu em alguns momentos da pandemia: no último trimestre de 2020, a informalidade atingia 55,4% e, no último trimestre de 2021, 55,8% dos trabalhadores (INEGI, 2022a). Além da informalidade, a precariedade das condições de vida da classe trabalhadora pode ser verificada pela remuneração, já que, do total de trabalhadores ocupados, 33,4% recebem até 1 salário mínimo e 32,5% recebem entre 1 e 2 salários mínimos (INEGI, 2022b).

A partir da *ENOE* realizada para o último trimestre de 2021, o *Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social* (CONEVAL) estimou que 40,3% da população ocupada ganhava menos do que o valor da cesta básica alimentar. Esse dado mostra uma melhoria em relação a 2020, quando no terceiro trimestre chegou a 46%, mas distante do já alto índice anterior à pandemia, que era de 36,6%⁹.

A pesquisa nacional sobre renda e gastos dos lares mexicanos, realizada pelo INEGI, coincidiu com o ano inicial da pandemia e suas informações refletem esse contexto. O CONEVAL (2022) mostra que, entre 2016 e 2020, há um incremento da pobreza avaliada na perspectiva da renda (o México tem longa tradição de medição da pobreza numa perspectiva multidimensional, que desagrega essa avaliação pelo acesso não só à renda, como serviços e direitos sociais), passando a pobreza extrema de 14,9% da população para 17,2% e a pobreza de 50,8% para 52,8% da população do país.

9 Informação disponível em: <https://www.coneval.org.mx/Medicion/Paginas/ITLP-IS_pobreza_laboral.aspx>. Última consulta em: 30/04/2022.

Ações mais específicas de enfrentamento à Covid-19, no que se refere à proteção da renda e do trabalho, foram as seguintes¹⁰: (I) *Apoyos Financieros a Microempresas y Trabajadores Independientes*, empréstimos de 25 mil pesos mexicanos (cerca de USD 1256,344)¹¹, pagos em cotas; (II) *Mercado Solidario*, plataforma do governo que estabeleceu um mercado virtual no qual micro, pequenas e médias empresas podem encontrar mercados e consumidores e negociar seus produtos e serviços; (III) *Tandas para el Bienestar*, empréstimos de 6 mil pesos (aproximadamente, USD301,522) para pessoas entre 30 e 67 anos que residam nos municípios eleitos e tenham pequenos negócios existentes há mais de 6 meses no momento da inscrição, com a possibilidade de ser liberado novo empréstimo para quem conseguisse pagar o empréstimo inicial; (IV) *E-ruedas de Negócios de la Alianza del Pacífico*: México, Chile, Colômbia e Peru adaptaram a estratégia de negócios da Aliança do Pacífico num formato virtual para ajudar suas empresas a encontrar novos compradores mediante ferramentas digitais; e (V) *Créditos FONACOT*, créditos de 10 mil pesos (cerca de USD503) para trabalhadores formais, pagos em cotas. Também as leis trabalhistas foram alteradas, objetivando maior proteção do salário mínimo e dos trabalhadores frente às novas formas de trabalho remoto desenvolvidas na pandemia (MÉXICO, 2021); porém, seu alcance é limitado, diante da alta informalidade.

No Brasil, a pandemia de Covid-19 também se deu numa conjuntura recessiva, decorrente da crise do capitalismo mundial (SINGER, 2009), associada a aspectos internos ao país; dentre eles, a instabilidade política provocada pelo Golpe que depôs a Presidente Dilma Rousseff em 2016, seguida da ascensão da coalizão conservadora neoliberal, que vem desmontando o sistema de proteção social construído no país e impondo severas perdas à classe trabalhadora.

Representante da extrema direita dessa coalizão, o Presidente Bolsonaro, no cargo a partir de 2019, adotou uma postura negacionista perante a pandemia, minimizando sua gravidade, desconsiderando recomendações científicas e manifestando-se de modo contrário a medidas sanitárias de isolamento social e até do uso de máscaras. O governo

10 Informação disponível em: <<https://www.gob.mx/covid19medidaseconomicas>>. Última consulta em: 13/04/2022.

11 Para todos os valores relativos aos programas mexicanos, a cotação utilizada é do dia 30/12/2020, disponível em: <<https://pt.exchange-rates.org/Rate/USD/MXN/31-12-2020>>. Última consulta em: 21/06/2022.

federal se omitiu em relação ao seu papel de formulação e coordenação de estratégias nacionais de saúde para o controle da pandemia. Não à toa, o Brasil chegou a figurar como epicentro da pandemia e um dos recordistas em números de casos e de mortes, mesmo sem testagem massiva. Os governos estaduais e municipais protagonizaram as iniciativas preventivas para o enfrentamento da pandemia, mas, além de recursos e abrangência limitados, essas iniciativas se distinguiram em função das desigualdades socioterritoriais e das diferenças na capacidade de gestão.

Antes da pandemia, o mercado de trabalho no país já apresentava índices preocupantes, não só em face de suas características histórico-estruturais, como em decorrência da intensificação de medidas de desregulamentação e flexibilização das relações laborais após a reforma trabalhista de 2017. Com a pandemia, esse quadro é exacerbado, com o desemprego atingindo taxa média recorde de 13,8% no ano de 2020, afetando principalmente as mulheres e os jovens, enquanto a informalidade chegou à marca de 38,8% dos brasileiros (IBGE, 2021). O rendimento médio domiciliar *per capita* apresentou queda de 4,3% no primeiro ano da pandemia, em relação a 2019. Se for considerada apenas a renda proveniente do trabalho, o recuo médio foi de 20,1%, em um país onde mais de 34% da população recebe até um salário mínimo e 70% ganham até dois salários mínimos (NERI, 2020). Já a proporção de pessoas em situação de pobreza, medida pela linha de US\$ 5,50, foi de 24,1%, enquanto a de extrema pobreza (US\$ 1,90) foi de 5,7% (IBGE, 2021).

As respostas do governo federal para enfrentar esse quadro têm sido bastante tímidas. Em abril de 2020, foi instituído o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda, que possibilitou reduzir a jornada de trabalho e o salário, além da suspensão temporária do contrato de trabalho, mediante acordo entre patrões e empregados. Segundo o Ministério da Economia, em 2020 foram assinadas mais de 20 milhões de adesões, sendo que quase 44% foram de suspensão do contrato de trabalho. Em 2021, as adesões ao programa somaram mais de três milhões, com 42% de suspensão de contrato. Essa medida tem caráter limitado, pois atinge apenas os trabalhadores formalizados e por garantir emprego apenas para aqueles com redução da jornada ou suspensão do contrato de trabalho (DIEESE, 2020).

Em maio de 2020, uma emenda constitucional permitiu estabelecer um extraordinário regime fiscal, financeiro e de contratações para

o enfrentamento da pandemia, denominado de orçamento de guerra. A antecipação do pagamento de benefícios sociais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), também integra o rol de medidas adotadas.

Merece destaque a implantação do Auxílio Emergencial, a partir de abril de 2020, com duração inicial de três meses, de R\$ 600,00 e R\$ 1.200,00 para famílias monoparentais femininas (respectivamente, USD 115,53 e USD 231,05)¹², destinado a beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), inscritos no CadÚnico, trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI) e contribuintes informais. O Auxílio foi reeditado até dezembro de 2020, mas seu valor foi reduzido para R\$ 300,00 (cerca de USD 57,76). Quase metade da população brasileira (49,5%) recebeu o benefício, com impacto significativo na garantia de renda, sobretudo para a população mais pobre, contribuindo para a redução da extrema pobreza (IPEA, 2020). Estimativa do IBGE (2021) aponta que, sem os benefícios sociais, o decil mais pobre da população brasileira teria uma perda de mais de 75% de seus rendimentos. Mas o fim desse programa aumentou a desproteção social, sem que houvesse melhorias no mercado de trabalho.

A lógica do desmonte chegou à extinção do Programa Bolsa Família, internacionalmente reconhecido por seus êxitos. Foi substituído pelo Programa Auxílio Brasil, que mais parece um amontoado de ações desconexas, indo do auxílio-creche ao apoio ao esporte escolar, sem a previsão de fontes orçamentárias e desconsiderando a institucionalidade da rede de proteção social existente.

PARA COMPREENDER AS RESPOSTAS DOS GOVERNOS À PROTEÇÃO DO TRABALHO E À GARANTIA DE RENDA: REFLEXÕES PRELIMINARES

Desde o começo do período de substituição de importações, a Argentina foi integrando a maioria dos trabalhadores a uma das configurações laborais mais avançadas da América Latina, que, no entanto, foi se degradando nos últimos 40 anos (JACOVKIS et al., 2021). Nos

¹² Cotação do real em relação ao dólar estadunidense de 30/12/2020, tomada como referência para todos os valores apresentados. Disponível em: <<https://pt.exchange-rates.org/Rate/USD/BRL/31-12-2020>>. Última consulta em: 21/06/2022.

anos de 1990, auge do neoliberalismo no país, fatores associados ao regime de convertibilidade da moeda¹³, em um contexto de abertura comercial e financeira, impactaram negativamente a demanda de trabalho e a subocupação laboral. Agudizaram-se dificuldades prévias, como empregos de baixa qualidade, e apareceram problemas como o desemprego, que, até então, não tinha relevância, alcançando dois dígitos em 1993. Os salários melhoraram seu poder de compra no início da década, como efeito da forte diminuição do nível de inflação; porém, tiveram persistente queda nos últimos anos da convertibilidade. O abandono do regime cambiário em 2001 prejudicou gravemente a situação do mercado de trabalho: o valor médio real das remunerações caiu em torno de 30% entre 2001 e 2002 (a desvalorização da moeda provocou um rápido aumento de preços) e o desemprego atingiu a preocupante marca de 25,5% no último ano (BECCARIA; MAURIZIO, 2017).

Após o fim da convertibilidade, em 2002, houve melhorias nos indicadores de trabalho, de distribuição de renda e de pobreza. Em um contexto de crescimento econômico (4,9% anual) e da chegada ao poder de um governo progressista, a taxa de ocupação cresceu quase 8% entre 2002 e 2014, enquanto o desemprego caiu de 25% para 7,9%. Como consequência do crescimento econômico e da implementação de políticas de estímulo ao registro dos trabalhadores e de controle da evasão, houve um aumento da formalização da ocupação, o que impactou positivamente o acesso a coberturas da proteção social pública, associadas ao trabalho formal (aposentadorias, seguro de saúde e prestações familiares). O valor médio real das remunerações também teve melhoria: cresceu 36% entre 2003 e 2014. O aumento do poder de compra da renda pôde ser visto em todas as categorias ocupacionais: assalariados (registrados e não registrados), autônomos e patrões. Dois fatores relevantes que explicam essa alta foram o crescimento da demanda laboral e a política salarial do governo (BECCARIA; MAURIZIO, 2017). A informalidade e o desemprego voltaram a apresentar uma tendência de crescimento a partir de 2015 (JACOVKIS et al., 2021).

Quando o atual governo federal assumiu, encabeçado por Alberto Fernández, poucos meses antes da irrupção da pandemia de Covid-19, a situação econômica e social da Argentina era catastrófica. O período presidencial anterior havia deixado um país em recessão, com altas taxas

13 Convertibilidade: regime cambiário que fixava o valor da moeda nacional, o peso, ao dólar norte-americano.

de pobreza e inflação e uma situação financeira à beira do colapso: a moeda fortemente desvalorizada e uma dívida externa extraordinária (mais de 100% do PIB), com um cronograma de pagamentos impraticável (NATANSON, 2021). Em fins de 2019, cerca de 36% dos assalariados não estavam registrados e o desemprego alcançava quase 9% (ERNST; MOURELO, 2020). Nesse contexto, assim que assumiu, o governo argentino tomou medidas de reativação do mercado interno, controle da inflação e proteção social, como a convocação da Mesa contra a Fome, a declaração de emergência sanitária (o governo anterior havia rebaixado o Ministério da Saúde ao status de uma Secretaria), a intensificação das políticas de controle de preços, o outorgamento de moratórias para pequenas e médias empresas, a implementação de facilidades para a obtenção de créditos para investimentos produtivos e a criação de um imposto à compra de dólares (CANTAMUTTO; SCHORR, 2022). De forma coerente com essa orientação político-econômica e com a opção por um Estado intervencionista e regulador, o governo teve uma postura ativa de enfrentamento aos impactos da pandemia de Covid-19, demonstrada pela variedade de respostas implementadas, mencionadas na seção anterior.

No caso do México, a descrição das medidas de enfrentamento das consequências econômicas da pandemia é importante para assinalar que a conduta governamental se concentrou na lógica de empréstimos, o que – diante do cenário de incertezas da economia – coloca ambos (governo e cidadãos) numa situação de vulnerabilidade importante, comprometendo a capacidade de superar as perdas, devido à contração de dívidas. Esse panorama é agravado pelas características do sistema de proteção social mexicano, que tem por principal lógica a estruturação a partir da vinculação laboral. Assim, para os trabalhadores informais, a proteção não se caracteriza como direito social, pois são atendidos por programas sociais dos governos em turno, o que – inclusive – os deixa à mercê de retrocessos de financiamento, cobertura e até extinção de programas.

Barba (2021) mostra que, ao contrário de outros países da região, o México realmente não implementou políticas públicas para que os trabalhadores pobres e/ou submetidos à informalidade pudessem cumprir quarentena. Fato que parece ter contribuído para as mais de 323 mil mortes¹⁴ ocorridas no país por Covid-19, corroborando análise de

14 Informação disponível em: <<https://coronavirus.jhu.edu/map.html>>. Última consulta em: 15/04/2022.

Renteria e Arellano-Gault (2020) sobre as respostas do governo à pandemia, que avaliam se caracterizar por falta de adesão ao conhecimento científico gerado fora do governo e reforço de sua plataforma original de programas sociais e investimentos em infraestrutura.

A chegada de Lopez Obrador ao poder, em dezembro de 2018, foi marcada por muitas mudanças nos programas sociais. Molina (2020) mostra, a partir dos inventários do CONEVAL, que até 2018 existiam 155 programas sociais do governo federal e que, em 2019, passam a ser 150, sendo, dentre esses, 17 programas novos. Nessa transição, houve reestruturações, extinções e novas nomenclaturas.

A extinção mais significativa é o fim da Transferência Condicionada de Renda, iniciada em 1997 com o programa *Progresas*, que – após alterações e ampliações – se chamou *Oportunidades* e, por fim, *Prospera*, sem avançar na construção de programas universais de renda básica de cidadania. O fim dessa modalidade deixou sem transferência de renda famílias compostas por adultos, já que o programa foi substituído por outros que se dirigem exclusivamente a estudantes dos distintos níveis de escolaridade (programas *Becas Educación Básica para el Bienestar Benito Juárez* e *Beca Universal para Estudiantes de Educación Media Superior*).

De acordo com Molina (2020), desse novo conjunto de programas sociais, 16 são prioritários na agenda pública, embora cinco concentrassem 80% do orçamento de 2020, sendo o programa *Pensión para el Bienestar de las Personas Adultas Mayores* o mais importante. Este é, sem dúvida, um ponto de acerto do governo. A garantia de uma renda mínima não condicionada para todos os idosos é fundamental para assegurar dignidade e autonomia para esse grupo atendido anteriormente de forma focalizada e com valores bem menores (aumento de mais de 200%). De maneira similar, foram atendidas as pessoas com deficiência permanente mediante a *Pensión para el Bienestar de las Personas con Discapacidad Permanente*.

É importante mencionar dois outros programas sociais: *Jóvenes Construyendo el Futuro*¹⁵, ligado à *Secretaría del Trabajo y Previsión Social*, e *Sembrando Vidas*¹⁶. O primeiro é voltado para jovens entre 18

15 Informações disponíveis em: <<https://jovenesconstruyendoelfuturo.stps.gob.mx>>. Última consulta em: 13/04/2022.

16 Informações disponíveis em: <<https://www.gob.mx/bienestar/acciones-y-programas/programa-sembrando-vida>>. Última consulta em: 13/04/2022.

e 29 anos que não estudam nem trabalham e que passam a atuar junto a empresas como aprendizes por até um ano. O segundo é voltado para pessoas maiores de idade que residam em área rural de municípios com indicadores sociais ruins e que sejam proprietários ou tenham posse de até 2,5 hectares para cultivo agroflorestal. Fazem parte do programa: capacitação, insumos e transferência econômica. Ambos condicionam o trabalho à transferência, o que pode reforçar preconceitos em relação à população, afastando-se da discussão do direito à renda enquanto direito social universal. Vale citar que, conforme descrição do programa *Sembrando Vidas*, devido ao fato de que a concentração da titularidade das terras é majoritariamente masculina, as mulheres representam pouco mais de 20% dos beneficiários.

Houve também uma política de valorização do salário mínimo que, de acordo com dados oficiais¹⁷, passou de cerca de \$85,15 por dia em 2018 para \$151,10 em 2022 (respectivamente, USD 4,28 e USD 7,59).

Para um governo que se autoproclama como a 4ª Transformação Mexicana (4T), fazendo referência a três grandes momentos históricos de mudança – Independência, Reforma e Revolução –, o que se verifica é que, apesar de alguns acertos, falta muito por construir.

No Brasil, a combinação do contexto de crise do capital e de metamorfoses do mundo do trabalho com as características estruturais de seu mercado laboral e do sistema de proteção social, além de um governo de extrema-direita, contribuiu para que a pandemia se transformasse numa catástrofe.

A partir do reconhecimento de que o Brasil se consolidou no sistema capitalista na condição de país periférico, Pochmann (2020) identifica três temporalidades distintas do mundo do trabalho no país. A primeira até o início do século XX, em meio a uma longa sociedade agrária e escravagista. A segunda remete à transição para uma sociedade urbana e industrial, que perdurou entre os anos de 1930 e 1990. Sem que houvesse reformas capitalistas clássicas, o modelo de substituição de importações lançou as bases do desenvolvimento nacional, assentado na expansão do mercado interno. O Estado assumiu papel central, regulando as relações de trabalho e formatando um modelo de proteção social do tipo bismarckiano, restrito a parcelas de trabalhadores urbanos. Houve

17 Informação disponível em: <<https://www.gob.mx/conasami/documentos/evolucion-del-salario-minimo>>. Última consulta em: 15/04/2022.

ampliação do mercado de trabalho urbano, que chegou a quase 70% da PEA entre 1940 e 1980, mas com elevada precarização, baixos rendimentos, informalidade e ampla presença de ocupações não assalariadas.

A terceira temporalidade, a partir dos anos de 1990, se caracteriza pela passagem de uma sociedade industrial incompleta para a de serviços, marcada por perda de dinamismo econômico e progressiva desindustrialização, a partir do avanço do neoliberalismo e do ingresso subordinado do Brasil à globalização. A desregulamentação das relações de trabalho teve como consequência a desestruturação do mercado de trabalho, com significativa presença do desemprego aberto, subutilização dos trabalhadores, expansão da informalidade e precarização.

Na primeira década dos anos 2000, em um ambiente econômico externo favorável, aliado à chegada ao poder de uma coalizão política progressista, medidas anticíclicas foram adotadas pelo governo, ainda que dando continuidade a uma política monetária conservadora, possibilitando melhorias no mercado de trabalho, com aumento do emprego formal, redução da informalidade, queda do desemprego, diminuição dos ocupados sem proteção previdenciária e melhoria na renda do trabalho, com diminuição da desigualdade social, apesar de processos de terciarização e intensificação do ritmo de trabalho. Para Krein (2013, p. 11):

Além do crescimento da economia, também contribuiu para a recuperação do mercado de trabalho um conjunto de políticas públicas, tais como o salário mínimo; o Bolsa Família; o maior acesso ao crédito; o apoio à agricultura familiar; a ampliação dos créditos do BNDES; e a conquista de aumento real nas negociações.

A desestruturação do mercado de trabalho se intensifica com as reformas neoliberais promovidas a partir do Golpe de 2016; entre elas, a reforma trabalhista implantada em 2017 e completada em 2019. Essa reforma

instituiu um cardápio de contratos de trabalho precários, seja pela insuficiência de horas trabalhadas, seja pela possibilidade de redução de direitos; alterou a extensão da jornada de trabalho por meio de diversos mecanismos, inclusive de negociação individual; reduziu garantias relativas ao salário, às férias, à isonomia salarial e à

proteção às mulheres lactantes; incluiu medidas que facilitam a demissão e reduzem a possibilidade de o trabalhador reclamar seus direitos trabalhistas na Justiça do Trabalho. Além disso, aprovou pontos com repercussão negativa na organização sindical e no processo de negociação coletiva (DIEESE, 2019:2).

Em 2016, foi constitucionalizada uma das mais intensas austeridades do mundo, que, juntamente com a Reforma da Previdência Social de 2019, ataca os direitos trabalhistas e sociais no Brasil e desmantela o sistema brasileiro de proteção social, que vinha ensaiando uma ampliação de seu padrão de incorporação de demandas sociais para além do modelo securitário. Longe de se constituir em uma exceção, tais medidas estão atreladas às respostas majoritárias que o neoliberalismo *tout court* tem produzido mundo afora. A pandemia deu visibilidade às profundas desigualdades sociais e à desproteção social a que estão expostos os trabalhadores brasileiros, em especial os informais, que constituem sua grande maioria. Programas de transferência monetária, como o Bolsa Família, apesar de suas imperfeições, tiveram peso na garantia de renda e sobrevivência de muitas famílias pobres e extremamente pobres. Mas sem apresentar qualquer programa social consistente, o atual governo vem empreendendo esforços para desmontar as políticas sociais, abrindo espaço para a livre atuação do mercado e o abandono dos pobres à própria sorte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações estruturais que vêm se processando no capitalismo nas últimas décadas e as mudanças no mundo do trabalho a elas associadas têm gerado um aumento do desemprego, da informalidade e da precarização das relações laborais, com escalada dos níveis de pobreza e desigualdade social. A situação é ainda mais grave na América Latina, considerando sua inserção periférica no capitalismo mundial, em que o processo de assalariamento não se universalizou e os esquemas protetivos pautaram-se por cobertura limitada, restritos a poucos trabalhadores e com baixa efetividade social.

Anos de experimentação do neoliberalismo na região deixaram um legado social catastrófico, ampliado pela pandemia de Covid-19, que provocou choques sem precedentes na economia e no mercado de

trabalho, dando visibilidade às desigualdades sociais e à desproteção social a que estão submetidos os trabalhadores latino-americanos. Os governos dos diversos países têm sido provocados a buscar respostas para o enfrentamento da pandemia não apenas do ponto de vista sanitário, mas também de seus efeitos econômicos e sociais. Parte dessas respostas dependeu da condução política do governo em turno, com situação mais desfavorável quando os governos são adeptos de medidas de austeridade e ajuste fiscal e da redução da participação estatal. Mas essas respostas são também, em larga medida, limitadas pelos processos estruturais que modelam as relações entre Estado, sociedade e mercado na região.

Nestes termos, ainda que haja avanços, o que se verifica é a manutenção de um padrão de desenvolvimento econômico e social que, até o momento, não conseguiu superar a informalidade e a pobreza e nem tampouco ultrapassar os desafios novos e os agravados pela pandemia de Covid-19. Esse cenário leva a concluir que as desigualdades estruturais da região, que se refletem nas condições de trabalho e renda da população, exacerbadas pela pandemia, demandam políticas de curto, médio e longo prazo que tenham realmente possibilidades de superar as veias abertas da América Latina. Tarefa por si só hercúlea, agravada pela atual fase do capitalismo mundial.

REFERÊNCIAS

BALESTRO, M.; MONTEIRO, C. F. **A onda rosa e o neoliberalismo resiliente**. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 13, nº 2, 2019. ISSN: 1984-1639.

BANCO MUNDIAL. **Datos de libre acceso del Banco Mundial**. Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org/>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

BARBA, C. **El Régimen de Bienestar Mexicano: inercias, transformaciones y desafíos**. Serie Estudios y Perspectivas – México, nº 191, CEPAL, Santiago de Chile, 2021.

BECCARIA, L.; MAURIZIO, R. **Mercado de trabajo y desigualdad en la Argentina: un balance de las últimas tres décadas**. *Sociedad* 37, p. 15-75, 2017.

CANTAMUTTO, F.; SCHORR, M. **El gobierno de Alberto Fernández: balance del primer año de gestión. Una mirada desde la economía**

política. e-l@tina. Revista eletrônica de estudos latinoamericanos, v. 20, nº 78, p. 66-90, 2022.

CARDOSO, J. A. L. **A crise que não se parece com nenhuma outra: reflexões sobre a “corona-crise”.** Katalysis, Florianópolis, v. 23, nº 3, p. 615-624, set./dez. 2020.

CEPAL. **Panorama social de América Latina, 2010.** Santiago de Chile: Cepal, 2010. Disponível em <<https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1235/1/panoramasocial2010p.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

_____. **Informe Especial Covid-19 nº 5: enfrentar los efectos cada vez mayores del Covid-19 para una reactivación con igualdad: nuevas proyecciones.** Santiago de Chile: Cepal, 2020. Disponível em <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45782/4/S2000471_es.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

_____. Observatorio CRDS – **Medidas de Protección Social para Enfrentar la Covid-19: Argentina.** Disponível em: <https://dds.cepal.org/observatorio/socialcovid19/listamedidas.php?id_pais=arg>. Acesso em: 26 abr. 2022.

CONEVAL. **La política Social em el Contexto de la Pandemia por el Sars-Cov-2 (Covid-19).** Disponível em: <https://www.coneval.org.mx/Evaluacion/IEPSM/Documents/Politica_Social_COVID-19.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2022.

DETTANO, A.; CENA, R. **Políticas sociales en contexto de pandemia: dimensiones de la incertidumbre acerca del Ingreso Familiar de emergencia en Argentina.** *Sphera Publica*, 1(21), p. 137-158, 2021. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/146654/CONICET_Digital_Nro.d81fe301-cbed-40cb-94ff-4bb03e6d688d_A.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 19 jun. 2022.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **O novo desmonte dos direitos trabalhistas.** Nota Técnica 215, 1-10, 2019. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec215MP905.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

_____. **O Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda diante dos impactos da Covid-19.** Nota Técnica 232, 13 pp, 2020. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2020/notaTec232ProgramaEmergencialGoverno.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

DONZA, E. **Heterogeneidad y fragmentación del mercado de trabajo (2010-2018)**. Buenos Aires: Observatorio de la Deuda Social Argentina, Universidad Católica Argentina, abr. 2019. Disponible em: <<http://wadmin.uca.edu.ar/public/ckeditor/Observatorio%20Deuda%20Social/Presentaciones/2019/2019-OBSERVATORIO-DOCUMENTO-TRABAJO-HETEROGENEIDAD-FRAGMENTACION.pdf>>. Acceso em: 14 out. 2020.

ERNST, C.; MOURELO, E. L. **El Covid-19 y el mundo del trabajo en Argentina: impacto y respuestas de política**. Nota técnica. OIT: Buenos Aires, 2020. Disponible em: <<https://aldiaargentina.microjuris.com/wp-content/uploads/2020/04/nota-tecnoca-ernst.pdf>>. Acceso em: 19 jun. 2022.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

INEGI. **Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo, Nueva Edición, Cuarto Trimestre de 2021**. Comunicado de Prensa núm. 89/22, 17 de febrero de 2022.

_____. **Indicadores de Ocupación y Empleo, Febrero de 2022**. Comunicado de Prensa Núm. 169/22, 30 de marzo de 2022.

INDEC. **Mercado de trabajo**. Tasas e indicadores socioeconómicos (EPH). Segundo trimestre de 2020. *Trabajo e ingresos*, Buenos Aires, v. 4, n° 5, Sep. 2020a. Disponible em: <https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/mercado_trabajo_eph_2trim20929E519161.pdf>. Acceso em: 19 out. 2020.

_____. **Mercado de trabajo**. Tasas e indicadores socioeconómicos (EPH). Cuarto trimestre de 2021. *Trabajo e ingresos*, Buenos Aires, v. 6, n° 2, mar. 2022a. Disponible em: <https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/mercado_trabajo_eph_4trim211A57838DEC.pdf>. Acceso em: 26 abr. 2022.

_____. **Incidencia de la pobreza y la indigencia en 31 aglomerados urbanos**. Primer semestre de 2020. *Condiciones de Vida*, Buenos Aires, v. 4, n° 1, sep. 2020b. Disponible em: <https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/eph_pobreza_01_200703093514.pdf>. Acceso em: 19 out. 2020.

_____. **Incidencia de la pobreza y la indigencia em 31 aglomerados urbanos**. Segundo semestre de 2021. *Condiciones de Vida*, Buenos Aires, v. 6, n° 4, mar. 2022b. Disponible em: <<https://www.indec.gob>

[ar/uploads/informesdeprensa/eph_pobreza_03_22F5E124A94B.pdf>](#). Acesso em: 26 abr. 2022.

ILO. International Labour Office. **World Employment and Social Outlook: Trends 2021**. Geneva: ILO, 2021. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_795453.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

IPEA. **Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: os resultados dos microdados da PNAD Covid-19 de julho**. Carta de conjuntura 48. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200826_cc48_resultados_pnda_julho.pdf>. Acesso em: 16 out. 2020.

JACOVKIS, P.; MASELLO, D.; GRANOVSKY, P.; OLIVA, M. **La pandemia desnuda nuestros problemas más estructurales: un análisis de los impactos del Covid-19 en el mercado de trabajo argentino**. *Trabajo y Sociedad*, v. XXII, nº 36, p. 9-28, jan-jun 2021.

KREIN, J. D. **As transformações no mundo do trabalho e as tendências das relações de trabalho na primeira década do século XXI no Brasil**. *Revista NECAT* - Ano 2, nº 3, Jan-Jun de 2013. 6-25.

MANDEL, E. **A Crise do Capital; os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo: Ed. Ensaio, 1990.

MATTEI, L.; SANTOS JUNIOR, J. **Industrialização e Substituição de Importações no Brasil e na Argentina: uma análise histórica comparada**. *Revista de Economia*, v. 35, nº 1 (ano 33), p. 93-115, jan./abril 2009.

MELLO, G. S. **Análise crítica do papel das inovações financeiras na crise do subprime**. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 27, nº 3 (64), p. 825-851, setembro-dezembro 2018.

MÉXICO. **Ley Federal del Trabajo. Última Reforma**. *Diario Oficial de la Federación*, 23 de abril de 2021.

MOLINA, M. E. J. ¿Una nueva política social?: cambios y continuidades en los programas sociales de la 4T. *In: Análisis Plural*, segundo semestre de 2019. Tlaquepaque, Jalisco: ITESO, 2020.

MORALES, R. **Casi dos años con AMLO: ¿desastre, transformación o café con leche?** *Análisis Plural*, segundo semestre de 2019. Tlaquepaque, Jalisco: ITESO, 2020.

NATANSON, J. **Las batallas de Alberto Fernández.** *Revista Nueva Sociedad*, nº 292, marzo-abril de 2021. Disponível em: <https://static.nuso.org/media/articles/downloads/COY_Natanson_292.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2022.

NERI, M. **Efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro: desigualdades, ingredientes trabalhistas e o papel da jornada.** Sumário Executivo. Rio de Janeiro: FGV Social, 2020.

OXFAM. **Relatório: A Desigualdade Mata.** Oxford (UK): OXFAM, 2022. 60 pp.

POCHMANN, M. **Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil.** *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(1):89-99, 2020.

RENTERIA, C.; ARELLANO-GAULT, D. **How does a populist government interpret and face a health crisis? Evidence from the Mexican populist response to Covid-19.** *Rev. Adm. Pública*, 2021, vol. 55, nº 1, pp.180-196.

SENNA, M. C. M.; SOUTO MAIOR, A.; SUAREZ BALDO, V. S. **Proteção Social em Tempos de Covid-19: experiências na América Latina.** *Argumentum*, Vitória, v. 13, nº 1, p. 66-80, jan./abr. 2021.

SINGER, P. **A América Latina na crise mundial.** *Estudos Avançados*. 2009, v. 23, nº 66, pp. 91-102.

STATISTA. **Producto interno bruto por país en América Latina y el Caribe en 2021.** Disponível em: <<https://es.statista.com/estadisticas/1065726/pib-por-paises-america-latina-y-caribe/>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

VALES, L. **En 7 provincias ya hay más trabajadores de la economía popular que privados.** Lo revela el último informe del RENATEP. *Página 12*, 31/08/2021.

WELLER, J. Panorama de las condiciones de trabajo en América Latina. *Nueva Sociedad* nº 232, pp. 32-49, 2011. Disponível em: <https://static.nuso.org/media/articles/downloads/3761_1.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

WORLD BANK. **Global Economic Prospects.** Washington, DC, 2022. 240 pp. Disponível em <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/36519/9781464817601.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

SER Social

PANDEMIA DE COVID-19 E POLÍTICAS SOCIAIS
Brasília (DF), v. 25, nº 51, julho a dezembro de 2022

O Auxílio Emergencial no Brasil durante a pandemia por Covid-19

Emergency Aid in Brazil during Covid-19's pandemic
Auxilio de Emergencia en Brasil durante la pandemia por Covid-19

Aline Fardin Pandolfi¹

<http://orcid.org/0000-0002-3827-1792>

Dayeny Karyne Cordeiro Sabino Braga²

<http://orcid.org/0000-0003-1908-1771>

Fabiola Xavier Leal³

<https://orcid.org/0000-0003-1309-0909>

Rafael da Silva Barbosa⁴

<http://orcid.org/0000-0002-9253-1487>

Rodrigo Emmanuel Santana Borges⁵

<http://orcid.org/0000-0003-2076-1424>

Recebido em: 31/08/2020

Aprovado em: 08/02/2021

1 Assistente Social. Mestre e Doutora em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professora de Magistério Superior da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Coordenadora do projeto: Alterações Político-Econômicas Contemporâneas na América Latina e Impactos no Seguro-Desemprego: o caso do Brasil e de Cuba (FAPES). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7181818036272505>.

2 Assistente Social/Professora. Assistente Social pela Universidade Federal Fluminense e Mestre em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo. Doutoranda em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo.

3 Assistente Social. Assistente Social pela Universidade Federal do Espírito Santo. Mestre e Doutora em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo. Docente da Universidade Federal do Espírito Santo.

4 Economista/Professor. Mestre e Doutor em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP. Economista pela Universidade Federal do Espírito Santo. Pesquisador bolsista em estágio pós-doutoral do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4197535383007177>.

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a implementação do Auxílio Emergencial no Brasil no contexto da pandemia por Covid-19, apontando elementos sobre a situação de trabalho e o acesso material da classe trabalhadora. Para isso, utilizaram-se dados sobre o alcance do benefício, os recursos, o perfil dos beneficiários, as regiões alcançadas, a estrutura e a conjuntura do mercado de trabalho. Como fontes de dados, utilizaram-se informações do Ministério da Cidadania, informações solicitadas pelo e-SIC, dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios, do Cadastro Geral de Empregos e da Relação Anual de Informações Sociais da Secretaria de Trabalho e Previdência Social. A análise foi qualitativa (inspirada no método histórico-crítico dialético) e quantitativa (estatística descritiva), com foco no período da pandemia. Identificou-se que o Auxílio alcançou os locais com maior precariedade laboral e que a estrutura do Sistema de Cadastramento (CadÚnico) da Política da Assistência Social foi fundamental para esse acesso.

Palavras-chave: Auxílio Emergencial. Crise econômica. Crise social. Covid-19. Brasil.

Abstract: This essay aims to analyze the implementation of Emergency Aid in Brazil in the context of the Covid-19 pandemic. It presents elements on the working situation and material conditions of the working class. Information about the Emergency Aid, resources, beneficiaries, regions reached and structure of the labor market were used. The sources of information are the Ministry of Citizenship, e-SIC, National Household Sample Surveys and the General Registry of Jobs and the Annual List of Social Information of the Labor and Social Security Ministry. The analysis is qualitative (inspired by the dialectical critical historical method) and quantitative (descriptive statistics). It was identified that the Emergency Aid reached the most precarious places of work and that the structure of the Registration System (CadÚnico) of the Social Assistance Policy was fundamental for this access.

Keywords: Emergential Aid. Economic crisis. Social crisis. Covid-19. Brazil.

Resumen: El objetivo del escrito es analizar la implementación de la Ayuda de Emergencia en Brasil durante la pandemia por Covid-19, señalando elementos sobre la situación laboral y el acceso material

5 Economista/Professor. Diploma de Estudios Avanzados. Doutor em Economia Internacional e Desenvolvimento pela Universidad Complutense de Madrid. Economista pela Universidade Federal do Espírito Santo. Pesquisador bolsista em estágio pós-doutoral do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES.

de la clase trabajadora. Para ello, se utilizaron datos sobre el alcance del beneficio, recursos, perfil de beneficiarios, regiones alcanzadas, estructura y coyuntura del mercado laboral. Como fuente de datos se obtuvo información requerida del Ministerio de Ciudadanía vía sistema e-SIC, además del uso de encuestas de hogares, del Registro General de Empleo y la Lista Anual de Informaciones Sociales de la Secretaría de Trabajo y Seguridad Social. El análisis fue cualitativo (inspirado en el método histórico crítico dialéctico) y cuantitativo (estadística descriptiva), centrándose en el período pandémico. Se identificó que la Asistencia llegó a los lugares de trabajo más precarios y que la estructura del Sistema de Registro (CadÚnico) de la Política de Asistencia Social fue fundamental para ello.

Palabras clave: Ayuda de Emergencia. Crisis económica. Crisis social. Covid-19. Brasil.

INTRODUÇÃO

A divulgação do primeiro caso da Covid-19 no Brasil ocorreu em fevereiro de 2020. Em agosto, os dados oficiais apontaram mais de 120 mil vidas⁶. Em abril, foi aprovado um benefício – denominado Auxílio Emergencial (AE) – em forma monetária pelo Governo Federal, conforme o Decreto nº 10.316/07 (BRASIL, 2020a), a Lei nº 13.982/02 (BRASIL, 2020b) e sua atualização pelo Decreto nº 10.398, em junho de 2020. Previu-se a destinação de R\$ 250 bilhões dos cofres públicos, durante os cinco meses de implementação.

Cabe ressaltar que o AE foi fruto da pressão parlamentar de oposição ao governo Jair Bolsonaro. Essa bancada pleiteou que o Auxílio fosse, no mínimo, de R\$ 1.000,00 (cerca de US\$ 205,00), proposta essa que foi derrotada no Congresso, ficando estabelecido o valor de R\$ 600,00 (cerca de US\$ 123,00) por pessoa pelo período de três meses, independentemente da data de concessão. Posteriormente, em julho, o governo prorrogou por mais dois meses a concessão do Auxílio.

O AE continua sendo a principal medida econômica para atender às necessidades de abastecimento e sobrevivência imediatas dos trabalhadores mais pobres do País, de quem passou a demandar recursos devido à perda da renda familiar ou de quem teve a jornada e a remuneração

6 Dados disponíveis em <<https://covid.saude.gov.br/>>.

cortadas face a medidas “de proteção de emprego” adotadas pelo governo autoritário e liberal vigente.

A gestão desse benefício ficou a cargo do Ministério da Cidadania, responsável por gerir a Política de Assistência Social e o seu Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Utilizou-se centralmente a ferramenta de cadastro já existente para programas sociais – o CadÚnico (Decreto nº 6135/2007) –, pelo qual era possível prever potenciais beneficiários e alcançá-los rapidamente. Por meio desse cadastro, é possível identificar e caracterizar a situação socioeconômica de grande parte das famílias brasileiras de baixíssima renda, de modo a saber quem são, onde estão e quais são suas principais características. Constam nesse cadastro algumas informações, tais como: quais são as famílias que possuem renda de até meio salário mínimo por pessoa ou que ganham até 3 (três) salários-mínimos (aproximadamente US\$ 581,00) de renda mensal, em conjunto com as demais que acessaram a rede de assistência social e são assistidas por programas do SUAS.

No caso do acesso ao AE, foram exigidas algumas condicionalidades⁷. Todas as famílias que as cumprissem e estivessem cadastradas no CadÚnico, até 20 de março de 2020, tornaram-se automaticamente beneficiárias – o que correspondeu a cerca de 51,4 milhões de brasileiros à época. No caso das pessoas não inscritas nesse cadastro, o acesso se deu por meio de plataforma digital do banco Caixa Econômica Federal. Nesses casos, a verificação da elegibilidade efetuou-se por meio do cruzamento de informações das bases de dados de órgãos federais, processados pela DATAPREV (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência, do Ministério da Economia). Contudo, a população encontrou diversos obstáculos para acessar o benefício, tais como: dificuldade de cadastro, desinformação sobre os critérios, superlotação das agências bancárias e lotéricas que realizam o pagamento, exclusão por erro de avaliação do atendimento dos critérios de elegibilidade, entre outros.

7 Trabalhadores maiores de 18 anos; sem emprego formal; que não recebessem outro benefício assistencial ou previdenciário (seguro-desemprego ou auxílio-doença ou Benefício de Prestação Continuada, uma vez que, no caso do Programa Bolsa Família, ao se optar por receber o AE, o Bolsa Família era suspenso); renda *per capita* de até meio salário mínimo (R\$ 522,50) ou aqueles com renda mensal familiar de até três salários mínimos (R\$ 3.135,00) e que não apresentaram, em 2018, renda tributável superior a R\$ 28.559,70; exercedores de atividade na condição de: microempreendedores individuais; trabalhadores informais, sejam empregados, autônomos ou desempregados, de qualquer natureza, inclusive os intermitentes inativos, inscritos no CadÚnico, podendo contemplar até duas pessoas por família e, nos casos de mulheres solteiras com filhos, consideradas chefes de família, o valor é o dobro (R\$ 1.200,00) (BRASIL, 2020a). Todas as informações estão disponíveis em: <<https://auxilio.caixa.gov.br>>.

Nesse contexto, a questão posta é: como têm ocorrido a operacionalização e a implementação do AE? Sobre isso, problematizaremos: em que medida os trabalhadores em condição de desemprego e/ou perda completa de renda e/ou em relações precárias de trabalho acessaram o AE? Como tem ocorrido a distribuição do auxílio pelo País em termos de cobertura pelo território nacional? Quais têm sido os principais desafios para essa efetivação?

Desse modo, o objetivo deste artigo é analisar a implementação do Auxílio Emergencial no Brasil no contexto da pandemia por Covid-19, apontando elementos sobre a implementação vinculada à situação de trabalho e o acesso material da classe trabalhadora. Para isso, o texto está estruturado em duas seções: uma breve caracterização das condições econômicas e sociais dos trabalhadores no País, apontando aspectos referentes às relações de trabalho, à condição de desemprego e ao pauperismo no seio do exército industrial de reserva, principalmente. Tais aspectos permitem explicitar a relação dos efeitos da crise sanitária com outros determinantes que já caracterizavam as relações capitalistas de produção no Brasil, especialmente diante do aprofundamento das consequências da crise do capital. Na segunda parte, apresentamos uma análise da implementação do AE.

Para isso, utilizamos os dados disponibilizados pelo Ministério da Cidadania e obtidos pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), bem como dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD), tanto a contínua como a experimental associada à Covid-19 (IBGE, 2020), assim como informações do Cadastro Geral de Empregos (CAGED) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), da Secretaria de Trabalho e Previdência Social.

Cabe ressaltar que, neste governo, muitas informações que antes eram disponibilizadas de forma mais detalhada e acessível, tanto do SUAS quanto do SUS, estão com limitado acesso, o que demanda uma investigação muito mais longa e trabalhosa para organizar os dados e estabelecer as conexões entre eles. O governo retirou parte dos dados disponíveis por meio de tabelas, documentos e extratores dos *sites* dos Ministérios, deixando, em vários casos, como único meio disponível, o e-SIC, antes usado somente em caráter excepcional. Nesse sentido, compreendemos que a gestão da informação e, portanto, a permanente indisponibilidade pública de dados por parte do governo constituem uma das estratégias de desmonte das políticas públicas. O acesso à informação sobre uma política pública é um direito de qualquer cidadão e é dever do Estado providenciar sua disponibilização de forma transparente.

AS CONDIÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS DOS TRABALHADORES NO PAÍS

O contexto de crise do capital foi aprofundado pela crise sanitária oriunda da pandemia mundial pela Covid-19. Nesse cenário, é importante destacar que as relações de produção capitalistas no Brasil apresentam particularidades que precisam ser consideradas em qualquer análise que se pretenda estabelecer sobre as políticas sociais e a implementação delas, considerando, ainda, as consequências de uma pandemia, como a que a humanidade vivencia na contemporaneidade.

Do ponto de vista da inserção do Brasil no capitalismo internacional, é histórica a condição de dependência do País sob uma divisão internacional do trabalho, na qual cumpre a função de produtor de matérias-primas e produtos de menor conteúdo tecnológico e, junto de outros países periféricos, transfere mais-valor aos países centrais. Quanto às suas particularidades histórico-concretas, o capitalismo no Brasil foi marcado pela incorporação do “moderno”, concomitantemente à preservação de elementos conservadores no campo político e ideológico, de forma que a incorporação dos trabalhadores aos centros industriais e às incipientes relações de produção capitalistas – junto das quais se forjaram os primeiros direitos – historicamente abdicou dos trabalhadores negros, herdeiros das profundas chagas da recém-findada sociedade escravocrata (FERNANDES, 2008). Entende-se que essa sociedade foi superada enquanto forma dominante, mas de forma dominada ainda hoje coexistem situações de trabalho escravo de modo concomitante às relações de produção capitalistas no Brasil. Também permanecem sendo reproduzidas as várias formas de manifestação do racismo do ponto de vista ideológico e político (para além da questão étnica), como aspecto estrutural da sociedade brasileira (MOURA, s/n). Esse quadro se agrava com a reprodução do machismo patriarcal, que atinge de forma mais aguda as mulheres negras.

Somos um país com cerca de 57% dos trabalhadores em condição de pobreza. Entre os 10% da população com menores rendimentos, 75,2% se autodeclararam pretos e pardos, segundo dados do IBGE (2019). No trimestre encerrado em junho de 2020, o rendimento médio mensal das pessoas ocupadas⁸ brancas era de R\$ 2.791,04, ou seja, 62,6% superior ao das pretas ou pardas, que recebiam em média, no país, R\$

8 Terminologia utilizada pelo IBGE a partir de modelo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a qual soma os trabalhadores de diferentes vínculos de trabalho.

1.701,55. Sobre as mulheres, os indicadores sociais demonstram que as trabalhadoras negras são as que apresentam recorrentemente os mais baixos rendimentos e se inserem nos setores mais precários de trabalho. Em média, as mulheres negras recebem menos da metade da renda dos homens brancos do País. Atualmente, um homem branco com vínculo formal recebe quase cinco vezes mais (4,78 vezes) o que uma mulher negra ocupada ganha de maneira informal no Brasil⁹.

Esses dados ilustram um cenário de aprofundamento dos efeitos da crise mundial do capitalismo – caracterizada como estrutural por Gomes e Nakatani (2015), devido à sua profundidade, extensão e duração. Desde 2015, esses efeitos estão agudizados no Brasil, ano em que se somaram, ao contingente de desempregados, 2,8 milhões de pessoas, o que representa um aumento de 38,1% em relação ao ano anterior, totalizando, no País, 10 milhões de pessoas sem qualquer fonte de renda em busca ativa e incessante por trabalho. O aumento mais significativo do número de desempregados ocorreu na Região Sudeste, com 1,5 milhão de pessoas a mais nessa situação. Na sequência, em 2016, registraram-se 12 milhões e, em 2017, quase 15 milhões de desempregados no Brasil. De 2017 até março de 2020 (cf. tabela 1), o crescimento irrisório do volume de ocupação não foi suficiente nem ao menos para dar conta do crescimento da população em idade ativa do período. O aumento do desemprego, mesmo antes da instalação das consequências sociais e econômicas da pandemia, é reflexo de uma acumulação de capital pálida e representa uma amostra das dificuldades crescentes da reprodução material da *classe que vive do trabalho* (ANTUNES, 2020).

Portanto, o período anterior à pandemia já evidenciava a profunda desigualdade de classe no Brasil e a situação mais crítica, quando passamos a colocar em destaque a raça, o sexo e a idade, por exemplo. Com o impacto da crise sanitária, esse cenário se sobressalta a partir de março, com registros da progressiva redução de postos de trabalho e, conseqüentemente, da retração ao acesso material pela classe trabalhadora. Está posta em análise a limitada cobertura e qualidade dos serviços ofertados pelas políticas sociais frente à crise do capital e aos seus efeitos no País, mas também às próprias limitações impostas à reprodução da força de trabalho, com empregos cada vez mais precários e sem direitos. Formações sociais em que se estruturaram sistemas de proteção social de caráter mais universal, com ampliada cobertura das políticas de educação, saúde, assistência e previdência social,

têm apresentado melhores condições de dar respostas a situações adversas, como a colocada pela pandemia (MADEIRA, L. et al., 2020).

Tabela 1. Indicadores do mercado de trabalho e precariedade laboral (de março de 2017 a junho de 2020)

Sexo / etnia	Nível de ocupação				Taxa de informalidade				Renda média efetiva do trabalho – informais**			
	2017/03	2019/03	2020/03	2020/06	2017/03	2019/03	2020/03	2020/06	2017/03	2019/03	2020/03	2020/06
Branco	65,7%	66,0%	65,3%	60,5%	41%	43%	42%	42%	R\$ 2.351	R\$ 2.387	R\$ 2.461	R\$ 2.120
Negro	61,3%	62,1%	62,1%	55,3%	50%	51%	51%	50%	R\$ 1.242	R\$ 1.270	R\$ 1.337	R\$ 1.139
Branca	47,0%	47,9%	47,4%	42,6%	38%	40%	41%	38%	R\$ 1.715	R\$ 1.752	R\$ 1.855	R\$ 1.522
Negra	41,1%	42,5%	42,2%	36,6%	47%	49%	50%	47%	R\$ 985	R\$ 971	R\$ 1.011	R\$ 878
Total	53,1%	53,9%	53,5%	47,9%	44%	46%	47%	45%	R\$ 1.540	R\$ 1.550	R\$ 1.608	R\$ 1.393
Formais									R\$ 3.306	R\$ 3.442	R\$ 3.472	R\$ 3.043

Trabalhadores precarizados em destaque

Sexo / etnia	Volume de ocupadas/os (em milhões)				Carga horária semanal efetiva				Renda média real efetiva do trabalho			
Domésticas	6,036	6,108	5,971	4,714	32,5	31,9	30,2	24,4	R\$ 1.008	R\$ 1.009	R\$ 989	R\$ 842
Branca	1,895	1,891	1,862	1,516	31,6	31,8	29,4	23,3	R\$ 1.066	R\$ 1.096	R\$ 1.077	R\$ 914
Negra	3,657	3,688	3,587	2,769	32,0	31,1	29,5	23,5	R\$ 936	R\$ 931	R\$ 906	R\$ 758
T. aplic.*	2,272	2,836	2,990	2,623					R\$ 1.833	R\$ 1.853	R\$ 1.912	R\$ 1.495
Branco	0,933	1,095	1,108	0,992	41,9	41,8	40,0	33,0	R\$ 2.032	R\$ 2.103	R\$ 2.166	R\$ 1.744
Negro	1,225	1,598	1,710	1,526	42,1	41,8	40,9	32,6	R\$ 1.673	R\$ 1.675	R\$ 1.748	R\$ 1.350

Fonte: elaboração própria, a partir de microdados do IBGE (de vários anos).

Legenda: * Trabalhadores de entrega/transporte por aplicativo, englobando entregadores e motoristas do tipo UBER. ** Renda média real, deflacionada pelo INPC/IBGE, de trabalhadores informais.

A eliminação de quase 10 milhões de postos de trabalho entre março e junho de 2020, refletida na forte queda do nível de ocupação¹⁰ vista na tabela 1, mostra que, pela primeira vez com comprovação histórica quantitativa, menos da metade das pessoas em idade de trabalhar o fazia no Brasil. Apenas 1 em cada 5 brasileiras/os em idade de trabalhar o fazia com um vínculo formal. A taxa de informalidade se aproxima do recorde contemporâneo do início dos anos 2000, quando

¹⁰ O nível de ocupação, sem dúvida, aparece como um indicador importante e menos volúvel, posto que não depende da variabilidade daqueles considerados “inativos economicamente”, mesmo que em plenas condições e em idade de trabalho. Ao se pensar no nível de ocupação em cortes de gênero e

se registraram 50,8% de trabalhadores na informalidade. Os informais ou os indivíduos da “superpopulação relativa estagnada”, conforme a expressão popularizada por Marx (2008), atingem magnitude colossal no capitalismo dependente brasileiro contemporâneo.

A diferença do nível de ocupação também evidencia racismo e machismo: por exemplo, homens brancos tinham um nível de ocupação de 60,5% em junho, ou seja, 2/3 superior à taxa equivalente a 36,6% para mulheres negras.

A taxa de informalidade reflete um fenômeno cruel nos três primeiros meses da pandemia: os postos de trabalho eliminados mais facilmente são os mais frágeis e informais. Destarte, cai levemente o indicador, sem que isso signifique mudança estrutural alguma.

Os dados de rendimento dos trabalhadores informais (e formais também, presentes de forma agregada na tabela 1) mostram, de forma nítida, a dificuldade para os que conseguiram vender mais ou menos regularmente sua força de trabalho: de 2017 a março de 2020, foram negligíveis os aumentos reais de salário e renda do trabalho. Nos últimos três meses, as perdas de, em média, 15% a 21% redundaram em perdas de cerca de 10% desde o início ao final do período para os trabalhadores. Persiste o fosso de rendimento entre trabalhadores com vínculos formais e informais, refletido na diferença de mais de 100% de recebimentos efetivos médios.

Praticamente 1 em cada 6 mulheres negras atuava na condição precária de trabalhadora doméstica, com renda média real em declínio desde 2019. Em 2020, a renda auferida passaria novamente a figurar abaixo do salário mínimo (na média, representando R\$ 841,72). Desde 2019, quase meio milhão de trabalhadoras perderam a possibilidade de vender sua força de trabalho mesmo nessa ocupação precária, marcada por informalidade superior a 60% em todo o período.

Quanto aos trabalhadores de entregas de mercadorias e transporte de passageiros por aplicativo, as dificuldades também são evidentes nos dados mostrados. A perda de renda nos últimos três meses foi superior à perda de ocupações, algo que mostra a pressão a que está sujeita essa fração da classe trabalhadora precarizada. Se, no início da pandemia, notou-se até leve crescimento da remuneração média, a perda brutal de até 30% para trabalhadores negros e de 27,4% em média mostrou-se superior também à queda na carga horária semanal efetiva. Maior

intensidade e menor remuneração, práticas concretas da dinâmica de *superexploração* remarcadas por Marini (2011).

É importante notar que a pandemia vem apresentando essa realidade de forma mais explícita para parte de um país que insistia em deixar na invisibilidade essas parcelas da população. É notório que essa desigualdade social *da e na* formação social brasileira é analisada por muitos e, ainda assim, se mantém como demanda urgente e constante de aprofundamento. Na contramão dos ditames neoliberais, é preciso sublinhar também que essa população demarca e percorre uma trajetória longa de lutas por direitos em todos os campos previstos na Constituição Federal de 1988 (alimentação, saneamento, habitação, saúde, educação etc.).

As medidas de contrarreforma adotadas no País fragilizaram as legislações previdenciárias, trabalhistas e de assistência social, notadamente pelo corte de recursos públicos orientados para as suas execuções. Como resultado, grande parte da população brasileira é penalizada pela desproteção social, bem como pela invisibilidade da condição de pobreza de parcela importante da classe trabalhadora (FRENTE NACIONAL EM DEFESA DO SUAS E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2020).

Nesse ínterim, ocorreu em 2016 a promulgação da Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), que impôs um caráter contracionista à política fiscal – Novo Regime Fiscal –, na medida em que determinou o congelamento dos gastos sociais pelo período de 20 anos, limitando, no caso aqui, a expansão do SUAS e das demais frentes de minimização das desigualdades no País (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018; SILVA, 2019). Com isso, o impacto gerado pela pandemia, em um contexto com fortes ataques aos direitos sociais, somente exacerba as contradições e nos permite avaliar que um benefício emergencial, no porte do que foi aprovado no Brasil, não minimizará os efeitos deletérios da crise do capital, o qual atinge, de maneira mais explícita, algumas camadas da classe trabalhadora.

O AUXÍLIO EMERGENCIAL NO BRASIL: A QUAL EMERGÊNCIA SE DESTINA?

Os dados que nos permitem analisar a implementação do AE vêm sendo mapeados desde a sua regulamentação e, principalmente, a partir da primeira parcela liberada para os(as) beneficiários(as) em abril de 2020. Há um grupo populacional que recebeu o auxílio desde

o início da implementação e há grupos que passaram a receber nos meses seguintes. O último cadastramento foi realizado até 2 de julho¹¹.

Essa medida é bastante polêmica. O debate público a coloca tanto como uma ferramenta para reduzir, de forma imediata, alguns efeitos econômicos da pandemia, sob os ditames do Ministro da Economia, Paulo Guedes, e de sua política econômica ultraliberal, quanto como um mecanismo para a popularidade política, com vistas à reeleição do atual Presidente da República. Esse duplo espectro se vincula, ainda, a um terceiro elemento de ordem concreta, que se refere à reprodução imediata da vida dos trabalhadores brasileiros, visto que possibilita – ainda que o benefício esteja muito abaixo do valor relativo à necessidade da reprodução – algum nível de acesso material à riqueza social, considerando que o pagamento beneficia em torno de 120 milhões de pessoas (o que corresponde a 57,3% da população brasileira).

A posição primeira do Governo Federal foi de oposição à aprovação da medida, tendo ainda sugerido um valor irrisório. Entretanto, após a aprovação e implementação do Auxílio, o Governo passou a apresentar interesse político pelo benefício. Segundo pesquisa do Datafolha no início de agosto, a avaliação de Bolsonaro atingiu o melhor resultado desde o início do mandato (janeiro de 2019): subiu de 32% para 37% o número de pessoas que avaliaram como “ótimo” ou “bom” o atual Governo e caiu de 44% para 34% o número dos que o consideravam “ruim” ou “péssimo”, sendo que uma parte desse crescimento foi identificada como referente ao público beneficiário do AE¹².

Se compararmos o valor do auxílio com o salário-mínimo em vigor no País (R\$ 1.045,00, ou seja, algo em torno de US\$ 215,00) e o salário-mínimo necessário calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) no mês de março de 2020 (R\$ 4.483,20, ou seja, algo em torno de US\$ 920,00) para uma família de quatro pessoas, podemos dizer que o valor do AE está muito aquém das necessidades da população brasileira¹³. E, ainda, se compararmos esse valor com as medidas adotadas pelo Governo Federal para atender ao grande capital – como o setor bancário e o sistema de crédito, que recebeu algo em torno de R\$ 1,2 trilhão –, esse montante, destinado aos trabalhadores com baixa renda ou desempregados atingidos pelo AE (R\$ 35,7 bilhões), somente ratifica que o atual governo

11 Considerando a data da conclusão deste artigo.

12 Informações disponíveis em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/08/1988832-aprovacao-a-bolsonaro-cresce-e-e-a-mais-alta-desde-inicio-de-mandato.shtml>><<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/avaliacaodegoverno/presidente/jairbolsonaro/indice-1.shtml>>. Acesso em: 31 ago. 2020.

13 Informações disponíveis em <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo>>.

mantém a primazia pelos interesses do capital, evidenciando a relação orgânica entre Estado e capital neste modo de produção.

Ainda assim, embora nessa disputa por quanto seria pago à população demandante tenha sido aprovado um valor abaixo do esperado, essa aprovação mostrou, de alguma maneira, a disputa entre os interesses de classe na sociedade, ainda que isso tenha ocorrido, contraditoriamente, em um país subdesenvolvido e na periferia do sistema capitalista mundial, onde o salário pago aos trabalhadores está sempre muito abaixo de suas necessidades e sobre os quais está posta a *superexploração da força de trabalho* (MARINI, 2011).

Mesmo assim, os dados sobre o AE mostram que o valor recebido contribui (ainda que de forma insuficiente) com a reprodução imediata da vida de muitos brasileiros frente ao contexto de pandemia pela Covid-19. Isso se evidencia se for considerado o impacto do benefício nas regiões mais populosas ou historicamente com maior número de trabalhadores em condição de pobreza. Os maiores grupos de beneficiários do Auxílio no Brasil se localizam nas Regiões Sudeste e Nordeste (conforme mostra a tabela 2).

Tabela 2. Auxílio Emergencial em quantidade e volume do repasse (Brasil, por região)

Regiões	Qtd. de beneficiados (R\$ 600,00)	Qtd. de beneficiados (R\$ 1.200,00)	Qtd. de beneficiados (total)	Repasse (em bilhões de R\$)
Norte	4.361.395	1.122.697	5.484.092	2,490
Nordeste	14.821.743	3.563.562	18.385.305	13,169
Centro-Oeste	2.787.932	681.222	3.469.154	3,964
Sudeste	14.522.524	3.177.105	17.699.629	12,526
Sul	4.226.415	859.384	5.085.799	3,567
Total	40.720.009	9.403.970	50.123.979	35,717

Fonte: elaboração própria, a partir de dados disponibilizados pelo Ministério da Cidadania, em resposta a pedido via e-SIC, em consonância com a Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527/2011.

De acordo com os dados levantados pelo e-SIC, algo em torno de 25% da população brasileira obteve acesso ao benefício, o que representou um montante de R\$ 35,7 bilhões.

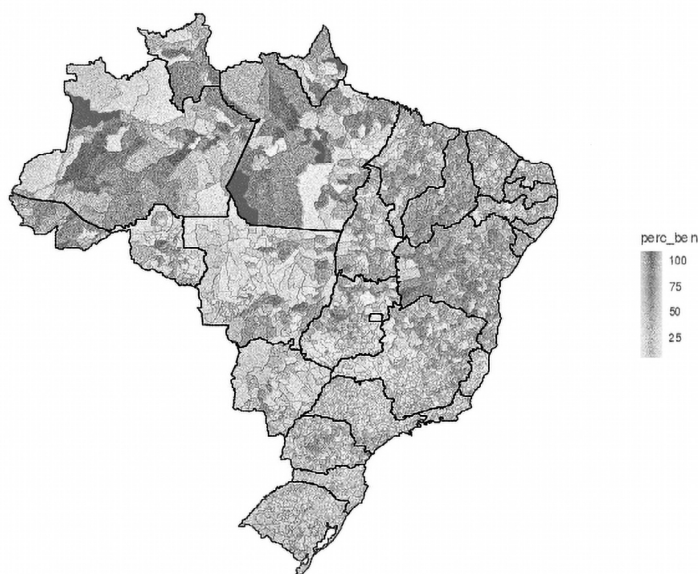
Quanto às regiões com maior número absoluto de beneficiários, estão o Nordeste e o Sudeste. Como a primeira região é menos populosa (57 milhões habitantes) do que a segunda (88 milhões habitantes), isso resulta

em um grau de cobertura maior. No Nordeste, a quantidade de beneficiários em relação à população total foi de 371 beneficiários por mil habitantes, bastante superior ao Sudeste, com 236 beneficiários por mil habitantes.

Em relação à distribuição do total pago, em abril de 2020, entre as regiões, observa-se que seguiu a tendência regional vigente no Brasil, quando se considera a participação regional no total da população, sendo alternadas apenas as posições entre as Regiões Sul e Centro-Oeste – Norte (7%), Nordeste (37%), Centro-Oeste (11%), Sudeste (35%) e Sul (10%).

A distribuição do Auxílio também revela uma série de questões associadas às desigualdades regionais e territoriais. No País, as regiões com a parcela mais empobrecida da classe trabalhadora também registram proporcionalmente maior número de beneficiários. As cidades médias e pequenas são as que mais beneficiários concentram, evidenciando-se a histórica desigualdade entre campo e cidade, o que se sobressalta após a conformação do modo de produção capitalista, com a concentração das indústrias, da produção (e da distribuição) da riqueza social nos chamados grandes centros urbanos. Assim, a parcela *latente* da *superpopulação relativa*, referente àquela vinculada ao campo, nos termos de Marx (2008), assume forma particular no capitalismo contemporâneo periférico brasileiro.

Mapa 1. Distribuição espacial do Auxílio Emergencial no Brasil



Fonte: elaboração própria, a partir de informações obtidas junto ao Ministério da Cidadania (abril

de 2020). Obs.: $\text{perc_ben} = \frac{\text{quantidade de beneficiário da cidade}}{\text{população da cidade}} \times 100$.

O mapa 1, que apresenta os dados de cobertura do Auxílio Emergencial para cada município, mostra um contraste entre as Regiões Norte, Nordeste e parte ao norte da Região Sudeste, com cor de preenchimento mais escura, em relação ao Centro-Oeste, parte do Sudeste e do Sul, com cor de preenchimento mais clara. O dado indica maior percentual de beneficiários em relação à população local do primeiro grupo em relação ao segundo.

O nível de cobertura da população beneficiária do AE cresce proporcionalmente ao aumento do índice de desemprego da classe trabalhadora. Esse fenômeno evidencia as perdas diretas de trabalho e renda dos trabalhadores em virtude do quadro de recessão econômica vigente. No entanto, a pandemia por Covid-19 não é o fator que instaurou a crise atual (MAVROUDEAS, 2020). Cabe salientar que essa é a crise da acumulação capitalista, que se arrasta com breves interregnos desde os anos de 1970 e que, no cenário mais atual, a partir de 2008, infligiu perdas significativas para os trabalhadores. Logo, ela pré-existe ao episódio de crise sanitária e já impunha uma série de restrições e retrocessos aos direitos trabalhistas no Brasil e no mundo.

A precarização do trabalho, em suas diversas variações – extensão da jornada e intensificação do trabalho, estagnação salarial, flexibilização dos contratos de trabalho (tempo parcial, por tempo determinado), assédio moral no ambiente laboral, crescimento do trabalho informal etc. –, já degradava as condições de reprodução da vida dos trabalhadores, levando-os a sentir os impactos do declínio das taxas de lucro do capital, mediante a socialização das perdas na balança econômica.

Os desdobramentos da crise sanitária provocada pela pandemia por Covid-19 potencializaram as perdas para os trabalhadores no Brasil, seja para a parcela da população que é usuária da Assistência Social, inscrita no CadÚnico e mapeada no território nacional, seja para aquela que não acessava os serviços socioassistenciais, mas cuja precária relação com o mercado de trabalho as enquadrava nos critérios de elegibilidade do AE.

É importante notar a relevância do CadÚnico para a comprovação das condicionalidades, servindo como importante indicador da institucionalização do SUAS no País. No entanto, cabe indagar até que ponto a implementação do AE vem corroborando a redução dos impactos

da crise econômica advinda com a pandemia da Covid-19 na vida da população empobrecida. Tal fato é impactante se for considerado esse recebimento nas cidades de pequeno porte.

Por estrato populacional, as cidades que mais receberam os recursos foram as consideradas médias, com 100 a 500 mil habitantes (23%), seguidas das cidades grandes, acima de 1 milhão de habitantes (19%), e das cidades “pequenas medianas”, entre 20 e 50 mil habitantes (19%). Estas últimas têm 16% de participação populacional, em relação aos 26% das cidades médias e 22% das grandes, contemplando – de forma razoavelmente desconcentrada – mais de 64% da população total do Brasil.

Tabela 3. Auxílio Emergencial em quantidade e volume do repasse (Brasil, por estrato populacional dos municípios)

Estrato	População	Qtd. de beneficiados (600)	Qtd. de beneficiados (1.200)	Qtd. de beneficiados (total)	Repasse (em bilhões de R\$)
Pequena-Peq.	0	981.600	147.379	1.128.979	0,766
Pequena	0	6.836.521	1.250.818	8.087.339	5,603
Pequena-Med.	0	7.696.600	1.661.788	9.358.388	6,612
Média-Peq.	0	4.874.740	1.187.912	6.062.652	4,350
Média	0	9.370.328	2.337.102	11.707.430	8,427
Média-Grande	0	3.399.793	884.767	4.284.560	3,102
Grande	0	7.560.427	1.934.204	9.494.631	6,857
Total		40.720.009	9.403.970	50.123.979	35,717

Fonte: elaboração própria, a partir de informações obtidas junto ao Ministério da Cidadania (abril de 2020).

Os dados reforçam tanto a importância dos recursos para as regiões mais distantes dos grandes centros urbanos quanto a considerável demanda de $\frac{1}{4}$ da população pelo benefício. É importante notar que há ainda um conjunto de solicitações que foram negadas, assim como uma parcela populacional que sequer conseguiu fazer a solicitação pelo benefício, mesmo atendendo aos critérios de acesso e tendo a necessidade de recebê-lo.

Levando em consideração a forma de acesso ao benefício, os dados apontam que, do quantitativo total de beneficiários, 41% foram pessoas que estavam fora do CadÚnico, ou seja, possivelmente

microempreendedores individuais (MEI), autônomos, desempregados e trabalhadores informais (precarizados) que perderam seus negócios e suas ocupações em função das consequências da crise, agravada pela questão sanitária. Em seguida, vêm os beneficiários cadastrados no CadÚnico com Bolsa Família (38%) e os cadastrados no CadÚnico sem Bolsa Família (21%). Somando-se os percentuais, tem-se que 59% das pessoas que receberam o auxílio já eram usuárias dos programas no âmbito da Política de Assistência Social.

Esses percentuais indicam, portanto, um elevado grau de precarização das relações de trabalho no País, em que, diante da paralisação de parte das atividades econômicas provocada pela pandemia, uma enorme parcela dos trabalhadores não possui garantias de manutenção da renda e do emprego, adentrando agora ao conjunto de desempregados e, conseqüentemente, tornando-se demandantes dos benefícios e programas de transferência de renda. Para entender esse fenômeno, é essencial aprofundar-se na análise dos dados sobre os perfis socioeconômicos dessas pessoas que estavam fora do CadÚnico e acompanhar como, posteriormente, ocorrerá (ou não) a reinserção delas no mercado de trabalho.

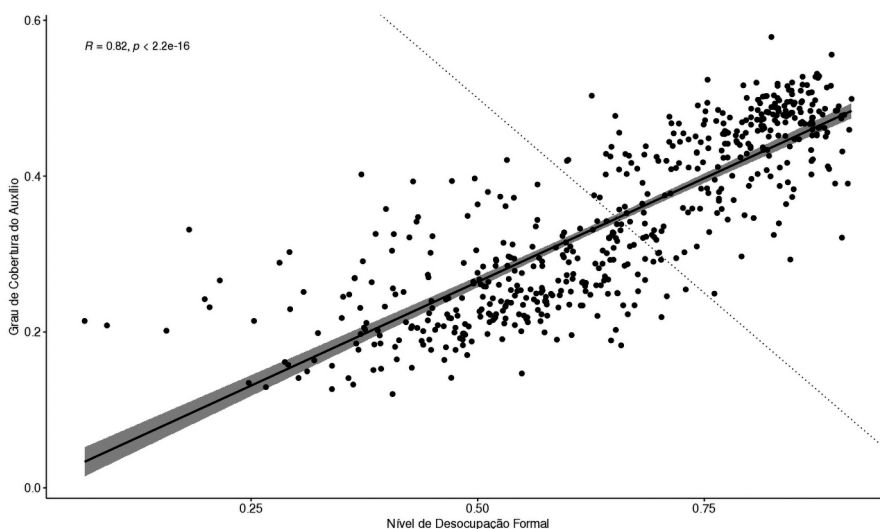
Quando se analisam os números a partir das modalidades do benefício recebido, percebe-se um desequilíbrio entre os beneficiados que já recebem o Bolsa Família e os demais. O grupo de beneficiados inscritos no CadÚnico com Bolsa Família recebeu 66% dos repasses na modalidade de R\$ 600,00 e 34% na modalidade de R\$ 1.200,00, ao passo que, entre os inscritos no CadÚnico sem Bolsa Família e os que estavam fora do CadÚnico, essa proporção foi de, em média, 88% dos repasses na modalidade de R\$ 600,00 e 12% na modalidade de R\$ 1.200,00. Isso expõe a condição de pobreza em que vivem as famílias que recebem o Bolsa Família no País, com forte presença de mães chefes de família.

Quanto à concessão do AE aos beneficiários inscritos no CadÚnico sem o Bolsa Família, observou-se a relativa concentração nas Regiões Nordeste e Sudeste de uma parcela da classe trabalhadora que, apesar de não atender às condicionalidades do Bolsa Família, subsiste em situação de desemprego ou em condições de vida e trabalho muito precárias, com renda insuficiente para prover as mínimas necessidades. Essa população é alvo do impasse contraditório da falta de acesso à Política de Assistência Social brasileira, mesmo por aqueles que teriam

necessidade e atenderiam aos critérios para acessá-la.

A altíssima correlação ($R = 0,82$) entre o nível de desocupação formal e o grau de cobertura do auxílio emergencial em relação à população em idade ativa estimada para as 568 microrregiões brasileiras (cf. gráfico 1) mostra, por um lado, como houve alcance do auxílio para microrregiões caracterizadas por um mercado de trabalho mais desestruturado. O fato de que o mesmo teste de correlação entre o nível de desocupação formal e o grau de cobertura do auxílio exclusivamente para os inscritos no CadÚnico tenha alcançado níveis ainda maiores ($R = 0,86$) indica a importância da ferramenta do CadÚnico para essas regiões¹⁴.

Gráfico 1. Grau de cobertura do Auxílio Emergencial e nível de desocupação formal (correlação) (abril de 2020)



Fonte: elaboração própria, com dados do CAGED e da RAIS (Secretaria de Trabalho) e informações obtidas junto ao Ministério da Cidadania.

Observação: grau de cobertura do auxílio: n. de auxiliados / população em idade ativa (PIA) microrregional (abril de 2020). Nível de desocupação formal: estoque de vínculos formais / PIA. A linha pontilhada é aquela em que o grau de cobertura se iguala ao nível de ocupação formal. Metodologia replicável disponível em Borges (2020).

A linha pontilhada mostra valores em que o grau de cobertura seria idêntico ao complemento do nível de desocupação formal, ou seja,

14 O mesmo teste para as microrregiões, relativo apenas à cobertura para não inscritos no CadÚnico, mostra um valor negativo e mediano, o que é um indício forte da falta de precisão e dos problemas envolvidos, que incluem desde o caso de servidores públicos que receberam automaticamente o benefício até exemplos do auxílio recebido por pequenos burgueses pertencentes às classes A e B, dentre outros desvios e irregularidades.

idêntico ao nível de ocupação formal. Em outras palavras, é a linha que representa um número de beneficiários equivalente ao número de empregos formais por microrregião. A grande quantidade de microrregiões à direita dessa linha representa locais com mais receptores de auxílios formais do que trabalhadores com vínculo formal de emprego.

Esse movimento só é possível via disputas entre os polos trabalho e capital, de modo que implementar qualquer benefício e políticas sociais mais universais, bem como pensar suas dimensões e seu alcance social, só é possível se o embate político tecer garantias ao polo trabalho.

Soma-se a isso o fato de que a operacionalização do AE pelo sistema bancário afastou-se do caráter emergencial e de prontidão, na medida em que a população usuária enfrentou ou enfrenta entraves em relação à carência de informações com transparência e precisão, tendo sido submetida a constrangimentos e, ainda, ao próprio risco de contaminação. Tal fato se evidencia pelas aglomerações ocorridas nas agências bancárias e nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para pleitear o acesso ao benefício (FRENTE NACIONAL EM DEFESA DO SUAS E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2020).

Levando-se em conta o contraditório, cabe acrescentar a importância do CadÚnico para agilizar o atendimento à parcela mais demandante da população brasileira, de modo que ter essa população identificada, registrada e acompanhada facilita não somente o conhecimento sobre essas pessoas, mas, sobretudo, a possibilidade de se chegar a elas mais facilmente numa situação de calamidade como a que está colocada. Esses dados formatados também possibilitam a formulação de políticas sociais com base nos elementos da realidade concreta e tendo por base os desafios quanto à sobrevivência dos trabalhadores do País, ainda que saibamos que esses tipos de cadastros públicos também servem a um determinado controle por parte do governo e da gestão do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos a implementação do Auxílio Emergencial no Brasil no contexto da pandemia por Covid-19, foi possível perceber como o aumento do número de fechamentos de postos de trabalho tem sido proporcional ao aumento do acesso ao benefício. Essa situação tem ratificado as precárias condições de trabalho e, sobretudo, de vida

da população brasileira.

Inserido na dinâmica internacional do capitalismo mundial como periférico e dependente, o Brasil constituiu uma classe trabalhadora bastante heterogênea. Assim, quanto à situação de trabalho, mas também de acesso material dessa classe, destacamos as importantes desigualdades de gênero e raça em seu interior, sendo que as mulheres negras são as que se inserem nos mais precários postos de trabalho.

E, ainda que a implementação do AE seja muito insuficiente, na atual conjuntura de crise da acumulação capitalista intensificada pela pandemia, o benefício tem sido importante para grande parcela dos trabalhadores brasileiros que não têm acesso à riqueza social, como demonstraram os dados sobre as regiões e os municípios que concentravam essa parcela da população que recebeu em maior número o benefício, que é a principal, quando não a única, fonte de renda de muitas famílias no presente contexto.

Embora o AE seja uma medida necessária ao abastecimento material da classe trabalhadora, entende-se que ele é insuficiente na provisão da população que tem sofrido sucessivas perdas antes e durante a pandemia. A exclusão pelos critérios de elegibilidade, os entraves para o acesso, além do baixo valor do benefício demarcam algumas das contradições inerentes à sua implementação. A distribuição do benefício também evidencia a histórica desigualdade territorial e regional quanto ao acesso material da riqueza pelos trabalhadores.

No que diz respeito ao AE e à sua relação com a Política de Assistência Social, procuramos apresentar que a distribuição e o alcance do Auxílio se devem, em grande parte, à estrutura do CadÚnico. A utilização desse instrumento possibilitou que, em alguma medida, o caráter de prontidão e de emergência fosse alcançado, dado o prévio conhecimento da realidade socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, sem que estejam sujeitas à discricionariedade e à fraude. Para além disso, o uso do CadÚnico no atual cenário aponta para a importância da consolidação e da expansão do SUAS num país cuja herança da desigualdade social tem perpetuado relações sociais de produção marcadas pela precarização do trabalho sob a égide capitalista.

Por fim, os problemas que ora se apresentaram quanto ao abastecimento da classe trabalhadora se dão também pela carência de articulação do AE com os demais serviços ofertados pela Assistência Social e as demais políticas sociais que, se prestadas de forma ampla e universal,

contribuiriam para assegurar a sobrevivência da população brasileira. Portanto, ainda vale problematizar em um Estado orgânico ao capital (bem representado pelo atual governo) até que ponto o interesse pela vida dos trabalhadores está colocado.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

BORGES, R. E. S. (2020). **Benefício Emergencial e Municípios – BEPER Municipal** (Scripts para Software R). Disponível em: <<https://gitlab.com/rodrigoesborges/bepermunicipal>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

BRASIL (2020a). Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020. Regulamenta a Lei nº 13.982, que estabelece medidas de proteção social. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.316-de-7-de-abril-de-2020-251562799>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL (2020b). Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.982-de-2-de-abril-de-2020-250915958?inheritRedirect=true&redirect=%2Fweb%2Fguest%2Fsearch%3FqSearch%3DLei%2520no%252013.982%2520de%25202020>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M. de; ROSSI, P. (Coord.). **Austeridade e retrocesso: impactos sociais na política fiscal no Brasil**. São Paulo: Brasil Debate e Fundação Friedrich Ebert, 2018.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5ª ed. São Paulo: Global, 2008.

FRENTE NACIONAL EM DEFESA DO SUAS E DA SEGURIDADE SOCIAL. **Enfrentamento ao novo coronavírus, assistência social e a proteção à população mais vulnerável**. Disponível em: <<http://www.cresspr.org.br/site/wp-content/uploads/2020/03/enfrentamento-do-coronav%c3%8drus-assist%c3%8ancia-social-e-prote%c3%87%c3%83o-universal-%c3%80-popula%c3%87%c3%83o-vulner%c3%81vel-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 16 de jul. 2020.

FRENTE NACIONAL EM DEFESA DO SUAS E DA SEGURIDADE SOCIAL. **Os benefícios eventuais do SUAS em tempo de pandemia**. Informe 3: Assistência Social no enfrentamento à Covid-19. Disponível

em: <https://static.fecam.net.br/uploads/1521/arquivos/1773611_informe_3_beneficios_assistenciais_do_suas_1.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2020.

GOMES, H.; NAKATANI, P. A natureza e as contradições da crise capitalista. In: GOMES, H. (Org.). *Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea*. São Paulo: Outras Expressões, 2015, p. 247-288.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro, IBGE, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/8ff41004968ad36306430c82eece3173.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro, IBGE, 2020. Disponível em: <<ftp://ftp.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

MADEIRA, L. et al. **Os estudos de políticas públicas em tempos de pandemia**. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-os-estudos-de-politicas-publicas-em-tempos-de-pandemia/>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MAVROUDEAS, S. D. A pandemia de coronavírus e a crise econômica e da saúde. In: GONÇALVES, G. L. (Org.). **Covid-19, Capitalismo e Crise: Bibliografia Comentada**. Rio de Janeiro: LEICC/Revista Direito e Práxis, 2020, p. 113-125.

MOURA, C. **Racismo como arma ideológica de dominação**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-racismo-como-arma-ideologica-de-dominacao/>>. Acesso em: 26 jul. 2020.

NAKATANI, P.; SABADINI, M. Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Venezuelana de Análisis de Coyuntura**, v. 8, nº 2, p. 265-290, 2002.

SILVA, M. A. da. Os reflexos da crise econômica sobre os direitos trabalhistas no Brasil. **Revista Katálisis**. Florianópolis, v. 22, nº 2, p.

SER Social

PANDEMIA DE COVID-19 E POLÍTICAS SOCIAIS
Brasília (DF), v. 25, nº 51, julho a dezembro de 2022

Trabalho remoto em uma universidade: condições de trabalho, sobrecarga e assédio moral

*Remote work at a university: working conditions,
overload and moral harassment*

*Trabajo a distancia en una universidad: condiciones laborales,
sobrecarga y acoso moral.*

Tatiana dos Anjos Magalhães¹
<https://orcid.org/0000-0001-5247-269X>

Lúcia Rotenberg²
<http://orcid.org/0000-0002-4132-2167>³

Recebido em: 30/04/2022

Aprovado em: 1º/06/2022

Resumo: O trabalho remoto foi implementado nas instituições públicas de ensino superior como medida sanitária para conter o avanço da pan-

1 Assistente Social. Mestre em Saúde Pública. Doutoranda em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/FIOCRUZ). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4963957691254022>.

2 Bióloga. Doutora em Psicologia. Pesquisadora do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/FIOCRUZ). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0606137746805144>.

3 Não contamos com financiamento externo. Os recursos que viabilizaram o estudo que originou o presente artigo foram providos pelo Instituto Oswaldo Cruz (IOC), no qual a coordenadora da pesquisa, Prof.^a Dr.^a Lúcia Rotenberg, é lotada no Laboratório de Educação em Ambiente e Saúde. O Instituto Oswaldo Cruz faz uma distribuição anual de recursos entre os laboratórios, que o utilizam para a realização das pesquisas.

demia de Covid-19 no Brasil. Entretanto, tal medida representou uma mudança significativa no modo de trabalhar. O caráter repentino e o uso mais frequente de tecnologias de comunicação repercutiram nas condições de trabalho e saúde da comunidade universitária. Assim, o presente artigo tem por objetivo analisar as condições de trabalho dos servidores técnico-administrativos neste período, utilizando como instrumento um roteiro semiestruturado de entrevistas, que foram realizadas *on-line*, com a utilização da plataforma *Google Meets*. Como resultado, os servidores mencionam a falta de apoio institucional, a sobrecarga de trabalho, o aumento das demandas de trabalho e o assédio moral. A análise do impacto do trabalho remoto nessa população é de suma importância para planejar o retorno às atividades presenciais com menos impacto na saúde mental dos servidores técnico-administrativos.

Palavras-chave: Universidade. Trabalho remoto. Condições de trabalho. Assédio moral. Serviço público.

Abstract: Remote work was implemented in Public Higher Education as a health measure to contain the advance of the Covid-19 pandemic in Brazil. However, this measure represented a significant change in the way of working. The sudden character and the more frequent use of communication technologies had repercussions on the working and health conditions of the university community. Thus, this article aims to analyze the working conditions of technical-administrative employees in this period, using a semi-structured interview script as an instrument. The interviews were conducted online, using the *Google Meets* platform. As a result, the servers mention the lack of institutional support, overload work, increased work demands and moral harassment. The analysis of the impact of remote work on this population is of paramount importance to plan the return to face-to-face of the activities with less impact on the mental health of technical-administrative servers.

Keywords: University. Remote work. Working conditions. *Bullying*. Public service.

Resumen: El trabajo remoto se implementó en las Instituciones de Educación Superior Públicas como medida sanitaria para contener el avance de la pandemia de Covid-19 en Brasil. Sin embargo, esta medida representó un cambio significativo en la forma de trabajar. El carácter repentino y el uso más frecuente de las tecnologías de la comunicación repercutieron en las condiciones laborales y de salud

de la comunidad universitaria. Así, este artículo tiene como objetivo analizar las condiciones de trabajo de los empleados técnico-administrativos en este período, utilizando como instrumento un guión de entrevista semiestructurada. Las entrevistas se realizaron en línea, utilizando la plataforma *Google Meets*. Como resultado, los servidores mencionan la falta de apoyo institucional, la sobrecarga de trabajo, el aumento de las exigencias laborales y el acoso moral. El análisis del impacto del trabajo remoto en esta población es de suma importancia para planificar el regreso a las actividades presenciales con menor impacto en la salud mental de los servidores técnico-administrativos.

Palabras clave: Universidad. Trabajo remoto. Condiciones de trabajo. *Bullying*. Servicio público.

INTRODUÇÃO

O ano de 2019 terminou com a notícia de uma nova doença que surgiu em Wuhan, na China, relatada inicialmente como uma pneumonia não identificada (GORBALENYA et al., 2020). Não demorou para que os cientistas percebessem que se tratava de um vírus cuja família já era conhecida, o coronavírus. A gravidade da doença levou o mundo a ficar em alerta, pois os casos mais sérios poderiam causar a morte.

A pandemia provocada pelo coronavírus foi caracterizada como um dos maiores problemas de saúde pública internacional das últimas décadas, ocasionando uma grave crise social, que afetou a saúde mental da população mundial (FARO et al., 2020). A alta taxa de infecção do vírus e a facilidade de sua propagação resultaram no aumento exponencial do número de casos, levando ao colapso dos sistemas de saúde de vários países em quase dois anos de pandemia (CHAHROUR et al., 2020).

Os países foram impactados pelo novo coronavírus à medida que os casos e as mortes aumentaram. Diante de tal ameaça invisível, muitos adotaram medidas de distanciamento social e isolamento, fechando escolas e universidades. Muitos trabalhadores que não atuavam nos serviços essenciais passaram a exercer suas atividades de trabalho em ambiente doméstico.

Assim, a pandemia implicou repensar modos de trabalhar, de estudar, de se relacionar, enfim, outras formas possíveis de viver. Ao longo de 2020 e 2021, muitos estudos foram produzidos sobre a saúde mental dos trabalhadores da saúde durante a pandemia (HOLMES et

al., 2020; KANG et al., 2020); porém, ainda são poucos os estudos sobre o impacto do trabalho remoto à saúde mental dos trabalhadores.

As universidades públicas e instituições de pesquisas foram extremamente demandadas a dar respostas sobre o coronavírus, tanto no que diz respeito à produção de vacinas quanto de respiradores mecânicos, além do sequenciamento genômico⁴. No caso do Brasil, a relevante contribuição das universidades à sociedade contrasta com o intenso processo de ataque à autonomia universitária, com forte redução de recursos financeiros e intensa precarização do seu conjunto de trabalhadores (LEHER, 2019; LIMA, 2009; RIBEIRO, 2012).

Embora as universidades e instituições de pesquisa venham ocupando um lugar de destaque na produção de informações e projeções sobre o novo coronavírus, pouco conhecimento se tem produzido sobre a força de trabalho das universidades (BRANCACCIO et al., 2021; GUTIÉRREZ; GALLARDO, 2020; ODRIOZOLA-GONZÁLEZ et al., 2020; RIBEIRO et al., 2021; SERRALTA; ZIBETTI; EVANS, 2020; VAN NIEKERK; VAN GENT, 2021; ZIBETTI; SERRALTA; EVANS, 2021). Ao manterem suas atividades laborais durante a pandemia, tais trabalhadores contribuem para o cumprimento da função social da universidade (SILVA, 2001).

Dentre as pesquisas relativas à comunidade universitária em outros países, estão os estudos conduzidos por Odriozola-González *et al.* (2020), Sahu (2020) e Nierkerk e Gent (2021). O primeiro estudo foi realizado na Universidade de Valladolid, na Espanha, e utilizou a Depression, Anxiety Stress Scale (DASS-21), identificando que a depressão foi o sintoma psicológico de maior destaque. Na referida pesquisa, 9,8% dos participantes eram da equipe administrativa, 78% eram estudantes e 13,4%, professores.

No estudo conduzido por Sahu (2020) sobre a educação e a saúde mental, com foco nos estudantes universitários, os autores identificaram sentimentos de incerteza e ansiedade devido ao crescimento rápido dos novos casos de coronavírus, aumentando o nível de estresse. O referido estudo não trouxe informações sobre a saúde mental do corpo administrativo da universidade.

4 Disponível em: <<http://apub.org.br/apubnaquarentena/universidades-publicas-lideram-projetos-de-combate-a-covid-19/>> e em <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ufmg-mcti-e-governo-de-minas-assinam-protocolo-de-intencoes-do-centro-nacional-de-vacinas#:~:text=Os%20pesquisadores%20t%C3%AAm%20trabalhado%20no,%E2%80%9D%2C%20disse%20Sandra%20Goulart%20Almeida>>. Acesso em: 7 jul. 2022.

Nierkerk e Gent (2021) realizaram uma pesquisa em uma universidade na África do Sul, observando a relação entre a saúde mental e a sensação de bem-estar do corpo de *staff* daquela instituição. Os autores elencaram cinco fontes de preocupação: o medo da infecção, ano acadêmico interrompido, a família, o desemprego e as dificuldades financeiras.

Sobre as universidades brasileiras, cabe refletir sobre as pesquisas realizadas durante a pandemia por Serralta *et al.* (2020) e Zibetti *et al.* (2021). Os resultados da primeira pesquisa indicaram o trabalho, a saúde e o isolamento como as maiores preocupações dos participantes. A segunda pesquisa, que acompanhou longitudinalmente os trabalhadores de uma universidade no Brasil durante o trabalho remoto, identificou a mistura entre as atividades de trabalho e domésticas como fator de sofrimento.

Após dois anos de pandemia de Covid-19 e com algumas universidades públicas brasileiras retornando ao regime presencial ou ao chamado regime híbrido, é salutar analisar como o trabalho remoto afetou tais servidores, bem como em que condições esse trabalho foi realizado. Para isso, a pesquisa elegeu os servidores técnico-administrativos como população de estudo, considerando que o seu trabalho muitas vezes é invisibilizado dentro da rotina universitária (SABINO, 2021).

Assim, o objetivo do presente artigo é analisar a vivência de servidores técnico-administrativos da Universidade Federal Fluminense (UFF) sobre as condições do trabalho remoto durante a pandemia e possíveis relações com a saúde mental, considerando a disponibilidade de equipamentos, o apoio institucional e a sobrecarga, assim como as demandas domésticas.

O artigo está ancorado no referencial teórico que norteia o campo da saúde do trabalhador, que considera o trabalho como central na discussão sobre os modos de viver e adoecer das populações (LAURELL, 1993; LAURELL; NORIEGA, 1989). Baseia-se, ainda, na concepção de que não é possível discutir as condições de trabalho dos servidores técnico-administrativos durante a pandemia de Covid-19 sem considerar o impacto do trabalho remoto na vida e na saúde da população estudada.

CONDIÇÕES DE TRABALHO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA

Uma importante consideração deste trabalho é o aspecto social das doenças e como o capitalismo interage com elas. Um autor que

emprestou seu conhecimento para refletir sobre as epidemias além do caráter biológico foi Stark (1976). O autor considera a epidemia como parte de uma crise mais ampla gerenciada pelo capitalismo, já que nunca há leitos suficientes na sociedade capitalista (STARK, 1976). Uma das suas grandes contribuições é pensar além do estado de saúde e da doença, mas perceber a relação entre as epidemias e as condições de vida e trabalho. Para Stark (1976), as epidemias e as rebeliões surgem quando as condições de vida e trabalho estão insustentáveis. A crise social agravada com o advento da pandemia de Covid-19 não passou despercebida no interior das universidades públicas. O trabalho complexo realizado dentro de uma universidade pública é fortemente ligado aos enfrentamentos vividos por ela nos últimos anos. Desde o corte de verbas até o discurso anticientífico, as universidades têm sido constantemente atacadas, principalmente no que diz respeito à autonomia universitária (LEHER, 2017, 2019). Ao discutir o trabalho remoto, é possível ampliar a discussão sobre o trabalho e o processo de saúde-doença no seu interior, como forma de contribuir para o fortalecimento dos trabalhadores frente aos ataques.

Ferenc *et al.* (2015) identificaram que a educação superior está subordinada aos critérios de eficiência, baseados na lógica empresarial, em consonância com interesses de mercado. Tal fato ficou mais evidente após a década de 1990, quando a universidade deixou de ser categorizada como atividade exclusiva do Estado e passou a ser vista como um serviço e não como um direito (RIBEIRO; MANCIBO, 2013). Nesta linha, Ferenc *et al.* (2015) observam que os professores têm sofrido um aumento do seu ritmo de trabalho, arrocho salarial e sem possibilidade de aperfeiçoamento. A intensificação do trabalho decorrente das demandas dos programas de pós-graduação e dos órgãos de fomento os leva à escassez de tempo para refletir sobre o próprio trabalho.

Entre os servidores técnico-administrativos de uma universidade federal, o estabelecimento de metas dificilmente alcançáveis, a má relação com a chefia e o não reconhecimento profissional foram elencados como fatores de adoecimento no trabalho (MAGALHÃES; ROTENBERG, 2020). A burocracia institucional também foi apontada pelos servidores, bem como a relação entre professores e servidores técnico-administrativos (COIMBRA; BARROS, 2016; NUNES; LINS, 2009). Infelizmente, a categoria dos funcionários terceirizados ainda é uma categoria invisibilizada de trabalhadores, o que traz como consequência a ausência de estudos sobre essa população.

Quando a pandemia de Covid-19 avançou em território brasileiro, algumas medidas de proteção à saúde dos trabalhadores foram implementadas, dentre as quais a Instrução Normativa nº 21, que regulamentou o trabalho remoto dos servidores públicos federais (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020). Tal medida gerou, na universidade estudada, a Instrução Normativa nº 5, segundo a qual todos os servidores deveriam realizar seu trabalho remotamente, exceto aqueles que se encontram em atividades essenciais para a garantia da vida, da segurança, financeira e da estrutura física da universidade (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2020).

Cabe refletir que não ocorreu uma simples transposição das atividades de trabalho realizadas na universidade para o ambiente doméstico. Havia um contexto de grave crise social instaurada pela pandemia, assim como o medo presente no imaginário dos trabalhadores diante de uma doença grave e até então pouco conhecida. No caso do Brasil, os impactos trazidos pelo trabalho remoto na universidade ainda não foram estudados de maneira aprofundada. Apesar de ser uma medida de proteção à saúde dos trabalhadores, é importante destacar que foi uma mudança de rotina, de vida e um rompimento com uma realidade que, ainda que problemática, era conhecida pelos trabalhadores.

METODOLOGIA

O presente artigo é fruto da pesquisa intitulada “*Depressão, ansiedade e estresse entre os servidores técnico-administrativos de uma universidade pública no Rio de Janeiro em trabalho remoto durante a pandemia do Covid-19*”. A Universidade Federal Fluminense, local onde foi realizada a pesquisa, está localizada no Estado do Rio de Janeiro e possui 3.491 servidores docentes ativos, 3.861 servidores técnico-administrativos ativos e 1.997 funcionários terceirizados, conforme o portal da transparência da instituição. De acordo com a descrição de cargos, os servidores técnico-administrativos apresentam maior diversidade de atuação no campo institucional.

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva de base mista, que utiliza técnicas quantitativas e qualitativas. Segundo Minayo (2014), as pesquisas quantitativas podem despertar questões que só poderão ser respondidas por métodos qualitativos, justificando a escolha pela abordagem mista. A etapa quantitativa consistia no preenchimento de um questionário

on-line enviado por *e-mail* para os servidores da universidade. A etapa qualitativa foi realizada por meio de uma entrevista semiestruturada realizada à distância por meio da plataforma *Google Meets*.

Para o presente artigo, foram utilizados os dados obtidos na etapa qualitativa, buscando contribuir para a análise sobre a relação entre a saúde mental e o trabalho remoto. Os critérios de inclusão na etapa quantitativa foram: ser servidor técnico-administrativo da Universidade Federal Fluminense e realizar trabalho remoto durante a pandemia de Covid-19. Foram considerados como critérios de exclusão estar aposentado(a), afastado(a) do trabalho por motivo de férias, licença médica ou qualquer tipo de afastamento para qualificação/capacitação.

Para a etapa qualitativa, o critério de inclusão foi ter respondido “sim” à pergunta do questionário sobre o interesse em participar de uma entrevista remota. Os participantes foram contatados por *e-mail* para o agendamento da entrevista. A não concordância com a gravação quando contatado(a) foi um critério de exclusão da segunda etapa. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O roteiro das entrevistas incluiu questões relacionadas às condições de vida e trabalho dos participantes. A transcrição integral e literal das entrevistas constituiu o material empírico, que foi submetido à análise temática de conteúdo, como preconiza Bardin (2016). A amostra final foi composta por 20 servidores técnico-administrativos, que consentiram em participar da entrevista e atenderam aos critérios de inclusão e exclusão.

Os preceitos éticos da pesquisa foram seguidos conforme orientação das Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016, tendo todos os entrevistados assinado o TCLE em todas as etapas do estudo. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética do Instituto Oswaldo Cruz/Fiocruz com o CAAE: 37174620.8.0000.5248 e pelo Comitê de Ética da Faculdade de Medicina/UFF com o CAAE 37174620.8.3001.5243.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A população do estudo foi composta por cinco homens cis, 14 mulheres cis e um participante preferiu não responder sobre sua identificação quanto ao gênero. Sobre a identificação por raça/etnia, 13

entrevistados se identificaram como brancos, seis como pardos/pretos e uma como amarela. A média de idade dos participantes foi de 40 anos, variando entre 32 e 54 anos. O tempo médio de trabalho na universidade foi de 8 anos, tendo variado entre um e 16 anos. Dos 20 servidores entrevistados, três se identificaram como pessoas com deficiência.

Houve grande diversidade quanto ao cargo dos servidores. Sete eram assistentes em administração, dois auxiliares em administração, um técnico de laboratório, duas psicólogas, uma assistente social, uma produtora cultural, uma bióloga, uma terapeuta ocupacional, uma química, uma secretária executiva e dois técnicos em assuntos educacionais.

A análise de conteúdo, com identificação do núcleo de sentido do material transcrito a partir das entrevistas, gerou as seguintes categorias: condições de trabalho, sobrecarga de trabalho e assédio moral.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

O conceito de condições de trabalho utilizado neste artigo é aquele mencionado por Dejours (2007), relacionado às pressões físicas, mecânicas, químicas e biológicas que incidem sobre o corpo do trabalhador, podendo ocasionar efeitos à saúde física e mental. As condições de trabalho dos servidores já eram precárias antes do trabalho remoto. A servidora E6 refere que as suas condições de trabalho agora são melhores, em comparação com o trabalho presencial. “A minha condição para o trabalho é melhor, não porque a pandemia tem me ajudado nisso, porque as condições que eu tinha antes não eram boas, eu não tinha telefone” (E6 preferiu não se identificar quanto ao gênero; é parda, tem 46 anos de idade e 15 anos de trabalho).

Estudos anteriores sobre servidores técnico-administrativos indicam que a falta de estrutura física, de equipamentos e de mobiliário já era um problema antes da pandemia de Covid-19 (MARQUES; PINTO, 2010; RIBEIRO; MANCEBO, 2013). Afirmar que as condições de trabalho dos servidores são melhores agora implica um risco de incorrer em um equívoco. Assim, a afirmativa se deve ao fato de que antes elas eram piores, mascarando o fato de que muitos servidores custearam suas condições de trabalho durante o trabalho remoto. “Em relação à condição de trabalho, a essa estrutura física, ela é toda minha, não é? Ela é toda pessoal. Não, não recebo nada da UFF para ajudar nessa estrutura.

Então... Aí, se for em relação à instituição, a estrutura é zero. Mas, né, enfim. Eu tenho a minha estrutura própria e aí eu consigo fazer” (E7, mulher cis, branca, 37 anos, 8 anos de trabalho).

A este respeito, Gidetti *et al.* (2022) estudaram o retorno ao trabalho entre membros administrativos de uma universidade pública na Itália. Os autores referiram que a falta de apoio institucional foi associada à exaustão, de tal forma que, quanto maior era o suporte institucional, menores eram os níveis de exaustão na população estudada.

No caso da universidade pesquisada, o que se percebeu entre os entrevistados foi a falta de suporte institucional mencionada pela maioria deles na etapa quantitativa. Em alguns casos, os servidores puderam levar os seus computadores institucionais para casa; entretanto, 78% dos servidores que responderam ao questionário informaram que não receberam equipamentos da instituição.

Minhas, minhas ferramentas, não é? Pessoais: meu computador, que toda hora dá problema; minha *internet*, que é da minha cidade, uma cidade do litoral pequena. Então, a gente não tem vários provedores, são dois só, e quando está ruim, está ruim. Quando chove, não consigo acessar a *internet* e meu celular. Então, assim, a universidade não me deu nada, nada: “ó, você está de trabalho remoto, se vira” (E20, mulher cis, parda, 41 anos, 11 anos de trabalho).

Não houve tempo hábil de preparação para a adoção do trabalho remoto como medida sanitária. A transição do trabalho presencial para o trabalho remoto não foi uma transição fácil, o que obrigou a universidade a buscar formas de se reinventar para manter a sua missão (RIBEIRO *et al.*, 2021; SAHU, 2020). “De, até agora, a gente, é, tem mantido a universidade funcionando, mas a gente não recebeu, não recebeu nada por isso” (E1, mulher cis, preta, 43 anos, 1 ano de trabalho).

Zibetti *et al.* (2021) mencionam que a transição para o trabalho remoto foi uma mudança drástica na rotina dos trabalhadores da universidade e que a mistura entre as atividades domésticas e o trabalho profissional se associou ao sofrimento mental. Tal aspecto também foi mencionado na presente pesquisa.

Tem gente que está adorando. Converso com algumas pessoas: “Nossa! Agora, não quero nem voltar”. Eu não gosto, não. Vou ser bem sincera [rindo]. É... Primeiro, que falando com a parte ergonômica, para mim, assim, tanto faz. Porque lá não era bom também. Mas falando com relação a... Acho que se mistura muito, essa coisa da atividade de casa com atividade do trabalho, assim. Fica uma coisa muito difusa. Eu não consigo separar bem isso. Conheço pessoas que conseguem superbem, gostam. Eu não (E10, mulher cis, amarela, 35 anos, 6 anos de trabalho).

O fato de que a servidora que fez o relato seja mulher reforça a importância de discutir as questões de gênero referentes ao trabalho remoto, como indicam Araújo e Lua (2021), entre outros autores, que ressaltam a relevância desse aspecto durante a pandemia. De fato, observamos maior sobrecarga entre as mulheres do que entre os homens nos dados oriundos da etapa do questionário, que serão abordados em outra publicação. Ribeiro *et al.* (2021) referiram, em sua pesquisa, que sentimentos como impotência, angústia e tristeza foram mais relatados entre as mulheres.

SOBRECARGA DE TRABALHO

Muitas atividades realizadas nas instituições públicas não foram pensadas para que fossem realizadas de maneira remota. Esse fato foi mencionado por Guidetti *et al.* (2022) como a primeira dificuldade no início do trabalho remoto, pois – além do trabalho a ser realizado – houve a necessidade da digitalização de alguns procedimentos, o que ocasionou uma sobrecarga de trabalho.

Então, assim: é, o pessoal está indo por conta própria, por amor mesmo, porque precisa, precisa receber os materiais tal e tal, e é isso assim. A gente, ninguém quer saber que eu estou respondendo *e-mail* meia-noite, ninguém quer saber que eu estou recebendo solicitação de professor domingo, só que diz: “Ah, você está em casa. Ah, imagina, você está em casa, está reclamando de quê? Você está em casa”. Tipo assim. É muito bom, é, essas pesquisas acontecerem, porque vai mostrar a realidade de cada um, e a gente está

trabalhando, não é brincadeira, não. É: “Ah, eu estou em casa não fazendo nada”. Não, estou trabalhando, já dei treinamento, é, fizemos várias coisas, organizamos várias coisas pela *internet*, não é? (E20, mulher cis, parda, 41 anos, 11 anos de trabalho).

A necessidade de adequar as práticas anteriores ao ambiente remoto demandou a realização de muitas reuniões em espaços virtuais. O fato de estarem em ambiente doméstico acarretou a diluição dos limites entre a casa e o trabalho. Tal fato colaborou para que as reuniões acontecessem cada vez mais em horários “não convencionais”, conforme relato da servidora a seguir.

Então, assim: a gente não tinha noção do quanto a gente tinha trabalhado, inclusive eu anotava, porque eu faço questão de anotar quando a reunião não era... Eu anotava o horário de início da reunião e o horário de término, sempre, e quando a reunião não era, é, num horário convencional, assim horário convencional assim, se fosse só de segunda a sexta até 9 horas, era normal ter a reunião nesse horário, mas assim: a gente se reunia domingo, feriado (E6 preferiu não se identificar quanto ao gênero; é parda, tem 46 anos de idade e 15 anos de trabalho).

No momento atual, em que as universidades no Brasil retomam as atividades presenciais, é importante considerar os efeitos do aumento da demanda de trabalho tanto no regime remoto quanto durante esse período de transição para o retorno presencial. O aumento das demandas de trabalho, observado em pesquisa na Itália, esteve associado à exaustão emocional tanto no trabalho presencial quanto no trabalho híbrido (GUIDETTI et al., 2022).

Até para mim mesmo, porque, assim, às vezes, não era nem a questão da minha chefia me cobrar nada, mas, às vezes, assim, eu vi que tinha muita coisa para fazer e eu, por exemplo, trabalhei depois do meu horário, trabalhei até uma, meia-noite, 1h da manhã, trabalhei sábado, trabalhei domingo, coisa que eu não deveria ter feito. Ninguém me pediu para fazer isso, mas eu fiz, entendeu? (E01, mulher cis branca, de 38 anos de idade, 3 anos de trabalho).

A fadiga crônica e a sensação de esgotamento foram mencionadas como fatores associados ao estresse pela implementação do trabalho remoto (GUTIÉRREZ; GALLARDO, 2020). Tal fato decorre do aumento das horas de trabalho, das condições de trabalho inadequadas e do uso de ferramentas tecnológicas como forma de manter as atividades da universidade (GUTIÉRREZ; GALLARDO, 2020).

Embora a servidora tenha mencionado que não foi solicitado por ninguém que ela trabalhasse mais, ela percebeu esse aumento de trabalho. Tal percepção durante o período remoto foi mencionada por cerca da metade dos servidores que responderam ao questionário na etapa quantitativa. Nesse sentido, 45% dos servidores que responderam ao questionário referiram ter percebido o trabalho em volume maior do que o de costume durante o período remoto.

ASSÉDIO MORAL

Além das condições de trabalho e da sobrecarga de trabalho durante o período de pandemia, o assédio moral também esteve presente na fala dos entrevistados, sendo este um tema ainda pouco debatido no interior da universidade.

O assédio moral se caracteriza como uma “exposição prolongada e repetitiva do trabalhador a situações humilhantes” (MUNIZ, 2008, p. 53). Na administração pública, o tema apresenta algumas particularidades, pois – devido ao caráter burocrático do setor – a identificação e a aplicação de punições são um desafio para aqueles que pretendem apresentar denúncia nesses casos (GOMES; LIMA, 2019). “Minha relação com ela [chefia] melhorou muito remotamente. Absurdamente. Porque a gente sabe que a UFF tem problema muito sério de assédio moral, que está incrustado, e que os docentes ou não enxergam ou não querem enxergar que fazem assédio” (E19, mulher cis, parda, 39 anos, 3 anos de trabalho).

Existem dois tipos de assédio moral: o assédio moral vertical, quando praticado em uma relação jurídica de subordinação, e o assédio moral horizontal, que é aquele praticado entre sujeitos que estão no mesmo nível hierárquico. O assédio moral vertical é denominado descendente quando a pessoa que pratica o assédio é hierarquicamente superior. Por sua vez, é chamado de assédio vertical ascendente quando praticado por aquele que é hierarquicamente inferior (MUNIZ, 2008).

O assédio moral mais comum é o assédio moral vertical descendente, como é o caso mencionado pela servidora cujo relato foi apresentado por último. A servidora identifica os docentes como praticantes desse assédio, corroborando a observação de que o assédio moral descendente é o mais frequente, pois – em sua maioria – são os docentes que ocupam as funções de chefias dentro da universidade.

Em outro relato, outro servidor entrevistado aborda as reuniões de equipe e a sua dinâmica de funcionamento:

Não há diálogo, só um “pode falar”, todo esse... Um fala e os outros só escutam e qualquer um que se manifeste é... é chamado a atenção, é... coisa... Então, assim, aí todo mundo acaba ficando constrangido e já virou uma prática. Reunião é só para ouvir, é só um monólogo, uma palestra, alguém fala ali e aí só para ver... E a maioria das reuniões que a gente teve foi reunião só para divulgar coisas que estão no boletim, que estão, não sei... Ah, fez isso, fez aquilo, fez não sei o que, fez não sei o que (E16, homem cis, branco, 51 anos, 8 anos de trabalho).

Analisar o assédio moral como prática de gestão ainda é uma perspectiva pouco estudada e discutida na universidade, mas que se apresenta na fala do entrevistado E16, em que uma equipe inteira é constrangida pelo chefe. Gomes e Lima (2019) também identificaram que a cultura institucional favorece a prática do assédio, devido à dificuldade de identificação e penalização dos casos.

Silva *et al.* (2020) analisaram o assédio moral no trabalho remoto em uma universidade federal, a partir da percepção dos trabalhadores. Os autores buscaram identificar os comportamentos referentes ao assédio moral, descrevendo uma série de comportamentos negativos característicos dessa prática. Entre esses comportamentos negativos estão: receber ligações e mensagens em meios não oficiais, solicitar demandas fora do horário de trabalho, em período de férias, feriados ou finais de semana e ser alvo de fofocas, difamações ou boatos (SILVA; SALLES; DUARTE, 2020). “Eu vejo que, de vez em quando, tem gente que manda *e-mail* 23h da noite. Eu não vou responder *e-mail* 23h da noite. Por mais que eu veja que eu recebi um *e-mail*, eu não vou responder, porque tem que entender que... é... trabalho remoto, continua sendo trabalho” (E17, mulher cis, branca, 33 anos, 3 anos de trabalho).

O recebimento de demandas fora do horário de trabalho foi mencionado por 50% da população que respondeu ao questionário na etapa quantitativa. Situações como essas muitas vezes não são percebidas como comportamentos negativos, uma vez que, durante o trabalho remoto, o *WhatsApp* foi incorporado como ferramenta de trabalho sem problematizações, como foi observado por Rosa *et al.* (2021), entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção do trabalho remoto não só traz novas reflexões sobre o trabalho na universidade, como trouxe luz a antigos problemas. Como indicam as falas dos trabalhadores estudados, dificuldades ligadas às condições de trabalho, à sobrecarga e ao assédio moral geram algum grau de sofrimento mental. Além do sofrimento vivido pela população de maneira geral durante a pandemia de Covid-19, os trabalhadores das universidades ainda tiveram um sofrimento adicional devido à pressão particular por apoiar as aulas *on-line* e os estudantes nesse período (ZIBETTI; SERRALTA; EVANS, 2021).

Neste sentido, o presente artigo buscou contribuir com os aspectos referentes às vivências dos servidores técnico-administrativos sobre os desafios do trabalho remoto. Os resultados do presente estudo corroboraram os apontamentos realizados em pesquisas anteriores, nas quais os aspectos de exaustão e sofrimento mental foram mencionados pelos entrevistados. A análise dos resultados aqui apresentados, face a outras investigações na área, é limitada em função dos poucos estudos de abordagem qualitativa sobre a vivência dos servidores durante o trabalho remoto.

No momento em que muitas universidades federais já preparam o retorno presencial, cabe fazer uma memória dos aspectos do trabalho remoto vivenciado pela comunidade acadêmica para que possa impulsionar práticas de trabalho menos adoecedoras. Conforme mencionado por Gidetti *et al.* (2022), o retorno ao trabalho é potencialmente estressante. Voltar ao “novo normal”, após dois anos de trabalho remoto, será um desafio para toda a força de trabalho na universidade. A observação de que muitos problemas apontados já existiam, tendo sido potencializados pelo trabalho remoto (ou amenizados, no caso das condições de trabalho), reforça a demanda por ações no campo da saúde do trabalhador que venham a beneficiar os servidores da universidade, condição precípua para que esta venha a cumprir sua função social.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, T. M. de; LUA, I. O trabalho mudou-se para casa: trabalho remoto no contexto da pandemia de Covid-19. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 46, 3 maio 2021.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRANCACCIO, M. et al. Effects of the Covid-19 Pandemic on Job Activity, Dietary Behaviours and Physical Activity Habits of University Population of Naples, Federico II-Italy. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, nº 4, 5 fev. 2021.
- CHAHROUR, M. et al. A Bibliometric Analysis of Covid-19 Research Activity: A Call for Increased Output. **Cureus**, 21 mar. 2020.
- COIMBRA, B. C.; BARROS, M. E. B. Relações de trabalho em uma universidade pública: atividade de servidores técnicos administrativos. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 19, nº 1, p. 13, 2016.
- DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do Trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- FARO, A. et al. Covid-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 37, p. e200074, 2020.
- FERENC, A. V. F.; BRANDÃO, A. C. P.; BRAÚNA, R. de C. de A. Condições de Trabalho Docente em uma Universidade Pública. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, v. 7, nº 14, p. 358–384, 2015.
- GOMES, L. F. G.; LIMA, M. E. A. O assédio moral no contexto universitário: o caso de uma IFES em Minas Gerais. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 22, nº 1, p. 1–14, jun. 2019.
- GORBALENYA, A. E. et al. Severe acute respiratory syndrome-related coronavirus: The species and its viruses – a statement of the Coronavirus Study Group. 11 fev. 2020.
- GUIDETTI, G. et al. Return to Work during the Covid-19 Outbreak: A Study on the Role of Job Demands, Job Resources, and Personal Resources upon the Administrative Staff of Italian Public Universities. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, nº 4, p. 1995, jan. 2022.

GUTIÉRREZ, R. J.; GALLARDO, F. H. Salud mental en funcionarios de una universidad chilena: desafíos en el contexto de la Covid-19. **Revista Digital de Investigación en Docencia Universitaria**, v. 14, nº 2, p. e1310–e1310, 4 dez. 2020.

HOLMES, E. A. et al. Multidisciplinary research priorities for the Covid-19 pandemic: a call for action for mental health science. **The Lancet Psychiatry**, v. 7, nº 6, p. 547–560, jun. 2020.

KANG, L. et al. The mental health of medical workers in Wuhan, China dealing with the 2019 novel coronavirus. **The Lancet Psychiatry**, v. 7, nº 3, p. e14, mar. 2020.

LAURELL, A. La construcción teórico- metodológica de la investigación sobre la salud de los trabajadores. Em: **Para la investigación sobre la salud de los trabajadores**. Série Paltex, Salud y Sociedad 2000. Washington: OPAS, 1993.

LAURELL, A.; NORIEGA, M. **Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário**. São Paulo: Hucitec, 1989.

LEHER, R. Darcy Ribeiro e a universidade (cada vez mais) necessária. **Revista Arte de Educar**, v. 3, nº 2, p. 145–153, out. 2017.

LEHER, R. Autonomia universitária e liberdade acadêmica. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 14, nº 29, p. 19, abr. 2019.

LIMA, K. Contrarreforma da educação nas universidades federais: o REUNI na UFF. Em: ANDES- SN (Ed.). **Universidade e Sociedade** 44. 44ª ed. Brasília-DF: [s.n.], v. ano XIX, p. 147–158.

MAGALHÃES, T. dos A.; ROTENBERG, L. “Eu só quero minha vida de volta”: Desgaste mental e saúde dos servidores técnico-administrativos de uma universidade pública em Niterói (RJ). **Universidade e Sociedade**, v. ano XXX, nº 65, p. 56–69, fev. 2020.

MARQUES, E. P.; PINTO, M. B. Universidade e precarização: considerações sobre o processo de trabalho dos servidores da UFF. **Universidade e Sociedade**, v. 45, nº ano XIX, p. 39–49, jan. 2010.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 21**. Altera a Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil

da Administração Pública Federal – SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). Disponível em: <<http://www.in.gov.br/web/dou>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

MUNIZ, M. K. de C. B. Aspectos relevantes acerca do assédio moral e assédio sexual no direito do trabalho. **Aspectos relevantes acerca do assédio moral e assédio sexual no direito do trabalho**, set. 2008.

NUNES, A. V. de L.; LINS, S. L. B. Servidores Públicos Federais: uma análise do prazer e sofrimento no trabalho. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 9, nº 1, p. 51–67, 4 nov. 2009.

ODRIOZOLA-GONZÁLEZ, P. et al. Psychological effects of the Covid-19 outbreak and lockdown among students and workers of a Spanish university. **Psychiatry Research** **290**, v. 290, nº 113108, p. 8, 19 maio 2020.

RIBEIRO, C. V. dos S. O trabalho do técnico-administrativo em Instituições Federais de Ensino Superior: análise do cotidiano e implicações na saúde. **Revista de Políticas Públicas**, v. número especial, p. 423–432, out. 2012.

RIBEIRO, C. V. dos S.; MANCEBO, D. O servidor público no mundo do trabalho do século XXI. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, nº 1, p. 192–207, 2013.

RIBEIRO, L. da S. et al. Efeitos da pandemia de Covid-19 na saúde mental de uma comunidade acadêmica. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 34, 14 jul. 2021.

ROSA, M. R. da; ARANA, R. S.; PEREIRA, E. N. O impacto das tecnologias para o trabalho remoto na administração pública federal: um estudo com servidores técnicos administrativos em educação na UNILA. **Práticas em Gestão Pública Universitária**, v. 5, nº 1, p. 196–217, 17 jun. 2021.

SABINO, L. M. **As percepções dos(as) técnico-administrativos(as) em educação sobre a jornada de trabalho de 30 horas semanais na Universidade Federal de Minas Gerais**. Dissertação—Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

SAHU, P. Closure of Universities Due to Coronavirus Disease 2019 (Covid-19): Impact on Education and Mental Health of Students and Academic Staff. **Cureus**, 4 abr. 2020.

SERRALTA, F. B.; ZIBETTI, M. R.; EVANS, C. Psychological Distress of University Workers during Covid-19 Pandemic in Brazil. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n° 22, p. 8520, jan. 2020.

SILVA, N. M. da; SALLES, A. L. B. de M.; DUARTE, F. R. Assédio Moral no Trabalho Remoto em Tempos de Covid-19: A Percepção de Servidores de uma Universidade Federal / Moral Harassment in Remote Work in times of Covid-19 The Perception of Servers at a Federal University. **ID on-line Revista de Psicologia**, v. 14, n° 52, p. 785–798, 30 out. 2020.

SILVA, F. L. E. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. **Estudos Avançados**, v. 42, n° 15, p. 295–304, 2001.

STARK, E. **A epidemia como fato social**. Tradução: Carlos Roberto Oliveira. Connecticut, Estados Unidos da América: [s.n.].

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Instrução de Serviço Progepe n° 5. **Boletim de Serviço**, v. LIV, n° 47 Suplementar, p. 15, 17 mar. 2020.

VAN NIEKERK, R. L.; VAN GENT, M. M. Mental health and well-being of university staff during the coronavirus disease 2019 levels 4 and 5 lockdown in an Eastern Cape university, South Africa. **The South African journal of psychiatry: SAJP: the journal of the Society of Psychiatrists of South Africa**, v. 27, p. 1589, 2021.

ZIBETTI, M. R.; SERRALTA, F. B.; EVANS, C. Longitudinal Distress among Brazilian University Workers during Pandemics. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n° 17, p. 9072, 27 ago. 2021.

SER Social

PANDEMIA DE COVID-19 E POLÍTICAS SOCIAIS
Brasília (DF), v. 25, nº 51, julho a dezembro de 2022

A realidade das(os) estudantes de Serviço Social da UERJ na pandemia

The reality of UERJ Social Work students in pandemic
La realidad de las(os) estudiantes de Trabajo Social de la UERJ en la pandemia.

Paula Bonfim¹

<https://orcid.org/0000-0003-2469-910>

Graziela Scheffer Machado²

<https://orcid.org/0000-0003-1921>

Recebido em: 28/04/2022

Aprovado em: 15/06/2022

Resumo: O artigo aborda os resultados preliminares de uma pesquisa cujo objetivo foi analisar as condições de vida das(os) estudantes da Faculdade de Serviço Social da UERJ, de uma universidade pública, no contexto pandêmico e suas estratégias de enfrentamento. A pesquisa foi realizada entre junho e setembro de 2020 e objetivou também construir estratégias pedagógicas alinhadas à realidade das(os) estudantes durante o ensino remoto emergencial. Utilizamos uma metodo-

1 Assistente Social, formada pela Universidade Católica de Salvador (UCSal). Mestre e doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Adjunta 3 da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3280628090535469>.

2 Assistente Social. Doutora e Mestre em Serviço Social (UFRJ). Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2248722313233969>.

logia mista, além de pesquisa quantitativa e qualitativa, realizada em duas etapas: na primeira, foi aplicado um questionário *on-line* às(aos) estudantes de todos os períodos do curso – alcançando um total de 228 estudantes; já na segunda fase, utilizamos o instrumento “diários solicitados” e registros fotográficos, de forma que 16 estudantes relataram, durante um mês, suas vivências na pandemia. Os resultados parciais demonstram que a maioria dessas(es) estudantes tem sofrido os impactos da pandemia tanto no que se refere às dificuldades econômicas quanto no aspecto da saúde mental, o que acaba interferindo decididamente na sua vida acadêmica.

Palavras-chave: Pandemia de Covid-19. Serviço Social. Estudantes.

Abstract: The article presents the preliminary outcomes of a research that aims to analyze the living conditions of students from the UERJ Faculty of Social Work of a public university in Rio de Janeiro in context of the Covid-19 outbreak and their strategies for dealing with this new reality. The research also aimed to build pedagogical strategies aligned with the reality of students during emergency remote teaching. The methodology used was a mixed approach and was carried out in two stages: in the first, an online questionnaire was applied to students from all levels of the course – reaching a total of 228 within a statistical population of 477 students; in the second phase, we used the solicited diaries research method in a group of 16 students that reported for one month their experiences in written and photographic records. The partial results of the research shows that the majority of these students have suffered the impacts of the outbreak both in terms of economic difficulties – with significant drop in their incomes – and mental health issues – many have symptoms of anxiety, fear, discouragement, and depression, which ends up decisively interfering in their academic performance.

Keywords: Covid-19 outbreak. Social Work. Students.

Resumen: El artículo aborda los resultados preliminares de una investigación cuyo objetivo fue analizar las condiciones de vida de las (os) estudiantes de la Facultad de Trabajo Social de la UERJ, de una universidad pública, en el contexto pandémico y sus estrategias de enfrentamiento. La investigación tuvo como objetivo, también, contribuir para la formulación de estrategias pedagógicas alineadas a la realidad de las(os) estudiantes, durante el tiempo de educación vir-

tual impuesto por las medidas de aislamiento y distanciamiento social. Utilizamos una metodología mixta, investigación cuantitativa y cualitativa, realizada en dos etapas: en la primera, las(os) estudiantes de todos los niveles de la carrera respondieron un cuestionario *on-line* – alcanzando un total de 228 dentro de una población estadística de 477 alumnos; en la segunda fase, utilizamos el instrumento “diarios solicitados” y registros fotográficos, donde 16 estudiantes relataron, durante un mes, sus vivencias en la pandemia. Los resultados parciales demostraron que la mayoría de esas(es) estudiantes han sufrido los impactos de la pandemia ya sea en lo inherente a las dificultades económicas o en lo que refiere a la salud mental, lo cual acaba interfiriendo decisivamente en la vida académica.

Palabras claves: Pandemia de Covid 19. Trabajo Social. Estudiantes.

INTRODUÇÃO

As reflexões aqui apresentadas são resultantes de uma pesquisa que teve como objeto de análise a realidade das(os) estudantes de serviço social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), de uma universidade pública do Rio de Janeiro que, historicamente, em curso noturno e com política de cotas, recebe segmentos da classe trabalhadora carioca.

Conforme estudos sobre a pandemia no Brasil (IPEA, 2021), o perfil socioeconômico das pessoas contaminadas e dos óbitos no País tem uma marca de classe, gênero e raça. Os maiores índices de contaminação e mortalidade estão concentrados nas regiões mais desiguais do País. A maior letalidade foi evidenciada entre homens, pessoas com maior idade e entre pessoas negras, pardas e indígenas e menos escolarizadas. O maior percentual das vítimas da Covid-19 constitui os trabalhadores formais mais precarizados, temporários e sub-remunerados, os informais, os desempregados e os sem-teto que residem em áreas mais precárias das grandes cidades brasileiras.

As regiões periféricas das cidades apresentam condições precárias de saneamento, transporte e serviços públicos. A maioria dos residentes dessas áreas precarizadas das cidades é constituída por pessoas negras, que sofrem preconceitos, humilhações e violência policial. Portanto, o cotidiano dessas famílias trabalhadoras agrava a pobreza e o adoecimento mental. As

mulheres são atingidas de diferentes formas, como, por exemplo: maior taxa de desemprego, violência doméstica, aumento da sobrecarga de trabalho, além do risco de contaminação e morte por Covid-19. Com a pandemia, a área da educação foi duramente atingida. Embora o fechamento das escolas e universidades tenha se justificado em função das medidas sanitárias tomadas para conter a propagação do vírus, tais medidas se refletiram fortemente na vida da população mais empobrecida, trazendo para o centro do debate a questão do cuidado com as crianças, a segurança alimentar e a precarização do ensino em todos os níveis.

Os(as) estudantes universitários(as) estão entre aqueles(as) que têm sofrido fortemente os impactos devastadores dessa conjuntura pandêmica. Sua maioria pertence a famílias da classe trabalhadora mais empobrecida e enfrenta o desafio de entrar na universidade e se manter nela; por isso, a realidade de muitos é conciliar trabalho e estudos. Pesquisa realizada pela Andifes em 2018 revela que 70,2% dos(as) estudantes das instituições federais de ensino estão inseridos(as) na faixa de renda mensal familiar de até um salário-mínimo e meio. Outro dado importante é referente ao percentual de cotistas: em 2005, esse percentual era de 3,1%, que foi para 48,3% em 2018.

Diante dessa realidade pandêmica, começamos a questionar como estariam as(os) estudantes de serviço social da UERJ, pois grande parte da comunidade estudantil estava no perfil da população mais atingida pela pandemia, ou seja, tais estudantes são oriundas(os) de segmentos da classe trabalhadora mais empobrecida, mulheres e moradores de regiões periféricas do Rio de Janeiro.

Segundo Iamamoto (2008), o Serviço Social tem um lugar privilegiado de aproximação com a vida cotidiana das classes subalternas; entretanto, pouco tem investido em pesquisa nessa elucidação sobre as metamorfoses e diferenças dos segmentos da classe trabalhadora, suas lutas e sua organização. Afirma a autora:

[...] como vivenciam e enfrentam relações de exploração e dominação por meio do conformismo e rebeldias, no interior das quais vão se forjando como sujeitos individuais e coletivos, construindo sua consciência não só a alienação, mas como mediação crítica da história. Esse é um pré-requisito para sintonizar o projeto profissional com as efetivas necessidades e interesses dos cidadãos e cidadãs que são

usuários dos serviços prestados, sintonizadas organizações e movimentos sociais por meio dos quais se expressam coletivamente (IAMAMOTO, 2008, p. 241).

Por essas razões, propomos a pesquisa sobre a realidade das(os) estudantes para trazer à luz as informações sobre suas vivências e dos seus bairros, contribuindo com o levantamento de dados e imagens que nos possibilitasse entender o enfrentamento da pandemia nos diferentes territórios da cidade do Rio de Janeiro e da região metropolitana. Na nossa avaliação, é fundamental compreender o impacto da pandemia na vida das(os) estudantes, considerando seus aspectos econômicos e sociais, suas condições de saúde física e mental e suas formas de enfrentamento no cotidiano. Com esse conhecimento, é possível construir estratégias pedagógicas alinhadas às suas necessidades sociais e, conseqüentemente, fortalecer seus vínculos com a universidade pública e com a formação de “[...] cidadãos participantes e conscientes de seus direitos civis, políticos e sociais; mas que zele por sua autoqualificação acadêmica e permanente aperfeiçoamento, de modo a contribuir na formação de cientistas, pesquisadores e profissionais” (IAMAMOTO, 2008, p. 433).

O artigo ora apresentado foi estruturado em dois itens: 1) os aspectos metodológicos do estudo; e 2) o impacto da pandemia nas condições de vida das(os) estudantes de serviço social da UERJ.

1. DO MÉTODO AOS ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

No momento em que nos colocamos o desafio de conduzir a pesquisa sobre a realidade das(os) estudantes de Serviço Social da UERJ durante a pandemia, sabíamos que, ao optarmos pelo método dialético na análise do movimento da realidade, seria necessário um esforço permanente de compreensão das contradições da dinâmica social e de sua totalidade a partir de suas múltiplas determinações e conexões, rompendo assim a aparência dos fenômenos.

O conhecimento da realidade se coloca, portanto, como urgente e fundamental para que possamos intervir radicalmente nela, enfrentando o desafio de construir relações sociais humanizadas (DEMO, 2001).

A investigação pautou-se no enfoque misto, que se caracteriza por “estudos quanti-qualitativos, mistos ou multimetodológicos que se

constituem na articulação de ambos os tipos de dados, que partem de fundamentos e características distintas” (PRATES, 2012, p. 123). Ou seja:

Por tratar-se de estudos orientados pelo materialismo dialético e histórico, a coleta e articulação de dados empíricos objetivos e subjetivos, como mediação necessária para tentar explicar os fenômenos investigados, parecem ser uma condição, na medida em que a teoria dialética postula, com base na lei dos saltos, a necessária articulação entre os aspectos quantitativos e qualitativos (PRATES, 2012, p. 124).

A pesquisa foi realizada em dois momentos distintos da vida acadêmica durante a pandemia: 1) antes do início do ensino remoto emergencial (ERE) – junho/2020 – com a coleta dados de caráter quantitativo; e 2) no início do semestre de 2020 – setembro/2020 – ERE, com a utilização de instrumentos investigativos de caráter qualitativo. Destacamos também a pesquisa bibliográfica sobre a pandemia de Covid-19, seus aspectos epidemiológicos e socioeconômicos no Brasil e no mundo.

Considerando as dificuldades no acesso às/aos estudantes, geradas – em grande medida – pelo isolamento social, entendemos que a adesão à pesquisa foi bastante expressiva. Das 477 matrículas ativas, 228 estudantes responderam ao questionário, correspondendo a 48% do universo das(os) alunas(os) do curso de Serviço Social. A última questão do questionário era aberta (não obrigatória) e possibilitava às(aos) alunas(os) registrar outras informações, não contempladas nas demais questões fechadas. Essa questão teve 76 respostas, cujas(os) alunas(os) falavam sobre suas dificuldades, angústias, incertezas e da importância de serem ouvidas(os) naquele momento de suspensão das atividades acadêmicas e de isolamento social.

Para a realização da segunda fase da pesquisa, nós nos deparamos com o desafio de acessar o universo das(os) estudantes em suas particularidades e singularidades. Como já sinalizamos anteriormente, nós nos propomos a entender a realidade das(os) estudantes numa perspectiva dialética, tendo a totalidade como um pressuposto central. Nesse sentido, entendemos que as pesquisas quantitativa, bibliográfica e de dados das mídias nos forneciam elementos importantes, mas não suficientes. Era necessário compreender outras causalidades e atravessamentos para

desvelar o significado da pandemia nas vidas delas(es). Conforme Bulla, Mendes e Prates (2004, p. 59):

Quando o objeto de estudo é constituído por *sujeitos*, é necessário que se reconheça a sua interferência no processo, manifesta a partir da expressão de suas características, expectativas, desejos, sonhos, medos, modos de comunicação, valores, representações [...]. É fundamental que seja valorizada sua singularidade, a partir de uma leitura própria do seu viver histórico, que ora se desvenda e ora se mascara.

A etapa qualitativa objetivou desvelar o miúdo do cotidiano das(os) estudantes, sem perder de vista a sua relação com a dinâmica da vida em sociedade. A ideia era que as(os) estudantes pudessem relatar suas vivências, mostrar seu cotidiano e, com isso, fazer um movimento – pouco observado no espaço acadêmico –, que é o de participar desse processo ativamente, como protagonistas.

Viabilizar a fase qualitativa da pesquisa foi desafiante, pois era necessário que fôssemos cuidadosas, pacientes e rigorosas com o passo a passo dessa etapa. Optamos pelo relato individual no formato de diário e de registros fotográficos feitos pelas(os) próprias(os) estudantes. Essa proposta, portanto, se traduziu pela ferramenta chamada “diários solicitados” (METH, 2019).

Os registros fotográficos na pesquisa foram de igual importância, na medida em que puderam trazer à luz o cotidiano “que não coube no papel” e possibilitaram que essas(es) estudantes desenvolvessem um olhar atento e reflexivo sobre suas rotinas, relações familiares, vivências em comunidade, movimentações nos territórios, relacionando-as à dinâmica da vida social. O uso da fotografia proporcionou tanto o desenvolvimento de um olhar atento e crítico de sua própria realidade quanto a análise da totalidade da sua vida social.

Os “diários solicitados” foram identificados por codinomes, escolhidos pelas(os) próprias(os) estudantes. É importante esclarecer que todas as fases da pesquisa foram orientadas por princípios éticos, resguardando o sigilo das(os) participantes e esclarecendo os objetivos e as metodologias, mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Portanto, as citações dos diários neste artigo aparecem com os codinomes das(os) estudantes.

A pesquisa nos permitiu conhecer a leitura de mundo das(os) estudantes na pandemia, fazendo uma aproximação entre o saber cotidiano da(o) educanda(o) e o saber acadêmico. Ao acessarmos a leitura de mundo das(os) estudantes, pudemos compreender suas concepções, a dialética entre suas condições objetivas e subjetivas no enfrentamento da pandemia e refletir sobre suas expectativas na formação acadêmica e com a universidade. As dimensões da subjetividade e da objetividade, pensadas como uma unidade dialética, foram pressupostos centrais na condução do processo de investigação. Como nos lembra Freire,

[...] subjetividade e objetividade, desta forma, se encontram naquela unidade dialética de que resulta um conhecer solidário com o atuar e este com aquele. É exatamente esta unidade dialética a que gera um atuar e um pensar certos na e sobre a realidade para transformá-la [...] (1987, p. 16).

Durante um mês, 16 estudantes fizeram seus registros, sendo acompanhadas(os) pelas coordenadoras da pesquisa durante todo o processo. A entrega semanal dos diários facilitou a construção de vínculos com as(os) estudantes e, assim, foi possível estabelecer uma relação de confiança, elemento fundamental para a condução da pesquisa.

Segundo Demo (2001), é necessário superar o distanciamento entre o ensino e a pesquisa. O autor argumenta que podemos pensar a pesquisa como um diálogo com a realidade social. Neste sentido, a pesquisa se vincularia ao ritmo da vida, produto e motivação de interesses sociais em disputa. Para o autor, a dimensão investigativa seria uma base importante da aprendizagem na superação da mera reprodução do conhecimento, pois “[...] significa conhecer, saber, informa-se para sobreviver, para enfrentar a vida de modo consciente” (DEMO, 2001, p. 43).

A investigação junto às(aos) estudantes também contribuiu para “cotidianizar a pesquisa” (DEMO, 2001) no sentido do enfrentamento de dificuldades político-pedagógicas relacionadas ao perfil histórico das(os) nossas(os) estudantes, que, enquanto um curso noturno, agrega – em sua maioria – alunas(os) trabalhadoras(es) que têm muitas dificuldades para a sua participação em atividades de pesquisa e extensão e, até mesmo, para a sua inserção em estágios regulares durante a semana. Portanto, “[...] estudar à noite significa acomodar exigências às

condições concretas [...]”, pois “[...] antes de estudar, precisa trabalhar para sobreviver” (DEMO, 2001, p. 51). A cotidianização da pesquisa implica a criação de um ambiente propício à formação do diálogo crítico.

2. O IMPACTO DA PANDEMIA NAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS(OS) ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL

As condições de vida da classe trabalhadora no Brasil antes mesmo da chegada da pandemia mundial já eram bastante precárias. Segundo Antunes (2020), “[...] mais de 40% da classe trabalhadora brasileira encontrava-se na informalidade ao final de 2019. No mesmo período, uma massa em constante expansão de mais de cinco milhões de trabalhadores/as experimentava as condições de uberização do trabalho, propiciadas por aplicativos” (p. 8)³.

A pandemia do novo coronavírus evidencia uma crise social e histórica (MASCARO, 2020). Não se trata somente de uma crise sanitária, mas de uma crise essencialmente vinculada ao tipo de relações sociais capitalistas. Como enfrentar uma pandemia mundial se o modo de produção hegemônico é responsável por milhares de desempregados, por habitações inadequadas, por serviços de transporte público e de saúde precarizados?

No fundamental, a dinâmica da crise evidenciada pela pandemia é do modelo de relação social, baseado na apreensão dos meios de produção pelas mãos de alguns e pela exclusão automática da maioria dos seres humanos das condições de sustentar materialmente sua existência, sustento que as classes desprovidas de capital são coagidas a obter mediante estratégias de venda de sua força de trabalho. O modo de produção capitalista é a crise (MASCARO, 2020, p. 5)⁴.

A pandemia aprofundou a precarização das condições de vida da classe trabalhadora, que já vinha sendo deteriorada com o avanço das políticas neoliberais no País. Outros aspectos que se evidenciaram na pandemia foram as desigualdades de gênero e raça. Harvey (*apud* Antunes, 2020, p. 18)⁵, ao analisar a sociedade norte-americana, afirma que a

3 Como essa citação é de *e-book kindle*, é possível variar a paginação. A citação encontra-se no item 1.

4 Como essa citação é de *e-book kindle*, é possível variar a paginação. A citação encontra-se no item 1.

5 Como essa citação é de *e-book kindle*, é possível variar a paginação. A citação encontra-se no item 3.

[...] Covid-19 exhibe todas as características de uma pandemia de classe, gênero e raça [...], já que a classe trabalhadora contemporânea nos Estados Unidos (composta principalmente por afro-americanas, latinas e mulheres assalariadas) enfrenta a feia escolha da contaminação em nome de cuidar e manter os principais meios de provisão (como mercearias) abertos ou o desemprego sem benefícios (como atendimento médico adequado).

A pesquisa com as(os) estudantes revelou uma realidade que vai na direção das reflexões feitas por Mascaro (2020), Antunes (2020) e Dunker (2020). Na primeira etapa da investigação, observou-se que a maioria das(os) estudantes é jovem (53,1% estão na faixa etária de 14 a 24 anos, e 25%, entre 25 e 31 anos), predominantemente feminina (85,4%) e com um recorte de raça bem expressivo: são estudantes predominantemente pretas(os) e pardas(os) (67,6%). No quesito renda (ou seja, pessoas oriundas de famílias da classe trabalhadora de baixa renda), 60,7% delas(es) possuem rendas familiares entre 1 e 3 salários mínimos e 11,8% têm rendas até 1 salário mínimo, sendo a maioria composta por mulheres negras, moradoras das áreas periféricas e que, durante esse período, tiveram perdas econômicas. Outro elemento que se apresenta é que são famílias, na sua maioria, chefiadas por mulheres. Em relação à composição da renda familiar, aparecem em destaque as(os) próprias(os) alunas(os) (56,1%) e suas mães (47,8%). Além disso, foi possível constatar que, com a pandemia, a renda familiar das(os) estudantes ficou ainda menor, já que 58% afirmaram que tiveram perdas de renda nesse período. É importante sinalizar um aspecto sobre a composição da renda. Embora tenhamos 40,4% de alunas(os) trabalhadoras(es), 56,1% indicam que contribuem com a renda familiar. Isso nos leva a acreditar que, talvez, as bolsas⁶ recebidas pelas(os) estudantes tenha alguma importância para a composição da renda familiar delas(es). Vejamos o relato a seguir:

Minha realidade neste momento é de preocupação, pois sou a única fonte de renda fixa em casa, já que meu companheiro é autônomo e, com a pandemia, não está podendo trabalhar. Não estamos conseguindo pagar todas as contas, dando prioridade às essenciais, e uma delas é a conta da *internet*. Não estou conseguindo me

6 O aluno ingressante pela reserva de vagas do vestibular faz jus à Bolsa-Permanência, mas precisa preencher alguns critérios. Um deles é comprovar sua condição de carência.

concentrar nos estudos e estou muito preocupada, pois preciso terminar a faculdade, já que estou alguns semestres atrasada por falta de estágio e, quando consegui no meu segundo estágio, tudo aconteceu. A faculdade seria uma melhoria das condições financeiras, já que poderia trabalhar na minha área. E tenho medo de perder a bolsa de cotista, que tem ajudado muito. Tenho um filho adolescente, que também é estudante de faculdade pública (UFRJ), mas que não conseguiu bolsa e, com todos em casa, as despesas de alimentação cresceram muito e a renda diminui (resposta aberta, questionário nº 27).

Ainda sobre a renda familiar, verificou-se que houve uma demanda expressiva pelo Auxílio Emergencial do Governo Federal. Entre aquelas(es) que responderam ao questionário, 60,5% afirmaram que alguém da família está recebendo o Auxílio. No entanto, é necessário considerar também aquelas(es) que solicitaram o Auxílio e não obtiveram resposta. A situação financeira das(os) estudantes reflete a condição econômica pela qual atravessa o Brasil neste momento. A recessão foi agravada com a pandemia e a situação de desemprego e preocupação com a queda da renda familiar aparece em muitos relatos.

Minha realidade é a mesma de diversos colegas da FSS com que mantenho contato. Desempregada, não consegui o Auxílio Emergencial, com constantes crises de ansiedade e depressiva [...] (resposta aberta, questionário nº 2).

Além de eu ter sido demitida, meu companheiro também está desempregado, estava recebendo as parcelas do Fundo de Garantia, mas já acabou e ainda não conseguimos acesso ao benéfico de Auxílio Emergencial. Portanto, atualmente, temos como rende fixa minha bolsa como cotista e a ajuda financeira da minha mãe (resposta aberta, questionário nº 54).

O enfrentamento da pandemia, diante da fragilidade econômica e política, ganha contornos particulares em cada país, região e território nas cidades. No caso do Brasil, a crise vai ser aprofundada pelo tipo de enfrentamento adotado pelo governo Bolsonaro, expressando, segundo Mascaro (2020, p. 12), grau ímpar de regressivo e reacionarismo político e social. Trata-se de investir na crise como reação à crise (idem, p. 14)⁷.

7

Como essa citação é de *e-book kindle*, é possível variar a paginação. A citação encontra-se no item 4.

Em diversos relatos, aparece uma relação significativa entre as condições financeiras e a condição de saúde mental dessas(es) alunas(os), como podemos verificar na fala a seguir:

Acho problemática a pressão de estarem pensando em continuar o semestre em EAD como se essa pandemia fosse um detalhe mínimo. Como produzir academicamente sem possuir as mínimas condições de saúde mental e sem saber como irei me manter alimentada e pagando minhas contas? (Resposta aberta, questionário nº 2).

Segundo Dunker (2020), a chegada do coronavírus ao Brasil ocorreu em meio à divisão social discursiva e à pauperização da vida econômica e dos direitos trabalhistas. O autor afirma também que, antes da chegada da pandemia ao Brasil, o País já vinha, há tempos, implementando o que Mbembe chama de necropolítica, ou seja, uma política de morte, que objetiva lentamente impor a manutenção de situações de miséria e desproteção. A opção política do governo federal no enfrentamento da pandemia foi nessa direção, ou seja, “[...] a lentidão na tomada de medidas protetivas, a negligência descarada em relação aos trabalhadores informais e o pouco caso com a vida das pessoas praticados pelo presidente” (p. 4)⁸.

O enfrentamento da crise sanitária causada pelo coronavírus nos colocava diante de dilemas éticos permanentes, já que as sociedades nas quais vivemos estão organizadas para reproduzir um modelo de produção movido pela lógica da acumulação. Como evitar a proliferação do vírus e salvar o máximo possível de vidas, se não existe limite moral, ético ou humanista ao capital? [...] A sociedade capitalista é apenas a sociedade da marcha da acumulação (MASCARO, 2020, p. 21)⁹.

Conforme Martins (2020, p. 1), os brasileiros foram empurrados a fazer a escolha perversa e mentirosa entre a atividade econômica ou o isolamento social. “O Brasil tornou-se laboratório de um experimento totalitário neoliberal”. Esse aspecto também se expressa nos registros diários num dilema entre manter o isolamento e a necessidade econômica de trabalhar.

A semana começou bem agitada. Meu companheiro está voltando ao trabalho integral, e isso nos preocupou um

8 Como essa citação é de *e-book kindle*, é possível variar a paginação. A citação encontra-se no item 1.
9 Como essa citação é de *e-book kindle*, é possível variar a paginação. A citação encontra-se no item 8.

pouco, medo mesmo. Parece que vivemos em um mundo paralelo, que tem uma pandemia e, nos outros lugares, tudo parece tão normal. Os cuidados aqui em casa continuam os mesmos e fazemos a questão de mantê-los. Meu companheiro está num mister de preocupação e alívio. O salário, mês que vem, também será integral (Diário de Sofia Lira).

Nesse momento de pandemia, minha ansiedade tem atacado bastante e de formas diferentes. Uma delas é a falta de concentração e a falta de estímulo para estudar. Minha família e eu estamos bastante preocupadas em como as coisas vão ficar a cada dia que acordamos, pois minha mãe é autônoma e minha irmã e eu temos contrato com data de término prevista (resposta aberta, questionário nº 108).

O enfrentamento da pandemia também é distinto se considerarmos as particularidades dos territórios. Aspectos como urbanização, saneamento e segurança são fundamentais para as condições de saúde física e mental. Nesse sentido, um dos aspectos importantes na pesquisa é o local de moradia dessas(es) estudantes. A grande maioria é moradora da zona norte da cidade (43,9%), seguida pela zona oeste (22,4%) e pela Baixada Fluminense (14,9%). Além disso, 21,5% residem em favelas e 32,5% em comunidades.

As(os) estudantes relatam alto grau de insegurança nos locais onde moram, dando destaque para a atuação do tráfico (36,4%) e para incursões policiais (24,6) e de milícias (18,4%). É importante sinalizar que essa situação de insegurança impacta a vida desses sujeitos em diversos aspectos e, na pandemia, as consequências são ainda mais deletérias. Nos locais de atuação das milícias, por exemplo, o comércio foi obrigado a permanecer aberto, gerando apreensão e medo por parte dos comerciantes. Além disso, a atuação das milícias impacta também serviços, como o acesso à *internet*. É comum, em áreas de atuação de milícias, existir a interferência no serviço de oferta de *internet*. Essa realidade de medo e insegurança pode ser evidenciada nos relatos de algumas(ns) estudantes:

Não tenho acesso à *internet* por morar em área considerada de risco. Agora que estão vendo a possibilidade de ter *internet* aqui na favela, pois a milícia não libera a entrada de outros a não ser a deles [...] (resposta aberta, questionário nº 51).

O tráfico cortou o acesso à *internet*, e estão fazendo com que assinem uma *internet* clandestina, que não tem estabilidade e frequentemente para de funcionar (resposta aberta, questionário nº 72).

Em relação ao isolamento social nos locais onde moram, 54,4% informaram que a movimentação das pessoas e a situação do comércio pareciam inalteradas. No que se refere à rotina durante a pandemia, observamos que essas(es) estudantes conseguiram fazer isolamento social total ou parcial e utilizaram máscaras e álcool como forma de prevenção ao vírus. Essa conduta certamente contribuiu para a preservação da saúde.

Nos registros dos diários, observou-se que as(os) estudantes, moradoras(es) de bairros periféricos, abordam um “conflito cultural”. Embora façam parte da classe trabalhadora mais empobrecida, apresentam um arcabouço sociocultural diferenciado, oriundo de sua inserção na universidade. Essa diferenciação produziu um sentimento de estranhamento frente aos cuidados sanitários da maioria dos moradores de seu bairro e à sua vivência cotidiana na esfera doméstica. Vejamos o trecho que ilustra esse aspecto:

Me lembro do que já disse outras vezes: estamos vivendo em um mundo paralelo, sem Covid, sem pandemia, entregues ao destino, tipo “seja o que Deus quiser”. A criançada brinca na rua, os pais saem para trabalhar, tem baile, tem churrasco, piscinas nas calçadas e um parque. Em tempos de pandemia, temos um parque sendo montado na comunidade. Decido ir ao parque, e lá vou eu, a alienígena mascarada. Nem meu neto e seu amiguinho, o dos doces, que peço para me acompanhar para usar como desculpa para as fotos, querem usar a máscara. Surpresa zero: parque lotado. Correria para todo lado e eu não consigo escrever isso sem cair no choro. É domingo, fiquei sabendo que minhas irmãs estiveram no parque com as crianças no sábado. Estou me sentindo muito confusa agora, neste momento. Parece que, ao relatar essas coisas, estou traindo as pessoas que conheço, que gosto (Diário de Maria).

Dunker (2020) chama a atenção para dois elementos fundamentais que não devem ser menosprezados na realidade brasileira: 1º) os processos de apreciação da própria realidade; e 2º) os processos de manipulação. No

Brasil, parte significativa da população tem avaliação equivocada sobre a nossa realidade e isso tem relação, em parte, com o processo de manipulação que se estabelece nas nossas relações. Segundo esse autor (id.), “o Brasil ficou de novo entre os últimos lugares na escala de apreciação da própria realidade. É possível que disso decorra nossa facilidade para sermos manipulados, ainda mais quando nos vemos diante das novas práticas decorrentes da linguagem digital e das mídias sociais”¹⁰ (p. 14)¹¹.

Outro aspecto relevante evidenciado na pesquisa é sobre a contaminação por coronavírus. Dos sujeitos pesquisados, 69,3% afirmaram que não se contaminaram; 3,1% testaram positivo; e 19,3% tiveram sintomas, mas não fizeram o teste. No que se refere aos familiares, o percentual dos que testaram positivo é maior (7,5%), mas ainda assim não é expressivo. É importante destacar dois aspectos referentes à saúde de familiares e pessoas próximas que podem ter um impacto na condição emocional das(os) estudantes. Embora estas(es), em sua maioria, apresentem boas condições de saúde física, 75,9% afirmaram não apresentar nenhuma comorbidade. Com relação aos seus familiares, esse percentual é bem menor, ou seja, 53,5% têm alguma doença crônica que as(os) torna integrantes de grupo de risco. Outro aspecto desestabilizador é que 28,1% perderam alguém próximo por Covid-19 durante a pandemia, como podemos ver num dos relatos:

Para além do aspecto financeiro, há um mês enfrentei a dor de lidar com o falecimento da minha tia, que contraiu Covid-19. Ela era muito próxima e querida, se foi com apenas 59 anos. Quase todas as pessoas por quem eu estava orando faleceram de Covid-19, e isso vai gerando uma angústia, principalmente pela impossibilidade de intervir. Apesar de toda a dor, sou grata pela vida, por estar com saúde e por ter recebido amor, carinho e solidariedade da família e de amigos. Permaneço na fé que tudo isso vai passar. Em relação à graduação, somente hoje me sinto mais saudável (mentalmente) e disposta para retomar as leituras (resposta aberta, questionário nº 133).

Os dados demonstram que as condições socioeconômicas e subjetivas das(os) estudantes foram bastante afetadas pelo contexto

10 O autor se refere aqui à pesquisa intitulada: “Os perigos da percepção”, realizada em 38 países pelo instituto Ipsos Mori, que avaliou a percepção das pessoas sobre a realidade de seus países.

11 Como essa citação é de *e-book kindle*, é possível variar a paginação. A citação encontra-se no item 3.

pandêmico, gerando, assim, inúmeros desafios para a realização do ensino remoto.

As reflexões feitas até o momento nos permitiram concluir que a situação geral da vida dessas(es) alunas(os) piorou muito durante a pandemia e, conseqüentemente, impactou o seu processo de aprendizagem.

No que refere à vida acadêmica, 40% das(os) que responderam ao questionário são cotistas. Embora o percentual de alunas(os) com acesso à *internet* seja expressivo (89%), o acesso não foi suficiente para propiciar boas condições de aprendizagem, já que 51,8% das(os) estudantes afirmaram ter dificuldades para desenvolver seus estudos e, dentre os principais motivos, estão o estresse vivenciado no momento, a dificuldade de concentração, a baixa velocidade e a instabilidade da *internet*. Muitos relatos expressam preocupações sobre o ensino à distância e sua condição de saúde mental:

Acho que este ano já acabou para a vida acadêmica. Não consigo ter foco para estudar nada, só fico preocupada com a situação atual e não teria um pingão de paciência para estudar EAD em meio a esse caos. No momento, meu sentimento atual é de medo, muito medo de pegar esse vírus e passar para minha avó idosa, de 83 anos. Só saio de casa para ir ao mercado, sacolão e banco. Não tenho contato físico com meus familiares, namorado etc. Hoje, por exemplo, uma amiga informou no nosso grupo que está com os sintomas da Covid-19. Os casos só aumentam, e essa flexibilização só piora a situação (resposta aberta, questionário nº 104).

[...] Há gritaria de criança, música alta etc. Fora que não consigo me concentrar em aula virtual. Gosto e prefiro aula presencial. A troca é muito válida. Eu tive muitas crises de ansiedade e muitas incertezas, inclusive no serviço social. Muitas crises de pânico e ansiedade. Acredito que nenhum aluno com o qual conversei durante a pandemia tem a segurança de voltar para a universidade agora. E muitos não têm acesso à *internet* de verdade. Estou em *home office* e, sinceramente, foram poucas as vezes em que peguei conteúdo da *internet* para estudar. Essa troca faz falta, pois li alguns textos, mas a troca em aula é muito melhor. Obrigada, desde já (resposta aberta, questionário nº 51).

Em relação aos sentimentos durante a pandemia, verificam-se relatos relacionados a questões como ansiedade, estresse, medo e tristeza. Outro aspecto de desestabilidade emocional é o peso do trabalho doméstico, que contribui ainda mais com essa situação. Na dinâmica da casa, é possível observar uma divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres (31,1%), mas ainda prevalece uma sobrecarga do trabalho feminino, incluindo os cuidados com as crianças.

Whitaker (2020) nos alerta que, conforme foi avançando no mundo a pandemia, muitos estudos vinham apontando o agravamento das “doenças mentais” e o surgimento de novos sintomas derivados da situação pandêmica. Entretanto, o autor ressalta que essa interpretação pode trazer a patologização do sofrimento humano e de suas lutas. O sofrimento mental pode ser entendido como uma reação comum a esse tempo pandêmico.

Apesar das incertezas em relação ao futuro e do sofrimento gerado nesta conjuntura pandêmica, é importante observar que as(os) estudantes, em suas experiências cotidianas, vão buscando caminhos para se reinventar e resistir, conforme ilustram os trechos a seguir:

Como forma de enfrentar as dificuldades, confio bastante em uma frase: “Que a injustiça não te entristeça, que te radicalize”. Nesse sentido, procuro não abaixar a cabeça e refletir sobre estratégias que potencializam a luta política. Atualmente, estou presente na gestão do centro acadêmico da faculdade, atuando nas redes sociais e dialogando com os estudantes (Diário de Anitta).

Me pego pensando em Trotsky, Lênin, Marx, revolução. Tão louco isso! Eu, que no início da minha graduação me senti bombardeada por informações que me custaram noites de sono, hoje sinto que a revolução aconteceu dentro de mim. Sinto que, na verdade, eu não sei nada e que seguirei sem saber, pois a vida é um eterno aprendizado. E, por muitas vezes, tenho gritado por socorro, pedido ajuda, buscado meios de me fortalecer e tenho a percepção de não ser a única a passar por isso (Diário de Maria).

Por fim, destacamos que o estudo acerca da realidade das(os) estudantes na pandemia foi bastante fecundo, sendo seus dados orientadores do planejamento das atividades de ensino remoto emergencial e, posteriormente, da avaliação desse processo de ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa nos possibilitou conhecer os perfis das(os) estudantes, suas dinâmicas de vida e suas vivências e resistências neste momento de pandemia. A maioria delas(es) tem sofrido o impacto dessa conjuntura tanto no que se refere às dificuldades econômicas – com queda significativa da renda – quanto no aspecto da saúde mental (uma vez que muitos apresentam sintomas de ansiedade, medo, desânimo e depressão), o que acaba interferindo decisivamente na vida acadêmica. Percebemos que, embora apresentem críticas ao modelo de ensino remoto à distância, essas pessoas manifestam apreensões sobre “o tempo perdido” ocasionado pelo atraso no curso. A realização da pesquisa, por sua vez, gerou uma proximidade com as(os) estudantes e um sentimento de pertencimento à comunidade acadêmica. Observamos, ainda, que o envolvimento das(os) estudantes na pesquisa possibilitou também que elas e eles refletissem sobre o seu próprio cotidiano, possibilitando, por vezes, o despertar de uma consciência crítica para as questões individuais e coletivas imbricadas nos processos sociais na pandemia.

REFERÊNCIAS

ANDIFES. V. Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES – 2018. FONAPRACE, Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2022.

ANTUNES, R. Coronavírus: **O trabalho sob fogo cruzado** (Pandemia Capital). Editora Boitempo, São Paulo, 2020. *E-book Kindle*.

BULLA, L. C.; MENDES, J. M. R.; PRATES, J. C. Metodologia de investigação e intervenção do projeto Labinter da PUCRS. In: BULLA, L. C.; MENDES, J. M. R.; PRATES, J. C. (Orgs.). *As Múltiplas Formas de Exclusão Social*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 55-76.

DEMO, P. Pesquisa – **Princípio Científico e Educativo**. Cortez: São Paulo, 2001.

DUNKER, C. I. L. **A arte da quarentena para principiantes** (Pandemia Capital). Editora Boitempo, São Paulo, 2020. *E-book Kindle*.

FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo: Cortez, 2016.

_____. **Educar com a mídia** [recurso eletrônico]: novos diálogos sobre educação/Paulo Freire, Sérgio Guimarães. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. Paz e Terra, 1987.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

IPEA. **Aspectos socioeconômicos da Covid-19: evidências dos trabalhadores formais do Estado do Rio de Janeiro**. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Brasília, Rio de Janeiro, 2021.

MARTINS, M. “A pandemia expõe de forma escancarada a desigualdade social”. In: **Pensar la pandemia**. Observatorio Social del Coronavirus nº 64. Disponível em: <[64-Dias-Martins.pdf \(clacso.edu.ar\)](#)>. Acesso em: out. 2020.

MASCARO, A. L. **Crise e pandemia** (Pandemia Capital). Editora Boitempo: São Paulo, 2020. *E-book Kindle*.

METH, P. “Desabafando” – O método do diário solicitado. In: BRAUN, Virgínia; CLARKE, Viktória; GRAY, Debra. **Coleta de dados qualitativos. Um guia prático para técnicas textuais, midiáticas e virtuais**. Tradução de Daniela Barbosa Henriques. Petrópolis: Vozes, 2019.

PRATES, J. C. (Org.). **As Múltiplas Formas de Exclusão**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

PRATES, J. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 11, nº 1, p. 116-128, jan./jul. 2012.

WHITAKER, R. “O impacto psicológico da pandemia: contra a patologização de nosso sofrimento”. In: AMARANTE et al. **O enfrentamento do sofrimento psíquico na pandemia: diálogos sobre o acolhimento e a saúde mental em territórios vulnerabilizados**. Rio de Janeiro: Ideias US/Fiocruz, 2020.

SER Social

PANDEMIA DE COVID-19 E POLÍTICAS SOCIAIS
Brasília (DF), v. 25, nº 51, julho a dezembro de 2022

População em situação de rua na pandemia: desdobramentos da crise do capital

Homeless population in the pandemic: unfolding of the capital crisis
Población sin hogar en la pandemia: desdoblamiento de la crisis del capital

Elaine Teixeira Alves dos Santos¹
<https://orcid.org/0000-0002-0361-7087>

Fernanda de Oliveira Sarreta²
<https://orcid.org/0000-0001-8001-3060>

Recebido em: 26/03/2022

Aprovado em: 14/06/2022

Resumo: O artigo tem o objetivo de analisar os desdobramentos da crise do capital na realidade da população em situação de rua em tempos de pandemia, o que aprofunda esse fenômeno social, ocasiona a precarização das relações de trabalho e acarreta o processo de rua-lização. As análises são construídas a partir de estudos e reflexões oriundos da pesquisa de doutorado em desenvolvimento e do exercí-

1 Assistente Social. Mestre em Ensino em Ciências da Saúde. Doutoranda da Universidade Estadual Paulista (UNESP), da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Campus de Franca (SP). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política de Saúde e Serviço Social. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5467314017440879>.

2 Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Docente da Universidade Estadual Paulista (UNESP), da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Campus de Franca (SP). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política de Saúde e Serviço Social. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9852924287537869>.

cio profissional junto a essa população no interior do Estado de São Paulo. Utilizamos o materialismo histórico-dialético como método de pesquisa e, por meio de uma abordagem qualitativa, realizamos um estudo bibliográfico para apresentar as bases históricas do capitalismo, que é o que produz esse fenômeno social e submete uma parcela da população a condições de vida e trabalho extremamente precárias. O manuscrito apresenta questionamentos necessários à reflexão sobre os impactos do acirramento da questão social na realidade das ruas, o que potencializou a invisibilidade dessa população na pandemia da Covid-19.

Palavras-chave: Política de saúde. Crise do capital. População em situação de rua. Pandemia.

Abstract: The article aims to analyze the consequences of the crisis of capital in the reality of the homeless population in times of a pandemic, which deepens this social phenomenon, the precariousness of work relationships and the process of streetization. The analyzes are built from studies and reflections from doctoral research in development, and from professional practice with this population in the interior of the State of São Paulo. We used historical-dialectical materialism as a research method, and through a qualitative approach, we carried out a bibliographic study to present the historical bases of capitalism that produces this social phenomenon, and subjects part of the population to extremely precarious living and working conditions. The manuscript presents necessary questions to reflect on the impacts of the intensification of the social issue in the reality of the streets, which potentiated the invisibility of this population in the Covid-19 pandemic.

Keywords: Health policy. Capital crisis. Homeless population. Pandemic.

Resumen: El artículo tiene como objetivo analizar las consecuencias de la crisis del capital en la realidad de la población sin hogar en tiempos de pandemia, lo que profundiza este fenómeno social, la precariedad de las relaciones laborales y el proceso de “rualização”. Los análisis se construyen a partir de estudios y reflexiones de la investigación doctoral en desarrollo y de la práctica profesional con esa población en el interior del Estado de São Paulo. Utilizamos como método de investigación el materialismo histórico-dialético, y a través de un en-

foque cualitativo, realizamos un estudio bibliográfico para presentar las bases históricas del capitalismo que produce este fenómeno social, y somete a parte de la población a condiciones de vida y trabajo sumamente precarias. El manuscrito presenta interrogantes necesarios para reflexionar sobre los impactos de la intensificación de la cuestión social en la realidad de las calles, que potenció la invisibilidad de esta población en la pandemia de la Covid-19.

Palabras clave: Política de salud. Crisis de capitales. Población sin hogar. Pandemia.

INTRODUÇÃO

A complexidade deste momento histórico, com a pandemia da Covid-19, está marcada por expressivas contradições e ataques aos direitos sociais, conquistados a partir da Constituição Federal de 1988, como o direito universal à saúde e a responsabilidade do Estado brasileiro. Tais contradições, referentes aos marcadores de raça, classe e gênero, evidenciam que a pandemia impactou de maneira mais expressiva as(os) trabalhadoras(es) e as populações em situação de vulnerabilidade (MATTA ET AL, 2021).

O artigo tem como objetivo promover reflexões acerca dos desdobramentos da crise do capital na realidade da *população em situação de rua* (PSR) em tempos de pandemia, o que tem intensificado esse fenômeno social. A atual conjuntura política, econômica e sanitária impactou as condições de vida de toda a população e, de forma mais significativa, a população preta, pobre e periférica, se desdobrando, conseqüentemente, no aumento de pessoas inseridas no processo da *rualização*, que – segundo Tiengo (2020) – se configura como um processo social que se desenvolve em um determinado espaço temporal, condicionado por múltiplas questões que envolvem o estar e o viver nas ruas. Desta forma, compreendemos que a vivência de rua não se dá arbitrariamente e nem pode ser explicada de forma descolada das relações sociais em que se insere, pois compreende-se que a *rualização* se materializa de maneira processual pelo atravessamento das complexidades da realidade social.

O novo coronavírus, denominado SARS-Cov-2, é o agente causador da doença infecciosa Covid-19, que impôs ao mundo a criação de

estratégias diante das demandas imediatas para a contenção e a assistência à saúde das populações. Na Declaração de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, publicada em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) alertou que a doença apresentava uma característica de disseminação alarmante, cujas gravidade e extensão exigiam ações integradas e respostas rápidas e eficazes.

A pandemia encontrou um quadro social crítico de recessão econômica mundial e mostrou as fragilidades dos sistemas de saúde em diversas realidades. No Brasil, país historicamente marcado pelas desigualdades e injustiças sociais, a crise econômica e política foi agravada pela crise sanitária e pelo descaso do Estado, acentuando os níveis de desigualdade e miserabilidade social. Ou seja, a pandemia aprofundou as injustiças inerentes à sociedade capitalista e atingiu desigualmente a população pelas suas condições de classe, raça e gênero e, sobretudo, pela situação de vulnerabilidade a que está exposta (MATTA et al., 2021).

A lógica perversa do capital, evidenciada pelo papel do Estado (a serviço dos interesses do mercado, em detrimento da saúde coletiva), exigiu que trabalhadoras(es) da linha de frente se mobilizassem diante da ausência de respostas (inclusive, do próprio Ministério da Saúde) na construção de estratégias para o enfrentamento da pandemia. No contexto pandêmico, ficou evidente a concepção ampliada de saúde ancorada no posicionamento ético e político, que compreende sua relação direta com as condições de vida e de trabalho e que, portanto, a defesa das políticas sociais (de assistência social, trabalho, alimentação, habitação, transporte, dentre outras) está relacionada com a defesa do direito à saúde e com a responsabilidade do Estado brasileiro.

O Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro, público e universal, em sua história de 34 anos, enfrentou situações semelhantes às demandas impostas pela pandemia da Covid-19 e sempre foi capaz de dar respostas de forma qualitativa, adequada e efetiva no atendimento à população. No entanto, o quadro sanitário que foi se apresentando e se agravando durante o ano de 2020, com a pandemia, teria sido diferente se tivessem sido adotadas as medidas básicas, técnicas e científicas indicadas pela OMS, como o uso de máscaras e o isolamento social para conter a disseminação do vírus.

Desde o início da pandemia, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) atuou na produção de inúmeros documentos para os órgãos

do Executivo, do Legislativo e do Judiciário com foco no combate à pandemia, mediante notas públicas, recomendações, cartas, pareceres técnicos, pacotes de medidas, orientações, moções e, sobretudo, por meio da revogação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que congela o financiamento das políticas sociais por 20 anos.

Apesar da expressividade do CNS na Frente Nacional pela Vida, iniciativa formada por diversas entidades científicas e sociais da saúde, o Governo Federal se posiciona de modo contrário às orientações e medidas, como, por exemplo, no que se refere ao orçamento destinado à saúde, que – em 2019 – foi de aproximadamente R\$ 147 bilhões, sendo que esse valor – em 2020 – caiu para R\$ 136 bilhões.

Segundo a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASPS), seria necessário um investimento extra na ordem de R\$ 20 a R\$ 30 milhões para que o SUS pudesse responder de forma adequada à pandemia (CNS, 2021).

Mesmo diante desse cenário de descaso, anticientificismo e de mercantilização da saúde em curso durante a pandemia, o SUS – precarizado e subfinanciado – se configurou enquanto aparato central e definitivo para salvaguardar a vida de milhões de brasileiras(os) (SARRETA, 2021). Porém, com todos os esforços de trabalhadoras(es) da linha de frente das políticas sociais (em especial, da saúde e da assistência social), o País registra a trágica marca de mais de 600 mil vidas perdidas e quase 30 milhões de casos da Covid-19 até março de 2022 (BRASIL, 2022). Esse dado expressa a perversidade de um governo aliado aos interesses do capital.

A questão que se destaca nesta análise proposta é que, em meio à pandemia, segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade foram atingidos de forma mais agravada. Os estudos apresentam dados que evidenciam que a Covid-19 apresentou maior mortalidade nas populações negra, indígena e nas periferias (MATTA et al., 2021; OLIVEIRA et al., 2020; BATISTA et al., 2020).

A partir dessa expressão da injustiça social, o texto está organizado em uma breve reflexão sobre as bases históricas que produzem o fenômeno social da população em situação de rua e sobre os desdobramentos da crise do capital enquanto processo que submete uma parcela da população às condições de vida e de trabalho mais precárias possíveis, considerando

níveis extremos de violação de direitos. Em seguida, analisamos a realidade da classe trabalhadora inserida no contexto das ruas, que tem esse espaço como a única possibilidade de garantia de sua subsistência, considerando que o acirramento da questão social e os limites dessa realidade agravaram a invisibilidade dessa população na pandemia.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL E OS DESDOBRAMENTOS DA CRISE DO CAPITAL

A história da população de rua remonta à própria história da humanidade. A desigualdade, o desemprego, a pobreza, a mendicância e a exclusão estão presentes na organização das diversas sociedades, com indivíduos, famílias e grupos vivendo na rua e sobrevivendo dela. Pessoas com deficiência e/ou tidas como loucas, prostitutas, vadias e leprosas eram impedidas de viver nas comunidades. Foucault (1978) apresenta um retrato de como determinados grupos eram condenados à exclusão e vagavam de cidade a cidade, sendo expulsos de cada uma delas.

Porém, é com o processo de advento do capital mercantil, com o êxodo rural e o crescimento das cidades industriais que o fenômeno social da população em situação de rua se torna uma questão de ordem estrutural e inerente ao modo de produção capitalista. Para desvendar a complexidade desse fenômeno social, o materialismo histórico dialético o apresenta como elemento de análise da sociedade capitalista na sua produção material e reconhece o sistema de exploração da classe trabalhadora.

Marx (2013) expõe, em sua obra, a engenharia operada para manter a acumulação e a valorização do capital, sendo inerente a esse sistema a existência de trabalhadoras(es) em condição de desemprego e/ou subemprego, o que denomina de “exército industrial de reserva ou superpopulação relativa” (2013, p. 704).

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de

maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua conta própria. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional. [...]. Por sua vez, as oscilações do ciclo industrial conduzem ao recrutamento da superpopulação e, com isso, convertem-se num dos mais energéticos agentes de sua reprodução (MARX, 2013, p. 707-708).

Essa parcela da população, à margem das relações formais de trabalho, é essencial para a manutenção do capital e o desenvolvimento da acumulação de riquezas nesse modo de produção. O exército industrial de reserva ou superpopulação relativa, de acordo com Marx (2013, p. 716), “possui continuamente três formas: flutuante, latente e estagnada”. A superpopulação flutuante é aquela cujos trabalhadores são sazonalmente chamados e dispensados de seus postos de trabalho. A superpopulação latente é basicamente formada pelo trabalhador rural que está também em condições de pauperismo. Já a superpopulação estagnada é formada pelo trabalhador informal e tem como característica principal o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de remuneração. Além disso, caracteriza ainda um grupo ou nicho que está na esfera do pauperismo ou o lumpemproletariado, considerado o segmento mais inferiorizado da superpopulação relativa.

Abstraindo dos vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, do lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social é formada por três categorias. Em primeiro lugar, os aptos ao trabalho. Basta observar [...] para constatar que sua massa engrossa a cada crise e diminui a cada retomada dos negócios. Em segundo lugar, os órfãos e os filhos de indigentes. Estes são candidatos ao exército industrial de reserva e, em épocas de grande prosperidade, [...] são rápida e massivamente alistados no exército ativo de trabalhadores. Em terceiro lugar, os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. Trata-se especialmente de indivíduos que sucumbem por sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, daqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e, finalmente, das vítimas da indústria – aleijados, doentes, viúvas etc. –, cujo número aumenta com a maquinaria perigosa, a mineração, as

fábricas químicas etc. O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e juntos eles formam uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza (MARX, 2013, p. 719).

Nessa longa citação, que se refere à classe trabalhadora do século XIX na Europa, evidencia-se a importância de identificar que determinados conceitos e referências permanecem presentes na contemporaneidade ao se pensar na PSR e nas relações que permeiam a realidade das ruas, justamente por se tratar de relações inerentes ao modo de produção capitalista. Ou seja, os séculos se passaram, os contextos territoriais e históricos são diversos, mas a engenharia que opera as desigualdades na lógica do capital apenas se sofisticou e continua criando populações cada vez mais pauperizadas para a manutenção do próprio sistema.

A análise das condições da classe trabalhadora no século XIX na Europa, enquanto processo de aproximação e apropriação da fundamentação teórica e metodológica utilizada neste estudo, contribui para compreender que esse fenômeno social é histórico, heterogêneo e fruto das contradições próprias do capitalismo, de suas crises e do seu modo de produzir e se reproduzir.

Obviamente que a referida obra traz, consigo, as análises do seu tempo; porém, é evidente que apresenta o mecanismo que empurra as(os) trabalhadoras(es) para estratos cada vez mais subalternizados e precarizados da sociedade e do mundo do trabalho. Esse fenômeno social não é novo e se aprofunda com as novas configurações do capitalismo.

O presente ensaio constitui uma proposta de dialogar com o pensamento marxiano, realizando as mediações necessárias para a compreensão de que os conceitos em análise foram elaborados em uma realidade cujas características do capital se diferem muito da construção que se deu na sociedade brasileira. Sendo o Brasil um país historicamente escravocrata, dependente e profundamente marcado pelo colonialismo, possui características muito específicas do desenvolvimento do capitalismo que se observou, em geral, em toda a América Latina (SILVA, 2012). Ao analisar as relações e as lutas de classe no Brasil, Silva (2012) apresenta dados importantes à compreensão das especificidades do capitalismo dependente e do processo de pauperização da

classe trabalhadora, fundamentais para a construção do fenômeno da população em situação de rua no Brasil.

Ainda na busca por realizar as devidas mediações com a teoria em análise, dialogamos com Muñoz (2011), que realiza um breve resgate histórico do fenômeno da população em situação de rua no Rio de Janeiro. Em sua fala no Seminário Nacional sobre o Trabalho da/o Assistente Social no SUAS, transcrito e publicado em conjunto pelo CFESS e pelo CRESS, foi possível identificar, dentre outros fatores, o sistema escravocrata e o seu declínio como determinantes para o aumento no número de pessoas nessa condição. E, ao levantar o perfil da PSR, o autor evidencia as especificidades inerentes a essa sociabilidade na construção de nichos superpauperizados. Portanto, fica evidente que a teoria em Marx, que se debruça sobre o constructo da classe trabalhadora, é fundamental para compreendermos como o referido fenômeno se deu dentro das características desta sociabilidade, compreendendo que cada conjuntura histórica, política e econômica determina especificidades em seu modo de produção, sem perder de vista que a lógica que o compõe segue a lei geral de acumulação do capital.

As sociedades baseadas na lógica do capital, com o passar dos séculos, foram reinventando e reorganizando novas formas de manter a concentração de riquezas, por meio da exploração da classe trabalhadora. Porém, o modo de produção capitalista é fundamentalmente marcado por crises cíclicas e estruturais, que aprofundam as desigualdades sociais inerentes ao capital (SILVA, 2015). O capitalismo possui um metabolismo que requer uma análise ancorada em uma perspectiva histórica e crítica, de modo que nos permita desvendar as relações e as determinações desses fenômenos na contemporaneidade, o que pressupõe ir além das aparências reveladas nesse modo de produção. Tais crises são necessárias à sua manutenção e resultam em transformações estruturais nas condições para acumulação de capital. Para Marx (2013, p. 720), as crises “[...] não são mais do que soluções momentâneas e violentas das contradições existentes, erupções bruscas que restauram transitoriamente o equilíbrio desfeito”, o que nos leva a afirmar que a crise sanitária da pandemia não desencadeou uma crise econômica mundial, mas aprofundou-a.

Mézsáros (2009) explica que a crise contemporânea é uma crise estrutural do capital, o que afeta as sociedades em sua totalidade: nos âmbitos político, social, econômico, cultural, educativo, com desdobramentos no aprofundamento da pobreza, da exclusão social, da destruição

da natureza etc. O capital é um sistema estruturalmente em crise e com potencial destrutivo. As contradições da sua dinâmica podem oferecer condições para as resistências, as lutas e os movimentos de ruptura com essa lógica e na direção de uma nova sociabilidade.

Behring (2018) analisa que a crise do capital está amparada no conservadorismo e no liberalismo, com aprofundamento do individualismo, dos preconceitos, do racismo, das violências, da devastação do meio ambiente, dentre outros impactos. Para a autora, a adesão do Estado brasileiro à agenda do capital fortaleceu o pensamento neoliberal exatamente quando a sociedade estava construindo o Estado democrático de direito e conquistando direitos com a Constituição Federal de 1988. A partir dos anos de 1990, o neoliberalismo encontra as suas bases e passa a ser absolutamente destruidor, assumindo expressões diferenciadas no mundo.

Na sociedade brasileira, as respostas foram de destruição das conquistas e dos direitos sociais assegurados, como o direito universal à saúde, e a tendência à promoção de políticas focalistas, conforme cita Behring (2018). Em relação à política de saúde, a autora ressalta que se configuram, como uma tendência mundial, as contrarreformas neoliberais, a restrição aos sistemas universais e a ampliação da mercantilização, com a expansão dos planos privados, como alternativa de acumulação. Portanto, o enfrentamento da pandemia e do pós-pandemia, com consequências imprevisíveis para a grande maioria da população, apresenta o desafio de fortalecer as políticas sociais já asseguradas e elaborar políticas emergenciais e integradas que considerem as particularidades do país e das regiões, dos indivíduos, dos grupos e das comunidades.

Nesse cenário adverso de fortalecimento do projeto neoliberal, a criação da Política Nacional para a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009) é uma conquista a ser valorizada e defendida. Com ela, houve a regulamentação do Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, para assegurar seu acesso às políticas sociais, aos serviços e aos programas, colegiado este que envolveu ações integradas de nove Ministérios, ou seja: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Justiça, Saúde, Educação, Cidades, Trabalho e Emprego, Esportes e Cultura. Isso demonstra que as questões que permeiam a realidade dessa população requerem a integração de todas as políticas sociais e dos setores relacionados.

Em 2020, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos aprova a Resolução nº 40, que “dispõe sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, de acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua” (CNDH, 2020), o que nos provoca uma série de questionamentos, principalmente em relação à real necessidade da criação de uma nova normativa, ao invés de reunir esforços para fortalecer a Política Nacional já existente, bem como sobre os impactos que uma nova regulamentação pode ter sobre as estruturas e os mecanismos já criados, além dos perigos de desarticulação dos Comitês Intersetoriais de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (CIAMP Rua). São questionamentos necessários, frente aos sucessivos ataques que o atual governo operou contra as políticas públicas de uma forma geral.

Compreendemos a urgência de defendermos a ampliação e o fortalecimento da Política Nacional para a População em Situação de Rua enquanto marco normativo central para a garantia dos direitos dessa população, que a conceitua como:

[...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, p. 1).

O conceito demonstra a sua complexidade e a necessidade da intersetorialidade das políticas sociais, em especial nos municípios onde se efetivam as ações e os serviços. No SUS, a atenção à saúde da PSR está organizada por meio da estratégia do Consultório na Rua, que define as diretrizes de organização das equipes multiprofissionais para a oferta da atenção integral, considerando os aspectos da vida cotidiana desses sujeitos em condições de vulnerabilidade e com vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, articulando ações que contemplem as complexidades que envolvem o processo saúde-doença no contexto das ruas (BRASIL, 2012).

O Consultório na Rua vem propiciando novas configurações na produção de cuidado, com práticas que atendem às demandas e às

necessidades da PSR, e tem uma atribuição significativa, ao contribuir para o acesso às ações e aos serviços; contudo, não pode ser a única forma de acesso. Essa estratégia, para além da oferta de cuidado, contribui para articular as políticas sociais, a partir da compreensão de que a PSR é detentora do direito de ser acolhida de forma respeitosa e digna, para que, assim, essa população possa desenvolver o significado de pertencimento do território e da rede que o compõe.

Em 2020, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020) estimou que há cerca de 222 mil pessoas vivendo nas ruas no Brasil. O estudo aponta para a preocupação com o aumento do contingente dessa população com a crise econômica acentuada pela pandemia, além das dificuldades de acesso à higiene, à água e à alimentação. De igual modo, alerta que, mesmo que essas pessoas quisessem deixar as ruas, não existiriam abrigos suficientes, destacando a urgência de buscar alternativas para ampliar o acolhimento e o seu acesso às políticas sociais.

Os dados evidenciam a necessidade de novos estudos que auxiliem na ampliação da compreensão da problemática e na construção de estratégias que subsidiem a formulação e a implementação de políticas sociais específicas, considerando que o grande desafio é melhorar o planejamento e o desenvolvimento das políticas públicas integradas e, em especial, conhecer melhor quem está em situação de rua.

A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA ENQUANTO CLASSE TRABALHADORA E OS IMPACTOS DA PANDEMIA

Pensar a PSR enquanto classe trabalhadora é um desafio a ser enfrentado e envolve múltiplas determinações. Requer compreender como os desdobramentos da crise do capital e da pandemia aprofundaram esse fenômeno social. O acirramento da “questão social” aprofunda os limites impostos pela dura realidade das ruas, mantém a sua condição de invisibilidade na pandemia e expressa todas as suas contradições.

Nas palavras de Yamamoto (2018, p. 72):

[...] a questão social brasileira, nos contraditórios tempos presentes, assume configurações e expressões que condensam múltiplas desigualdades mediadas por disparidades

nas relações de gênero, características étnico-raciais, mobilidades espaciais, formações regionais e disputas ambientais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural – enraizada na produção social contraposta à apropriação privada do trabalho –, a questão social atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania, no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos.

Particularmente, a partir de 2008, o mundo vivencia o aprofundamento da crise do capital, marcado pelas características contemporâneas de mundialização do mercado, pela expansão e dominação do capital financeiro e pelo advento das tecnologias, dos sistemas de informação e das mídias digitais (ANTUNES, 2021).

Em 2020, a partir da declaração referente à pandemia e ao estado de emergência (BRASIL, 2020), são estabelecidas as orientações e restrições sanitárias, cujos desdobramentos afetaram diretamente toda a população. Porém, os dados evidenciam que os desdobramentos reverberaram de forma diferente em função dos marcadores etários, de raça, classe e gênero (MATTA et al., 2021), haja vista que a primeira morte registrada no Brasil foi de uma mulher, trabalhadora doméstica, que foi contaminada no trabalho.

O enfrentamento à pandemia exigiu dos governantes das esferas municipal, estadual e federal a tomada de uma série de medidas sanitárias para conter a disseminação do vírus; porém, o que o País presenciou em relação à condução da pandemia foi um verdadeiro circo político: uma série de ações descoordenadas, difusas e desencontradas, discursos em disputa, desinformação, ou seja, um caos generalizado.

É importante reconhecer a capacidade operacional do SUS, o seu histórico exitoso na condução de crises sanitárias e a sua potência na organização e na execução de estratégias de atendimento em massa. Em meio à crise sanitária mundial, o Brasil tinha aspectos privilegiados, pois são raros os países que contam com um sistema de saúde público universal organizado nos territórios, com atenção básica e expertise no desenvolvimento de respostas emergenciais. Ou seja, o SUS tinha todos os requisitos necessários para o enfrentamento de forma qualitativa à pandemia de Covid-19, inclusive com um sistema de imunização que

é referência mundial. Porém, ao invés disso, tanto o SUS quanto a população ficaram reféns de um (des)governo de extrema direita, vil, mentiroso, genocida, que submeteu a saúde e a vida de seu povo aos interesses do capital, à irracionalidade anticientificista e a uma política de morte.

Podemos afirmar que vivenciamos na pandemia a evidente prática necropolítica, que – segundo Mbembe (2016) – se caracteriza pelo exercício do biopoder, que determina quem deve viver e quem deve morrer. Fazendo uma aproximação com o contexto da pandemia no Brasil, fica explícito que o Estado, na figura da atual gestão federal, na guerra contra o vírus, realizou uma escolha política pela morte das populações mais vulnerabilizadas, quando se posicionou de modo contrário ao isolamento social, ao uso de máscara, à ciência e à vacina.

Todo este cenário de caos político, econômico e social – que este governo instaurou na condução da pandemia – atinge desigualmente a população, sendo as populações mais vulnerabilizadas impactadas de forma agravante. As orientações mais básicas (como a necessidade do uso de máscaras, o isolamento social, a indicação de permanecer em quarentena para os sintomáticos, entre outras) se configuraram como grandes desafios para a PSR, uma vez que os insumos e as condições necessárias para a proteção nunca foram providenciados.

A vulnerabilidade da PSR envolve o acesso a necessidades de alimentação, saúde, informação, trabalho, renda, condições de moradia, educação e assistência social, do mesmo modo que as vivências relacionadas às expressões de gênero, raça, idade e orientação sexual impactam a garantia de direitos. A PSR enfrenta, em seu cotidiano, todas as formas possíveis de violência, além de ter suas vontades, crenças, decisões e vozes silenciadas, anuladas e invisibilizadas. É imperioso dar visibilidade às especificidades presentes nesta realidade, desvelando os mecanismos pelos quais a questão social se materializa nas relações de subalternidade, racismo, discriminação e violação de direitos presentes na vivência de rua. A situação de rua apresenta diferentes dimensões e o processo de *rualização* está relacionado diretamente com o avanço das políticas neoliberais e a centralidade do modo de produção capitalista que pautam essa realidade (TIENGO, 2020).

Ao contrário do que se difunde pelo senso comum, essa população desenvolve, em sua maioria, atividades produtivas, como bem demonstra

uma pesquisa sobre a PSR no País, cujos dados registram que 70,9% das pessoas entrevistadas informaram que desenvolvem alguma atividade remunerada (BRASIL, 2009). Para Natalino (2016), os dados da pesquisa mostram que essa população é heterogênea; porém, é composta majoritariamente por pessoas negras, pardas e do sexo masculino e que, além disso, apresenta baixo nível de escolaridade, pois – na maioria das vezes – está inserida no mercado informal e exerce algum tipo de atividade com remuneração.

A pesquisa de Oliveira (2019) – acerca das determinações sociais que levaram os indivíduos a ir, viver e permanecer nas ruas – constatou as múltiplas determinações sociais, como o consumo de drogas e o desemprego. A PSR “acaba na situação de exclusão por uma série de perdas: o emprego, a autoestima e o rompimento ou a fragilidade das relações familiares. E, certamente, o julgamento preconceituoso os rotula como marginais e bandidos, sem levar em conta as histórias de vida” (2019, p. 104).

Para provocar reflexões sobre a importância da desmistificação da ideia da população em situação de rua como um nicho populacional improdutivo, é fundamental retomar o conceito de lumpemproletariado para o aprofundamento da análise da conjuntura contemporânea, tendo como base os fundamentos teóricoREs de Marx (2013). Ao analisar o exército industrial de reserva, o autor o categoriza em quatro grupos de pessoas marginalizadas, sendo que o quarto grupo, em tese, não faz parte nem mesmo da análise sobre a superpopulação relativa, ou seja, é possível interpretar que esse segmento não é compreendido enquanto classe trabalhadora, mas como um peso para a classe burguesa.

Trata-se de um resgate importante para compreender a realidade da PSR, que continua sendo enxergada como um “peso”, mas, ao contrário do que o imaginário e o senso comum pregam, essa população é produtiva, mesmo com todas as limitações impostas pela rua. As(os) trabalhadoras(es) nas ruas estão inseridas(os) em atividades ligadas, principalmente, à coleta de materiais recicláveis, além de trabalhos com arte e chapa, como flanelinhas, vendedores ambulantes, na construção civil, como trabalhadoras(es) do sexo, entre outros.

A perspectiva crítica contribui para provocar questionamentos sobre essa realidade, sem a pretensão de responder ou esgotar o tema, pois é um convite para que os sujeitos envolvidos nas políticas sociais

possam realizar importantes reflexões, como as seguintes: de que forma a pandemia afetou as(os) trabalhadoras(es) da rua? Quando as pessoas estavam em casa, o que fizeram as(os) vendedoras(es) de balas, frutas, água etc.? Como o fechamento de bares, shows e eventos afetou quem trabalha com recicláveis e flanelinhas? As(os) trabalhadoras(es) da rua conseguiram fazer o isolamento social indicado? E as medidas de proteção de higiene pessoal? Essas questões nos levam a perceber que se tratam de atividades invisíveis, realizadas por trabalhadoras(es) igualmente invisibilizadas(os).

Além disso, pensar sobre os desdobramentos da crise do capital na pandemia requer pensar nas respostas ao atendimento das necessidades básicas da população e também como as estratégias para a proteção do trabalhador informal foram organizadas. Foi por meio de muita luta, pressão e resistência de movimentos sociais, grupos e líderes que compõem a oposição a este governo, que foi possível a conquista do Auxílio Emergencial. Porém, a população de viventes de rua, mais uma vez, não foi considerada em suas particularidades, já que, em geral, a PSR não tem acesso a celular ou computador para a realização do cadastro do auxílio, que foi 100% eletrônico. Outro aspecto: com o fechamento dos serviços que viabilizam os documentos pessoais, muitos não conseguiram sequer solicitar esse direito ou sacar os valores, por falta de documentação.

Em sua maioria, a PSR teve a condição de acesso ao Auxílio Emergencial dificultada e até mesmo negada em diversas ocasiões, o que evidencia que essa população é caracterizada pelo último estágio de violação de direitos e de exclusão social, e isso se expressa no acesso aos seus direitos e ao mundo do trabalho. Na pandemia, o Estado brasileiro não adotou medidas específicas de proteção para a PSR, como espaços de abrigo para isolamento social em ginásios e escolas (desocupados), o que aprofundou os problemas relacionados com as situações de vulnerabilidade, alimentação inadequada e incerta, condições de higiene, pouca ou nenhuma disponibilidade de água potável, privação de sono e outras.

Enfim, todos os aspectos relacionados à pandemia, agravados pelo contexto econômico e político no Brasil, explicam a fome, a pobreza e o desemprego, de modo que a crise sanitária agravou a situação de miséria no País, mas é ilógico descolar esta análise de sua totalidade. É preciso pensar na precarização do trabalho (já precarizado) e realizar o

exercício de olhar para realidades invisibilizadas e atividades laborais não regulamentadas, ilegalizadas, que muitas vezes ficam de fora dos estudos relacionados ao mundo do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise proposta neste ensaio, sobre o fenômeno da PSR e o processo de *rualização*, busca evidenciar a relação de como o modo de produção capitalista cria formas cada vez mais perversas de exploração da força de trabalho e estratégias para aumentar a acumulação de riquezas, acirrando a questão social e suas refrações. Nossa proposta tem o sentido de refletir a respeito de que forma a crise do capital perpassa pelas populações mais vulnerabilizadas, além de desmistificar a ideia de que a PSR não compõe a classe trabalhadora, pois, na verdade, ela é uma parcela da classe trabalhadora expropriada das condições mínimas para manter sua própria subsistência e a de sua família.

A sociedade brasileira foi forjada na exploração dos povos africanos e indígenas, de modo que os desdobramentos históricos do colonialismo são sentidos e vividos intensamente nos dias atuais, pois são as bases de uma sociedade escravista. Da mesma forma, o capitalismo brasileiro foi estabelecido tardiamente sob a lógica da dependência, da servidão dos povos subalternizados e do privilegiamento da branquitude em um pacto fechado, cíclico e narcísico, que mantém as estruturas estabelecidas pela classe dominante. É sob essa égide que a PSR se forma, pela necessidade do capital de produzir pobreza e miséria para alcançar níveis cada vez mais altos de acumulação.

Todo este contexto histórico se soma à tragédia vivenciada com a pandemia. O exercício é pensar a crise sanitária, considerando que as populações vulnerabilizadas não puderam cumprir as orientações mais básicas, como a higienização das mãos ou ficar em casa. São, por vezes, realidades distantes, de maneira que se configura como um verdadeiro desafio conceber tamanha violação de direitos. É preciso refletir sobre realidades diversas e promover a construção de espaços de visibilidade aos invisíveis, de escuta aos inaudíveis.

Este ensaio tem a intencionalidade de marcar o posicionamento desta pesquisa frente a uma realidade compreendida como uma expressão da questão social em sua forma mais radical; porém, os atores que compõem

esta realidade seguem tensionando os rumos da política pública e ocupando espaços em disputa. Os direitos adquiridos pela população em situação de rua advêm do protagonismo deste segmento e da organização política dos movimentos sociais. Os movimentos voltados para esse segmento populacional específico³ compuseram os espaços de discussão e implementação da política pública local, nos quais se insere a presente pesquisa em andamento. Portanto, é fundamental pontuar que as vozes que seguem sendo silenciadas resistem e que as políticas públicas que defendemos são um fruto da luta, do enfrentamento e do protagonismo dessa população.

Pensar a PSR enquanto classe trabalhadora superprecarizada é fundamental para olhar para a questão de forma crítica e comprometida ética e politicamente, para superar a proposição de ações que circundam no âmbito da ajuda. Uma análise histórica e política é a base para pensar em ações no exercício profissional que façam enxergar a dor do outro, construindo laços baseados na solidariedade de classe. Ou seja: compomos a mesma classe trabalhadora, explorada em diferentes níveis, mas submetida à mesma lógica destrutiva e perversa do capital.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. A pandemia e a revolta dos precários. **Le Monde**, 2021. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/a-pandemia-da-uberizacao-e-a-revolta-dos-precarios>>. Acesso em: 8 nov. 2021.

BATISTA, A.; ANTUNES, B.; FAVERET, G.; PERES, I.; MARCHESI, J.; CUNHA, P.; DANTAS, L.; BASTOS, L.; CARRILHO, L.; AGUILAR, S.; BAIÃO, F.; MAÇAIRA, P.; HAMACHER, S.; BOZZA, F. **Análise socioeconômica da taxa de letalidade da Covid-19 no Brasil**. Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde – PUC-Rio – Nota Técnica 11, 2020. Disponível em: <<https://ponte.org/wp-content/uploads/2020/05/NT11-An%C3%A1lise-descritiva-dos-casos-de-COVID-19.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2022.

BEHRING, E. R. Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; LIMA, Rita de Lourdes (Orgs.). **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2018, p. 39-72.

3 Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) e Movimentos Estaduais da População em Situação de Rua.

BRASIL. Decreto nº 7053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências: Diário Oficial da União, 24 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 8 nov. 2021.

BRASIL. Portaria nº 122, de 25 de janeiro de 2012. Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua. Diário Oficial da União, 2012. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122_25_01_2012.html>. Acesso em: 8 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020. Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus. Brasília, DF, fev. 2020. Disponível em: <<http://in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>>. Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/sumario_executivo_pop_ rua.pdf>. Acesso em: 12 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico Especial – Covid-19. Brasília, 2022. Disponível em: <<file:///C:/Users/etsantos/Downloads/Boletim%20Epidemiol%C3%B3gico%20N%C2%BA%20107%20-%20Boletim%20COE%20Coronav%C3%ADrus.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2022.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS (CNDH). Resolução nº 40, de 13 de outubro de 2020. Dispõe sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, de acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/copy_of_Resolucao40.pdf>. Acesso em: 2 maio 2022.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). **CNS no enfrentamento à pandemia.** Brasília, 2021. Disponível em: <<https://conselho.saude.gov.br/especial-cns-no-enfrentamento-a-covid-19>>. Acesso em: 12 out. 2021.

FOUCAULT, M. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

HALLAIS, J. A. S.; BARROS, N. F. Consultório na Rua: Visibilidades, invisibilidades e hipervisibilidades. **Caderno de Saúde Pública**, v. 31, nº 7, p. 1479-1504. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00143114>>. Acesso em: 12 out. 2021.

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social, “questão social” e trabalho em tempo de capital fetiche. *In*: RAICHELIS, R. et al. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018, p. 71-89.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **População em situação de rua cresce e fica mais exposta à Covid-19**, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=35811>. Acesso em: 12 out. 2021.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTA, G. C.; REGO, S.; SOUTO, E. P.; SEGATA, J. Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia. Série: Informação para Ação na Covid-19. **Observatório Covid-19**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021, 221 p. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/r3hc2>>. Acesso em: 12 out. 2021.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MUNÔZ, Jorge. (Des)Territorialização, População de Rua e o Trabalho de Assistentes Sociais. *In*: **O Trabalho do/a Assistente Social no SUAS: Seminário Nacional**. Brasília: CFESS, 2011, p. 218-228. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/SEMINARIO_SS_no_SUAS\(2009\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SEMINARIO_SS_no_SUAS(2009).pdf)>. Acesso em: 11 abr. 2022.

NATALINO, M. A. C. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2016.

OLIVEIRA, K. B. T. **Pessoas em situação de rua**: as determinações sociais que motivam a viver e permanecer nas ruas. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista (UNESP). Faculdade de Ciências Humanas

e Sociais. Franca, 2019, 136 p. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/193403/Oliveira%2cKBT_me_franca.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 8 nov. 2021.

OLIVEIRA, R. G.; CUNHA, A. P.; GADELHA, A. G. S.; CARPIO, C. G.; OLIVEIRA, R. B.; CORREA, R. M. Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a Covid-19 e o racismo estrutural. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1177/desigualdades-raciais-e-a-morte-como-horizonte-consideracoes-sobre-a-covid-19-e-o-racismo-estrutural>>. Acesso em: 11 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Declaração de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional**. OPAS/OMS, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19_&Itemid=875>. Acesso em: 12 out. 2021.

SARRETA, F. O. O cenário de pandemia da Covid-19 e o protagonismo de trabalhadores de saúde. **REFACS**. Prefácio. Uberaba: REFACS, 2020. Disponível em: <<http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/refacs/article/view/5080>>. Acesso em: 12 out. 2021.

SILVA, J. F. S. Crise do capital, neoconservadorismo e Serviço Social no Brasil: apontamentos para o debate. **Revista em Pauta**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <[file:///C:/Users/elain/Downloads/18624-60951-2-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/elain/Downloads/18624-60951-2-PB%20(2).pdf)>. Acesso em: 8 nov. 2021.

SILVA, U. B. **Racismo e alienação: uma aproximação à base ontológica da temática racial**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TIENGO, V. M. **Rualização e informalidade: frutos do capitalismo**. Curitiba: Appris, 2020.

SER Social

PANDEMIA DE COVID-19 E POLÍTICAS SOCIAIS
Brasília (DF), v. 25, nº 51, julho a dezembro de 2022

Antropologia e Serviço Social: interseccionalidade e a crise humanitária de 2020

*Anthropology and Social Work: intersectionality and the humanitarian
crisis of 2020*

*Antropología y Trabajo Social: la interseccionalidad y la crisis
humanitaria de 2020*

Maria Amoras¹

<https://orcid.org/0000-0003-0785-4490>

Andrea Mello Pontes²

<https://orcid.org/0000-0002-9235-1224>

Recebido em: 22/02/2022

Aprovado em: 06/07/2022

Resumo: O diálogo entre a Antropologia e o curso de Serviço Social, proposto neste ensaio, discute a *interseccionalidade* como possibilidade de compreensão do avanço do ultraconservadorismo e do ultra-

1 Antropóloga. Mestre em Serviço Social. Doutora em Antropologia. Professora Adjunta do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisadora do Gep/Interfaces: relações étnico-raciais, gênero, geração e corpo em territórios amazônicos (CNPq/UFPA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4427101624225075>.

2 Assistente Social. Mestre em Serviço Social. Doutora em Antropologia Social. Professora Adjunta do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisadora do Gep/Interfaces: relações étnico-raciais, gênero, geração e corpo em territórios amazônicos (CNPq/UFPA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1778558404025910>.

liberalismo na emergência da crise humanitária de 2020. Na América Latina, a pandemia do vírus SARS-CoV-2, causadora do adoecimento em massa da população, eclode colocando em xeque o que seja a humanidade, atingindo diretamente as populações negra, indígena e periférica, aquelas que, historicamente, são alvos das estratégias de dominação sobre o chamado terceiro mundo. As opressões se interseccionam; contudo, são invisibilizadas pela categoria universalizante de humano que orienta políticas autoritárias. O campo hermenêutico da *interseccionalidade* está sendo acionado pela abordagem antropológica como uma ferramenta analítica dos marcadores sociais das diferenças e das desigualdades, com vistas a desvelar os principais grupos ameaçados pela pandemia. Espera-se contribuir com a reflexão crítica na formação do assistente social *na e para* a Amazônia.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Antropologia. Serviço Social. Covid-19. Amazônia.

Abstract: The dialogue between Anthropology and the Social Work course, proposed in this essay, discusses *intersectionality* as a possibility of understanding the advance of ultraconservatism and ultraliberalism in the emergence of the 2020 humanitarian crisis. In Latin America, the SARS-CoV-2 pandemic, an outbreak of a disease that affects large numbers of people, throws into question the own definition of humanity, directly affecting the black, indigenous and peripheral populations, historically targeted by the domination strategies imposed upon the so-called Third World. Although oppressions intersect with each other, they are made invisible by the universalizing category of human that guides authoritarian policies. The hermeneutic field of *intersectionality* is being activated by the anthropological approach as a tool to analyze the social markers of difference and inequality, with the purpose of revealing the population groups that have been most threatened by the pandemic. It is expected to contribute to critical thought in the formation of social workers *in and for* the Amazon.

Keywords: Intersectionality. Anthropology. Social Work. Covid-19. Amazon.

Resumen: El diálogo entre la Antropología y el curso del Trabajo Social, que se propone en este ensayo, plantea la *interseccionalidad* como una posibilidad de entender el avance del ultra conservadurismo y el ultraliberalismo en el surgimiento de la crisis humanitaria de 2020. En

Latinoamérica, la pandemia generada por el virus del SARS-CoV-2 se propagó y afectó masivamente la salud de la población, poniendo en riesgo a lo que se entiende por humanidad, alcanzando directamente a las poblaciones negra, indígena y marginalizadas, esas que, históricamente, han sido objeto de estrategias de dominación sobre el llamado tercer mundo. Sin embargo, las opresiones que se intersectan son invisibilizadas por la condición universalizadora de lo humano que guía las políticas autoritarias. El campo hermenéutico de la *interseccionalidad* está siendo activado por el enfoque antropológico como herramienta de análisis de los marcadores sociales de las diferencias y desigualdades, en aras de develar los principales grupos amenazados por la pandemia. Se pretende contribuir con la reflexión crítica sobre la formación de los trabajadores sociales en y para el Amazonas.

Palavras-chave: Interseccionalidad. Antropología. Trabajo Social. Covid-19. Amazonas.

INTRODUÇÃO

O objetivo de refletir sobre a interseccionalidade neste ensaio, por meio do diálogo interdisciplinar entre a Antropologia e o Serviço Social, foi provocado pelo momento de eclosão da pandemia de Covid-19 em 2020, ao desencadear profundas mudanças na vida cotidiana e nos costumes de milhões de pessoas, cujos padrões de interação social e de organização da vida política e econômica foram alterados. O racismo estrutural das desigualdades sociais e territoriais, por sua vez, foi acirrado nos países devastados pela história da colonização europeia em meio a muitas incertezas e quase nenhuma esperança por dias melhores. As pessoas desses territórios há séculos padecem de insegurança pessoal e coletiva. O medo que emergiu da possibilidade de perder a vida de uma hora para outra foi grande naquele momento; contudo, ampliou-se o medo do trabalhador assalariado e dos agentes da informalidade de ficar sem a pequena fonte de renda.

Como mencionado, a pandemia chegou até esses países, aprofundando o racismo, o classismo, o sexismo e o fanatismo religioso, responsáveis por acirrar ainda mais as desigualdades de nação, classe e gênero, bem como as desigualdades religiosas, etárias, étnico-raciais, sexuais, geracionais, regionais, territoriais, entre outras. Assim, o projeto colonial se atualizou no tempo pelos seus dispositivos de controle, operado por uma necropolítica (MBEMBE, 2018), que decide quem

deve viver e quem deve morrer, colocando em xeque a humanidade enquanto construção política. Na América Latina e, em particular, no Brasil, essa política de extermínio atinge diretamente – há séculos – as populações da porção norte da Amazônia e do nordeste do País, sobretudo a população negra, mestiça e periférica das cidades e todos os diferentes povos originários e tradicionais dessas regiões.

Nos contextos de crise e sob o impacto do agravamento das refrações da questão social na atuação do assistente social, sabe-se da necessária fundamentação das respostas que esse profissional precisa dar à sociedade. No presente ensaio, considera-se importante a discussão da interseccionalidade no diálogo interdisciplinar entre a Antropologia e o Serviço Social como ferramenta teórico-metodológica para a produção do conhecimento que instiga as políticas sociais ante o agravamento das desigualdades e sua perversa invisibilidade.

Nesse sentido, cabe, portanto, interrogar: que narrativas são negociáveis entre a Antropologia e o Serviço Social que possibilitem a reflexão sobre o “padrão mundial”, que se move por novas e velhas formas de violência? Que Antropologia é necessária para contribuir com o reconhecimento de potências e formas de viver e produzir locais pelo assistente social? Que Antropologia pode fortalecer projetos interventivos e emancipatórios do Serviço Social para o enfrentamento das sofisticadas tecnologias de dominação do capital financeiro?

Tais perguntas objetivam provocar e dar continuidade às reflexões sobre os propósitos da disciplina de Antropologia ofertada no curso de Serviço Social, tal como se encontram inicialmente sistematizadas em Amoras e Pontes (2016). Com base em argumentos dos estudos decoloniais e da perspectiva analítica da *interseccionalidade*, busca-se fomentar a interlocução³ de caminhos possíveis em uma região cujos povos são vítimas de um “sistema mundo” opressivo e de base colonial que, de forma díspar, atinge grupos, pessoas e nações e atua na desarticulação de suas lutas, na destituição de direitos, na desterritorialização e no correlato menosprezo por suas vidas e pelos seus modos de viver.

Sabe-se que as crises humanitárias também são crises das políticas de humanidade, como infelizmente mostrou a pandemia de Covid-19. Isso porque, no Brasil, segundo os dados do “MonitoraCovid-19”, da

3 É importante justificar que esta reflexão não objetiva a discussão sobre os limites e as possibilidades do diálogo entre esses campos teóricos, uma vez que a intenção é tão somente colocar o tema em debate.

Fiocruz/ICICT (2022), foram registrados 31.360.850 casos acumulados, 45.073 novos casos, 667.790 óbitos confirmados e 143 óbitos novos – uma tragédia já anunciada, inclusive, nos primeiros dados de 2020 (PAINEL CORONAVÍRUS, 2020). Dessa maneira, a pandemia coloca novamente no centro das preocupações filosóficas e teóricas o que seja o “humano e o não humano” sob a racionalidade da dicotomia homem X natureza, remontando aos primórdios da colonização.

Em vista disso, justifica-se a importância da interdisciplinaridade entre a Antropologia e o Serviço Social, curso que objetiva formar o profissional que atua diretamente nas políticas de garantias de direitos por meio da intervenção social nas refrações da questão social, de modo a estimular a produção de projetos emancipatórios amplos e, particularmente, para a Amazônia.

A ANTROPOLOGIA NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL: POSSIBILIDADES PARA A INTERDISCIPLINARIDADE

As reflexões pretendidas partem da experiência docente com a disciplina de Antropologia ofertada no curso de Serviço Social em uma universidade pública do norte do Brasil, universidade esta que possui o maior número de alunas e alunos em situação de vulnerabilidade social, cuja maioria é de mulheres, especialmente negras, que residem nos bairros periféricos da área metropolitana. O perfil dessas discentes retrata particularidades da realidade do norte da Amazônia, região que tem sua história marcada pela escravização dos povos originários e africanos, a serviço do megaempreendimento europeu iniciado no século XV. Entretanto, essas mulheres estão entre aquelas e aqueles que conseguem imprimir fissuras nas estruturas que sustentam múltiplas opressões gestadas pelo racismo estrutural nas suas interseções com as colisões de gênero e classe, considerando o fato de que a universidade pública ainda se configura como um lugar privilegiado das classes média e alta, de homens brancos e mulheres brancas.

A Antropologia tem assumido uma perspectiva dialógica na matriz curricular do curso de Serviço Social. Objetiva, nesse movimento, a problematização da diversidade, mas também das singularidades, particularidades e universalidades dos modos de vida amazônicos, considerando,

para isso, as intersecções das diferenças como produção das desigualdades que sustentam sistemas opressivos. Diante de séculos de ataques e saques genocidas, a Amazônia ainda apresenta diferentes povos originários e tradicionais que se encontram nas aldeias, nos quilombos, no campo, nas florestas, nas ilhas, nos rios e nos assentamentos, travando embates com o poder público e as grandes empresas nacionais e internacionais que violam seus territórios. Muitos desses agentes, por várias gerações, foram deslocados para as periferias das cidades e hoje lutam e resistem contra as políticas de extermínio praticadas nesses espaços.

As diferenças étnicas são, desde sempre, consideradas como um entrave para o progresso da sociedade moderna. O empreendimento colonial homogeneizou diferenças, hierarquizando-as pela desigualdade racial. A racialização, desse modo, é tecida nas tramas da cosmologia do cisheteropatriarcado branco, ocidental, europeu e burguês. Logo, o arranjo entre raça, gênero, sexualidade e classe conteve as mulheres negras, mestiças e indígenas nas estruturas de coalização das opressões. A racionalidade da classificação entre humanos e não humanos, que possibilitou aos ditos humanos (homens brancos: cis/heteros/cristãos/ocidentais) atravessar continentes, dominar a natureza (mulheres, homens não brancos, animais, vegetais e minerais) e acumular riquezas, naturalizou esses povos como primitivos, bestiais, atrasados, destituídos de racionalidade, animalizados e improdutivos (LUGONES, 2014).

A sociedade brasileira possui 54% da sua população autodeclarada negra, com a maioria de mulheres (IBGE, 2010). Assim sendo, grande parte das famílias brasileiras é chefiada por mulheres negras e de baixa renda, o que nos revela que a pobreza deste país se estrutura pelo racismo nas suas imbricações com as desigualdades de gênero e raça, como é possível compreender por meio do pensamento pioneiro das feministas brasileiras Lélia Gonzales, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, entre outras tanto quanto importantes. Essas mulheres, na chefia de suas famílias, por sua vez, constituem a maior parte das usuárias das políticas de assistência social e, no norte da Amazônia, encontra-se a maioria delas junto às mulheres indígenas e quilombolas, que, conforme bem demonstrou a pesquisa de Amoras e Nascimento (2022), são as principais beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003 pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva⁴.

4 Sob muitas restrições, o PBF foi nominado de Auxílio Brasil pelo atual governo de Jair Bolsonaro, em 2018.

Na Amazônia, os corpos dessas mulheres, subalternizados pelas opressões dirigidas à região, como a pesquisa referida identificou, sofrem a constante atualização dos dispositivos de dominação que viabilizaram o projeto colonial, ou seja, estão encerradas na dicotomia homem X não humanos, na sua versão neocolonialista, tal como discutido por Holanda (2020) ao apresentar as perspectivas decoloniais do pensamento feminista na atualidade. Essa leitura é situada pela autora como uma das mais contestadoras linhas do pensamento feminista contemporâneo e que reivindica a desconstrução de narrativas hegemônicas que encerraram as mulheres em visões dos países dominantes, isto é, invisibilizam os problemas de gênero, raça e classe e do próprio campo epistemológico.

Esse giro no pensamento feminista se move no contexto atual da crise do capitalismo global, que, inclusive, tem se aprofundado pela falta de políticas que freiem a crise ambiental, que também é sanitária e humanitária. Uma crise com precedentes, ou seja, produzida historicamente, por isso, há tempos anunciada, que dissemina conflitos territoriais, deslocamentos forçados, fome e misérias; tudo isso acompanhado de um profundo desgaste das formas e dos instrumentos da democracia representativa e participativa. Por conseguinte, a ruptura com as opressões do projeto civilizatório no Sul Global pressupõe a rejeição incontestada da branquitude patriarcal burguesa e ocidental, que permanece como colonialidade, isto é, colonizando corpos, saberes e poderes.

Tais dispositivos seguem operantes na pandemia, eliminando as vidas que já cumpriram o seu tempo útil no sistema de dominação, a exemplo do que tem ocorrido com as “vidas que não importam” e com as orientações do “fique em casa” durante a pandemia. Nesse particular e diante da ausência de medidas governamentais de proteção aos grupos sociais vulnerabilizados da citada região – ação esta sustentada na desconsideração de seus modos de vida –, tais sujeitos são oprimidos pelo racismo, pelo sexismo e pelo classismo, como mostram os estudos produzidos por Almeida, Acevedo Marin e Melo (2020), Bellinger e Andrade (2021) e Gomes e Teodoro (2021).

A perspectiva crítica da Antropologia tem feito um esforço para mostrar que o humano e a humanidade sempre estiveram imersos na questão da diversidade e do contato cultural, como discute Koury (2020, p. 4): “a reflexão do humano em suas diferenças e a partir da defesa dos arranjos culturais e organizacionais produzidos para sua sobrevivência como sociedade e cultura”. O seu campo científico tem se constituído

em um grande desafio, que consiste em produzir uma ciência que desbanca a sua gênese, refutando naturalizações, homogeneizações, universalismos e relativismos. No entanto, o momento presente exige que a Antropologia reelabore seus instrumentais, de modo a criar novas categorias que façam o enfrentamento ao pensamento neoliberal:

Categorias reflexivas que afirmem a diferença como fundamento do humano e de humanidade e que recolorem os humanos como produtores e agentes de si mesmos e das relações com outros, humanos e não humanos –, e, nesse processo, como elaboradores de autonomias e diferenças. E essas autonomias e diferenças são vistas aqui como instâncias fundamentais do indivíduo e da individualidade, culturalmente instituídas e permanentemente em instituição, no jogo contínuo e tenso do fazer-se pessoa. Ao não se debruçar sobre si mesma neste momento dramático pelo qual passa o mundo em dor e aflição e ao se agarrar a categorias já naturalizadas de análise, o pensamento antropológico corre o risco de se afastar de sua vitalidade crítica e compreensiva, se perdendo no ardid do já dado e conhecido (KOURY, 2020, p. 5).

Para o ensino de Antropologia no curso de Serviço Social, buscam-se a perspectiva crítico-reflexiva da cultura e a produção das diferenças que possibilitem questionar as desigualdades como sendo também resultantes da concepção liberal universalizada e universalizante de humano e humanidade; concepção esta que faz girar a vida das pessoas pelas riquezas na relação com as suas faltas, como reflete Bhabha (1998):

De que modo se formam sujeitos nos ‘entre-lugares’, nos excedentes da soma das ‘partes da diferença (geralmente expressas como raça/classe/gênero etc.)? De que modo chegam a ser formuladas estratégias de representação ou aquisição de poder no interior de pretensões concorrentes de comunidades, em que, apesar de histórias comuns de privação e discriminação, o intercâmbio de valores, significados e prioridades pode nem sempre ser colaborativo e dialógico, podendo ser profundamente antagônico, conflituoso e até incomensurável? (BHABHA, 1998, p. 20).

Bhabha (1998) instiga a Antropologia a encontrar os limites da reflexão pela centralidade da diversidade cultural e aciona o

questionamento da diferença cultural sobre os mundos assimétricos, isto é, da distância cultural que desiguala. Coloca, assim, o desafio do entendimento da nossa contemporaneidade. A diversidade incide em um objeto epistemológico, em outras palavras, na cultura como objeto de conhecimento empírico, enquanto que a diferença cultural é o processo de enunciação da cultura, um processo de significação pelo qual as afirmações da cultura ou sobre a cultura evocam diferenças, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade, que desenvolvem processos de acultramento.

Nessa perspectiva, Bhabba (1998) abre possibilidades para se pensar a cultura, nacional e internacional, na inscrição e negociação do hibridismo e não no localismo do multiculturalismo ou da diversidade de culturas. Interessa, portanto, pensar o ensino de Antropologia pelo questionamento da diferença cultural levantado por Bhabba, um desafio posto à Antropologia para alcançar a compreensão da contemporaneidade e suas crises. Sobre essa questão, Koury (2020) mobiliza a reflexão da antropóloga indiana Veena Das e destaca:

Veena Das (01/05/2020), em um artigo recente para o *site* da *American Ethnologist*, lança perguntas inquietantes ao leitor sobre as novas modificações do capital no mundo globalizado e sobre as forças que comandam a indiferença para com os vulneráveis globais. Essas perguntas se referem especificamente a como a antropologia deve se situar para compreender a contemporaneidade e suas crises, tendo como ponto de reflexão a pandemia mundial do novo coronavírus, de um lado, e, de outro, ao adotar a atual pandemia como objeto compreensivo, perguntando-se como a imaginação antropológica poderia entender as formas de ignorá-la da parte de lideranças mundiais (e, no nosso caso, o Brasil) até ao ponto em que não se possa mais controlar a situação. Ela propõe então que a antropologia pense de novo sobre as categorias *humano* e *humanidade* expostas nessa crise epidêmica mundial. E nessa proposta de reflexão ela pergunta se há uma relação entre *o humano* e *um humano*. E se há uma maneira diferente de falar do humano quando a existência humana se encontra posta em risco (KOURY, 2020, p. 4, grifos das autoras).

A discussão apresentada por Koury (2020) incentiva-nos a pensar a América Latina no conjunto desses vulneráveis globais que, há séculos, sustentam os ricos do mundo nas suas crises e nos seus projetos de acúmulo do capital. Como é possível observar, a pandemia do novo coronavírus na América Latina evidencia as demandas da diferença, se colocando como objeto de múltiplas articulações políticas, circunscritas pela ênfase em raça/etnia, gênero, geração/idade, classe, sexualidade, região, território, religião e nação. Então, pergunta-se: que vidas estão sendo eliminadas? Que lutas travam para se manterem vivas? Que negociações para a sobrevivência ainda restam?

A modernidade, com seus dispositivos de controle sofisticados na manutenção do seu sistema de dominação, mantém a racialização dos povos, no par modernidade/colonialidade, como seu sustentáculo. Esse argumento vai ser defendido por antropólogos do “terceiro mundo” ou do Sul Global e pelos defensores de uma filosofia decolonial, sistematizada nos pensamentos de Frantz Fanon (1983, 2005) e Aimé Césaire (1978). Para esses autores, o colonialismo é o condutor da não humanidade. Também refletem que, ao ter o conhecimento e a terra negados, o colonizado não se vê como pessoa, isto é, não possui o seu corpo, porque é um território colonizado; forma esta, pujante, que caracteriza um sistema de violência que invisibiliza o ser pela destituição de qualquer forma de autonomia. Essa é, portanto, segundo os teóricos decoloniais e pós-coloniais, a chave teórica que tem trazido novas epistemes ao campo crítico das ciências sociais nas últimas décadas.

Para Aníbal Quijano (2005), raça, maquinada pelas designações do sistema moderno/colonial, é uma categoria mental da modernidade, isto porque a colonização, que não é apenas um empreendimento do passado, atualiza-se no tempo pela *colonialidade* do poder, do saber e do ser. A *colonialidade*, nesse ponto de vista, consiste na duração da imposição de uma narrativa hegemônica do colonizador sobre o colonizado (o *outro* racializado), determinando os diversos aspectos da vida social pelo poder nas dimensões do ser e do saber.

A ideia de raça, ainda segundo Quijano (2005, p. 117), origina-se em “uma supostamente distinta estrutura biológica que situava uns em situação natural de inferioridade em relação a outros”. Tal ideia, construída sob os constructos de uma ciência branca ocidental e sob os auspícios de uma crença na hierarquia de raças inferiores e superiores, gesta o projeto colonial, isto é, seu principal elemento constitutivo e

fundacional das relações de dominação que a conquista do “Mundo Novo” exigia. Nessas bases, “consequentemente, foi classificada a população da América e, mais tarde, do mundo, nesse novo padrão de poder”, como problematizou Lugones (2014, p. 946):

Ver a colonialidade é ver a poderosa redução de seres humanos a animais, a inferiores por natureza, em uma compreensão esquizoide da realidade que dicotomiza humano de natureza, humano de não-humano, impondo assim uma ontologia e uma cosmologia que, em seu poder e constituição, indeferem a seres desumanizados toda humanidade, toda possibilidade de compreensão, toda possibilidade de comunicação humana.

Lugones (2014, p. 939) prossegue essas reflexões, afirmando que, diferentemente da colonização, “a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na interseção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial”. Sua gênese está na missão civilizatória (branca, burguesa, cisheteropatriarcal), sustentada na ideologia de humano construída na oposição homem-natureza e em suas múltiplas dicotomias: macho-fêmea, civilizados-selvagens, ocidente-orientes, norte-sul. Nessa oposição, está fundida a concepção de humano, de sexo e de gênero que classificou as(os) colonizadas(os), como a autora reflete:

Proponho interpretar, através da perspectiva civilizadora, os machos colonizados não humanos como julgados a partir da compreensão normativa do “homem”, o ser humano por excelência. Fêmeas eram julgadas do ponto de vista da compreensão normativa como “mulheres”, a inversão humana de homens. Desse ponto de vista, pessoas colonizadas tornaram-se machos e fêmeas. Machos tornaram-se não-humanos-por-não-homens, e fêmeas colonizadas tornaram-se não-humanas-por-não-mulheres (LUGONES, 2014, p. 937).

O questionamento da racialização como fundacional da sociedade moderna/colonial se reafirma na tese de Almeida (2019), para quem, na estrutura das sociedades das Américas, o racismo atua na determinação e hierarquização das potencialidades dos sujeitos e produz subalternidades nas vidas de indivíduos e grupos pelas múltiplas formas

de discriminação. Não obstante, a Antropologia chega nestes tempos sob novos questionamentos acerca da diversidade e do contato cultural em realidades colonizadas, bem como sob o domínio do capitalismo e a invisibilidade das diferenças na produção das indiferenças e desigualdades. Dessa forma, vê-se o mundo levantando o véu que falseia o racismo e o cisheteropatriarcado e aprofundando as desigualdades de nação, classe, gênero, etárias, étnico-raciais, sexuais, geracionais, religiosas, regionais, espaciais e territoriais.

A *colonialidade* investe novas ferramentas na violação do direito mais caro ao ser humano: o direito à vida. Por meios legais e institucionais, opera aparelhos aperfeiçoados de uma *necropolítica*, que decide quem deve viver e quem deve morrer, como analisa o filósofo camaronês Achille Mbembe (2018). É com base nesses elementos que o campo hermenêutico da *interseccionalidade* está sendo sugerido neste texto: como uma ferramenta analítica e política dos marcadores sociais das diferenças e suas colisões.

Isto porque, na América Latina, a crise humanitária atinge diretamente a população negra, indígena e mestiça da Amazônia. Nesse contexto, as mulheres negras e mestiças, as mulheres periféricas, portanto, sofrem com o aumento dos casos de violência doméstica e de feminicídios, bem como com a sobrecarga de trabalho doméstico e das práticas de cuidado, que, inclusive, geram demissões nos seus empregos formais. Devido a esse cotidiano, essas mulheres são diretamente impactadas pela falta de políticas públicas e de assistência social (MAIA; BARBOSA; GOMES, 2020), o que aprofunda ainda mais a questão da desigualdade.

A INTERSECCIONALIDADE COMO CATEGORIA DE ANÁLISE PARA DESVELAR DIFERENÇAS E DESIGUALDADES

Na década de 1970, Angela Davis, nos EUA, e Lélia Gonzales, no Brasil, ambas militantes do movimento negro, produziram questionamentos sobre as imbricações de gênero, raça e classe como estrutura do sistema de opressão nas Américas, os quais foram apresentados nas obras *Mulher, Raça e Classe* (1981), de Davis (2016), e *Lugar de Negro* (1982), de Gonzalez e Hasenbalg (1982). Na última década, a produção de Gonzalez tem recebido o reconhecimento pela sua grande

importância para a compreensão do racismo e do sexismo na cultura brasileira como força motriz dos dispositivos de poder, que asseguram no tempo essa estrutura de dominação.

Kimberlé Crenshaw, em 1989, advogada e dedicada aos estudos de gênero afro-estadunidense, cunhou o termo *interseccionalidade* como uma ferramenta analítica que possibilita enxergar a colisão das estruturas de opressão. Crenshaw (2004) dedica-se a problematizar a teia de práticas opressivas vivida pelas mulheres negras; mulheres estas que estão à margem do reconhecimento dos direitos pelo Estado democrático. Como a mulher negra e mestiça é atravessada pelas questões de raça e gênero – o que não é vivido pela mulher branca e tampouco pelo homem –, sua intenção foi a de apontar a necessidade por instrumentais normativos e políticas públicas capazes de dar conta de suas reivindicações, fruto dessas experiências (CRENSHAW, 2004).

Carla Akotirene (2019), assistente social, feminista negra e brasileira, concentra estudos sobre racismo e sexismo institucionais, indo ao encontro da reflexão epistemológica de Patrícia Hill Collins (2016, 2019a, 2019b). Incentivada pelas vozes de mulheres negras nas décadas de 1960 e 1970, Collins – que é cientista social, feminista negra e estadunidense – desenvolve uma escrita particular nos anos de 1980 sobre o pensamento feminista negro. Nas reflexões dessa autora, a *interseccionalidade* se apresenta como categoria teórico-metodológica de construção antropológica para a compreensão da inseparabilidade estrutural do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcado, de modo a alcançar a historicidade das opressões nas experiências de grupos subalternizados, como também elaborou Bell Hooks (2020).

É no lugar dessa inseparabilidade que a identidade está interceptada por mais de um marcador social. Segundo Akotirene (2019), um dos grandes entraves para o reconhecimento das opressões que assolam a vida das mulheres negras e mestiças é a hegemonia teórica, metodológica e prática de epistemes que abrigam apenas uma categoria de análise, como fez o movimento feminista europeu com a categoria gênero e o movimento sindical com a categoria classe. A mulher negra e mestiça, nesses casos, sempre está diluída na experiência da mulher branca universal ou na do trabalhador da classe operária europeia.

A *interseccionalidade*, nesses termos, configura-se como uma ferramenta analítica e política para que as mulheres negras do “terceiro

mundo”, das diásporas, possam ter suas diferenças compreendidas pela dinâmica das colisões das estruturas no tempo. Essa compreensão possibilita que travem uma luta anticolonial, para que sejam vistas e tornem suas vozes audíveis a partir do lugar de onde falam, ou seja, o lugar de experiência preñe de resistências.

As políticas públicas no Brasil que não levam em consideração a *interseccionalidade* não funcionam, questiona Akotirene (2019). Por isso, não funcionam as políticas neoliberais, porque são generalistas, superficiais, assistencialistas, paliativas. A autora também nos ajuda a refletir sobre o fato de a mulher negra ser o rosto das pessoas mais impactadas desde a eclosão da pandemia de Covid-19, momento em que se deu o impacto da política do governo Bolsonaro, o qual se coloca sempre de costas para as populações vulneráveis. A mulher negra e pobre é o rosto da maioria das vítimas do feminicídio, da população encarcerada, das empregadas domésticas, do trabalho informal, das chefes de família, das de baixa escolaridade, das vítimas do aborto e do estupro. Estão nas periferias das cidades, no campo e nos quilombos. São rostos dos lugares subalternizados, onde as políticas públicas não os enxergam. Da mesma maneira, justifica-se o fato de essa mulher ser o “sem rosto” do chamado “usuário” das políticas sociais.

A sociedade não é formada por um cidadão universal, mas por sujeitos diversos e diferentes, de grupos múltiplos e multifacetados. A *interseccionalidade*, como perspectiva metodológica, objetiva justamente evidenciar as colisões que interceptam o existir das pessoas e de grupos subalternizados. O tempo presente é um exemplo da relevância da análise interseccional, ratificada pelos dados divulgados sobre a maioria das vítimas do novo coronavírus no Brasil.

Sciulo (2020), por sua vez, já chamava atenção ao fato de os dados por cor só terem sido divulgados pelo Ministério da Saúde depois de um mês e meio da confirmação do primeiro caso. A divulgação, ainda segundo esse autor, só ocorreu devido à pressão da Coalizão Negra por Direitos, que, formada por 150 entidades, elaborou uma carta reivindicatória ao Ministério da Saúde e às secretarias de saúde de todos os estados (SCIULO, 2020).

No documento, a entidade solicitou a divulgação dos dados sobre a cor, o gênero e o bairro dos infectados. Notificações veiculadas sem essas informações reforçaram o racismo institucional, que invisibiliza

as pessoas negras, indígenas e mestiças. Os estados do Norte possuem o maior número de povos originários e tradicionais do Brasil e continuam diluídos nos boletins genéricos do Ministério da Saúde e das secretarias de saúde dos estados e municípios. De acordo com a análise realizada pelos jornalistas investigativos da Agência Pública (MUNIZ; FONSECA; PINA, 2020), já havia uma morte para cada três brasileiros negros internados por Covid-19 nos hospitais, enquanto, entre brancos, a proporção era de uma morte a cada 4,4 internações.

No estudo divulgado no dia 27 de maio de 2020, meses iniciais da pandemia, pesquisadores da CTC/PUC Rio (2020) ampliaram a visibilidade dos eixos das colisões da pandemia na população negra, ao mostrar que, em termos de óbitos pela Covid-19, a escolaridade é um marcador da diferença, pois os sem escolaridade tinham taxas três vezes maiores (71,3%) em relação àqueles com nível superior (22,5%).

Na combinação entre raça e índice de escolaridade, notava-se o alargamento da desigualdade: pretos e pardos sem escolaridade (80,35%) morriam quatro vezes mais de Covid-19 do que brancos com nível superior (19,65%). No mundo, as desigualdades raciais e de gênero se agudizaram com a pandemia, isso porque, segundo os dados do relatório “Lucrando com a Dor”, da Oxfam (2022, p. 5): “em todo o mundo, a pandemia afetou mais fortemente os grupos racializados, o que está diretamente ligado aos legados históricos da supremacia branca, incluindo a escravidão e o colonialismo”.

Ainda no mesmo relatório, destaca-se que “metade de todas as mulheres negras que trabalham nos EUA ganha menos de US\$ 15 por hora, um limite amplamente utilizado para distinguir os trabalhadores de remuneração mais baixa no país” (OXFAM, 2022, p. 5). Além do mais, um dado muito importante exposto nesse estudo inicial e que foi se confirmando nos anos subsequentes – e que, por isso, requer aprofundamento pela análise interseccional – diz respeito ao fato de pretos e pardos representarem a maior proporção de óbitos (37%, em média) do que brancos, sobretudo quando se trata da “mesma faixa de escolaridade”.

Como problematiza Almeida (2019), o racismo é estrutural e impacta a vida das populações negra, indígena e mestiça de diferentes formas, compreendendo desde o acesso ao alimento e à água até o acesso aos serviços públicos, tanto na qualidade da oferta quanto nas relações do usuário com o profissional que o atende. A medicina, orientada pelos

protocolos médicos generalistas, muito pouco conhece acerca das doenças e dos tratamentos adequados à população negra, mestiça e indígena. Com isso, tem se colocado, ao lado das necropolíticas, dispositivos de controle de um biopoder (MBEMBE, 2018).

Conforme a problematização de Mbembe (2018), argumenta-se que a atual crise sanitária e humanitária tem precedentes, pois esta medicina branca, urbana, burguesa e eurocêntrica seleciona os vivos. A primeira vítima de Covid-19 no Brasil foi “uma mulher de 57 anos que estava internada em um hospital municipal da capital paulista, no dia 12 de março” (VERDÉLIO *apud* MATTA *et al.*, 2021, p. 28), uma mulher negra, idosa, trabalhadora doméstica, acometida de diabetes e hipertensão, infectada pela patroa, que conseguiu sobreviver ao vírus. A patroa tinha conhecimento do diagnóstico, mas não a participou. No Brasil, a escravidão deixou como legado a naturalização do trabalho doméstico como serviço essencial e executado pela mulher negra. Então, essas trabalhadoras, antes de serem vistas como humanas, são apenas um serviço que não pode faltar, não muito distante dos primórdios da escravidão colonial de negras e negros africanos nestas terras.

A Amazônia reúne o maior número de povos indígenas e da população negra do Brasil, sendo atravessada por inúmeros empreendimentos seculares que colocam em dúvida a condição humana desses povos. Segue, assim, a política genocida do projeto colonial, atualizando seus dispositivos de controle, entendendo-se o porquê de mães yanomami terem sido tratadas com desprezo pelo governo federal quando imploraram para cumprir o rito de sepultamento dos corpos sumidos dos seus bebês mortos pela Covid-19. Menosprezo pela forma de vida dessas pessoas, pelo que são e pelas lutas que travam para manter a ancestralidade em territórios constantemente ameaçados.

A análise *interseccional*, por isso, faz-se necessária. É política quando desvela indiferenças e desigualdades causadas pela inseparabilidade estrutural do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcado e dá visibilidade às identidades, às cosmovisões subalternizadas e às suas lutas e resistências. Entretanto, a visibilidade identitária como possibilidade precisa alcançar projetos de transformação social com ações macroestruturais e também microestruturais, intenção esta que permeia a proposta de *interface* entre Antropologia e Serviço Social. Mediante essa leitura, ante as questões colocadas nesta reflexão, pretende-se estreitar o diálogo, neste projeto, com Ochy Curiel (2020, p. 274):

El feminismo decolonial, tiene un compromiso en superarla política de identidad y consolidar un proyecto político de coalición de diferentes pueblos y comunidades, no es separatista. Propende por un proyecto de liberación de múltiples sujetos subalternos atravesados por todos los sistemas de opresión, pero a la vez rescata todas las resistencias y luchas que se han hecho frente a esos sistemas.

Objetivando-se a compreensão e a intervenção nesse sistema de dominação, buscam-se as contribuições da *interseccionalidade* para este diálogo sem, contudo, ater-se aqui à problematização de ela ter sido oriunda de uma proposta liberal. A intenção maior consiste em ir além de uma política de identidade, tomando-a como análise crítica possível, segundo as reflexões de Curiel (2020, p. 275):

Si es posible, siempre y cuando se tenga claro los límites de la propuesta hecha por Kimberle Crenshaw, autora del concepto. Es crítica en tanto visibiliza la articulación que existe entre raza clase, sexualidad, etc. Reconoce la imbricación y eso ya es un gran avance. Eso no es nuevo, antes de Crenshaw, ya lo había analizado el Colectivo Rio Combahee, Patricia Hill Collins, muchas de nosotras en Abya Yala, Sueli Carneiro, Jurema Werner, yo misma, entre muchas otras. El problema de la interseccionalidad es que no pregunta cómo se producen las identidades y diferencias que producen los sistemas de opresión. ¿por qué soy negra?, ¿porque soy indígena? ¿porque soy les-biana? Las respuestas: Soy negra o indígena por el racismo, soy lesbiana por el heterosexismo. Es decir, más allá de que utilicemos estas categorías para articularnos políticamente, debemos saber que esos lugares han sido producidos por la colonialidad. Nuestras luchas, por tanto, no se limitan a reconocer las identidades y las diferencias, sino a acabar con los sistemas de dominación. La interseccionalidad no profundiza sobre eso. La interseccionalidad es liberal, pues solo reconoce ejes de diferencias. No se trata solo de una cuestión teórica o conceptual, sino de una cuestión que tiene implicaciones para nuestras prácticas políticas.

Considerando-se a perspectiva *interseccional* das estruturas que esbarram na vida das mulheres e dos demais grupos que estão sendo

aniquilados pelas políticas de invisibilidade, em meio a uma pandemia e com total ausência de políticas de assistência social e de saúde, afirma-se que muitos fatores atravessam as experiências de raça, etnia, gênero/sexo e espiritualidade que culminam com a eliminação desses corpos. Portanto, a análise dos entrecruzamentos na identidade de alguém é fundamental para que políticas públicas não reproduzam o racismo, o classismo, o sexismo e a lgbtqi+fobia, estruturas estas que se interpõem simultaneamente.

INTERSECCIONALIDADE E DESNATURALIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES NA ATUAÇÃO DA(O) ASSISTENTE SOCIAL

O ensino de Antropologia no curso de Serviço Social, na Amazônia, afirma-se como um importante campo epistemológico de compreensão de uma região que, há séculos, vive sob colonialidades, conforme discutimos anteriormente. Em acordo com o projeto ético-político da profissão, as(os) assistentes sociais são formadas(os) para a defesa incondicional dos direitos sociais, civis e políticos. Suas práticas trafegam ali onde o direito está fragilizado e precisa de políticas que o garantam.

Ao longo dos tempos, as instituições foram nominando as pessoas e os grupos que acessam o serviço social, indo do “desvalido” e “carente”, da concepção positivista da naturalização da pobreza, respaldada por uma Antropologia que classificava a cultura em inferior e superior, ao “usuário” da concepção liberal de cidadão. O chamado usuário/cidadão, nessa concepção, é um sujeito genérico do direito, é um “sem rosto”, é categoria no singular. Não há “marcador identitário” imaginado (cor da pele, gênero, sexualidade etc.), apenas fixação das contingências, o subalternizado, isto é, o invisibilizado.

Assim, informa-se que, na nascente da crise humanitária em 2020, as(os) assistentes sociais brasileiras(os) que estiveram na linha de frente do Sistema Único de Saúde (SUS) logo evidenciaram essas interseções entre Covid-19 e raça, como se pode observar:

Para a população negra, o cenário da pandemia se associa às condições desiguais determinadas pelo racismo estrutural e institucional, visto que ela tem menos acesso aos serviços de saúde e está em maior proporção entre as populações vulneráveis, que secularmente vivenciam a

ausência do Estado em seus territórios (GOES; RAMOS; FERREIRA, 2020, p. 190).

A presença do Serviço Social e da(o) assistente social na tessitura das instituições, por onde a materialidade do seu fazer profissional se corporifica, configura-se em um campo de tensionamento entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, ou seja, como dimensões diferentes e complementares, dialeticamente falando. Destarte, é o lugar da negação, das contradições, do entranhar-se crítico na reprodução burocrática organizacional de suas institucionalidades políticas e sociais. O horizonte ético-político e a sua potência de produção do conhecimento, como reafirmação do estatuto científico, obriga a profissão a olhar para dentro e para fora de si mesma, pois, como reflete Iamamoto (1998), a(o) assistente social deve transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, por meio do engajamento político e ético na sociedade.

Esse enraizamento, de que fala Iamamoto (1998), propicia o reconhecimento de que a atuação da(o) assistente social na divisão social e técnica do trabalho é produto/síntese de múltiplas determinações (econômicas, políticas e sociais). Reflete-se, assim, que a sua origem reside na ordem burguesa, eurocentrada e enraizada na lógica cisheteropatriarcal do catolicismo, que muito matriciou as requisições profissionais das(os) assistentes sociais ao longo da história do Serviço Social. Por outro lado, a construção de uma hermenêutica do mundo social, fundada na matriz crítico-dialética da tradição marxiana, trouxe para o Serviço Social o fortalecimento da intenção de ruptura com as imagens e os fundamentos das práticas positivistas e conservadoras, desde a reconceituação até os dias atuais.

No tempo presente, grupos sociais subalternizados – como aqueles mencionados desde as páginas iniciais deste ensaio – estão sendo desvelados como os rostos da pandemia de Covid-19; grupos que, hoje, no limite entre a vida e a morte, lutam por visibilidade e direitos. Ao longo do tempo, suas representações políticas se contrapõem às visões que consideram suas pautas políticas, exclusivamente, como pautas identitárias. Isso impõe ao Serviço Social, no processo de enfrentamento às desigualdades sociais, o devido reconhecimento das cosmovisões e cosmogonias como potências desses grupos atendidos pelos assistentes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão interdisciplinar entre a Antropologia e o Serviço Social, proposta neste ensaio, junta-se às contranarrativas sobre a ação do ultraliberalismo na pandemia de Covid-19, quando possibilitou questionar: que humano é o cidadão? Que humano não é alcançado pela política pública? Questionamentos que exigem a compreensão da inseparabilidade entre os marcadores sociais das diferenças que estruturam a modernidade. Não sendo possível, portanto, apartar a mundialização do capitalismo do colonialismo e da modernidade ocidental, pois as hierarquias interseccionadas de gênero, raça, sociais, sexuais, geopolíticas, que consideram uns humanos e outros não humanos, desde os primórdios da colonização nas Américas, ainda permanecem, porém, com sofisticadas tecnologias de controle e de classificação.

Por essas razões, o conhecimento aprendido e produzido nesta *interface* de disciplinas ilumina as assertivas aqui empreendidas para mostrar que raça, gênero, sexualidade, etnia e classe se interseccionam e se sobrepõem; logo, as violações produzidas pela fricção das estruturas atingem diretamente as “mulheres do terceiro mundo” (negras, indígenas e mestiças). Contudo, seus corpos – corpo-território – colocam-se em campo de luta contra as opressões históricas, como tem nos revelado o contexto pandêmico desde 2020.

O campo hermenêutico da *interseccionalidade* foi acionado neste ensaio como um importante instrumento heurístico e político de enfrentamento às opressões, face abstrusa da modernidade que permanece como padrão mundial. Trata-se de um campo de interpretação e reflexão desafiador para o projeto ético-político da profissão da(o) assistente social e para as possibilidades de uma Antropologia engajada e comprometida com as lutas emancipatórias da Amazônia e do amplo “terceiro mundo”.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

ALMEIDA, A. W. B.; ACEVEDO MARIN, R. E.; MELO, E. A. (Org.). **Pandemia e território**. São Luís: UEMA Edições/PNCSA, 2020.

AMORAS, M.; NASCIMENTO, L. T. L. “Mulheres negras beneficiárias do Programa Bolsa Família: o desafio da chefia familiar”. *Gênero*, Niterói, v. 22, nº 2, p. 109-133, 2022.

AMORAS, M.; PONTES, A. M. “Serviço social e antropologia: interfaces na formação de assistentes sociais na Amazônia”. *Rev. Katálysis*, Florianópolis, v. 19, nº 3, p. 403-412, out./dez. 2016.

BELLINGER, C.; ANDRADE, L. M. M. (Org.). **Retratos da pandemia: perspectivas das mulheres quilombolas**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2021.

BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CÉSAIRE, A. **Discursos sobre o colonialismo**. Rio de Janeiro: Editora Livraria Sá da Costa, 1978.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, Rio de Janeiro, v. 31, nº 1, p. 99-127, 2016.

_____. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e apolítica do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019a.

_____. **Interseccionalidade: as critical social theory**. Durham: Duke University Press, 2019b.

CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Unifem**, Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2020.

CTC/PUC RIO. Diferenças sociais: pretos e pardos morrem mais de Covid-19 do que brancos, segundo NT11 do NOIS. **CTC/PUC RIO**, Rio de Janeiro, 27 maio 2020. Disponível em: <<https://www.ctc.puc-rio.br/diferencas-sociais-confirmam-que-pretos-e-pardos-morrem-mais-de-covid-19-do-que-brancos-segundo-nt11-do-nois/>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

CURIEL, O. “Oshy Curiel e o feminismo decolonial. [Entrevista cedida a] Ana Paula Procópio da Silva, Magali da Silva Almeida e Renata Gonçalves”. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, nº 46, v. 18, p. 269-277, 2020.

DAVIS, A. **Mulher, raça e classe**. São Paulo. Boitempo, 2016.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Editora Fator, 1983.

_____. **Os condenados da terra**. Juiz de fora: Ed. UFJF, 2005.

FIOCRUZ/ICICT. MonitoraCovid-19. **FIOCRUZ/ICICT**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <<https://bigdata-covid19.icict.fiocruz.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

GOES, E. F.; RAMOS, D. O.; FERREIRA, A. J. F. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. *In*: PONTES, R. N; CRAVEIRO, A. V; AMARO, S. (Org.). **Serviço Social e pandemia Covid-19: realidade, desafios e práxis**. Porto Alegre: Nova Práxis Editorial, 2020, p. 13-22.

GOMES, N. L.; TEODORO, C. (Org.). **Cadernos Igualde Racial**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

GONZALES, L. G.; HASENBALG, C. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero, 1982.

HOLLANDA, H. B. (Org.). **O pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HOOKS, b. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos, 2020.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

IBGE. Censo demográfico 2010. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em: 14 set. 2020.

KOURY, M. G. P. “Antropologia e situações-limites: neoliberalismo e pandemia”. **Dilemas**, Rio de Janeiro, Reflexões na Pandemia, p. 1-8, 2020. Disponível em: <<https://www.reflexpandemia.org/texto-43>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

LUGONES, M. “Rumo a um feminismo descolonial”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, nº 3, p. 935-941, set./dez. 2014.

MAIA, A.; BARBOSA, E.; GOMES, T. Rompendo silêncios: o que raça e gênero têm a nos dizer sobre a pandemia? **Notícia Preta**, São Paulo, 25 maio 2020. Disponível em: <<https://noticiapreta.com.br/>>

rompendo-silencios-o-que-raca-e-genero-tem-a-nos-dizer-sobre-a-pandemia/>. Acesso em: 1º ago. 2020.

MATTA, G. C. *et al.* (Org.). **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil**: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2021.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3ª ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MUNIZ, B.; FONSECA, B.; PINA, R. Em duas semanas, número de negros mortos por coronavírus é cinco vezes maior no Brasil. **Agência Pública**, São Paulo, 06 maio 2020. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/05/em-duas-semanas-numero-de-negros-mortos-por-coronavirus-e-cinco-vezes-maior-no-brasil/>>. Acesso em: 6 maio 2020.

OXFAM. Lucrando com a dor sobre a urgência de tributar os ricos em meio a um aumento na riqueza bilionária e a uma crise do custo de vida em nível global. **Oxfam**, [s. l.], 2022. Disponível em: <<https://ijf.org.br/wp-content/uploads/2022/05/Oxfam-Media-Brief-BR-Lucrando-com-a-Dor-Davos-2-sem-embargo.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

PAINEL CORONAVÍRUS. **Coronavírus Brasil**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 1º jun. 2020.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SCIULO, M. M. Na pandemia de Covid-19, negros morrem mais do que brancos. Por quê? Galileu, Rio de Janeiro, 20 maio 2020. Sociedade. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/05/na-pandemia-de-covid-19-negros-morrem-mais-do-que-brancos-por-que.html>>. Acesso em: 25 maio 2020.

SER Social

PANDEMIA DE COVID-19 E POLÍTICAS SOCIAIS
Brasília (DF), v. 25, nº 51, julho a dezembro de 2022

A pandemia de Covid-19 no Brasil e os desafios na garantia da saúde da população negra

The Covid-19 pandemic in Brazil and the challenges in ensuring the health of the black population

La pandemia de Covid-19 en Brasil y los desafíos para garantizar la salud de la población negra

Entrevistada: Edna Maria de Araújo¹
<http://orcid.org/0000-0003-1643-2054>

Entrevistadora: Lucélia Luiz Pereira²
<http://orcid.org/0000-0001-9722-143X>

Entrevistador: Cristiano Guedes³
<http://orcid.org/0000-0001-6908-2604>

Recebido em: 05/05/2022

Aprovado em: 29/06/2022

1 Enfermeira. Doutora em Saúde Pública. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva em nível de Mestrado e Doutorado Acadêmico da Universidade Estadual de Feira de Santana e do Mestrado Profissional em Saúde da População Negra e Indígena da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Integrante do Grupo Temático Racismo e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO).

2 Assistente Social. Doutora em Ciências da Saúde e Mestre em Política Social. Docente do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Núcleo de Análise e Avaliação de Políticas Públicas/UnB.

3 Assistente Social. Doutor em Ciências da Saúde e Mestre em Sociologia. Docente do Curso de Graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília. Integrante do Grupo de Pesquisa Núcleo de Análise e Avaliação de Políticas Públicas/UnB.

Resumo: A crise sanitária resultante da pandemia de Covid-19 no Brasil foi uma oportunidade para que a comunidade acadêmica analisasse a centralidade do direito universal à saúde e a defesa do SUS para combater as desigualdades. Esta entrevista foi realizada com a pesquisadora Dr^a. Edna Maria de Araújo, cuja trajetória acadêmica e participação nos movimentos sociais contribuíram para a sua destacada e reconhecida atuação na proteção de direitos da população negra brasileira durante a pandemia. A entrevista revela como as repercussões da Covid-19 foram ainda mais acentuadas para a população negra, população historicamente negligenciada no acesso à saúde no Brasil, e quais medidas foram adotadas para a preservação ou reivindicação da proteção do direito à saúde.

Palavras-chave: Pandemia de Covid-19. População negra. Políticas de saúde. Racismo.

A chegada da pandemia de Covid-19 ao Brasil foi uma oportunidade para mostrar como o direito universal à saúde e a preservação do SUS são fundamentais para a redução das desigualdades sociais em saúde, em especial para populações historicamente negligenciadas pela agenda de saúde pública, como a população negra. Medidas como a do distanciamento social, o uso de máscaras e o uso de álcool para higienizar as mãos como meios de se prevenir contra a Covid-19 foram um desafio extraordinário para grande parcela da população que já estava desempregada ou perdeu o trabalho, que habitava em regiões sem saneamento básico, residia em moradias com grande número de pessoas e dependia do transporte público para buscar meios de subsistência. Os efeitos da pandemia para a população negra foram ainda mais severos se comparados aos do restante da população, um fato observado tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. O racismo oprime vidas nos dois países, conforme mostrou estudo da Dr^a. Edna Maria de Araújo, cuja atuação, desde o início da pandemia, na defesa dos direitos da população negra, foi de importância destacada e alvo de reconhecimento nacional e internacional.

A população negra brasileira tem vivenciado os efeitos da pandemia de forma desproporcional, devido ao racismo institucional e à sua maior vulnerabilidade social e econômica, bem como restrições históricas de acesso a direitos sociais, como educação, habitação, água e serviços de saneamento básico, trabalho e renda, dentre outros. Soma-se a isso a maior prevalência de doenças crônicas nessa população, estando mais exposta aos riscos de contaminação e agravamento pela Covid-19. Apesar deste contexto, no início da pandemia, o quesito raça/cor não foi

incluído nos formulários dos sistemas de informação em saúde, o que impediu a desagregação por raça/cor. Após mobilização e reivindicação das organizações da sociedade civil, o quesito raça/cor passou a fazer parte dos boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde; no entanto, os dados de notificação são incompletos, o que impede uma análise mais aprofundada do impacto da Covid-19 entre negros e brancos.

Em que pesem a subnotificação dos registros dos casos de Covid-19 e a insuficiência de informações desagregadas por raça/cor, os dados coletados mostram que a população negra sofre de forma mais severa os efeitos da pandemia. Dados de pesquisa realizada em São Paulo mostra que as maiores taxas de mortalidade são de pessoas negras⁴. Os desfechos negativos para negros e negras foram apontados também em estudo do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS) da PUC-Rio, que mostrou que a taxa de letalidade de pessoas pretas e pardas foi de 58,8%, enquanto que a taxa entre os brancos foi de 37,9%⁵. Essas e outras pesquisas mostram a magnitude das desigualdades sociais e raciais em saúde e a necessidade de darmos maior visibilidade aos estudos sobre Covid-19 e às diferenças por raça/cor, mostrando a importância do enfrentamento do racismo e a necessidade de promover a equidade em saúde.

Lucélia Pereira: Professora Edna, primeiro, gostaríamos de agradecer imensamente o aceite do nosso convite para participar desta entrevista. Para iniciar, gostaríamos que falasse sobre seu envolvimento com o tema de racismo e saúde e como você analisa as expressões do racismo no campo da saúde.

Edna Araújo: Eu queria começar falando da vivência pessoal com o racismo e da minha trajetória de luta na perspectiva antirracista. A minha experiência com o racismo é de quando eu era criança e já sofria discriminação na escola. Eu não entendia por que eu era tratada de uma forma diferente. A minha professora me falava que eu tinha que pedir minha mãe para pentear o meu cabelo quando eu achava que meu cabelo estava penteado. E, depois disso, o meu contato com o racismo continuou na minha adolescência, quando meu couro cabeludo foi queimado várias

4 NISIDA, V. C.; CAVALCANTE, L. A. Racismo e impactos da Covid-19 na população da cidade de São Paulo. Revista Brasileira de Direito Urbanístico (RBDU), Belo Horizonte: Fórum, v. 6, nº 10, p. 151–174, 2020.

5 NOIS. Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde. Nota Técnica 11. Análise socioeconômica da taxa de letalidade da Covid-19 no Brasil. PUC-Rio, Rio de Janeiro, 27 maio 2020. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1tSU7mV4OPnLRFMMY47JIXZgzkkklykdO/view>>. Acesso em: 16 maio 2022.

vezes. Acho que isso aconteceu comigo e com muitas meninas negras, porque, na nossa inocência, achávamos que, se alisássemos os cabelos, seríamos mais facilmente aceitas, porque ficaríamos mais “próximas” do modelo branco europeu, embora, naquela época, não tivéssemos nenhuma noção da perversidade do racismo. Eu me lembro de que a pessoa que alisava o meu cabelo utilizava fogão de carvão, onde ela esquentava um instrumento de ferro, parecido com o que se chama hoje de chapinha, passava no meu cabelo e, por várias vezes, queimou o meu couro cabeludo. Eu e tantas outras meninas negras passávamos por essa tortura; porém, não tínhamos a capacidade de fazer uma avaliação crítica disso e nos insurgir. A gente achava que deveria se adaptar, principalmente se nós quiséssemos ter namorado. Mais tarde, na fase adulta jovem, eu comecei a perceber que não adiantava o sacrifício de alisar os cabelos, porque eu iria continuar sendo discriminada por ser negra. Instintivamente, eu sempre coloquei a escola como algo central na minha vida e foi pelos estudos que eu pude compreender melhor que o Brasil é um país racista e que esse racismo está impregnado e atuante, o tempo todo, na estrutura da nossa sociedade. Prova disso é que, mesmo com muitas dificuldades, eu consegui estudar nas instituições públicas e alcancei mobilidade econômica, que me fez escapar da pobreza e da exclusão social, mas isso não me fez escapar do racismo, já que, até hoje, eu ainda sofro discriminação racial. A minha entrada na universidade para cursar a graduação não me deixou esquecer alguns episódios que vivenciei durante a minha infância e adolescência e que eu considerava injustos. Por exemplo: quando eu era criança, eu me lembro de ter presenciado várias vezes outras crianças da minha idade jogar pedras em pessoas negras que perambulavam pelas ruas e eram chamadas de “loucas”. Eu já pensava sobre isso, considerava injusto e me indagava: “por quê?”. Aí, fui decidindo que os meus estudos também serviriam para eu buscar respostas para o que sempre me incomodava e, à medida que eu estudava, fui compreendendo mais a história das injustiças. Não a história contada nos livros tradicionais que a escola indicava, porque infelizmente a história contada naqueles livros era para desencorajar, desqualificar o assumir-se negra, mas eu fui procurando alternativas, lendo outros livros, participando de alguns movimentos, participando de eventos e conversando com as pessoas mais velhas que eu admirava e sabia que tinham algo a me ensinar. Eu preciso dizer que todas essas experiências me impulsionaram a entrar na universidade em um curso da área da Saúde. Logo que terminei o segundo grau, para a minha sorte, foi criado o curso de Enfermagem na Universidade Estadual

de Feira de Santana. Então, eu fiz a minha graduação em Enfermagem e Obstetrícia, já que não podia ser a Medicina, como eu sempre desejei, porque este curso somente era oferecido na capital e eu morava no interior e minha família não tinha ninguém que morasse na capital e nem tinha condições de me manter em outra cidade. Já cursando Enfermagem, eu era muito questionadora, fiz parte do colegiado do curso, me aproximei timidamente do movimento estudantil e fui me empoderando e observando com uma visão crítica sobre qual era a realidade da área da Saúde. Seis anos depois de formada em Enfermagem, fiz concurso público para a Secretaria de Saúde da Bahia e, no mesmo ano, fiz concurso para ensinar numa universidade estadual. Eu me apaixonei pela docência e resolvi fazer carreira acadêmica. Ingressei no mestrado em Saúde Coletiva e, dois anos depois, no doutorado também em Saúde Coletiva, na Universidade Federal da Bahia, já tendo uma visão crítica sobre como o racismo se expressa no campo da Saúde. No mestrado, trabalhei com as mortes por causas externas e pude constatar a sobremortalidade de jovens negros por homicídio. No doutorado, continuei com o mesmo tema, mas com foco nas desigualdades raciais. Buscando aprender mais sobre o racismo na Saúde, me submeti e fui aprovada na seleção de uma bolsa da CAPES para fazer o estágio sanduíche no exterior. Fui para a Universidade da Carolina do Norte – Chapel Hill, nos Estados Unidos, porque eu já sabia da existência, naquela universidade, de grupos de pesquisa sobre raça e saúde e, dessa forma, pude fundamentar melhor a relação entre morte violenta e racismo. Retornei para o pós-doutorado na mesma universidade, tendo como foco de investigação raça e saúde. A minha aproximação com a literatura internacional na área da Saúde Pública e da Epidemiologia me fez compreender ainda mais sobre as análises que podem ser feitas para comparar os diferenciais raciais entre negros e brancos, me fez ver que, quando se comparam os resultados em saúde entre a população negra pobre e a população branca pobre, sempre os piores resultados são observados para a população negra e pobre, mesmo quando se ajusta pela condição socioeconômica. Então, todas essas vivências e pesquisas me fizeram direcionar o meu foco de investigação para as desigualdades sociais em saúde e, especialmente, na saúde da população negra numa perspectiva comparativa.

Cristiano Guedes: Professora Edna, a senhora contou um pouco da sua trajetória de vida e de como foi observando, desde a graduação, essas desigualdades no âmbito da Saúde. Agora, nós tivemos um evento muito recente, uma crise sanitária, a pandemia de Covid-19. Eu queria ouvir

um pouco a senhora sobre como a pandemia contribuiu para deixar ainda mais visíveis essas desigualdades no âmbito do direito à saúde no Brasil.

Edna Araújo: A pandemia chegou sem a gente saber muito sobre ela, mas imediatamente nós tivemos informações dos organismos internacionais de saúde, que orientavam quais eram as medidas básicas que deveriam ser tomadas para o enfrentamento da Covid-19. E aí já podíamos perceber que aquelas recomendações básicas – como ter material de limpeza na casa, lavar as mãos, utilizar álcool em gel, utilizar máscaras específicas etc. – eram orientações que a maioria das populações em situação de vulnerabilidade não tinha condições de atender, por falta de recursos financeiros, falta de acesso à informação e à água. A recomendação da Organização Mundial da Saúde, por exemplo, de distanciamento físico, não foi possível de ser atendida por grande parte das pessoas que mora nas comunidades, nas periferias, porque – como a gente sabe – muitas vezes, em uma casa minúscula de uma comunidade, moram três, quatro famílias. Então, como fazer distanciamento físico com essas condições? E a recomendação de trabalhar em casa? Como uma população excluída do mercado de trabalho, que não tinha emprego, iria sobreviver? Porque uma boa parte da população negra e, claro, pobre, já que a maioria da população negra é pobre, obtém o seu sustento na informalidade, vendendo bugigangas nos semáforos ou recolhendo material na rua para reciclar. Por outro lado, as pessoas negras que têm emprego, em sua grande maioria, exercem funções que, na pandemia, foram consideradas essenciais, como motoristas de ônibus coletivo, motoristas de ambulâncias, maqueiros, serviços gerais, cuidadores de idosos, vendedores de padaria, farmácia e técnicos da área da Saúde, seja trabalhando em unidades básicas ou em hospitais. Sem falar no grande contingente de trabalhadoras e trabalhadores domésticos que, mesmo no contexto da pandemia, seus patrões, na sua maioria, não quiseram continuar pagando o salário com a trabalhadora estando afastada do trabalho. Então, a pandemia tem contribuído para dar visibilidade a todas essas desigualdades e, no tocante ao direito à saúde, pesquisas realizadas no Estado de São Paulo, nos primeiros meses da pandemia, mostraram que a população branca foi mais hospitalizada, mas as maiores taxas de mortalidade ocorreram entre a população negra. Esses resultados somente puderam ser obtidos porque o município de São Paulo fez o registro dos casos de Covid-19 segundo marcadores de raça e cor, de

forma independente⁶. No segundo semestre de 2021, pesquisa realizada pelo grupo de pesquisa do GT Racismo e Saúde da Abrasco evidenciou altas taxas de hospitalização e mortalidade para a população negra⁷. Vale destacar que esses resultados foram observados a despeito da grande subnotificação da variável raça e cor nos sistemas de informação relacionados à Covid-19. Todas as iniquidades sociais que já eram observadas pelos movimentos sociais e pesquisadores ficaram ainda mais evidentes com a pandemia de Covid-19.

Lucélia Pereira: E ainda nessa linha de considerar as perspectivas das iniquidades em saúde, como você analisa a pandemia? Você pensa que é uma crise sanitária? Você acha que existem outras crises envolvidas?

Edna Araújo: A pandemia pela Covid-19 é uma crise sanitária que poderia ter sido minimizada ou mesmo não estar ocorrendo. Recentemente, tive a oportunidade de ouvir um debate liderado por um colega, o professor Luís Eugênio Portella, que, juntamente com outros colegas, estavam em um seminário cujo título era: “O fracasso no enfrentamento da pandemia pela Covid-19 em nível global”, em que eles chamavam a atenção para uma questão bastante importante, que é o alerta que vem sendo feito desde o final dos anos de 1990, por organismos internacionais da área da Saúde, sobre a alta probabilidade de ocorrência de epidemias e, conseqüentemente, pandemias. Eles argumentaram que a Organização Mundial da Saúde, a Organização Pan-Americana da Saúde e um alto comitê de doenças transmissíveis dos Estados Unidos já alertavam, há alguns anos, que era necessário se aprender com os surtos e as epidemias, como a epidemia de ebola, e – a partir disso – planejar, se preparar para as prováveis pandemias que poderiam advir. As previsões eram de que poderiam ocorrer novos surtos, epidemias ou pandemias determinadas por vírus conhecidos ou não e que era necessário que os países se preparassem para isso. Nesse seminário, foi informado ainda que, do ano de 2000 para cá, foram feitas várias tentativas pelos organismos de saúde para reunir os líderes mundiais, principalmente depois das epidemias de influenza, gripes aviária e suína, para as lideranças mundiais debaterem e deliberarem

6 *Links* de acesso aos trabalhos: <https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Informativo-8-Disparidades-raciais-no-excesso-de-mortalidade-em-tempos-de-Covid-19-em-São-Paulo_final.pdf> e <<https://polis.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Racismo-e-impactos-da-COVID-19-na-populacao-da-cidade-de-Sao-Paulo-1.pdf>>.

7 *Link* de acesso ao trabalho: <https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2021/10/E-book_saude_pop_negra_covid_19_VF.pdf>.

as providências a serem tomadas, mas essa reunião simplesmente não pôde ser realizada, porque nenhum líder quis debater sobre essa questão, ou seja, não deram importância. Então, chega a pandemia da Covid-19. Na realidade, podemos dizer que é uma crise sanitária anunciada. Vale ressaltar que, nos países que, como o Brasil, estão vivenciando contextos políticos negacionistas e genocidas, o estrago feito por uma pandemia ocasiona sequelas e mortalidade de uma forma muito mais potente, e é isso o que estamos constatando em nosso país. O estrago não tem sido pior porque temos um Sistema Único de Saúde, que – mesmo funcionando de forma precarizada – salvou e continua salvando muitas vidas. Ademais, é preciso lembrar que, antes da pandemia pela Covid-19, já vivíamos várias crises sanitárias no Brasil, responsáveis por situações de penúria e mortalidade, como, por exemplo, a insegurança alimentar, os altos índices de violência, o desemprego, a concentração de renda etc., já que tudo isso tem impacto na qualidade de vida e saúde da população, e a situação é ainda pior para quem já vive em situação de vulnerabilidade. É óbvio que a pandemia traz algo maior, mas a gente observa que muitos políticos tomam a pandemia como a grande causadora de todos os problemas, de todas as misérias, como uma forma, inclusive, de justificar o injustificável.

Cristiano Guedes: Considerando algumas pesquisas que a senhora desenvolveu nos últimos anos sobre a questão da inserção de dados sobre cor e raça, como a senhora avalia a inserção desses dados nos sistemas de informação oficiais do governo brasileiro, durante a pandemia, para monitorar a Covid-19?

Edna Araújo: Dentre algumas medidas que nós, do GT Racismo e Saúde, tomamos logo no início da pandemia, está a publicação de notas técnicas que chamavam a atenção para a necessidade de mitigação dos impactos da pandemia justamente para os grupos populacionais em situação de vulnerabilidade representados, na grande maioria, pelas populações negras e indígenas⁸. Em uma dessas notas, fizemos algumas recomendações ao Ministério da Saúde; dentre as quais, a importância da publicação dos dados da pandemia desagregados por raça e cor. Por quê? Porque nós, pesquisadoras e pesquisadores negros e não negros, precisávamos saber como é que estavam sendo os impactos da pandemia para essas populações. Por todo o contexto de desigualdade social neste país, nós já

8 *Link de acesso ao trabalho:* <https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2021/10/E-book_saude_pop_negra_covid_19_VF.pdf>.

imaginávamos um pior impacto para a população negra e indígena, mas precisávamos ter isso registrado e, a partir desses dados, desagregados por raça e cor, poderíamos inclusive avançar em pesquisas mais robustas sobre as iniquidades ampliadas pela pandemia. Essa recomendação foi feita porque pesquisamos vários boletins epidemiológicos logo no primeiro mês e meio da pandemia, e a gente via que nesses boletins, publicados pelo Ministério da Saúde, não constavam os dados sobre raça e cor das vítimas da pandemia. Esse não registro não é algo novo, já que, ao longo de muitos anos, intelectuais negras e negros, junto ao movimento negro, fizeram um trabalho histórico para que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] incluísse, na coleta regular do censo e dos sistemas de informação, as cinco categorias de raça e cor [preta, parda, branca, indígena e amarela], e o Ministério da Saúde incluísse o campo raça/cor em todos os seus Sistemas de Informação em Saúde [SIS], mas até hoje essa inclusão é negligenciada, principalmente pelos SIS. É preciso lembrar que o racismo é baseado na ideologia da supremacia branca, a qual toma a raça e a cor das pessoas e o seu passado de escravização para discriminá-las racialmente. Então, se o racismo está sistematizado nessas bases, para desconstruí-lo é preciso monitorar as desigualdades raciais pela comparação dos resultados em saúde e de toda a dinâmica social segundo as categorias de raça e cor de todos os segmentos que compõem a população. O registro dos dados por categorias de raça e cor assume importância central para os movimentos sociais, o movimento negro, as pesquisadoras, os pesquisadores e para que todas as pessoas envolvidas com a luta antirracista possam ter elementos para ajudar a reduzir iniquidades e contribuir para o bem viver das pessoas. Não foi à toa que, ao mesmo tempo em que nós, do GT Racismo e Saúde, fizemos uma carta ao Ministério da Saúde cobrando a divulgação dos dados da pandemia desagregados por raça e cor, a Coalizão Negra por Direitos e a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade também o fizeram. Mas os dados continuaram a ser publicados sem o registro ou o fizeram de forma negligenciada, mesmo existindo uma portaria, a de número 344, de 1º de fevereiro de 2017, que obriga que os profissionais de saúde façam a coleta do quesito cor e o preenchimento do campo raça/cor que consta nos formulários dos sistemas de informação de saúde. Apesar de todas essas reivindicações, o Ministério da Saúde continuou fazendo de conta que atendeu às nossas reivindicações, mas na realidade passou a divulgar dados desagregados por raça e cor, porém com vários problemas de qualidade, ou seja, a forma com que os dados passaram a ser publicados nos

boletins epidemiológicos não nos permitiu fazer análises robustas para avaliar como estava sendo o impacto da pandemia na população negra e indígena. Em 2021, com o julgamento e o acolhimento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental [ADPF] quilombola, de nº 742, reivindicada pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas [CONAQ], foi determinado à União providenciar a inclusão do quesito raça/cor/etnia no registro dos casos de Covid-19 ocorridos nas populações tradicionais, com notificação compulsória dos casos de contaminação confirmados. Ainda assim, essa determinação do Supremo Tribunal Federal [STF] não foi atendida. E isso nós pudemos evidenciar quando o GT Racismo e Saúde da Abrasco constituiu um grupo de pesquisadoras e pesquisadores para, dentre outras investigações, analisar os SIS relacionados ao registro de dados da Covid-19, e esse grupo de pesquisa evidenciou que, apesar de haver preenchimento do campo raça/cor nesses sistemas, esse preenchimento era bastante variável de um SIS para outro e não estava sendo feito o registro de raça/cor/etnia dos casos de Covid-19 ocorridos nas populações tradicionais. Nós vimos que, mesmo durante uma pandemia, o único sistema de informação em saúde que tem um maior preenchimento do campo raça/cor é o Sistema de Informação de Mortalidade [SIM]. Mas essa constatação já era esperada, porque, historicamente, já observávamos essa maior proporção de preenchimento por esse sistema. Uma das justificativas para isso é que, por se tratar de um sistema que registra os óbitos ocorridos na população e por ser obrigatório o registro de algumas variáveis, até por uma possível demanda judicial na qual seja requerida a Declaração de Óbito [DO], é esperado um melhor preenchimento das variáveis, inclusive do campo referente a raça/cor das pessoas. A constatação de negligência no preenchimento desse campo nos demais SIS levou o grupo de pesquisadoras e pesquisadores do GT Racismo e Saúde da Abrasco a escrever notas técnicas sobre a negligência do Estado em fazer o registro adequado dos dados e, conseqüentemente, sobre a invisibilidade dos impactos da pandemia para essas populações. Essas notas ganharam grande repercussão quando foram publicadas por dois veículos de comunicação de grande reconhecimento no Brasil: a Carta Capital e a Folha de São Paulo⁹. Mais recentemente, foi aceito para publicação na revista Cadernos de Saúde Coletiva um artigo, também escrito por esse

9 *Links de acesso aos trabalhos:* <<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/pandemia-negligencia-na-coleta-de-dados-potencializa-vulnerabilidade-da-populacao-negra/>> e <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/opiniao/a-invisibilidade-do-racismo-nos-dados-da-covid-19-artigo-de-edna-maria-de-araujo-ana-paula-nunes-e-vitor-nisida/60871/>>.

grupo de pesquisadoras e pesquisadores, que trata da tendência temporal do preenchimento do campo raça/cor no SIVEP Gripe, no SIM e no SI-PNI, no período da pandemia.

Lucélia Pereira: Professora Edna, ainda nesse processo relacionado à variável raça/cor, sabemos que é histórica a luta para inserir o quesito cor nos sistemas de informações e, com certeza, essa luta ficou mais evidenciada agora na pandemia. Inclusive, no caso das populações quilombolas que temos acompanhado mais de perto, percebemos que os dados são insuficientes. Então, queria sua opinião para saber se essa ausência de dados e a subnotificação do perfil racial seriam estratégias deliberadas do governo para preservar essas práticas racistas, inclusive agora na pandemia.

Edna Araújo: Eu não tenho dúvida de que a má qualidade dos dados de raça/cor e a subnotificação desses dados constituem uma prática racista deliberada. É evidente que existe um descaso geral do Estado no tratamento dos dados da pandemia. Exemplo disso é que, numa pandemia grave, como a de Covid-19, quem está dando as informações sobre os dados da pandemia, de forma geral, é um consórcio de imprensa, quando era esperado que fosse o Ministério da Saúde que estivesse fazendo isso com a seriedade que é necessária diante dessa grave crise sanitária. Infelizmente, além de todos os problemas inerentes a uma pandemia, nosso país está vivenciando um contexto político, social e econômico terrível. Na minha experiência de vida, eu ainda não tinha tido o desprazer de vivenciar tamanho descaso de um governo com sua população. Aliás, o atual governo federal, antes mesmo de ser eleito, já desqualificava a luta das comunidades, a luta da população negra, LGBTQI+ e de outras populações. Todas as lutas sociais foram desqualificadas. Ele já entrou sabendo que existia a Proposta de Emenda Constitucional 95 [PEC 95], que contingenciava ainda mais o financiamento do Sistema Único de Saúde, e ele nada fez para reverter isso, mesmo diante de uma pandemia. Será que teria uma justificativa melhor para este governo ter revogado essa PEC, que foi promulgada no governo Temer? Quem mais utiliza o SUS? Não é a população negra, além de outras populações vulnerabilizadas? Por que os governos não têm buscado fortalecer o SUS, já que quem mais o utiliza é quem vive a condição da desigualdade e da exclusão social?

Cristiano Guedes: A senhora comentou há pouco sobre o GT Racismo e Saúde da Abrasco, uma entidade com papel fundamental e que mostrou mais uma vez isso durante esta pandemia. O GT Racismo

e Saúde é um GT que teve a senhora como uma das fundadoras e coordenadoras. Qual tem sido o trabalho do GT em relação à pandemia de Covid-19 e quais são as estratégias de ação que o GT tem utilizado?

Edna Araújo: O trabalho do GT tem sido incansável, permanente. A gente tem feito muitas ações. Apesar de terem diminuído muito os casos de Covid-19 nos últimos meses, já estamos observando um novo aumento tanto no número de casos quanto no número de óbitos. Nós sabemos que é necessário que a população continue obedecendo a algumas medidas de proteção contra o coronavírus e que a vacina somente não é suficiente para diminuir drasticamente e de forma mais permanente os casos da doença. Nós estamos atentas e atentos às desigualdades ao redor do mundo, inclusive no tocante à vacinação. A vacina tem chegado com um grande atraso, principalmente nos países de pior situação econômica; e, por isso mesmo, há o perigo do surgimento de novas variantes da Covid-19. A qualquer momento, podem surgir novas variantes, então. O GT continua mobilizado e fazendo o seu trabalho em defesa das populações excluídas socialmente. Desde o início, quando a pandemia foi anunciada em março de 2020, o GT se mobilizou imediatamente, até porque nós já sabíamos da situação de penúria e já denunciávamos também a situação de vulnerabilidade social e exclusão de grande parcela da população. A gente já sabia que a população brasileira, que já passava por muitas dificuldades, poderia sofrer um maior impacto da pandemia pela Covid-19. Quando vimos as recomendações dos organismos internacionais de saúde sobre como evitar a doença, sabíamos que era preciso chamar a atenção para medidas que poderiam ser tomadas para mitigar os efeitos da pandemia sobre essas populações. Quando vimos aquele levantamento do Cadastro Único, constatamos que a situação era muito pior do que pensávamos, já que muitas pessoas não tinham nem registro de existência como cidadão. Então, nós intensificamos o nosso trabalho, procurando ver mais amiúde o que poderia ser feito, o que poderia ser recomendado, sobre o que poderíamos chamar a atenção, não somente do governo, mas também dos movimentos sociais, das organizações, associações etc. Na ocasião ou naquele momento, uma das primeiras estratégias foi justamente o que eu falei em relação a exigir do Ministério da Saúde a divulgação dos dados, que era uma coisa primária que deveria ser feita. Outras estratégias foram a publicação das notas chamando a atenção para as dificuldades que a população tinha e o assessoramento a alguns movimentos sociais, alguns organismos, no sentido de compreender melhor o que poderia ser feito

para evitar a contaminação, já que as populações excluídas socialmente são também as que têm mais comorbidades e maior impossibilidade de ficar em casa diante da orientação de manter distanciamento físico. Várias e vários de nós fomos para as comunidades trabalhar, mesmo com a pandemia. Tivemos colegas que foram trabalhar com população de rua, foram reivindicar comida para essas pessoas, que já tinham dificuldades e que, com a pandemia, ficou ainda mais difícil para elas se alimentarem. Foram reivindicar material de limpeza para essas pessoas se higienizarem ou higienizarem suas casas, no caso das pessoas que tinham onde morar, além de reivindicar o álcool em gel para as pessoas passarem nas mãos. Tiveram até que reivindicar que a água chegasse até determinada comunidade, para que as pessoas tivessem condição de tomar banho. Nós também ajudamos alguns coletivos a escrever projetos com vistas a obter ajuda financeira para a compra de material de limpeza, máscaras e mesmo para se deslocarem para as unidades de saúde ou hospitais quando havia suspeita de infecção pelo coronavírus. Por exemplo: nós assessoramos a Associação Feirense de Pessoas com Doença Falciforme, para que ela fizesse um projeto para concorrer a um edital que foi lançado pelo Fundo Baobá para a equidade racial, no qual poderia ser disponibilizada uma quantia de até R\$ 2.500,00 e que foi fundamental para essa associação poder prover seus associados com algum dinheiro para pegar um táxi ou uber até uma unidade de saúde quando sentissem algum sintoma da Covid-19. Nós sabemos que, muitas vezes, eles não têm condições nem de tomar um ônibus coletivo por falta de dinheiro ou até mesmo devido às complicações provocadas pela doença falciforme. Com o dinheiro obtido graças ao Fundo Baobá, a associação pôde comprar também material de limpeza e tecido para fazer máscaras para se proteger. Então, é isso, o GT Racismo, em nível nacional, estava e ainda está produzindo pesquisas, publicando notas técnicas, nos envolvendo em campanhas em prol do fortalecimento do SUS e da implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, como é o caso da mobilização nacional em prol dessas causas que mencionamos, promovida pela Aliança Pró-Saúde da População Negra. E, ao mesmo tempo, estamos também, cada um na sua região, fazendo esse trabalho de apoio, de assessoria às populações em situação de vulnerabilidade social.

Lucélia Pereira: Ainda em relação à atuação do GT, você está relatando várias frentes de ação, as várias estratégias que foram utilizadas para garantir a proteção ao direito dessas pessoas, desses grupos

vulnerabilizados. O GT, inclusive, chegou a formular um conjunto de recomendações. Você poderia avaliar essas ações? Se essas recomendações foram recebidas ou incorporadas pelas esferas governamentais, seja federal, estadual ou municipal? Ou seja, como é que foi essa interlocução com o governo?

Edna Araújo: Nós fizemos recomendações que abrangiam desde o macro, ou seja, ações que deveriam ser feitas pelo Estado, até coisas mais simples que poderiam ser feitas em nível local. O que nós vimos é que essas recomendações foram muito mais colocadas em prática, mesmo que parcialmente, por organizações, movimentos sociais e por uma ou outra esfera estadual ou municipal, do que pelo governo federal, porque as recomendações que envolviam o governo federal não foram colocadas em prática. Uma das ações que a gente mais esperava era que a Emenda Constitucional 95 fosse revogada, que voltássemos a ter os programas da Atenção Básica que foram extintos, que não demitissem trabalhadores, principalmente os agentes comunitários de saúde [ACS]; pelo contrário: deveriam ser contratados muitos mais agentes comunitários de saúde para substituir aqueles que já estavam em situação de adoecimento, não pela Covid, mas por outras questões que já vinham se arrastando e esses funcionários não eram afastados ou, quando eram afastados, não havia reposição por outros funcionários. O ACS é um profissional que, para essa pandemia, especificamente, é de uma importância enorme, porque o agente comunitário de saúde vai à casa das pessoas, trabalha segundo a área de abrangência e conhece todas aquelas famílias. Ele sabe quem tem diabetes, quem tem hipertensão, quem tem doença renal, quem está grávida, quem não está. Então, todos esses problemas de saúde e a condição de gestação podem ser responsáveis pelo agravamento do quadro de Covid-19. Sendo assim, quem melhor do que esses profissionais para direcionar as autoridades sanitárias com vistas à redução de danos devido à pandemia? Então, a gente esperava que o governo federal fizesse uma coisa óbvia, que era e continua sendo aumentar a cobertura da Estratégia de Saúde da Família dos municípios, para que as áreas que estivessem descobertas contratassem mais pessoal para cobrir essas lacunas, e isso não foi feito, isso não foi direcionado, não foi trazido como uma política para o enfrentamento da Covid-19 pelo governo federal. Isso foi feito muito pontualmente em alguns municípios, com todas as limitações, mas por iniciativa dos próprios municípios ou dos estados. Então, as recomendações, de uma maneira geral, foram muito mais absorvidas, colocadas em prática, por organizações e movimentos sociais e muito

pontualmente por uma ou outra esfera municipal e estadual, a depender dos interesses. Por exemplo: aqui, no Estado da Bahia, nós avaliamos que foi bem positivo o enfrentamento da pandemia, porque, apesar de termos um governador do PT e termos um prefeito do DEM, eles fizeram muitas ações combinadas, e a gente avalia que a Bahia, que é um dos Estados do Nordeste que tem uma grande parcela de população em exclusão, não teve um pior impacto da pandemia por conta dessas atividades que foram feitas em conjunto, por estado e município.

Cristiano Guedes: Durante a pandemia, a senhora fez um estudo comparativo entre a população negra brasileira e a população negra dos Estados Unidos, que têm algumas semelhanças em suas trajetórias de vida, de segregação, de discriminação, de privação no acesso a direitos fundamentais. Em que medida, durante a pandemia de Covid-19, as populações negras dos Estados Unidos e do Brasil enfrentaram desafios semelhantes e em que medida foram diferentes?

Edna Araújo: Essa pesquisa nasceu de uma conversa que eu tive com uma colega da Universidade da Carolina do Norte, que é onde eu fiz o meu doutorado sanduíche e depois fiz o pós-doutorado. Nessa conversa, nós queríamos saber como estavam sendo os impactos da pandemia no Brasil e nos Estados Unidos para a população negra e a indígena. Daí, decidimos escrever algo sobre essa problemática e o fizemos primeiro no formato de nota técnica e depois no formato de artigo¹⁰. Nessas duas publicações, vimos que a população negra e a indígena dos Estados Unidos têm condições de exclusão e de vulnerabilidade social bem semelhantes à população negra e indígena brasileira e que os impactos da pandemia eram piores para essas populações nesses dois países. Observamos que essas populações tinham maior soroprevalência pelo coronavírus e as mais altas taxas de mortalidade. Observamos também que, mesmo nos estados dos Estados Unidos que possuíam uma pequena proporção de população negra, as taxas de mortalidade para esta população eram altas. Essas constatações nos mostraram que as condições de vida e saúde às quais as populações negra e indígena dos dois países estão submetidas estariam contribuindo para maior vitimização dessas populações pela Covid-19. Aqui no Brasil, um estudo do Pedro Hallal, de Pelotas [RS], mostrou que são justamente a população indígena e a população negra que estão sendo mais impactadas, tanto por terem uma

10 *Links de acesso aos trabalhos:* <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/edna-de-araujo-e-kia-caldwell-populacao-negra-morre-mais-de-covid-19/49329/>> e <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/NtPTmkFcTgwxZ5mGfYgNJFx/?lang=pt>>.

maior prevalência do vírus no sangue, como também pela mortalidade. Hallal, inclusive, denunciou que o Ministério da Saúde fez algumas tentativas de proibi-lo de divulgar esses dados.

Lucélia Pereira: Edna, a gente já está caminhando para o fim da entrevista e a gente queria ouvir você um pouco sobre as estratégias que deveriam ser incorporadas pelas políticas públicas de saúde a partir desta pandemia.

Edna Araújo: Olha, eu diria que, em primeiro lugar, é urgente que as políticas públicas que já foram implementadas o sejam efetivamente, porque nós somos um país que é *expert* em criar políticas, ou seja, nós também poderíamos dizer que os nossos movimentos sociais têm sido bem ativos em tensionar, em advogar, mostrando o caminho para a superação de muitas formas de desigualdades pela criação de políticas públicas, mas infelizmente as políticas são criadas muitas vezes no momento eleitoral, como forma de calar os movimentos sociais, e depois isso não é levado adiante. Essas políticas não são implementadas ou são implementadas parcialmente. Nós temos como exemplo a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra [PNSIPN], que desde 2009 foi oficializada. Mas temos várias pesquisas que mostram que essa política não foi implementada. Nosso grupo de pesquisa aqui na Bahia fez uma pesquisa grande, inclusive financiada pelo CNPq, em quatro estados brasileiros: São Paulo, Bahia, Sergipe e Alagoas, e nós constatamos que a política não está implementada nesses quatro estados e que a maioria dos trabalhadores da saúde ou não conhece a política ou é contra a existência da política. Algumas das perguntas que a gente fez nessa pesquisa para os trabalhadores da saúde foram: “você já leu a política? O que você conhece da política?”, e eles emitiram uma opinião muitas vezes de negação da política sem nem sequer tê-la lido. Nunca leram e, mesmo assim, tinham opiniões de que a política não deveria existir, porque a existência dela poderia provocar divisões entre negros e brancos, já que, na concepção deles, o Brasil é um país racialmente democrático. Vale salientar que, quando essa pesquisa foi feita, em 2017/2018, já estava em curso o movimento pró-Bolsonaro e, infelizmente, nós víamos nos resultados da pesquisa muito deste pensamento bolsonarista. Mas, apesar de todos os desafios que temos enfrentado e ainda os que estão por vir, é central que haja vontade política para que o Sistema Único de Saúde tenha financiamento adequado e alta qualidade de gestão, de modo a fazer valer essa política como ela foi concebida, para que sejam produzidos

resultados equânimes em saúde. Neste sentido, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, que é uma política transversal ao SUS, não é uma política separada só para negros, é uma política que foi criada com o objetivo de fazer valer o princípio da equidade; portanto, tem muito a contribuir, já que ela reafirma os princípios do SUS, constantes da Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, que tem como objetivo geral “promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS”. Desse modo, é preciso que o profissional de saúde esteja capacitado para entender como pode contribuir para diminuir as iniquidades raciais. Uma das diretrizes da PNSIPN é que seja incluído nos cursos da área da Saúde o estudo das relações étnico-raciais, porque a apreensão desse conhecimento pelos profissionais da área da Saúde na graduação, na pós-graduação e nos cursos de educação permanente poderá contribuir de forma importante para a compreensão dos motivos que levam a população negra a ter maior prevalência de doenças e agravos preveníveis e evitáveis, por exemplo, e de quais estratégias podem ser aplicadas para reverter essa realidade. Muitas vítimas negras da Covid-19 morreram porque tinham hipertensão, diabetes, problemas renais, comorbidades que estavam descontroladas, que não estavam sendo acompanhadas de forma adequada pelos profissionais de saúde. Por falar em profissionais de saúde, precisamos lembrar que um dos impactos da Emenda Constitucional 95 para a saúde da população brasileira foi justamente desfalcas as unidades de saúde, ao extinguir os Núcleos de Apoio à Saúde da Família [NASF], programa composto por profissionais especializados em atuar de forma assistencial e preventiva nas comorbidades relacionadas. Por tudo isso, não podemos aceitar que todos os transtornos e baixas que a população brasileira está sofrendo sejam de responsabilidade exclusiva da “crise sanitária” denominada de pandemia pela Covid-19. Nós temos visto que o Brasil tem sido palco de várias crises sanitárias, econômicas, sociais e políticas ao longo da sua existência, provocadas por políticos corruptos, que se vendem quando permitem que prevaleça a concentração de riquezas nas mãos de um grupo seletivo, enquanto a grande maioria da população fica destituída de direitos básicos, o que só aumenta a desigualdade social.

Cristiano Guedes: A pandemia ainda não acabou no Brasil, mas – fazendo um exercício de pensar retrospectivamente – quais são os aprendizados que esta pandemia de Covid-19 trouxe para o Brasil? O SUS já vinha sendo sucateado: a PEC 95, o desmonte, a privatização

cada vez maior dos serviços públicos, os repasses de dinheiro para as instituições privadas de saúde, mas como, apesar de toda essa adversidade, nós podemos tirar aprendizados desta pandemia e quais aprendizados para fortalecer o SUS?

Edna Araújo: Eu acho que a pandemia trouxe vários aprendizados, apesar de uma pandemia trazer muitos sofrimentos. É preciso aprendermos com o sofrimento presente para minimizarmos os sofrimentos futuros. No início desta entrevista, eu falei justamente da falta de interesse de lideranças mundiais em debater e fazer planos para o futuro, mediante as ocorrências, frequentes ao redor do mundo, de surtos e mesmo epidemias por doenças graves. Como pudemos observar, no primeiro ano da pandemia por Covid-19, faltaram insumos básicos para o enfrentamento da doença, principalmente nos países em desenvolvimento. É muito provável que, se as autoridades sanitárias desses países tivessem sabido tirar aprendizados das epidemias anteriores, talvez esta pandemia de Covid-19 tivesse tido um impacto muito menor do que ela tem provocado. Para mim, no nosso país, um dos principais aprendizados é o quanto é necessário que os governos invistam no nosso Sistema Único de Saúde; afinal, se não tivéssemos o SUS, a situação da maioria do povo brasileiro neste contexto pandêmico poderia ser muito mais catastrófica. Com a pandemia, ficou mais evidente como, ao contrário disso, os governos têm desqualificado, precarizado e contingenciado de forma exponencial o financiamento do SUS. Por outro lado, um outro aprendizado é justamente no que se refere ao potencial que o Sistema Único de Saúde tem. Esse potencial foi muito bem representado nos esforços feitos por profissionais de saúde exaustos, tentando de todas as maneiras salvar vidas quando não existia garantia nem de que as próprias vidas deles fossem salvas, haja vista que, em muitas unidades básicas de saúde e nos hospitais, faltava equipamento de proteção individual. Nós vimos a vigilância epidemiológica, que é parte do SUS, tentando trabalhar mesmo de forma adversa para poder testar a população, para acompanhar os casos, para fazer notificação. A gente viu a potência de um SUS mesmo precarizado, subfinanciado, e aí a gente obtém esse aprendizado. Será que somos somente nós que vemos isso? A gente, que tem uma visão crítica do mundo? A gente, que quer diminuir as desigualdades sociais? Será que estes governos não estão vendo o que tem que ser feito? Para o futuro, o que tem que se fazer? Tem que se investir em superar os erros que já foram cometidos e seguir em frente com mais assertividade, fazendo o contrário do que tem sido a prática até

aqui, pois essa ação poderá, com certeza, melhorar o futuro. Imagina se este SUS tivesse o investimento financeiro, investimento em tecnologia, investimento, inclusive, em campanhas publicitárias que incentivassem a população brasileira, como um todo, a valorizar e defender ainda mais o nosso Sistema Único de Saúde, fortalecendo-o também moralmente? Outro grande aprendizado eu diria que foi com os movimentos sociais. Poderei citar como ótimos exemplos o trabalho feito pela CONAQ e pela Central Única das Favelas. O que essas duas organizações sociais fizeram e continuam fazendo pelas comunidades quilombolas e pelas pessoas moradoras em favelas e periferias é algo fantástico, porque aonde o Estado não foi capaz de chegar, a CONAQ e a CUFA chegaram em relação às comunidades quilombolas. A CUFA, a Central Única das Favelas, o quanto que a CUFA fez e continua fazendo de campanhas de alimentos! Ter direito ao alimento é um direito básico. A pessoa pode morrer de fome, pode não morrer de Covid-19 e morrer de fome, e a CUFA se mobilizou. Inclusive, eu confesso que fiquei conhecendo ainda mais a CUFA agora durante a pandemia. Eu não sabia da extensão do seu trabalho e pude ver isso agora com a pandemia. Estou falando de organizações grandes do país, mas várias outras organizações em nível local fizeram um trabalho belíssimo de solidariedade, de dar sustentação às pessoas e, principalmente, às pessoas em situação de exclusão, de vulnerabilidade. Então, eu acho que esta crise provocada pela pandemia foi mais do que suficiente para mostrar o que é preciso ser feito: derrubar essa EC-95. É preciso fazer o contrário de tudo o que foi feito até aqui com o SUS, para que o SUS não seja extinto e, ao contrário, se fortaleça. Em muitos países da África, a vacina tem chegado com atraso. Os países desenvolvidos parecem que não estão muito preocupados com isso e nem em fazer com que essa vacinação seja massiva em termos globais. Assim, são vários os aprendizados, e só precisa o querer, a vontade política, não somente em nível nacional, mas em nível global, para que a gente tenha condições de fazer um melhor enfrentamento a outras crises sanitárias no futuro.

Lucélia Pereira: Edna, então, você trouxe um conteúdo muito rico e várias reflexões. A gente não tem mais perguntas. Se você tiver mais alguma coisa a acrescentar, fique à vontade, mas eu queria só reforçar a minha admiração por você como pesquisadora, como professora, como intelectual orgânica, enfim, tenho aprendido muito, e só temos a agradecer por você ter aceitado o convite e ter trazido reflexões tão importantes.

Cristiano Guedes: Professora Edna, eu agradeço também pelo seu tempo, pela sua dedicação em estar conosco. Foi uma honra, para nós, a senhora contribuir com este número temático da revista.

Edna Araújo: Eu quero parabenizar vocês por estarem querendo dar visibilidade a tudo isso, a fazer uma retrospectiva e, ao mesmo tempo, chamar a atenção para o que é necessário fazer para o futuro. Outro ponto que eu acho que merece destaque é o papel poderoso dos movimentos sociais, porque é através dessa força dos movimentos sociais que a gente pode transformar muitas coisas no nosso país, mudar a direção que, infelizmente, este país tomou e agora, com o ano de eleições, a gente tem a esperança, mas – mais do que a esperança – a gente tem que trabalhar para poder mudar este estado de coisas. Então, nos enche de esperança quando a gente vê os movimentos sociais, apesar de estarem passando por uma fase de recolhimento, terem ressurgido com tanta potência durante a pandemia, mostrando e sua condição de transformar e direcionar, para que haja respeito pela diversidade humana, para que a gente realmente tenha equidade e que as pessoas tenham direito ao bem viver. Eu é que agradeço a vocês pela oportunidade de fazer esta reflexão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A entrevista concedida pela Professora Doutora Edna Araújo mostrou como a pandemia teve consequências ainda mais nocivas para a população negra brasileira e o quanto o Brasil necessita investir na preservação e no aperfeiçoamento do SUS como um requisito à preservação do direito universal à saúde. O SUS tem sido cada vez mais ameaçado por políticas neoliberais favoráveis à mercantilização da assistência em saúde e, mesmo assim, mostrou a sua força e importância durante toda a pandemia e evitou que a mortalidade fosse ainda maior. Entretanto, o SUS necessita ser aperfeiçoado de forma a investir em ações voltadas ao atendimento integral da população negra, contemplando a ampliação e o aprimoramento de indicadores em saúde e formulando políticas capazes de contemplar as especificidades étnico-raciais.

SER Social

PANDEMIA DE COVID-19 E POLÍTICAS SOCIAIS
Brasília (DF), v. 25, nº 51, julho a dezembro de 2022

Ensaio para uma formação antirracista no Serviço Social

Essay about anti-racist training in Social Work
Prueba de formación antirracista en Trabajo Social

Carmen Ferreira Corato Costa¹
<https://orcid.org/0000-0001-5895-1552>

Recebido em: 27/08/2020

Aprovado em: 08/02/2021

Resumo: Este ensaio objetiva reafirmar o debate sobre a transversalização do conteúdo acerca das relações étnico-raciais na formação profissional de assistentes sociais, considerando o enlaçamento entre o neoliberalismo e o racismo no Brasil, o qual produz muitos impactos, seja no que toca à violação de direitos ou à naturalização de políticas públicas que não preservam vidas negras, com destaque para a política de segurança pública, que tem – nas ações da polícia militar e no encarceramento em massa – meios de manter o controle social da superpopulação relativa estagnada. Estas reflexões encontram sustentação no projeto ético-político do Serviço Social, em que um de seus pilares constitui as atuais Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Por isso, avalia-se

¹ Assistente social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutoranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ.

que a formação profissional pode impulsionar e expandir elaborações teóricas e práticas antirracistas que visem à preservação da vida humana como um direito inalienável, independentemente de classe social, raça/etnia, credo religioso, orientação sexual e nacionalidade.

Palavras-chave: Formação Profissional Antirracista no Serviço Social. Neoliberalismo. Racismo.

Abstract: This essay aims to reaffirm the debate on the cross-cutting of content about ethno-racial relations in the professional training of social workers, considering the link between neoliberalism and racism in Brazil, which has many impacts, whether in terms of violation of rights or naturalization of public policies that do not preserve black lives, with emphasis on public security policy, which has in the actions of the military police and mass incarceration, means of maintaining social control of the stagnant relative super population. These reflections are supported by the ethical-political project of Social Work, in which one of its pillars are the current Curricular Guidelines of Brazilian Association of Teaching and Research in Social Work (ABEPSS). So it is estimated that professional training can boost and expand theoretical elaborations and anti-racist practices aimed at preserving the human life as an inalienable right, regardless of social class, race / ethnicity, religious creed, sexual orientation and nationality.

Keywords: Anti-racist Professional Training in Social Work. Neoliberalism. Racism.

Resumen: Este ensayo tiene como objetivo reafirmar el debate en torno a la transversalidad de contenidos sobre las relaciones étnico-raciales en la formación profesional de los trabajadores sociales, considerando el vínculo entre neoliberalismo y racismo en Brasil, que tiene muchos impactos, ya sea en términos de violación de derechos o naturalización de políticas públicas que no preserven la vida de los negros, con énfasis en la política de seguridad pública, que tiene en la acción de la policía militar y el encarcelamiento masivo, medios para mantener el control social de la superpoblación relativa estancada. Estas reflexiones se sustentan en el proyecto ético-político de Trabajo Social, en el que uno de sus pilares son los Lineamientos Curriculares vigentes de Asociación Brasileña de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social (ABEPSS). Por lo que se estima que la formación profesional puede impulsar y ampliar elaboraciones teóricas y prácticas antirracistas orientadas a preservar la la vida humana como un

derecho inalienable, independientemente de la clase social, raza / etnia, credo religioso, orientación sexual y nacionalidad.

Palabras clave: Formación Profesional Antirracista en Trabajo Social. Neoliberalismo. Racismo.

INTRODUÇÃO

Muito recentemente, a pauta para inserir de modo transversal a temática das relações étnico-raciais na formação profissional de assistentes sociais tem ecoado com mais vitalidade no conjunto da categoria. Especialmente após o lançamento da cartilha “*Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social*”, em 2018, durante o XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, ocorrido em Vitória (ES), quando muitas instituições de ensino superior passaram a adotar o conteúdo em seus currículos. Passo este que significou um grande avanço para ampliar os debates, bem como para edificar ações antirracistas, embora saibamos que são apenas os primeiros estágios e ainda teremos de trilhar um longo caminho na luta no combate ao racismo.

À luz de pensadoras(es) negras(os) brasileiras(os) e estrangeiras(os), analisamos aspectos determinantes na configuração do capitalismo na contemporaneidade, tendo como eixo de reflexão as principais mudanças ocasionadas pelo projeto neoliberal implementado desde o início dos anos de 1990 no Brasil e o seu entrelaçamento com o racismo, produzindo particularidades nas ações estatais no trato com as expressões da questão social, que se manifestam por meio das políticas públicas e nas instituições, uma vez que o racismo estrutura o conjunto das relações sociais.

Nessa esteira, avaliamos ser imprescindível a formação profissional antirracista de assistentes sociais no contexto neoliberal, tendo em vista fortalecer a direção do projeto ético-político do Serviço Social, que tem por horizonte a superação dessa forma social burguesa, racista, elitista e patriarcal. Consideramos as atuais Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) como um dos maiores avanços para a formação de assistentes sociais altamente qualificadas(os), visto que objetivam assegurar uma formação generalista que permita que as(os) futuras(os) assistentes sociais

possam compreender o conjunto das contradições da sociabilidade do capital, o que inclui os espaços sócio-ocupacionais desses profissionais.

A formação antirracista à qual me refiro neste artigo não se trata de uma cartilha que aponta o que deve ser feito, mas sim apresenta um conjunto de reflexões acerca do *modus operandi* do racismo no Brasil, que – dentre as suas muitas exibições – tem na violação de direitos uma forte forma de operar (permitindo ou não acesso a determinados direitos) e que tem, como máximas manifestações, o encarceramento em massa e o extermínio de corpos negros.

Assistentes sociais atuam nas áreas da educação, da saúde, da segurança pública, da habitação, da proteção da criança, do adolescente, da mulher e do idoso, dentre muitas outras. Portanto, o entendimento aqui presente é que todas as instituições públicas ou privadas são tensionadas pelo racismo, visto que o país se constituiu tendo o racismo como estrutural e estruturante, por isso a necessidade de uma formação que desnaturalize todas as relações sociais que nele se fundamentem, sendo essas(es) profissionais chamadas(os) a ter elaborações e práticas antirracistas.

O NEOLIBERALISMO E O RACISMO: UMA EQUAÇÃO PERIGOSA À POPULAÇÃO NEGRA

Após o longo período de ditadura civil-militar (1964-1985), a década de 1980 se constituiu como uma verdadeira conquista para as classes trabalhadoras, acima de tudo pela reabertura política, pelas conquistas e pela positivação dos direitos civis, políticos e sociais, amparados pela Constituição Federal em 1988. Ainda que, do ponto de vista mundial, foram avanços tardios, para nós, brasileiras e brasileiros, isso significou uma ruptura com o conservadorismo político, uma marca tão profunda de nossa formação social; no entanto, a euforia da Constituição Cidadã, como ficou conhecida, durou muito pouco, visto que as políticas neoliberais, sob a orientação das agências financeiras internacionais, foram duramente implementadas nos anos de 1990 nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), tendo continuidade nos mandatos de Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003-2011), de Dilma Rousseff (2011-2016), de Michel Temer (2016-2018) e do atual presidente, Jair Bolsonaro, guardadas as diferentes orientações políticas entre os referidos mandatos.

O ideário neoliberal propaga que a crise do capitalismo encontra-se no Estado. Seus ideólogos afirmam que este ente possui um gasto social excessivo, sendo, portanto, necessário cortá-los, o que, por consequência, atinge diretamente as políticas sociais, que, por sua vez, são entendidas, por nós, como meio de materialização dos direitos sociais. Anderson (1995) nos diz que o neoliberalismo é, de fato, um movimento ideológico mundial, portador de uma doutrina consistente, lúcida, militante e decidida a construir o mundo à sua semelhança, de modo estrutural e internacional, ainda que se revista de particularidades nos países ditos subdesenvolvidos. Mbembe (2018) soma a esse entendimento a concepção de que o neoliberalismo é um projeto político que tem o seu auge na fase do capitalismo mundializado, em que a morte se torna assunto de alta precisão, seja para gerar lucros ao capital, seja para manter o controle social dos pobres, tendo o terror como o principal mecanismo.

A barbárie é um conceito cuja predominância do seu uso se deu na modernidade e guarda profundas relações com o projeto colonial, uma vez que a população oriunda do mundo ocidental se autodeclarava civilizada e as demais populações, praticamente todas as civilizações não ocidentais, foram consideradas bárbaras, principalmente pelo modo de vida, que, acreditavam os europeus, lhes parecia rude, selvagem, bárbaro. Esse encontro entre civilizações diferentes não necessariamente acarretaria a consequência de uma destruir a outra; porém, as colonizações europeias do século XVI buscavam obter lucros; logo, o hábito de submeter as populações encontradas se tratou de assegurar tal objetivo. Desde então, a barbárie – aqui entendida como um meio de controle social por meio da violência estatal – se tornou uma mediação política entre os ditos civilizados e os supostos não civilizados (CÉSAIRE, 2017).

A burguesia, na luta por se consolidar enquanto classe política e economicamente dominante, estabeleceu a barbárie como forma de fazer política, basta lembrarmos que reis e padres foram decapitados durante a Revolução Francesa, em 1789. Mbembe (2018) adverte que foi com a ascensão da burguesia que a violência se torna a forma por excelência de eliminação do inimigo. É assertivo que, em modos de produção anteriores, a violência e a morte contra os adversários ocorriam, mas é na sociabilidade burguesa que ela assume contornos jurídicos, de modo que todo aquele que for entendido como inimigo do Estado terá como forma de punição a morte ou o encarceramento em massa, sendo ambos

compósitos da estratégia genocida estatal de eliminar a população que não tem possibilidade de reingressar no mercado de trabalho.

O chamado mito da democracia no País opera como uma das expressões da barbárie. Desde o início do século XX, as elites e seus ideólogos sustentam que entre nós não existe racismo, pois aqui negras(os), indígenas e brancas(os) vivem harmoniosamente. Denomina-se mito porque nunca houve, de fato, uma democracia racial, pois – desde a escravidão – às(aos) brancas(os) eram reservados os lugares de maiores confortos e condições de vida, enquanto para a população negra destinou-se exatamente o extremo oposto, o que permaneceu intacto após a Abolição. A desresponsabilização dos colonizadores e do Estado para com o destino social das(os) negras(os) recém-libertas(os), em fins do século XIX, é a resposta da perpetuação da pobreza entre os últimos. Netto (2011) nos chama a atenção para o entendimento de que a origem da pobreza no capitalismo está na produção social da riqueza e na sua apropriação privada no Brasil, onde os povos negros foram impedidos sequer de participar da produção da riqueza social, que lhes garantiria um salário, pois a ideologia da suposta inferioridade racial incapacitava-os ao trabalho assalariado, diziam os governantes e as elites (NASCIMENTO, 2016).

A colonização instituiu e naturalizou a morte dos segmentos populacionais pobres, sobretudo negros, como um modo de controle social para a manutenção da ordem, bem como para a administração da população sobrando, desenhando-se como uma cultura da gestão pública estatal, o que se estende à contemporaneidade, como podemos constatar ao analisar os dados do Atlas da Violência publicado no ano de 2019, referente ao ano de 2017, que mostram que 4.936 mulheres negras foram assassinadas. No mesmo ano, ocorreram 49.524 homicídios, sendo que 75,5% de todas as vítimas de homicídios eram pessoas negras (em sua maioria, jovens).

Esses dados compõem parte das expressões da questão social no Brasil, que pesa sobre a população negra de modo letal, explicitando as desigualdades sociorraciais que nos acompanham desde a escravidão. Nunca foi novidade que, nestas terras, a violência – em sua manifestação mais brutal, o homicídio – é um meio pelo qual o Estado assegura a paz às elites. A selvageria é um traço do colonialismo, é o estado de violência constante que outorgou aos colonos imprimir os tratos mais bárbaros às(aos) colonizadas(os), cujas raízes são profundas nas sociedades que passaram pela experiência da escravização. Nas palavras de Fanon

(2005, p. 79): “[...] O colonialismo não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. Ele é a violência em estado natural [...]”.

O que dá base a essa forma de operar na colonialidade é a ideia de raça, que emergiu como categoria analítica e política à medida que o mundo passou a ser dividido entre as raças ocidentais (pretensamente “superiores”) e as outras raças (pretensamente “inferiores”) na modernidade. A classificação racial preconceituosa e discriminatória, desde então, acompanha aberta ou veladamente as teorias em todas as áreas do saber, reservadas, obviamente, as particularidades das formações sociais (GUIMARÃES, 1995).

Com o objetivo ideológico de naturalizar as relações sociais hierarquizadas racialmente entre brancos(as) e negros(as), é que vai se constituindo o conceito de racismo. Tal forma de conceber a humanidade foi inaugurada com as populações tradicionais/indígenas das Américas e, posteriormente, se estendeu aos povos africanos (QUIJANO, 2005). A institucionalização de tal naturalização funda os meios técnicos e legais de que desfrutam as relações de dominação, de força e de violência, que são impostas e mantidas para com os(as) dominados(as). Portanto, as teorias racistas se basearam abertamente em supostas diferenças raciais organizadas em padrões valorativos estruturados pelas sociedades ocidentais, em que a “raça” é a chave principal de análise e que se materializa em discriminações sociais institucionalizadas, assegurando privilégios a determinado grupo racial e desvantagens aos outros (ALMEIDA, 2018).

O racismo se manifesta mediante discriminações negativas², que caracterizam as desigualdades sociais que acompanham grupos inteiros, como são os casos de ascensão social, de reconhecimento e valorização profissionais, bem como de estabilidade financeira, geralmente para as pessoas não negras, impondo assim o extremo oposto às negras e aos negros: a desqualificação e a desvalorização profissionais, o desemprego, a instabilidade financeira etc. Destarte, é um processo sistemático e contínuo, que organiza e assegura privilégios entre núcleos raciais e se reproduz em todos os níveis: econômico, político e cultural, sendo, entretanto, uma variante que se expressa nos níveis individualistas e institucionais, pois em essência mostra o caráter estrutural do racismo (ALMEIDA, 2018).

2 As discriminações positivas acontecem quando se é atribuído tratamento diferenciado aos grupos historicamente desprivilegiados no intuito de corrigir as desvantagens ocorridas pela discriminação negativa (ALMEIDA, 2018).

Os marcadores sociais racistas no Brasil passam especialmente pela cor da pele, seguida pela textura do cabelo e pelos desenhos dos lábios e do nariz. O fator classe social também constitui um determinante na escala discriminatória dessa população, ainda que saibamos que uma(um) negra(o) rica(o) não tem a sua vida assegurada pelo fato de pertencer à elite, uma vez que o risco constante de morte ocorre pela cor da pele. O que este elemento, a classe social, altera nos dados gerais é que a origem da pobreza no Brasil é atravessada pelo quesito cor/raça, de maneira que a população negra no país compõe a maioria da faixa pobre (GUIMARÃES, 2012).

Dados de 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que 75% da população pobre é composta por pretas(os) e pardas(os), enquanto brancas(os) estão entre as(os) 70% mais ricas(os). São muitas as variáveis que compõem essa situação, dentre as quais destacamos o nível de escolarização: das(os) jovens entre 18 a 24 anos de idade que frequentam regularmente o ensino superior, 36,1% são brancas(os) e apenas 18,3 são pretas(os) e pardas(os). Soma-se a esse dado a ocupação laboral, cujos cargos gerenciais são lotados por 68,6% de não negras(os) e 29,9% de negras(os). No que toca à taxa de desemprego, as mulheres negras alcançam a cifra de 16,6%; os homens negros, 12,1%; as mulheres brancas, 11%; e os homens brancos, 8,3% (metade da taxa de mulheres negras desempregadas).

Contudo, a desigualdade social no Brasil é atravessada pelas condições de classe, raça e gênero, gerando um abismo entre os mais ricos e os mais pobres, sendo necessário, portanto, o cruzamento de diversos marcadores sociais, para que se diminuam tais disparidades. O problema que pulula é que, no capitalismo, não há e nunca haverá a igualdade social, uma vez que sua riqueza se origina na exploração humana. O máximo que se pode granjear é que se tenham melhores condições de vida, sendo as políticas sociais públicas um dos meios possíveis para isso, ainda que insuficientes.

O racismo sela a desigualdade social e o neoliberalismo reatualiza a naturalização da condição social entre aquelas(es) que detêm a riqueza e aquelas(es) que são predeterminados à pobreza, pois – ao se afirmar que os indivíduos são os únicos e exclusivos responsáveis pelo seu destino social – retira-se qualquer responsabilidade do Estado de intervir no sentido de assegurar as condições básicas de existência da cidadã e do cidadão.

Um exemplo nupérrimo é a pandemia do novo coronavírus (Covid-19), que expõe despidoradamente a forma operacional barbarizante do modo de produção capitalista de gerir a vida, uma vez que tem tornado evidente o desmantelamento das políticas públicas, especialmente da política de saúde. Um dado que demonstra a inviabilidade do discurso neoliberal é percebido nas pesquisas com foco no combate ao vírus: nota-se que elas têm sido desenvolvidas e promovidas majoritariamente por instituições públicas, ainda que o atendimento esteja muito aquém daquilo de que se necessita, ocasionando muitos óbitos daqueles que só possuem o Sistema Único de Saúde (SUS) como meio de acesso à saúde. Temos a ciência de que há pouco conhecimento acerca do comportamento do vírus, por ser uma doença nova e por não existir uma vacina e nem medicamentos eficazes para a prevenção e a cura, o que, por si só, ocasionaria muitas mortes. Porém, as décadas de êxitos na implementação das políticas neoliberais surpreenderam negativamente as(os) governantes e demonstram o seu total despreparo na promoção da proteção social às(aos) cidadãs(ãos), o que é evidenciado pelo fato de que as taxas de mortalidade por Covid-19 em bairros considerados nobres são três vezes menores, em comparação com as taxas relativas aos bairros periféricos (IPEA, 2020).

O entrecruzamento entre o neoliberalismo e o racismo no Brasil é uma equação perigosa à população negra, visto que a pobreza e a violência incidem mais nesse segmento, embora a violência também ocorra em pessoas pauperizadas não negras. Ademais, tal combinação naturaliza a desigualdade social, autoriza o homicídio e a prisão de negras(os) e não abre perspectiva alguma de reversão desse quadro. De igual modo, sinaliza a hipertrofia das medidas restritivas estatais frente às políticas sociais, bem como das ações genocidas, reatualizando o *modus operandi* da barbárie, que mais caminha no sentido de pôr fim à vida humana do que de construir possibilidades emancipadoras.

O SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS EM FORMAR PROFISSIONAIS ANTIRRACISTAS

O “Congresso da Virada”, em 1979, denotou a retomada das forças progressistas emergentes no movimento de reconceituação (1965-1975) na América Latina, o qual sustentou as bases da renovação do Serviço Social no Brasil, esforços estes coibidos pela brutal repressão

da ditadura civil-militar (1964-1985). Esse movimento encontrou eco junto às demais mobilizações da sociedade civil que lutavam pela reabertura democrática e pelo Estado Democrático de Direito em fins da década de 1970 (NETTO, 2011).

O processo de renovação no Serviço Social sinalizou uma ruptura teórica e política com o conservadorismo, promovendo alterações no modo de conceber a sua emersão, passando a ser entendida como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho na era dos monopólios do capital. O Serviço Social constitui o conjunto de práticas sociais requeridas pelas classes, sendo o Estado o ente mediador no trato das sequelas da questão social. De outro modo, o trabalho profissional é tensionado pelos interesses das classes sociais, na medida em que integra mecanismos de exploração e dominação, ao passo que simultaneamente dá respostas institucionais associadas às necessidades vitais das classes trabalhadoras, sendo, entretanto, reproduzidor do antagonismo dos interesses sociais (IAMAMOTO, 2019).

O caldo político progressista que tomou conta da década de 1980 no Brasil logrou potencializar as lutas antirracistas dos movimentos negros, salto qualitativo este que repercutiu no Serviço Social, especialmente pelo protagonismo de assistentes sociais negras, muito embora não tenha se espreado pelo conjunto da profissão. No entanto, significou alguns avanços políticos acerca da pauta do combate ao racismo durante o citado período e que tensionaram a categoria profissional a trilhar rumos antirracistas, visto que segmentos profissionais participaram ativamente de muitas mobilizações, seminários, marchas e encontros organizados pelos movimentos negros (ALMEIDA; ROCHA; BRANCO, 2019).

Destaco centralmente o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, ocorrido em Valença (RJ), em dezembro de 1988, que – segundo Xavier (1999) – foi um marco para a visibilidade da mulher negra, bem como para as reflexões, elaborações e ações contra o racismo e o sexismo no País.

No ano de 1988, militantes do movimento negro realizaram protestos contrários às comemorações oficiais do centenário da Abolição da Escravatura, proclamada em 1888. Os protestos denunciavam a farsa da Abolição, pois a liberdade, mesmo em seu sentido formal, nunca foi uma concretude na vida da população negra, pois não foi acompanhada das condições objetivas de realizá-la. Naquela oportunidade, os protestos reivindicaram também a instituição do dia 20 de novembro como o Dia

da Consciência Negra, em que a população negra comemora sua cultura e reafirma o combate ao racismo (ROCHA, 2014).

O movimento negro, em sua diversidade, obteve conquistas importantes, que se positivaram na Constituição Federal, a exemplo também da Lei Federal nº 7.716/89, conhecida como Lei Caó, definindo como crimes ações resultantes de preconceitos de raça ou de cor e tornando o racismo crime inafiançável (BRASIL, 1988). A partir de então, a pauta antirracista penetrou nas correntes políticas progressistas de forma não homogênea, materializando algumas conquistas e vitórias no campo dos direitos sociais, dentre as quais ressalto as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que obrigam o ensino da história e da cultura da África, afro-brasileira e indígena nas escolas de ensino básico; a Lei nº 12.711/12, a “Lei de Cotas”, que reserva um quantitativo de vagas em cursos técnicos e do ensino superior e em concursos públicos; e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2013), que objetiva desenvolver ações no combate a doenças que incidem majoritariamente em pretos e pardos etc.

Não é possível entender as desigualdades sociorraciais hoje se não se compreende o passado que as constituiu, principalmente porque se pretende superar essa ordem social desigual. Formar profissionais antirracistas implica desmistificar as relações sociais burguesas, que encontram, na classificação racial hierarquizada, modos de naturalização de quem é pobre e de quem é rico, de quem pode viver e quem deve morrer, que se expressam nas políticas públicas, como exemplifica o dado que mostra que 55% das(os) negras(os) internadas(os) com Covid-19, no Brasil, vão a óbito, enquanto para brancas(os) o percentual é de 38%³. Como Faleiros (1991) nos legou, as políticas sociais têm como uma de suas funções a reprodução das desigualdades sociais e, ao acrescentarmos as relações étnico-raciais, têm também a reprodução das desigualdades raciais.

Sabemos que a origem da questão social encontra-se na contradição entre o capital e o trabalho, cujas expressões dessa relação antagonica constituem o campo de trabalho dos assistentes sociais. Na medida em que compartilho desse entendimento, problematiza-se que a classe trabalhadora no Brasil tem cor e é negra, o que permite compreender que a desigualdade social é potencializada pela desigualdade racial,

3 Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/06/02/covid-mata-54-dos-negros-e-37-dos-brancos-internados-no-pais-diz-estudo.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

o que permite que haja uma produção imagética que corresponde às relações reais, em que em ser negra(o) significa ser pobre, assim como o contrário também é verdade: a maioria da população rica é branca (EURICO, 2013).

O antirracismo é justamente esse processo de desvelar todos os elementos que sustentam o racismo e os seus efeitos deletérios à população negra. O debate empreendido nestas linhas argumentativas encontra suporte direto nas diretrizes curriculares, especialmente nos núcleos de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e de fundamentos do trabalho profissional. Esta análise é imprescindível ao Serviço Social, na medida em que, ao nos aproximarmos da realidade brasileira, implica apreender o racismo como elemento estrutural e estruturante a todas as relações sociais vigentes (MOURA, 1994).

Para Quijano, o racismo e, conseqüentemente, a escravidão racializada foram os elementos que permitiram que o capitalismo procedesse à sua acumulação primitiva, que foi exatamente o que possibilitou a Revolução Industrial, dentre outros processos históricos. Com base nessa construção sistêmica, a ciência – servindo aos interesses ideológicos da burguesia – formulou teorias que se sustentavam na pretensa diferença hierárquica entre as populações branca e negra, que se materializavam e se materializam em leis e normatizações, que acarretaram e acarretam privilégios ao primeiro grupo populacional e desvantagens ao segundo.

Tais elaborações e normatizações raciais hierarquizadas também atravessam as políticas sociais, seja na sua elaboração, implementação, execução, monitoramento e avaliação, pois se trata de um modo de analisar o mundo que, consciente ou inconscientemente, acessamos e reproduzimos. É nesse emaranhado teórico, com implicações políticas, que se torna crucial uma formação antirracista para desnudar uma realidade caótica com inclinação racista e segregadora, que classifica quem possui direito à vida e quem não o possui, com base em critérios que penalizam, com maior predominância, as populações negras e pobres.

Gonzalez (1988) aponta que o silêncio foi a estratégia desenvolvida pelas ciências sociais para apagar as desigualdades sociais que, no Brasil, são permeadas pelas relações étnico-raciais. A mesma autora nos mostra como, após a Abolição da Escravatura, a população negra sumiu dos livros historiográficos, uma vez que as classes dominantes,

representadas pelo Estado, objetivaram invisibilizar o total abandono que as(os) negras(os) sofreram naquele período.

O silêncio é uma marca do racismo, pois se encarrega de apagar da história povos inteiros, o que se expressa também no Serviço Social desde o seu surgimento, uma vez que corroborou com o projeto societário das elites que foi implementado pelo Estado na década de 1930, para que a população negra caísse no esquecimento frente à ação estatal.

Sabe-se que os assistentes sociais exerceram junto às classes trabalhadoras papel difusor e mediador na consolidação da noção burguesa de trabalho durante a Era Vargas. Entretanto, a subproletarização dos negros (resultado do complexo processo que envolve desde a escravidão-abolição até sua periférica inserção nas relações capitalistas) foi sistematicamente sonogada nas elaborações teóricas dos primeiros assistentes sociais (FERREIRA, 2010, p. 12).

A explicitação da existência da exploração do quesito raça/etnia no Código de Ética de 1993 resultou num enorme avanço; no entanto, não podemos afirmar que teve o mesmo alcance no que tange às dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa, visto que a maioria dos currículos das unidades de ensino em Serviço Social, sejam elas públicas ou privadas, não aderiu às relações étnico-raciais como um conteúdo transversal à formação profissional dos estudantes da graduação, o que obviamente aparecerá no trabalho profissional que não apreende as especificidades das demandas do seu público usuário, que – em sua grande maioria – é negro, porque compõe o número maior de pessoas pobres atingidas pelas expressões da questão social.

A crise mundial do capitalismo, que vem desde 2008, tem expandido as antigas e as novas expressões da questão social. O capital, na busca por retomar o processo de acumulação, tem exigido cada vez mais do Estado a responsabilização pela sua crise, ao passo que, para garantir os interesses das elites, o mesmo ente tem se eximido de assegurar os direitos sociais, desenhando-se como um Estado máximo para o capital e mínimo para o trabalho (NETTO, 1993).

Em tempos de crise de superacumulação de capitais, de retirada de direitos, de flexibilização das condições de trabalho, de desemprego massivo, reatualiza-se o ambiente propício para a retomada de forças políticas ultraconservadoras (como é o caso das realidades brasileira e

mundial) e para a naturalização da violência como modo de controle social. Além disso, reforça-se o ideário ultraliberal de que a responsabilidade pela vida cabe única e exclusivamente ao indivíduo. Como nos legou Césaire (2017), em momentos de profunda crise do capitalismo e no intuito de perpetuar-se como forma societal, sempre aparecerá um Hitler, este último entendido como forma regular de governo totalitário, que frequentemente se manifesta em períodos de recessão econômica e que vê a saída de sua crise na eliminação do outro, do inimigo, que – ao fim e ao cabo – retoma a ideia de raças ditas superiores e inferiores.

Em outras palavras, assistimos nos tempos hodiernos a uma intensa retração da economia mundial, agravada pela pandemia da Covid-19, em que o capital dá sinais claros de impossibilidades civilizatórias, com a retomada da ideia de raça como conceito histórico e analítico racista, deliberando quais vidas importam e quais são descartáveis. Expressões estas que variam desde o pronunciamento presidencial de Jair Bolsonaro – ao ser indagado sobre o quantitativo de mortes por Covid-19, cuja resposta foi: “E daí? Não faço milagres”⁴ – até o exemplo de dois médicos franceses que sugeriram a proposta de que os medicamentos de combate à Covid-19 fossem testados na África⁵.

A classificação racial em nossos tempos se apresenta diariamente na autorização pública de quem é visto como humanizado e pode viver *versus* quem historicamente foi coisificado, cujo destino trágico (a morte) não comove as pessoas individual e coletivamente e tampouco mobiliza os poderes públicos para a proteção dessas vidas.

Contudo, denota-se que são substanciais as reflexões antirracistas que sejam capazes de desvelar este silenciamento secular, que atravessa o mais profundo de nosso âmago. No Serviço Social, fazem-se pertinentes as seguintes práticas: (I) radicalizar a implementação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS na formação profissional; (II) ampliar a produção de conhecimento na pós-graduação *stricto e lato sensu* sobre a temática; (III) combater o racismo nas diversas instituições públicas e privadas com práticas que tanto perpassem a intervenção profissional quanto impliquem a atualização da formação às(aos) profissionais formadas(os); e (IV) programar a suspensão do cotidiano no

4 Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/e-dai-nao-faco-milagres-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-covid-19/>>. Acesso em: 16 jun. 2022.

5 Disponível em: <<https://midianinja.org/news/o-povo-africano-nao-e-cobaia-potenciasnegras-denunciam-racismo-de-medicos-franceses/>>. Acesso em: 16 jun. 2022.

espaço sócio-ocupacional para a reflexão dos efeitos nocivos e letais do racismo na sociedade como um todo.

Não se trata de um receituário, mas sim de um acúmulo teórico-prático sistematizado e promovido por militantes, ativistas, intelectuais e profissionais antirracistas que veem, na materialidade da vida, a possibilidade da superação encadeada do capitalismo, do racismo, do sexismo e da LGBTfobia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As breves reflexões compartilhadas neste artigo objetivaram reafirmar o debate indispensável sobre as relações étnico-raciais na formação profissional de assistentes sociais em tempos neoliberais, em que o racismo, em sua forma mais perversa e escamoteada (pela sua suposta não existência), permite que o Estado hipertrofiar o processo de violação e de retirada de direitos, bem como escancara a sua face de extermínio e encarceramento de jovens negros, como medidas exclusivas de promoção de políticas públicas na área de segurança pública.

Um aprendizado nos resta: “em uma sociedade racista, não basta não ser racista: é necessário ser antirracista”⁶. Ao concebermos o racismo como estrutural na constituição do capitalismo, torna-se essencial produzir teorias e práticas que objetivem extingui-lo em todas as dimensões da vida social. Neste sentido, nós – assistentes sociais – não podemos nos ausentar dessas reflexões; ao contrário, é fundamental que nos instrumentalizemos desse arsenal, uma vez que é compatível com o nosso projeto ético-político.

Destarte, tratar das políticas sociais e públicas no Brasil significa também abordar a reprodução do racismo que nelas está engendrada, visto que compete aos assistentes sociais elaborar e atuar nesse campo. Assim sendo, a elaboração teórica, o direcionamento ético-político e a dimensão técnico-operativa desses profissionais implicam desnaturalizar o racismo, seguindo na direção do antirracismo.

Todos os elementos dantes expostos demonstram como se faz mister apreender as relações étnico-raciais como constituintes da questão social nestas terras e que, portanto, estudá-las coaduna com a direção teórica e política hegemônica na profissão. Ressalta-se que, recentemente, passos foram dados para uma formação e intervenção antirracistas: a campanha

“Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”, deliberada pela categoria profissional no Encontro Nacional, em 2017, promovida pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Em ação conjunta, o CFESS e os CRESS, em comemoração ao Dia das(os) Assistentes Sociais em 2019, que teve como tema “*Se cortam direitos, quem é preta e pobre sente primeiro – A gente combate o racismo é no cotidiano*”, promoveram diversas atividades, encontros, seminários, congressos regionais e estaduais, que objetivaram promover o debate em torno das relações étnico-raciais e no Serviço Social.

Nestas veredas, avaliamos que é no processo de formação profissional crítica que emerge a possibilidade de desvelar este real, que nos assombra a todos e que toma densidade com o avanço do ultraconservadorismo e do reacionarismo, à medida que, no seio da sociedade, autorizam-se práticas racistas, que vão desde manifestações individuais verbais até a formalização de ações genocidas do Estado e de seus braços armados. Se a ruptura ideopolítica com o conservadorismo simbolizou um salto qualitativo na profissão, a luta antirracista consiste em dar passos substanciais para fortalecer a renovação profissional, bem como caminhar no sentido de edificar uma sociedade humanamente emancipada, posto que se trata da preservação das vidas humanas, único meio pelo qual será possível fazer uma revolução.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social**. Brasília/DF: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 1996.

ALMEIDA, Magali da Silva; ROCHA, Roseli da Fonseca; BRANCO, Suelma Inês de Deus. **Assistentes Sociais negras na construção da “virada” do Serviço Social brasileiro**. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. *Congresso da Virada e o Serviço Social hoje – Reação conservadora, novas tensões e resistências*. São Paulo: Cortez, 2019.

ALMEIDA, Sílvio. **O que é racismo estrutural?** São Paulo: Letramento, 2018.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER e Gentili (Org.). **Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

Atlas da violência 2019. **Organizadores:** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

BRASIL. **Constituição Federal.** Brasília, 1988.

____. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Ministério da Saúde, Brasília/DF, 2013;

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo.** Florianópolis: Letras Contemporâneas/ Imprensa Universitária UFSC, 2017.

COVID-19 mata mais na periferia do que em bairros nobres do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 04 ago. 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36265>. Acesso em: 10 ago. 2020.

GRESS/RJ. **Assistente social: ética e direitos.** Coletânea de Leis e Resoluções. Rio de Janeiro: GRESS, 2007.

EURICO, Márcia Campos. A percepção de assistentes sociais acerca do racismo institucional. **In:** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 114, p. 290-310 abr./jun. 2013.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais.** São Paulo: Cortez, 1991.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Tradução: Enilce Albergaria Rocha. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FERREIRA, Camila Manduca. **O Negro na Gênese do Serviço Social (Brasil, 1936-1947).** Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2010.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **In:** Tempo Brasileiro.

Brasileiro Rio de Janeiro, No. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. “Racismo e antirracismo no Brasil”. São Paulo: Novos Estudos Cebrap, n° 43, novembro, 1995, pp. 26-44.

____. **Classes, raças e democracia.** São Paulo: Editora 34, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: um esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 34ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

____. Renovação do Serviço Social no Brasil e os desafios contemporâneos. **In:** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, nº 136, p. 439-461, set/dez de 2019.

IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Ano de 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2020.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Ática, 1994.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. Cortez: S. Paulo, 1993.

____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2011.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clasco, 2005.

ROCHA, Roseli da Fonseca. **A Incorporação da Temática Étnico-Racial no Processo de Formação em Serviço Social: Avanços e desafios**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

XAVIER, Lúcia. Mulher Negra: Sua Situação na Sociedade. **In:** **Guia de Direitos do Brasileiro Afrodescendente**. Rio de Janeiro: CEAP, 1999 (Cadernos CEAP).

SER Social

PANDEMIA DE COVID-19 E POLÍTICAS SOCIAIS
Brasília (DF), v. 25, nº 51, julho a dezembro de 2022

Questão social e questão racial na formação em serviço social: debate necessário

Social issue and racial issue in Social Work training: necessary debate
Cuestión social y racial en la formación en Trabajo Social:
discusión necesaria

Daniela Ferrugem¹

<https://orcid.org/0000-0002-2861-1191>

Loiva Mara de Oliveira Machado²

<https://orcid.org/0000-0001-6589-8032>

Recebido em: 08/07/2021

Aprovado em: 04/02/2022

Resumo: Pretende-se com o artigo contribuir para o debate sobre a questão social e racial na realidade brasileira e sobre a sua abordagem na formação profissional em Serviço Social, considerando o projeto de formação inscrito nas Diretrizes Curriculares desta formação no

1 Assistente Social do CIPAS – Instituto de Psicologia da UFRGS. Doutoranda e Mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5471071385067239>.

2 Assistente Social. Graduação em Ciências Contábeis e em Serviço Social. Especialização em Movimentos Sociais, Organizações Populares e Democracia Participativa pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestrado e Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6672410060900654>.

3 Este projeto contou com financiamento da Bolsa Prorext/Capes taxas.

Brasil. É fundamental reconhecer o debate sobre a questão social e a questão racial como parte do compromisso com um perfil profissional crítico, investigativo e criativo. Partimos da reflexão sobre racismo estrutural e questão social. Na sequência, apresentamos produções na área que abordam a temática étnico-racial na última década. Ao final, apresentamos argumentos para a incorporação da questão social e racial na formação em Serviço Social. Tecemos algumas indagações com vistas a apresentar desafios e potencialidades quanto à apreensão da questão racial como constitutiva da questão social e não como uma de suas expressões ou particularidades na realidade brasileira.

Palavras-chave: Racismo estrutural. Questão social. Formação e trabalho profissional. Serviço Social.

Abstract: The article aims to contribute to the debate on the social and racial issue in the Brazilian reality, and its approach to professional training in Social Work, considering the training project inscribed in the Curriculum Guidelines. It is essential to recognize the debate on social and racial issues in the face of a commitment to a critical, investigative, and creative professional profile. We start with a reflection on structural racism and social issues, and then present productions in the area that address the ethnic-racial theme in the last decade. Finally, the incorporation of social and racial issues in training in Social Work. In the final considerations we make some inquiries, aiming at presenting challenges and potentialities as to the apprehension of the racial issue as constitutive of the social issue and not as one of its expressions or particularities in the Brazilian reality.

Keywords: Structural racism. Social issue. Training and professional work. Social Work.

Resumén: El artículo tiene como objetivo contribuir para la discusión sobre la cuestión social y racial en la realidad brasileña, y su aproximación a la formación profesional en Trabajo Social, considerando el proyecto de formación inscrito en los Lineamientos Curriculares de esta formación en Brasil. Es fundamental reconocer el debate sobre cuestión social y racial frente al compromiso con un perfil profesional crítico, cuestionador y creativo. Comenzamos con una reflexión sobre el racismo estructural y la problemática social. Posteriormente, presentamos producciones en el campo que tratan del tema étnico-racial en la última década. Finalmente, traemos argumentos para la incorpo-

ración de la temática social y racial en la formación en Trabajo Social. Tejemos algunas preguntas, con intento de presentar desafíos y potencialidades sobre la aprehensión de la cuestión racial como constitutiva de la cuestión social, no como una de sus expresiones o particularidades en la realidad brasileña.

Palabras-clave: Racismo estructural. Cuestión social. Formación profesional y trabajo. Trabajo Social.

INTRODUÇÃO

Considerando a indissociabilidade entre formação e trabalho profissional, o artigo objetiva contribuir para a reflexão sobre a questão social e a questão racial, considerando as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996), que orientam a formação profissional em Serviço Social no Brasil. Tais Diretrizes se constituem como expressão jurídico-política do Projeto Ético Político Profissional (TEIXEIRA; BRAZ, 2009), contribuindo para a consolidação da direção crítica e interventiva da profissão, inserida na divisão sociotécnica do trabalho especializado (IAMAMOTO, 2007) no plano da sociabilidade capitalista.

As contribuições socializadas agregam reflexões produzidas no interior do Aya: Grupo de Estudo, Extensão e Pesquisa sobre Serviço Social, Relações Sociais de Exploração/Opressão de Raça/Etnia e Gênero, a partir do reconhecimento de que as temáticas em tela são essenciais à qualidade da formação e do trabalho profissional em Serviço Social.

O caminho percorrido busca elucidar, primeiramente, o significado de raça/etnia e racismo estrutural presentes na realidade brasileira, uma vez que se constituem como parte estruturante das relações sociais de exploração-opressão-dominação. Parte-se da compreensão de que tais relações não se traduzem em expressões da questão social, mas dela são estruturalmente constitutivas.

Embora se tenha avançado no acúmulo teórico, nos debates políticos e nos posicionamentos coletivos da categoria sobre as temáticas raça/etnia, por meio das entidades político-organizativas, ainda há longo caminho a ser trilhado. Dados sobre violência institucional inscritos no Atlas da Violência (2021) e a falta de acesso a serviços e equipamentos públicos, agravada especialmente no contexto da pandemia da Covid-19,

demonstram o quanto a desigualdade social se expressa de forma mais recrudescida, ao considerar de maneira interseccional os quesitos raça/etnia, gênero, sexualidades, geracionalidade, entre outros. A pesquisa documental realizada acerca das produções na área do Serviço Social sobre raça/etnia, no período entre 2000 e 2021, alerta para o quanto a questão étnico-racial precisa ser apropriada no âmbito da formação e do trabalho profissional. Esta reflexão está desenvolvida na segunda parte do artigo.

Na terceira parte, busca-se refletir sobre as Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996) como um marco orientador da formação em Serviço Social no Brasil, de modo a elucidar, em notas para uma formação antirracista, a incorporação da questão social e racial no projeto de formação que objetiva um perfil profissional crítico, criativo, interventivo e investigativo.

RACISMO ESTRUTURAL E QUESTÃO SOCIAL

A questão racial está no bojo da questão social. Se, para Netto (2001, p. 41), a questão social é “[...] ponto saliente, incontornável e praticamente consensual”, como discutir a questão social enquanto fundamento do Serviço Social sem considerar a racialização da sociedade brasileira?

Se a questão social é determinada pela relação entre capital *versus* trabalho e emerge dos movimentos históricos societários, “independentemente de fronteiras políticas e culturais, seus resultantes societários trazem a marca da história que a concretiza” (NETTO, 2001, p. 48). É preciso considerar que o Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão, após 350 anos de utilização do trabalho escravo como parte constitutiva do modelo de colonização. As marcas da formação sócio-histórica do país devem, obrigatoriamente, abarcar esse período, o que incide nos processos de exclusão e genocídio persistentes até os dias atuais, uma vez que o racismo se reitera e reifica, com novas expressões que se materializam nas vidas das pessoas, mas que – independentemente da forma como se apresenta – sempre é estrutural (ALMEIDA, 2019a).

Significa dizer que a desigualdade racial é um elemento constitutivo das relações mercantis e das relações de classe, de tal sorte que a

modernização da economia e seu desenvolvimento representam momentos de adaptação dos parâmetros raciais a novas etapas da acumulação capitalista, pois, “[...] para se renovar, o capitalismo precisa, muitas vezes, renovar o racismo, como, por exemplo, substituir o racismo oficial e a segregação legalizada pela indiferença em face da igualdade racial sob o manto da democracia” (ALMEIDA, 2019a, p. 184). Portanto, o racismo não é um “problema pessoal” nem um fenômeno patológico, pois é uma das bases de sustentação da sociedade capitalista enquanto “[...] uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencam” (ALMEIDA, 2019a, p. 32).

Defendemos o posicionamento de que o racismo não é uma nova expressão da questão social. Por ser estrutural na sociedade brasileira, ele estrutura a questão social, articulando-se a todas as múltiplas expressões que a constitui. Certamente, é uma discussão que carece de adensamento para uma melhor compreensão, pois, “[...] no modo de produção capitalista, a manutenção de níveis extremos de desigualdade social está mediada pela funcionalidade do racismo e, no caso das relações institucionais, sejam elas públicas ou privadas” (EURICO, 2018, p. 523). Tais instituições também são responsáveis pela manutenção do racismo, pois toda a estrutura societária se estabelece com base na hierarquia racial.

A sociedade brasileira é racializada e, assim, constrói o lugar do branco como a experiência universal, a normalidade. Nessa relação, as pessoas negras são socializadas a partir das diferenças em relação ao branco, tornando-se estranhas frente aos pactos estabelecidos pela branquitude, que é “[...] considerada um produto da dominação colonial europeia e, portanto, estaria intimamente relacionada à supremacia branca global, sendo impossível conceituá-la sem atentar para as relações de poder que lhe deram origem [...]” (ALVES, 2013, p. 3).

A lente que utilizamos para mirar o real deve considerar as relações raciais historicamente construídas, tomando a branquitude como um sistema de privilégios e uma experiência coletiva que mantém a hierarquia que sustenta o racismo. Tais discussões ainda se mostram rarefeitas no âmbito da formação e do trabalho profissional na área do Serviço Social. Por ser uma lacuna, a ABEPSS criou, em 2010, os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP) – Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de

Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades, que têm por objetivo fomentar as discussões sobre “relações sociais de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades no âmbito do Serviço Social” (ABEPSS, 2014, p. 235). Um documento, lançado em 2014, para socializar o trabalho desenvolvido pelo GTP, revela como um desafio a articulação entre essas categorias, objetivando:

[...] fomentar uma maior articulação entre as ênfases que o compõem, bem como consolidar o debate de tais problemáticas no âmbito do Serviço Social, haja vista o reduzido número de produção na área e certa resistência da categoria no que diz respeito a tais discussões sob o argumento de que já “transversalizam” as temáticas dos demais GTPs, o que em nossa avaliação invisibiliza essas discussões (ABEPSS, 2014, p. 240).

Somando-se ao esforço, o conjunto CFESS/CRESS assume como bandeira de luta da categoria a Campanha de Gestão 2017-2020: “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”. A campanha foi um sinal de que a categoria está atenta à necessidade de aprofundar a discussão sobre raça/etnia e racismo estrutural. Mas, ainda assim, as discussões, deliberações e ações concretas para a alteração desse processo no âmbito da categoria e das unidades de formação requerem celeridade para que possam contribuir na luta efetiva de combate ao racismo, pois as “[...] marcas e rupturas provocadas pelo racismo no Brasil que incidem de maneira violenta sobre a população negra são fatores determinantes nos processos de adoecimento e morte” (EURICO, 2018, p. 527).

Se tomarmos como exemplo os índices de homicídios no Brasil, temos que, em 2019, 77% das vítimas eram pessoas negras⁴, sendo que “[...] a taxa de homicídios por 100 mil habitantes foi de 29,2%. [...] Entre os não negros (soma dos amarelos, brancos e indígenas), a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil [...]” (IPEA, 2021, p. 49). Ou seja, um negro tem 2,6 vezes mais risco de perder a vida em homicídio do que uma pessoa não negra. Esses dados indicam a letalidade do racismo no país.

Assim, é fundamental combater o mito da democracia racial presente na realidade brasileira, o qual, segundo Lélia Gonzalez (2020, p. 44), se constitui como mito de dominação ideológica e representa um “[...] silêncio ruidoso sobre as contradições raciais”. Daí o questionamento

4

Os dados correspondem a pessoas pardas e pretas, de acordo com a classificação do IBGE.

sobre uma pseudo-igualdade de todas as pessoas perante a lei e sobre uma ilusória noção de harmonia racial e igualdade de oportunidades, questões a serem observadas nos espaços de formação e de trabalho profissional.

Dessa maneira, é preciso reposicionar a discussão da questão social, tendo também por fundamento a questão racial, considerando os impactos do colonialismo e do racismo na sociedade brasileira. No âmbito da formação profissional em Serviço Social, segundo as Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996), faz-se necessário “[...] destacar que em cada um dos Núcleos de Fundamentação precisam comparecer conteúdos que sustentem uma formação antirracista” (ABEPSS, 2018, p. 19). Aprender o real para além do aparente torna-se imprescindível à incorporação da questão étnico-racial no debate sobre a questão social, assim como para a formulação de proposições para a superação das opressões e para o fortalecimento das formas de resistência manifestas nas expressões da questão social.

A compreensão do trabalho do/a assistente social – de modo que considere os/as profissionais como sujeitos comprometidos com um projeto societário emancipador e com a produção socialmente referenciada, ou seja, atravessada por suas condições de raça, classe, gênero e sexualidade – nos convoca de maneira a que possamos nos entender enquanto uma classe trabalhadora heterogênea. Por exemplo: uma mulher negra e pobre é submetida a condições de menos prestígio e de maior subalternidade em uma sociedade classista, racista e misógina. Isso não é diferente para assistentes sociais nesta mesma condição, independentemente do fato de que seu espaço de trabalho esteja no âmbito público ou privado.

Enquanto pesquisadoras negras, reconhecemos que essas dimensões nos constituem e determinam a lente com que miramos a realidade e as interrogações que temos frente aos objetos de pesquisa e às produções acadêmicas, uma vez que perderiam significado e relevância ao não abordar o quesito de raça/etnia como uma questão estruturante na sociedade brasileira, assim como na formação e no trabalho profissional de assistentes sociais. Afinal, conforme apontam os dados de pesquisa realizada pelo conselho federal da categoria, a maioria dos/as assistentes sociais se autodeclara negro/a: “[...] 54% dos entrevistados identificaram-se como pessoas negras – sendo 30% pretas/os e 24% pardas/os –, 44% como brancas/os, 1% como amarela/o e 1% como indígena” (CFESS, 2019). Esses dados são expressivos, uma vez que

ainda temos obstáculos quanto à autodeclaração, pelo fato de que somos socializados pelo racismo. Para muitas pessoas, constituir-se como negro ou negra pode ser um problema, cuja resposta poderá ser a negação. Este é um indicativo de que precisamos fazer este debate no âmbito da profissão, pois o racismo estrutural incide no cotidiano de trabalho dos/as profissionais e nas vidas das pessoas usuárias, cidadãs de direitos, que atendemos nos diversos espaços de trabalho.

ABORDAGEM SOBRE RACISMO E RAÇA/ETNIA NAS PRODUÇÕES DA ÁREA (2010-2021)

Objetivamos socializar dados referentes às produções teóricas sobre raça/etnia na área do Serviço Social no período entre 2010 e 2021, por meio de pesquisa bibliográfica em dois periódicos de reconhecimento nacional, disponíveis no formato *on-line*: a Revista Serviço Social e Sociedade e a Revista Temporalis, utilizando como descritores as palavras “raça” ou “racismo” ou “relações étnico-raciais” isoladas, de modo a ampliar o escopo da pesquisa.

A Revista Serviço Social e Sociedade se constitui como uma referência indispensável à formação e ao trabalho profissional. O acesso *on-line* ao período pesquisado elucidou um total de 372 artigos, sendo que nove tratavam sobre a temática “raça” ou “racismo”. Destes nove que atendiam aos critérios de busca, cinco artigos figuravam em uma única edição especial, publicada no ano de 2018. Anteriormente a esse período, apenas dois artigos traziam a discussão sobre raça e racismo. No ano de 2021, verificaram-se mais duas produções sobre as temáticas.

Na Revista Temporalis, periódico da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em todos os números disponíveis *on-line* no período, foi identificado um conjunto de 269 artigos; porém, em apenas nove deles, o tema racismo é utilizado como categoria de análise nas temáticas abordadas pelos/as autores/as. De igual modo, entre as edições, a revista publicou um número especial no ano de 2014, sob o título “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades”, com duas edições anuais⁵ sobre o tema. No conjunto dos 24 artigos publicados, nas duas edições, apenas quatro abordavam a discussão sobre raça ou racismo.

Chamamos a atenção para a capa da Revista *Temporalis*, na edição de 2015, volume 15, nº 29, intitulada: “Lutas Sociais e Produção de Conhecimentos: Desafios para o Serviço Social no contexto de crise do capital”. Na capa está ilustrada a imagem de um trabalhador da construção civil negro, trabalhando sob o sol sem camisa e sem qualquer equipamento de proteção individual. Outra capa que chamou a atenção foi da Revista *Serviço Social e Sociedade*, do ano de 2017, volume 17, nº 34, com o tema: “Estado, Política Social e Regressão de Direitos”, cuja imagem de capa é uma ilustração que remete ao período escravagista e mostra três trabalhadores negros, descalços e maltrapilhos, diante de um homem branco de trajes alinhados ao lado de um cavalo, numa notável relação de poder e dominação. No entanto, em ambas as revistas, nenhum artigo abordou as relações étnico-raciais ou o racismo existente no Brasil, o que nos mobiliza a questionar a articulação teórico-prática sobre o tema em nossas produções.

Diante do exposto, podemos inferir que, embora não se racialize a questão social, as discussões sobre trabalho, formação profissional, políticas sociais – temas recorrentes na fundamentação e produção teórica da categoria – e a realidade social demonstram que o racismo estrutural tem materialidade em nosso cotidiano, uma vez que é plenamente verificável, na realidade brasileira, a presença de sistemas interligados de dominação (HOOKS, 2019) entre raça, classe e gênero. Ainda que possamos eleger uma das categorias para análise, elas se apresentam imbricadas nas formas de produção e reprodução das relações sociais.

Ao discutirmos, por exemplo, a categoria de trabalho assalariado, nos parece impossível dissociar o fato de que as mulheres negras ocupam a base da pirâmide social, com salários mais baixos do que os das mulheres brancas, sendo que estas, por sua vez, ocupam lugar acima dos homens negros. Ou seja, a ocupação dos postos de trabalho e o assalariamento atendem a uma divisão sexual e racial do trabalho. Basta olhar os dados acerca dos salários e das rendas entre pessoas brancas e negras, uma vez que, “considerando todas as rendas, brancos ganhavam, em média, o dobro do que ganhavam negros em 2015: R\$ 1.589,00, em comparação com R\$ 898,00 por mês” (GEORGES; MAIA, 2017, p. 28). Seguindo a discussão sobre a remuneração, Cerqueira e Coelho analisam a vulnerabilidade socioeconômica das pessoas negras “[...] como consequência das condições iniciais de abandono a que a população negra foi relegada logo após a abolição da escravatura” (CERQUEIRA; COELHO, 2017, p. 7).

Considerando o trabalho como categoria central para o Serviço Social, ao analisarmos a trajetória do pós-abolição, período em que se reconhece a emergência da classe trabalhadora no Brasil, verificamos que a valoração do trabalho só é considerada a partir da venda da sua força de trabalho, excluindo-se o trabalho de pessoas negras escravizadas, que contribuiu para o processo de acumulação de terra, riqueza e poder, centrado nas mãos de grupos dominantes desde esse período. Assim, temos que:

[...] ao longo dos processos que conformaram a constituição e o desenvolvimento do mercado de trabalho brasileiro – no âmbito do “capitalismo retardatário” –, não deixa dúvida de que o racismo, ao se articular às determinações da sociabilidade do capital, traz em si determinações contundentes, com consequências incisivas na vida da classe trabalhadora negra (MARTINS, 2014, p. 121).

Se mirarmos outros indicadores sociais, reiteraremos que a população negra está em condições de vida piores do que as da população branca. Essa realidade reflete um maior risco de encarceramento, uma vez que a população negra responde a cerca de 62% das mulheres encarceradas (BRASIL, 2019, p. 40) e 64% de homens na mesma condição (BRASIL, 2017, p. 33). Dados semelhantes são encontrados ao analisarmos a vitimização por violência doméstica e feminicídio. Segundo o Atlas da Violência de 2021, verifica-se a intersecção entre raça e sexo quanto à mortalidade de mulheres, pois, “[...] em 2009, a taxa de mortalidade de mulheres negras era 48,5% superior à de mulheres não negras, e onze anos depois a taxa de mortalidade de mulheres negras é 65,8% superior à de não negras” (CERQUEIRA et al., 2021, p. 38). São índices gritantes, que ano a ano aumentam o fosso da desigualdade entre pessoas negras e brancas no Brasil e põem em evidência a constatação de que a democracia racial, de fato, é um mito.

Ainda que tenhamos dados que demonstrem que o racismo estrutura as relações sociais, estes são diminutos no âmbito da produção teórica do Serviço Social, de forma a expressar os processos de exploração, dominação e opressão de raça/etnia. Esta realidade nos desafia a intensificar a produção acadêmica, pois “(...) apenas uma parte minoritária do Serviço Social brasileiro empreende alguns esforços no sentido de colocar na pauta do dia o racismo brasileiro e suas consequências para 50,7% da população do país” (MARTINS, 2014, p. 114). Isto se torna

cada vez mais urgente, visto que a população negra já corresponde a cerca de 56% da população do Brasil (PNAD, IBGE, 2019).

QUESTÃO SOCIAL E QUESTÃO RACIAL: FACES COMUNS DE UM PROJETO DE EXPLORAÇÃO, OPRESSÃO E DOMINAÇÃO

Os projetos societários incidem diretamente nos projetos profissionais, pois representam a “autoimagem de uma profissão [...]” (NETTO, 2009, p. 144). Por sua natureza coletiva, expressam a direção ético-política de uma profissão, constituindo-se, portanto, “[...] como um produto das relações societárias que marcam a construção da identidade desta profissão e sua categoria profissional, conferindo uma unicidade, um corpo à profissão” (SILVA, 2012, p. 19).

Ao analisarmos o caráter crítico e interventivo do Serviço Social, o projeto ético-político profissional tem materialidade em meio às “[...] particularidades atribuídas à profissão na divisão social e técnica do trabalho e suas implicações para a interpretação e condução do trabalho [...]” (IAMAMOTO, 2007, p. 210). Observa-se, assim, a identidade do/a assistente social enquanto classe trabalhadora e, portanto, participe na disputa entre projetos profissionais e societários que demarcam interesses de classe na sociedade capitalista.

Cabe ressaltar que essa classe trabalhadora, da qual os/as assistentes sociais são parte, é composta por pessoas racializadas, que vivenciam cotidianamente os impactos do racismo estrutural nos espaços de formação e trabalho onde se inserem. Não é raro, em espaços coletivos da categoria, onde se discute a pauta étnico-racial, termos relatos de vivências de estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais vinculados/as a diferentes políticas sociais (dentre elas, a de educação), sobre o racismo estrutural presente nos espaços de formação e de trabalho. Isso ocorre, entre outras manifestações, por meio: (I) da indiferença e da negação da qualidade técnica e da produção acadêmica de profissionais negros/as; (II) da restrição de profissionais quanto à orientação de trabalhos de estudantes negros/as que tratam da questão étnico-racial; (III) da incipiente inclusão da política de cotas para programas de pós-graduação; e (IV) da recusa à publicação de trabalhos que versam sobre essas temáticas. Estes e tantos outros fatores são evidências

importantes para que possamos refletir sobre o real compromisso da categoria profissional com a construção de um projeto ético-político centrado em bases emancipatórias e, portanto, na contramão de todas as formas de exploração, dominação e opressão.

Ao analisarmos o conteúdo inscrito nas Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996), não podemos prescindir da indissociabilidade entre formação e trabalho profissional, “[...] no intuito de fomentar uma análise crítica quanto à sua materialização, nos processos formativos e suas repercussões no trabalho profissional, em diferentes espaços sócio-ocupacionais, públicos ou privados” (MACHADO, 2019, p. 114). Tampouco podemos prescindir das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, essenciais à constituição de um perfil profissional crítico, interventivo, competente e comprometido com a transformação social. Isso requer enfrentamento ao próprio racismo impregnado no interior da profissão, pois:

É fundamental destacar que a história da profissão é atravessada por tensões de implicações étnico-raciais, pois as relações desiguais (de raça, gênero e classe) moldam e edificam, historicamente, as relações sociais capitalistas e a sociabilidade burguesa no Brasil, contra a qual lutamos com vistas a sua superação (ALMEIDA; ROCHA; BRANCO, 2019b, p. 171).

Os valores e princípios éticos se constituem na práxis social. São resultantes da atividade criadora e da sociabilidade por meio do trabalho, o que dispõe de um sentido teleológico e consciente, distinguindo o ser humano dos demais seres vivos, dotado de liberdade. Todavia, no modo de produção capitalista, o trabalho torna-se fonte de exploração, mercadoria e objeto, que leva à alienação do trabalho e do/a trabalhador/a e põe em xeque o exercício da liberdade como capacidade de escolha, de autodeterminação e exercício de potencialidades, conforme refere Marx (2010):

O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador [...]. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador (MARX, 2010, p. 82).

No âmbito do Serviço Social, o exercício das atribuições privativas e das competências profissionais asseguradas na Lei de Regulamentação

da Profissão (Lei nº 8.662/1993) é cotidianamente ameaçado, considerando-se as mudanças estruturantes na forma de organização e gestão do trabalho, com a violação de direitos trabalhistas e previdenciários e o desmonte da seguridade social pública e gratuita.

Resultam desse processo a devastação de um conjunto de garantias constitucionais, a expansão do desemprego estrutural e o trabalho precarizado, a exemplo dos trabalhos horista, temporário, terceirizado e intermitente, entre outras formas, que levam à desregulamentação dos contratos, à intensificação do assédio, à violência, ao racismo institucional e ao adoecimento do/a trabalhador/a, como regra determinada por essa engrenagem. Tais evidências apontam para uma nova morfologia do trabalho e da classe trabalhadora, da qual “[...] sobressai o papel crescente do novo proletariado de serviços da era digital” (ANTUNES, 2018, p. 18). São trabalhadores/as inseridos/as de forma precária na área dos serviços, sem proteção social, o que contribui ainda mais para o recrudescimento das expressões da questão social. Conforme assinala Damares Vicente (2019):

Vivemos no Brasil o recrudescimento da investida do capital sobre o trabalho, o que tem atingido duramente os direitos conquistados pela classe trabalhadora. Estão em pleno curso reformas estruturantes estrategicamente organizadas e executadas pelas forças mais reacionárias do Estado e da burguesia nacionais para a defesa incondicional dos interesses do capitalismo mundial (VICENTE, 2019, p. 128).

É por meio do trabalho que a ética profissional se materializa na defesa da liberdade como valor ético central e no compromisso com a construção de um projeto societário emancipador, o que requer a construção de “[...] estratégias coletivas para sua concretização, e do trabalho educativo que exercita os profissionais para uma vivência comprometida com valores emancipatórios” (BARROCO, 2004, p. 32).

Em face deste contexto, se faz imprescindível a defesa da liberdade como valor ético central, assim como dos direitos humanos, da equidade e da justiça social, da cidadania e da democracia. É premente o compromisso com a qualidade dos serviços prestados e com a eliminação de todas as formas de preconceito, para a construção de um “[...] projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e

gênero” (CFESS, 1993, p. 24). Tal compromisso ganha concretude ao incorporar a luta antirracista. Nessa direção, busca-se romper com concepções e práticas conservadoras e avançar na materialização do projeto ético-político profissional, radicalmente democrático, anticapitalista, antirracista, antissexista, antimachista, antilgbtfóbico, voltado à emancipação humana e, portanto, na contramão da lógica do capital.

O Serviço Social, como “[...] profissão interventiva, que se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social, em meio às contradições engendradas pelo modo de produção capitalista” (MACHADO, 2019, p. 113), está inserido em espaços sócio-ocupacionais contraditórios, pois o “[...] significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade” (IAMAMOTO, 2007, p. 215).

Nessa direção, é fundamental a constituição de um perfil profissional antirracista, o qual requer a incorporação da educação para as relações étnico-raciais desde a formação profissional em Serviço Social, considerando o disposto na Lei nº 10.639/2003 e na Lei nº 11.645/2008. De acordo com o Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades, a ênfase em raça/etnia deve abordar, em suas construções, um conjunto de conteúdos expressos na ementa do grupo:

b) Raça/etnia: estado e raça. Formação social e divisão racial do trabalho no capitalismo. Raça e etnia como construção social. Pensamento social e raça/etnia. Desigualdades étnico-raciais, de gênero, geração e classe. Indicadores sociodemográficos e desigualdade racial. Movimentos sociais e antirracismo. Serviço Social e políticas públicas de promoção da igualdade racial. Formação profissional e desigualdades étnico-raciais: avanços e desafios para o projeto ético-político do serviço social. Exercício profissional, preconceito e discriminação racial (QUEIROZ et al., 2014, p. 234).

Os Núcleos de Fundamentação que estruturam as Diretrizes Curriculares remetem a um conjunto de conhecimentos indissociáveis para a compreensão da gênese e do desenvolvimento da sociedade capitalista e do Serviço Social, bem como da questão social, do trabalho

e da questão racial, como partes constitutivas dos mesmos processos de exploração, dominação e opressão. Tal indissociabilidade contribui para qualificar um projeto de formação crítica e subsidiar o trabalho profissional numa direção emancipadora.

NOTAS PARA UMA FORMAÇÃO ANTIRRACISTA

Reconhecemos, em meio à diversidade que constitui a categoria profissional dos/a assistentes sociais, um conjunto de esforços frente à incorporação da questão étnico-racial nos espaços de formação e de trabalho profissional, bem como a socialização de debates e o adensamento da discussão a partir da edição de periódicos específicos, que socializam pesquisas e reflexões direcionadas à luta contra o racismo estrutural. Todavia, isso ainda não ocorre na celeridade necessária para corrigir a ausência dessa discussão ao longo de décadas no âmbito da formação em Serviço Social. Essas mudanças são necessárias para a inscrição definitiva da questão racial como uma pauta interseccional e prioritária, e não mais como marginal ou oculta, sob a justificativa da transversalidade, sem articulação teórico-prática.

O projeto ético-político profissional nos guia para uma formação, uma produção intelectual e uma intervenção profissional livre de preconceitos e de discriminação. No entanto, temos que relançar com mais força o grito por um Serviço Social antirracista. Obrigatoriamente, isso passa pelo compromisso de trabalharmos as temáticas de raça/etnia, classe, gênero e sexualidades como categorias interligadas, não somente como categorias de análise, mas como constitutivas de uma práxis.

Se o racismo é estruturante da sociedade burguesa brasileira, a luta antirracista tem que ser constante. Portanto, é fundamental no debate da questão social a incorporação da questão racial não como uma de suas expressões, mas como um dos seus fundamentos. No âmbito da formação profissional em Serviço Social, é fundamental nos indagarmos sobre determinadas questões: como se efetiva a pauta antirracista nos espaços de formação profissional? Quantos autores negros e autoras negras lemos nas ementas das disciplinas? Quantos livros escritos por intelectuais negros e negras estão ocupando as estantes das bibliotecas universitárias? Como essa pauta tem sido incorporada no tripé ensino-pesquisa-extensão? Como a questão social e a questão racial vêm sendo abordadas numa perspectiva de totalidade?

Sem a incorporação efetiva dessas questões na formação profissional, a práxis antirracista se constitui apenas como uma retórica discursiva. É fundamental que indagações sobre as assimetrias raciais da sociedade brasileira estejam presentes nos currículos de maneira verdadeiramente transversal e nos grupos de pesquisa como impulsionadores de novos projetos de pesquisa. Igualmente no trabalho profissional, por exemplo, ao nos depararmos com as diferentes expressões da questão social, observarmos como a questão racial se inscreve, ao atendermos as mulheres negras nos programas sociais, os jovens negros no cárcere ou, ainda, no cuidado com o luto das mães negras nos serviços de saúde. A luta antirracista é dialética; por isso, devemos teorizar a dor das pessoas que sofrem o racismo, mas também a branquitude que impede que façamos isso. É preciso questionar as leituras da realidade que não coloquem a temática de raça/etnia em relação direta com a de classe, assim como estranhar nossos acervos embranquecidos e reivindicar que as Diretrizes Curriculares se efetivem de modo a permitir que os/as profissionais possam inscrever, em seu cotidiano, o antirracismo como parte do instrumental interventivo e investigativo. Eis o desafio!

REFERÊNCIAS

ALVES, Luciana. O valor da brancura: considerações sobre um debate pouco explorado no Brasil. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v. 2, p. 1-18, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes Curriculares (1996)**. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>>. Acesso em: 7 jul. 2021.

_____. **Relatório e planejamento do Grupo Temático de Pesquisa Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades**. Brasília, 2015.

_____. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social**. Brasília, 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019a.

ALMEIDA, Magali da Silva; ROCHA, Roseli da Fonseca; BRANCO, Suelma Inês de Deus. Assistentes sociais negras na construção “da

virada” do Serviço Social brasileiro. In: Maria Liduina de Oliveira e Silva (Org.) **Congresso da virada e o Serviço Social hoje:** reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019b.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão** [recurso eletrônico]: o novo proletariado de serviços na era digital. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARROCO, Maria Lucia Silva. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 24, nº 79, p. 27-42, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), jun. 2016.** Departamento Penitenciário Nacional. Brasília, 2018. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

_____. **Relatório Temático sobre Mulheres Privadas de Liberdade.** Junho de 2017. Departamento Penitenciário Nacional. Brasília, 2019. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopenmulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2021.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz. **Democracia racial e homicídios de jovens negros na cidade partida.** Brasília: IPEA, 2017.

CERQUEIRA, Daniel; et al. **Atlas da Violência.** São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>>. Acesso em: 1º dez. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução nº 273, de 13 de março de 1993. Dispõe sobre o Código de Ética do/a Assistente Social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2021.

EURICO, Márcia Campos. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 133, p. 515-529, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 38-51.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra.** Trad.: Cátia Bocaiúva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempos de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

MACHADO, Loiva Mara de Oliveira. Serviço Social na Unipampa: compromisso com a educação pública, de qualidade e socialmente referenciada. In: GUILHERME, Rosilaine Coradini; MACHADO, Loiva Mara de Oliveira; PEDERSEN, Jaina Raqueli; VIEIRA, Monique Soares. **Temas sem fronteiras**: a pesquisa e a produção de conhecimentos na área do Serviço Social. São Borja: Unipampa; Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2019.

MARTINS, Tereza Cristina dos Santos. Determinações do racismo no mercado de trabalho: implicações na “questão social brasileira”. Brasília: **Temporalis**. Jul./dez. 2014, ano 14, nº 28, p. 113-132.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

NETTO, José Paulo. A constituição do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **Serviço Social e Saúde**. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Brasília, Ano 2, nº 3, p. 41-50, 2001.

QUEIROZ, Fernanda Marques; IRINEU, Bruna Andrade; ÁLVARO, Mirla Cisne; LIMA, Rita de Lourdes. **Grupo Temático de Pesquisa Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/ Etnia, Geração, Sexualidades**: Breve Histórico e Desafios. ABEPSS, Brasília, ano 14, nº 27, p. 233-241, jan./jun. 2014.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

VICENTE, Damares. Serviço Social, Trabalho e Desgaste Mental. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2019.

SER Social

PANDEMIA DE COVID-19 E POLÍTICAS SOCIAIS
Brasília (DF), v. 25, nº 51, julho a dezembro de 2022

As expressões da “questão social” no âmbito escolar: contribuições do Serviço Social

The expressions of “social issues” in the school area: contributions from Social Work

Las expresiones de los “cuestión sociales” en el área escolar: aportes de la Servicio Social

Ranyellen Félix de Souza¹

<https://orcid.org/0000-0002-7272-6578>

Aline Maria Batista Machado²

<https://orcid.org/0000-0002-1144-6011>

Recebido em: 30/03/2021

Aprovado em: 04/02/2022

Resumo: Este artigo objetiva apresentar alguns dos resultados de uma pesquisa de mestrado realizada na Universidade Federal da Paraíba, que teve como objetivo central identificar e analisar as expressões da “questão social” na atuação de assistentes sociais em escolas públicas.

1 Assistente Social. Bacharel em Serviço Social. Mestre em Serviço Social e Especialista em Gestão de Políticas Públicas. Assistente Social na Organização da Sociedade Civil Casa de Cultura Ilé Asê d’Osoguiã. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7947278332813068>.

2 Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social e em Educação, ambos da UFPB. Graduação e Mestrado em Serviço Social. Doutorado em Educação pela UFPB. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais (GEPEDUPSS). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9491559581049560>.

A pesquisa foi qualitativa e de cunho exploratório, tendo sido realizada na cidade de João Pessoa (PB), reunindo como sujeitos da investigação 12 assistentes sociais de diferentes escolas municipais. Os instrumentos da coleta de dados foram: entrevista semiestruturada, observação sistemática e levantamento bibliográfico e documental. Para análise, foram utilizados o método dialético e a análise de conteúdo. Os resultados apontaram diversas expressões da “questão social” e seus impactos na relação de acesso e permanência de crianças e adolescentes no ambiente escolar, que vão desde a evasão e a negação de direitos sociais até a vulnerabilidade econômica das famílias. Distintas foram as formas de enfrentamento a essas refrações pela profissão na viabilização dos direitos, mas considera-se que foram de grande avanço as ações da profissão no âmbito educacional.

Palavras-chave: “Questão Social”. Serviço Social. Educação.

Abstract: This article aims to present some of the results of a Master’s research conducted at the Federal University of Paraíba, which aimed to identify and analyze the expressions of the “social issue” in the performance of social workers in public schools. The research was of exploratory and qualitative nature, carried out in the city of João Pessoa (PB), having as research subjects 12 social workers from different municipal schools. The instruments of data collection were: semi-structured interview, systematic observation and bibliographic and documentary survey. For analysis, the dialectical method and content analysis. The results pointed out several expressions of the “social issue” and its impacts on the relationship of access and permanence of children and adolescents in the school environment, ranging from the evasion, denial of social rights, the economic vulnerability of families. There were different ways of confronting these refractions by the profession in the enabling of rights. However, the actions of the profession in the educational field are considered of great advancement.

Keywords: “Social Issues”. Social Work. Education.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar algunos de los resultados de una investigación de maestría realizada en la Universidad Federal de Paraíba, que tuvo como objetivo identificar y analizar las expresiones de la “cuestión social” en el desempeño de los trabajadores sociales en las escuelas públicas. La investigación fue de carácter exploratorio y cualitativo, realizada en la ciudad de João Pessoa

(PB), teniendo como sujetos de investigación a 12 trabajadores sociales de diferentes escuelas municipales. Los instrumentos de recogida de datos fueron: entrevista semiestructurada, observación sistemática y encuesta bibliográfica y documental. Para el análisis, el método dialéctico y el análisis de contenido. Los resultados señalaron varias expresiones de la “cuestión social” y sus impactos en la relación de acceso y permanencia de los niños y adolescentes en el ámbito escolar, que van desde la evasión, la negación de los derechos sociales, la vulnerabilidad económica de las familias. Hubo diferentes formas de afrontar estas refracciones por parte de la profesión en la habilitación de derechos. Sin embargo, las acciones de la profesión en el ámbito educativo se consideran de gran avance.

Palabras clave: “Cuestión Social”. Trabajo Social. Educacion.

INTRODUÇÃO

Com a aprovação da Lei nº 13.395/2019, que tramitou desde 2000, como Projeto de Lei (PL) nº 3.688/2000, é cada vez mais necessário discutir a área de educação como espaço de trabalho de assistentes sociais. Essa preocupação, no tocante à inserção da profissão, foi expressa em algumas propostas de projetos de lei recusadas na Câmara (como o PL nº 6.478/2009 e o nº 3.466/2012) e em municípios que sancionaram leis para inserção de profissionais na educação, como, por exemplo, o município de João Pessoa (PB), por meio da criação da Lei nº 11.385/2008, que, por sua vez, dá arcabouço legal para o trabalho das(os) assistentes sociais, sujeitos desta investigação.

O estudo é resultado de pesquisa empírica, em nível de mestrado, defendida em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que teve como objetivo geral identificar e analisar as expressões da “questão social” na atuação de assistentes sociais em escolas públicas municipais de João Pessoa. O método utilizado foi o dialético, à luz do materialismo histórico e dialético, a partir da pesquisa de campo, exploratória, com abordagem qualitativa. Quanto aos sujeitos da pesquisa, ao total, foram 12 assistentes sociais da rede pública e municipal de ensino, tendo como instrumentos da coleta de dados: entrevista semiestructurada, observação sistemática e levantamento bibliográfico e documental, utilizando, ainda, a análise de conteúdo para o refinamento dos dados.

A pesquisa apresenta a trajetória histórica da profissão, cujas raízes emergem a partir da “questão social”, a qual advém da relação capital x trabalho, sendo as políticas sociais suas principais formas de enfrentamento. Nesse sentido, identificaram-se diversas expressões da “questão social” e como elas impactam a relação de acesso e permanência de crianças e adolescentes no seio escolar, o que incide desde a evasão até o processo de negação de direitos sociais, assim como a situação econômica das famílias e as relações sociais de profissionais e estudantes.

O artigo discutirá o aspecto do processo histórico da “questão social” no capitalismo. Em seguida, são apresentadas as expressões da “questão social” das escolas públicas municipais de João Pessoa, a partir do trabalho das assistentes sociais entrevistadas.

O PROCESSO HISTÓRICO DA “QUESTÃO SOCIAL” NO CAPITALISMO

Para que a “questão social” seja compreendida, é importante retomar a discussão de sua gênese, que está ligada ao modo de produção capitalista e, nos termos marxianos, à “lei geral da acumulação capitalista”, estando historicamente vinculada à relação contraditória entre o capital e o trabalho. Esse processo enfatiza que a “questão social” é explicada pela acumulação e reprodução do capital, sendo “[...] indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras” (IAMAMOTO, 2001, p. 11).

Desse modo, a expressão “questão social” surge após meados do século XIX na Europa, para explicar o fenômeno do pauperismo gerado pelo processo de industrialização, iniciado na Inglaterra no fim do século XVIII e que culminou com a instauração do capitalismo em sua fase concorrencial. De acordo com Netto (2001), o pauperismo em massa da classe trabalhadora tratava de um fenômeno novo, que mostrou que, “pela primeira vez na história registrada, *a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riqueza*” (NETTO, 2001, p. 42, grifos do autor).

Tendo-se como referência Iamamoto (2001) para compreender esse processo, tem-se a explicação de que a “questão social”, enquanto consequência das formas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na

sociedade burguesa, não se trata de um fenômeno recente e, ainda que não tenha sido analisada por Karl Marx, é explicada por ele ao decifrar que a sociedade capitalista aponta uma dupla dimensão: de um lado, a produção dos bens materiais e, do outro, a maneira como ela é realizada econômica e socialmente nas relações sociais entre os homens dentro do processo de produção capitalista. Afinal, este determina as condições materiais da vida a partir das relações de trabalho e, assim, a produção e a reprodução das relações sociais.

A dupla dimensão analisada identifica que a principal característica da sociedade burguesa se funda na mercadoria, de modo que esta ganha o caráter determinante da sociedade, considerando-se que o próprio trabalhador vira mercadoria e é apresentado de maneira personificada como “trabalhador livre”, que vende sua força de trabalho, tornando-se trabalhador assalariado e, portanto, determinando as relações sociais do capitalismo. Ao determinar as relações sociais à produção capitalista, o sujeito condiciona essa mesma relação à vida em sociedade, apresentando de forma mistificada e reificada as relações entre os homens. É nessa inferência que a autora conclui sua análise em forma de mais-valia, a lógica capitalista e a divisão do trabalho na sociedade, a partir do momento em que a mercadoria se torna mediadora das relações sociais.

Por sua vez, Netto (2001) afirma que a transformação do pauperismo pela expressão “questão social” se deu diretamente relacionada aos “desdobramentos sociopolíticos”. Tais desdobramentos são vistos a partir da mobilização e do fortalecimento da classe operária por melhorias de suas condições de vida e de trabalho. Exemplos dessas mobilizações são as greves, a formação de sindicatos e as manifestações públicas, como o Movimento Ludita, a luta sindical, o Cartismo e os três dias de guerra civil (entre 23 e 26 de junho de 1848), assinalados pelos autores, até aqui mencionados, como o divisor de águas na constituição da “questão social”, tendo sido uma das consequências a passagem do proletariado da condição de classe em si à classe para si.

Foram as lutas sociais supracitadas responsáveis por reivindicar outra resposta para suas necessidades que não fossem a caridade e a repressão, postas pelas contradições evidenciadas na relação entre o proletariado (classe trabalhadora) e a burguesia (classe capitalista), o que deu força para o reconhecimento da “questão social”. Esse reconhecimento deu origem à esfera dos direitos do trabalho e, principalmente, políticos, que passam a tensionar e mudar o papel do Estado no âmbito

capitalista no século XIX e início do século XX. A partir dessa análise, compreende-se que a “[...] *questão social* diz respeito ao conjunto de expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado” (IAMAMOTO, 2001, p. 16, grifos da autora), e que podem ser demonstradas, na atualidade, nas disparidades econômicas, políticas, sociais e culturais.

Com o desenvolvimento do capitalismo, os fenômenos que ligam a vida da classe trabalhadora passam por modificações em decorrência de seu crescimento e, neste crescimento, a “questão social” continuou sendo produzida e reproduzida, abstraída e perpassada pelas particularidades de cada país que assumiu o capitalismo como sistema de produção. Assim, para enfrentar essas problemáticas, o Estado burguês é obrigado a criar as políticas sociais, cujo surgimento ocorreu de forma diferenciada em cada país, uma vez que dependiam da organização e da pressão da classe trabalhadora. Conforme aponta Netto (2001, p. 49), “[...] a caracterização da ‘questão social’, em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais”.

Ademais, Behring e Boschetti (2011, p. 64) afirmam que o final do século XIX é “[...] o período em que o Estado capitalista passa assumir e a realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade”.

Enfim, ao se caracterizar a “questão social” na cena capitalista no referencial do Serviço Social, constata-se que existe uma gama de teóricos que incorporam o debate acerca da “questão social” e que fomentam a discussão sobre o seu surgimento e o que ela gera. Netto (2001) assinala que é no reconhecimento do processo de produção capitalista e de seu desenvolvimento, da “lei geral da acumulação”, da relação entre capital e trabalho e, neste caso, da exploração, que a “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Para o autor, esse processo contraditório apresenta várias manifestações da “questão social” nos diferentes estágios capitalistas em que o Estado passa a assumir a responsabilidade para a amenização de suas manifestações.

Para Almeida (2016), a intensificação dos mecanismos de exploração sobre o trabalho evidencia o contexto do pauperismo como fenômeno social determinado pela apropriação da riqueza socialmente produzida pelo capital, reconhecendo que a “questão social” é

desenvolvida no âmago do capitalismo, que gera a relação contraditória entre trabalhadores e capitalistas. Tal leitura é defendida também por Pereira (2001), Yazbek (2001), Pastorini (2007) e Yamamoto (2001), de modo a enfatizar que a “questão social” está intrinsecamente ligada à relação antagônica entre a classe capitalista e a classe trabalhadora e que esta possui manifestações resultantes desses mecanismos de exploração.

Ocorre que, atualmente, o contexto de mundialização do capital, conforme cita Yamamoto (2009), tem profundas repercussões na órbita das políticas públicas, tornando-as focalizadas, descentralizadas e desfinanciadas, o que acarreta a regressão dos direitos do trabalho, como “inflexões estruturais na produção/acumulação, com fortes repercussões na esfera da acumulação/reprodução” (BEHRING, 2015, p. 190), deixando milhares de pessoas à mercê da própria sorte, lutando pela sua sobrevivência.

A constituição do Serviço Social é proveniente das relações sociais contraditórias iniciadas com o processo de expansão do desenvolvimento industrial e do crescimento urbano. A profissão surgiu na sociedade capitalista a partir da luta de classes e de um contexto dinamizado contraditoriamente que colocou em pauta duas classes: a capitalista e a trabalhadora. Assim, o Serviço Social, enquanto profissão, surge interligado à resposta dada pelo Estado às expressões da “questão social”.

A discussão sobre as raízes e os avanços do Serviço Social brasileiro remete à percepção da história da profissão a partir de três elementos essenciais: o primeiro deles remonta às bases constitutivas do Serviço Social das décadas de 1930 a 1960, caracterizado como o processo de institucionalização e legitimação da profissão. O segundo elemento compreende a inserção da profissão no Movimento de Reconceitualização na América Latina. Por último, o terceiro elemento trata da inserção da profissão na discussão marxista. Dessa forma, analisar seu processo histórico é trazer a interlocução com a “questão social” e as políticas sociais.

A “questão social” foi se construindo no Brasil e se expressando de diversas maneiras também como o reflexo de realidades – como: (a) o processo de mundialização do capital; (b) o aumento do desemprego, do subemprego, do pauperismo e da marginalidade; (c) o crescimento da periferia, da pobreza e da miséria; (d) o incremento no número de

menores abandonados; (e) a ampliação dos índices de mortalidade infantil e desamparo; (f) o aumento nas taxas de analfabetismo e ignorância; e (g) a intensificação dos casos sociais de agitação, baderna, violência, caos e subversão –, o que ampliou também os espaços sócio-ocupacionais de trabalho para o assistente social. O debate na literatura brasileira esclarece a “questão social” como objeto da profissão a partir do processo coletivo de construção. Nas palavras de Yamamoto (2015b), não é fruto de uma decisão arbitrária ou aleatória, mas da necessidade de impregnar a profissão da história presente, afirmando a importância de estabelecer uma conexão entre a teoria e a realidade.

Desde que o Serviço Social começou a revisar a “questão social” e suas refrações, esta tem sido analisada como elemento fundante, conforme é apontado pela Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS)/Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS) (1997) e pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (1996), dando concretude à profissão. Em linhas gerais, deu forma à profissão, justificando sua colocação como objeto de trabalho. É sobre esse processo que se faz necessário compreender que as(os) assistentes sociais trabalham com as mais diversas expressões da “questão social”, ao formularem e implementarem propostas para o seu enfrentamento.

AS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NO ÂMBITO ESCOLAR

Como desenvolve Guerra (2016), as políticas sociais possuem um modelo híbrido e portam duas características essenciais: a assistencialização e a mercantilização. O Estado assume uma postura gerencial, ainda na análise da autora, o que exige novas atribuições para o exercício profissional nesse contexto, cuja finalidade é gerir os riscos sociais. Esse modelo exige da profissão uma intervenção “essencialmente procedimental pela via da normatização, segundo um modelo de atendimento racionalista formal-abstrato” (GUERRA, 2016, p. 99), razão pela qual surgem atribuições no âmbito de controle e monitoramento da população pobre. Tal realidade privilegia a lógica de tendencionismo da desigualdade de classe e de medidas repressivas ao enfrentamento das expressões da “questão social”.

A educação municipal pública da cidade de João Pessoa (PB) caracteriza-se pela oferta dos níveis de educação infantil e ensino fundamental I e II (que vão do 1º ano até o 9º) e das modalidades em educação especial e de jovens e adultos. Divide-se em 97 escolas e 90 Centros de Referência em Educação Infantil (Creis). Dentre estas, 16 escolas funcionam em tempo integral e 8 são parcialmente integrais. Ao todo, o sistema integra mais de 63 mil alunos matriculados nos diversos níveis e modalidades. A cidade possui uma população estimada de mais de 800 mil habitantes, conforme registra o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seu último censo. A cidade é dividida, por lei municipal, em 65 bairros. Nessa divisão, as escolas municipais se organizam em 14 regiões de ensino, seguindo, de acordo com a Diretoria de Gestão Curricular (DGC), o orçamento participativo. A proposta inicial desta pesquisa era envolver as 14 regiões, mas só foi possível abarcar 12, devido à falta de disponibilidade de horários das profissionais de duas regiões. Portanto, são 12 entrevistadas, uma assistente social por região.

De acordo com Amaro (2017), o mais antigo registro do Serviço Social na educação se dá no “serviço de assistência ao escolar”. Os assistentes sociais eram requisitados a intervir em situações consideradas como “divergentes, desvio ou anormalidade social”, dado que a escola era vista como um espaço privilegiado de sociabilidade, principalmente no que se referia aos aspectos morais. O avanço da profissão não nos permite mais seguir nessa perspectiva obsoleta. As escolas possuem um ritmo e uma dinâmica próprios, sendo necessário apreender que cada espaço tem sua história, sua temporalidade, seu fluxo e suas rotinas típicas das relações estabelecidas. Logo, contextualizar a escola como *locus* de atuação profissional supõe “desvendar, observar e analisar criticamente as características organizativas, políticas e culturais da escola como espaço social, coletivo, educativo e de cidadania” (AMARO, 2017, p. 21).

Ao buscarem identificar e analisar as expressões da “questão social” no âmbito das escolas municipais de João Pessoa, as profissionais que participaram da pesquisa elencaram inúmeras expressões, que ora convergiam nas diversas escolas, ora divergiam. Foram apontadas as seguintes refrações: desemprego, consumo, fragilidade nos rendimentos da família, vínculos informais de trabalho, tráfico, violência, falta de compreensão da função social da escola, problemas de saúde, correlação

de forças políticas, falta de capacitação profissional adequada, exclusão social, negação de direitos, evasão, repetência, desistência, ausências/faltas, relações sociais entre professor e aluno, questões familiares, falta de estrutura escolar, falha na rede de proteção, falsa inclusão, negação de vagas, questão urbana/poluição, falta de habitação/segurança/lazer, situação de rua, fome, negligência/maus-tratos e abandono.

A investigação foi feita de modo a refinar a análise dos dados, uma vez que se considera que essas expressões podem ser agrupadas e, na perspectiva da totalidade e da análise minuciosa do real, uma pode ocasionar a outra (como, por exemplo, a evasão pode possuir várias motivações para acontecer, a saber: o trabalho infantil ou o desemprego dos pais). A seguir, são agrupadas as categorias iniciais enquanto expressões apresentadas no momento inicial da pesquisa para uma expressão central, após a extração da reflexão do objeto, partindo do real concreto para o singular.

Na técnica de análise de conteúdo, a categorização das mensagens é realizada por meio da “categorização semântica” (BARDIN, 1977), a qual consiste em agrupar os conteúdos das mensagens por categorias temáticas. Neste sentido, no processo de categorização, o *procedimento por milha* foi empregado, cujo “sistema de categorias não é fornecido, antes resultando da classificação analógica e progressiva dos elementos [...]. O título conceitual de cada categoria somente é definido no final da operação” (BARDIN, 1977, p. 119). Em outras palavras, a partir desse procedimento, as categorias temáticas não são pré-estabelecidas, mas emergem dos significados hegemônicos do contexto ou do agrupamento de conteúdos afins. As expressões apresentadas nas entrevistas foram agrupadas em 3 categorias centrais: 1) *Negação de Direitos Sociais*; 2) *Evasão Escolar*; e 3) *Desemprego*, conforme assinaladas nos itens a seguir.

DISCUTINDO AS CATEGORIAS CENTRAIS: NEGAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS, EVASÃO ESCOLAR E DESEMPREGO

Almeida (2016), ao realizar a análise sobre a “questão social” nos últimos 15 anos, assevera que a hegemonia do capital financeiro se articula dinamicamente com as frações da classe trabalhadora em que esta classe vem protagonizando, mesmo que não esboce forças para a sua superação. Ainda assim, protagonizam críticas e articulações ao capitalismo.

Algumas são as características do gerenciamento da “questão social”, ou melhor, das suas manifestações pelo Estado, requerida pelo grande capital. Isso evidencia um significativo desmantelamento dos direitos sociais e o avanço de práticas conservadoras, como assinalado no quadro 1, a seguir, ao identificar a negação dos direitos sociais como expressão da “questão social” no espaço da escola.

Quadro 1. Das expressões da “questão social” apresentadas para a central: negação dos direitos sociais

Expressões apresentadas				Expressão central
1.	Falta de compreensão da função social da escola	9.	Falha na rede de proteção	Negação dos direitos sociais
2.	Problemas de saúde	10.	Falsa inclusão	
3.	Correlação de forças políticas	11.	Negação de vagas	
4.	Relações sociais entre professor e aluno	12.	Questão urbana/poluição	
5.	Falta de estrutura	13.	Falta de habitação/segurança/lazer	
6.	Gravidez na adolescência	14.	Situação de rua	
7.	Preconceito/ <i>bullying</i>	15.	Fome	
8.	Relações de poder	16.	Negligência/maus-tratos e abandono	

Fonte: pesquisa de campo, 2018.

As entrevistadas enquadram as situações mencionadas como falta de direitos, e isso inclui a própria educação, acometendo o espaço escolar, intensificando e justificando sua atuação nesse âmbito. Para tanto, vejamos as falas de algumas entrevistadas:

[...] O não acesso à rede de saúde [...] reflete. Por exemplo, às vezes, o aluno falta porque está com o pé fraturado, alguma coisa, aí é para ir no médico e não vai, aí fica faltando na aula; conseqüentemente, mensalmente, a gente manda a frequência dos alunos para o Bolsa-Família. E, queira ou não queira, influencia (E5, 2018, grifos nossos).

*[...] Por trás, muitas vezes, daquele comportamento, existem muitas outras situações, muitas outras **situações de violações de direitos**. A grande maioria do nosso alunado,*

*a gente [...]. Eu fiz uma pesquisa agora, uma sondagem, para poder elaborar um plano de ação e, assim, aquilo que se dá empiricamente, que a gente percebe empiricamente na pesquisa, ela se evidenciou de uma maneira muito mais forte. Não é, realmente, concreta: 90% dos adolescentes, eles convivem com **situações de violações de direitos**, desde a questão do não reconhecimento de paternidade, a questão do não pagamento de pensão alimentícia, vivenciar em ambientes onde a violência física e psicológica e patrimonial, ela acontece dentro do espaço doméstico, interferindo diretamente no rendimento escolar desses adolescentes, porque isso vai implicar em faltas na escola (EB, 2018, grifos nossos).*

Almeida (2016), ao continuar a explicação em relação ao fato de que a direção assumida pela política econômica não deixa margem para a compreensão das políticas sociais, cada vez mais focalizadas, alerta que estas adquirem um sentido de contribuir com o processo de concentração de recursos e de intensificação da mais-valia. Ao identificar como esses reflexos marcam a agudização das condições de vida da classe trabalhadora e daquelas que não vivem do trabalho, mas formam o excedente necessário, o autor demonstra o papel estratégico das políticas sociais para a consolidação da agenda neoliberal. Sobre essa ótica, ele faz um balanço das políticas sociais e de como estas podem potencializar o ideário capitalista e se refletir nesse processo de redução de direitos, que acarreta envolver toda a vida dos sujeitos sociais e, nisso, chegando ao espaço da escola, tendo em vista que, em nossa análise, a escola deve ser compreendida como parte constituinte da sociedade.

Inicialmente, ele explana como a assistência social “constitui-se em componente central de elevação dos padrões de consumo direto e indireto de parcela da população que não se inscreve no circuito de compra e venda da força de trabalho” (ALMEIDA, 2016, p. 91). Além disso, destaca como os programas e projetos sociais governamentais vão sendo criados para rebater as expressões da “questão social” dentro da escola e, assim, evidencia o envolvimento da política da educação com as demais políticas sociais, justificando um dos motivos para a inserção da(o) assistente social no espaço escolar.

Nesse campo, foram analisadas como as condicionalidades do Programa Bolsa-Família (especialmente, a presença na escola) são responsáveis por guiar a prática profissional nesse campo, seja como

viabilização para a população acessar o benefício, seja para o mapeamento das frequências, assim como, também, para justificar a presença dos estudantes e dos pais nesse espaço.

[...] A escola, eu noto que, pelo discurso dessa família, é um cumprimento do Bolsa-Família, muitas vezes, e eles não encontram aqui neste espaço um sentido para a vida deles, então, perpassa isso (E3, 2018).

O impacto do programa na escola, não levando só em conta o que foi considerado por Almeida (2016), também “possui um significado real para os beneficiários, uma vez que, para muitas famílias pobres do Brasil, esse programa é a única possibilidade de obtenção de renda” (MARTINS, 2012, p. 182-183), o que tende a possibilitar que a educação consiga atingir uma de suas principais metas, ou seja, o acesso, o regresso e a permanência das crianças das classes empobrecidas na escola.

Amaro (2017) e Martins (2012) analisam que o surgimento dos programas sociais possibilita a articulação do âmbito escolar com as diversas políticas, colocando o profissional do Serviço Social como agente que auxilia a viabilização desses direitos, mesmo existindo as críticas aos múltiplos projetos e programas apresentados pelos governos.

A seguir, abordando a importância da relação entre as políticas, as autoras ressaltam que é possível que as classes sociais pobres excluídas de recursos não sejam também penalizadas pela negação do acesso e da permanência à educação escolarizada. Isso, principalmente, quando se considera o papel estratégico que a educação ocupa na formação de uma consciência crítica, possibilitando a luta pela emancipação dos sujeitos e de sua participação na busca de uma sociedade igualitária e de sua superação.

Nesse sentido, afirma-se como o processo educativo no Brasil, guiado pela lógica dominante, inclina o sucateamento do serviço público e das políticas públicas. Essa tendência vem sendo contraposta pelos movimentos populares e educacionais que lutam pela defesa de direitos, como o acesso à educação de caráter público, laico e de qualidade.

É sobre esse prisma que é sinalizado como vêm sendo a configuração e a formulação das estratégias de enfrentamento às expressões contemporâneas da “questão social”, nas quais as(os) profissionais têm sido chamadas(os) a intermediar com o intuito de minimizar as desigualdades sociais e contribuir com o acesso e a permanência de crianças

e adolescentes na escola. Os assistentes sociais, em sua maioria, vêm cravando suas atribuições dentro desses espaços, o que vem sendo, geralmente, uma luta solitária, uma vez que as forças para o enfrentamento dessas contradições da sociedade capitalista não devem ser dadas exclusivamente por uma categoria profissional, mas na luta de classes.

No quadro 2, mostra-se como a evasão escolar é considerada como uma das principais expressões da “questão social” que circunda o universo da escola, demarcada por todas as entrevistadas pesquisadas, o que, por sua vez, possui várias implicações, que perpassam a maioria das refrações da “questão social”, desde o trabalho infantil à lógica do tráfico. Martins (2012, p. 198) assevera que a evasão escolar é um fenômeno preocupante na política de educação e explica que garantir legalmente o acesso à educação é apenas parte desse processo, pois “fatores educacionais e sociais estão imbricados, gerando determinações que afetam a luta pela permanência com sucesso da criança e do adolescente na escola pública”.

Quadro 2. Das expressões da “questão social” apresentadas para a central: evasão escolar

Expressões apresentadas				Expressão central
1.	Evasão / repetência / desistência / faltas	4.	Violência / abuso e exploração / facções	Evasão escolar
2.	Trabalho infantil	5.	Desemprego	
3.	Tráfico / drogadição / alcoolismo	6.	Queda de rendimento	

Fonte: pesquisa de campo, 2018.

Para tanto, verificam-se as falas a seguir:

*É nessa situação de controle de **evasão escolar**, para garantir os 200 dias letivos dele, vê esse tratamento na escola dos funcionários para ver como trata, dos professores também, uns com os outros, eu zelo muito por isso (E1, 2018).*

*[...] Quando se faz a entrevista para saber, por exemplo, **a evasão e a repetência**, são tudo reflexo dessa situação (E2, 2018).*

A evasão é compreendida por Daros (2015) como um fenômeno social complexo e é definida por Baggi e Lopes (2011) como a interrupção no ciclo de estudos. Com um sentido amplo, ela é tratada como a saída do aluno da instituição antes da conclusão do seu curso.

Os mesmos autores analisam que existem diversos conceitos sobre a evasão, como abordagens que a consideram como sendo a interrupção no ciclo de estudos, a exemplo da fuga de alunos, que resulta de diversos fatores que englobam processos sociais e culturais, conforme verificado na pesquisa. São diversos os fatores que expressam a saída ou a expulsão dos alunos do processo educativo e que propagam a desigualdade social. Dados comparativos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2017) estabelecem que 12,9% e 12,7% dos alunos matriculados na 1ª e 2ª série do ensino médio, respectivamente, evadiram da escola, de acordo com o censo escolar entre os anos de 2014 e 2015. O 9º ano do ensino fundamental tem a terceira maior taxa de evasão (7,7%), seguido pela 3ª série do ensino médio (com 6,8%). Considerando-se todas as séries do ensino médio, a evasão chega a 11,2% do total de alunos nessa etapa de ensino.

As informações do INEP também revelam, em todas as etapas de ensino, uma queda progressiva na evasão escolar de 2007 a 2013, mas com uma alteração a partir de 2014, quando as taxas aumentam. Portanto, essa é uma das demandas para o Serviço Social em todas as escolas pesquisadas.

As formas de enfrentamento com intervenções profissionais variam e ocorrem a partir de visita domiciliar, em sua minoria, para identificar os motivos da evasão, bem como ligações telefônicas, envio de instrumental para notificação da família ou dos responsáveis, pretendendo uma intervenção junto à criança e à família com o objetivo de retorno da criança ou do adolescente para a escola, até intervenções de caráter mais amplo, como a notificação ao conselho tutelar e a articulação com a política de assistência social, por exemplo.

É sob esse desvelamento que os profissionais vêm atuando, tendo em vista, como assevera Martins (2015), que no cotidiano escolar ocorrem também o ocultamento ou o não desvelamento da condição de classe social e as mazelas da ordem perversa da sociedade capitalista, que assolam todos os âmbitos da vida social, principalmente referentes à precarização e à exploração do trabalho e à não efetivação dos direitos sociais, conforme apontado na fala a seguir:

Perceber a escola enquanto uma política articulada ao conjunto social é, para mim, fundamental. Não que outros profissionais que não tenham passado pela

nossa formação não consigam identificar isso, que a gente tenha, mas a nossa formação nos dá muito mais elementos para a gente conseguir inserir a política de educação vinculada a essas determinações da vida social, essa contradição da relação do capital e trabalho. E uma política que está ali nessa disputa de interesses de classe é uma política que tanto pode servir aos interesses da classe burguesa, e ela costuma muito bem, pelo tipo de modelo de educação que a gente tem, que é uma educação burguesa, mas também uma política que está ali em disputa. Em vários momentos, a classe trabalhadora consegue se utilizar dessa política para atender também algumas de suas demandas (E9, 2018).

Assim, como bem evidencia a supracitada entrevistada, percebe-se como é importante ter o profissional nesse espaço com a formação para atuar na perspectiva crítica. Com isso, vê-se que o exercício do Serviço Social tem muito a contribuir com a área de Educação, com profissionais inseridos, por uma visão mais ampla, com a perspectiva de conjuntura social e de provocar os sujeitos que estão na escola.

São reflexões que envolvem a história de vida de cada sujeito, usuário da política, para que não haja a culpabilização e a naturalização das relações e das expressões da “questão social”, das contradições entre o capital e o trabalho. Torna-se, assim, uma referência como profissional para os encaminhamentos das demandas, para os locais de referência, para que a comunidade seja informada daquilo que é de direito da comunidade, provocando o debate das relações de campo político no espaço escolar.

Santos (2012) discute que o movimento da realidade social e histórica, ao se reproduzir, altera os diversos aspectos da vida e, ao acontecer, impacta diretamente as demandas “institucionais e socioprofissionais” apresentadas ao Serviço Social. Desse modo, cada vez mais as refrações da “questão social” se diversificam e promovem mais urgência nas políticas públicas, principalmente no papel da universalidade dos direitos. Nesse âmbito, a autora insere como o desemprego vem se tornando a expressão da “questão social” que mais a particulariza e demonstra a realidade brasileira, uma vez que é marcado pela flexibilidade e abarca toda a vida dos sujeitos sociais, como identificado no quadro 3.

Quadro 3. Das expressões da “questão social” apresentadas para a central: desemprego

Expressões apresentadas				Expressão central
1.	Fragilidade nos rendimentos da família	5.	Pobreza	Desemprego
2.	Vínculos informais de trabalho	6.	Falta de capacitação profissional adequada	
3.	Tráfico	7.	Desemprego	
4.	Negação de direitos	8.	Exclusão social	

Fonte: pesquisa de campo, 2018.

Fatores como os vínculos informais, a fragilidade nos rendimentos e a introdução de famílias no tráfico asseguram questões como a evasão nos espaços da escola, como também (aqui compreendendo a lógica mercadológica dos serviços) a própria negação de direitos, que passam a ser considerados comprados, como a própria alimentação e o lazer.

Pimentel (2012), ao analisar o desemprego crônico, estabelece que ele vem preocupando a sociedade atual, tendo em vista que, com o seu aumento, nenhuma tentativa de resolvê-lo não alcançara êxito. Sabe-se que, pela ordem capitalista, essa superação nunca ocorrerá, pois – com a crescente superpopulação relativa, ou seja, a força de trabalho excedente – o capital provoca a concorrência entre os trabalhadores com o intuito de aumentar a procura por trabalho e a competição na classe, que dele precisa para subsistir. É o que Marx (2013) conceitua como superpopulação relativa: toda uma classe de trabalhadores que se encontra desempregada.

Nessa perspectiva, Pimentel (2012) entende que é no desemprego que se estabelece a relação direta entre o agravamento do pauperismo na atualidade, articulado com o fenômeno da fome e das derivações do trabalho supérfluo. A autora traz para discussão a perspectiva de Mészáros, que considera o desemprego em massa o mais grave problema social, uma vez que está intimamente relacionado com a explosão populacional e com o fenômeno da escassez criada e imposta pela sociedade capitalista. Assim sendo, a consequência decorrente é a expulsão de gente “qualificada e não qualificada” para o exército de desempregados, considerado como uma das características do desemprego. Pimentel (2012) assevera que ele alcança toda a população, independentemente de sua faixa etária, incluindo a classe média.

Com o aumento do desemprego, até o próprio sistema do capital começou a “admitir” as implicações geradas, tendo em vista que, sem trabalhadores, não existe produção de mais-valia, circulação de dinheiro e nem consumo para fazer circular a economia. Alguns “enfrentamentos” são colocados para rebater essa expressão da “questão social”, como, por exemplo, o seguro-desemprego; porém, urge pontuar que este se limita aos que possuem carteira assinada. Já os trabalhadores informais, quando perdem seus empregos, não têm tal direito garantido, restando apenas sua inclusão em programas de cunho social, como o Programa Bolsa-Família, que, por sua vez, foi extinto em 2021 pelo Governo Federal e substituído pelo Auxílio Brasil.

A autora enfatiza que, ao se agravar, no decorrer da história, o fenômeno do desemprego, vieram à tona as contradições e os antagonismos do sistema em sua conjuntura global e, por conseguinte, em vez de minorar a problemática, vê-se o agravamento da situação, que assola os países do chamado terceiro mundo e de capital avançado, justificando, assim, o problema da pauperização e da fome. Em sua afirmativa, a fome não está relacionada à “disponibilidade de meios de subsistência em termos de alimentos, haja vista o desperdício que acontece, se comparado à quantidade de alimentos que a humanidade tem produzido” (PIMENTEL, 2012, p. 117), conforme bem destaca uma das entrevistadas:

[...] a gente não ouvia crianças com fome na escola nesses dois últimos anos, e esse ano, agora, 2018, isso acontece quase que diariamente. São crianças adoecendo com frequência, porque a gente sabe que a nutrição... Elas podem até estar alimentadas, mas não estão nutridas, então, assim, adoecem com muita frequência, [o que traz] um elevado número de faltas: crianças que, com baixa concentração, não conseguem ficar muito tempo na sala e entram e saem, entram e saem. Quando a gente vai conversar, aí ela diz: “não, porque...”, isso na segunda-feira, não é? “Não, porque eu comi sábado à noite”. Então, assim, isso é, eu fico chocada com isso, não é? Incomoda, porque fome é fome (E8, 2018).

O que advém em sua realidade é que esse fenômeno “acontece provocado pelos imperativos da expansão e acumulação lucrativa do capital” (PIMENTEL, 2012, p. 117). Essas características acometem o mundo do trabalho, provocam a discussão do empreendedorismo

e expulsam parte da população para o mercado informal, posto que o desemprego, nas palavras da autora, representa um enorme perigo para a totalidade do sistema, ao estar profundamente entrelaçado com a dinâmica interna do capital.

As formas de atenuar os conflitos e de administrar essa nuance da “questão social”, nos dias hodiernos, vêm perdendo o sentido. Santos (2012) analisa o desemprego como expressão da “questão social”, impondo-se como prioridade em apreciação crítica, na medida em que “é resultante do mecanismo básico da [...] lei geral da acumulação capitalista” (SANTOS, 2012, p. 234). Ou seja, mesmo que os governos neoliberais apontem o combate ao desemprego com estímulo ao mercado para ampliar a geração de emprego e renda, no fundo se sabe que a raiz real (acumulação capitalista) do problema não muda enquanto o sistema capitalista existir. Suas crises estruturais acabam gerando, ao longo dos anos, mais desempregos e atacam os direitos trabalhistas e previdenciários.

Dados do IBGE indicam que, no Brasil, o índice de desemprego, no último trimestre do ano de 2020, era de 14,44%, o que é considerado como a maior taxa já registrada na série histórica da pesquisa, iniciada em 2012, pela PNAD Continuada (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal)³. Ainda se deve considerar que o trabalho ganha centralidade na constituição da vida social, ao gestar as relações de sociabilidade. Como assevera Yamamoto (2011), é pelo trabalho que o homem produz e reproduz suas relações sociais, o que acarreta alterações diversas na vida da população que dele depende para sobreviver, como bem registram as respostas das pesquisadas:

Então, o fator econômico e o desemprego interferem nesse processo, também, como interferem também na questão da criança. Agora mesmo eu estou com a situação de um menino que está trabalhando, trabalho infantil, e ele tem 14, 15 anos, porque a família ganha pouco e ele conseguiu emprego com um primo, que é empreiteiro. Ele está trabalhando nessas construções civis e está exausto; então, ele falta (E4, 2018).

3 Faz-se necessário ressaltar a situação que o Brasil e o mundo atravessam devido à pandemia da infecção causada pelo novo coronavírus, o que ocasionou o processo de calamidade pública. O contexto supracitado foi declarado pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020. Os danos causados pela pandemia excedem os danos biológicos: são, também, danos socioeconômicos, que são desiguais e sentidos pela população de forma diferenciada, de maneira que os mais pobres sofrem e sofrerão bem mais.

[...] Essa relação e também do entendimento da realidade do sistema que a gente vive, que se reflete justamente nessas questões que trazem para a gente, ou seja, uma condição social, econômica, que está relacionada ao sistema. Então, se a gente não entender desse sistema, das contradições que existem nele, a gente também não vai entender o que a pessoa está dizendo para a gente (E5, 2018).

Faz-se necessário fazer essa relação entre o que as entrevistadas pontuam e a análise aqui realizada, tendo-se em vista que, diante do contexto neoliberal, Santos (2012) aponta que a diferença estabelecida no início do surgimento do desemprego como categoria reflexiva, em que diferentes mecanismos⁴ foram utilizados para o seu tratamento, atualmente, vem se “apagando”.

A autora assevera que “políticas de assistência não podem substituir políticas de emprego ou mesmo de seguridade social” (Ibidem, p. 235). Para ela, o desemprego – enquanto expressão da “questão social” – adquire o caráter de desemprego estrutural na economia brasileira, marcada pelo auge da “industrialização pesada” e do capitalismo retardatário, que completa seu ciclo. O que ocorre no Brasil é a instalação da flexibilização do trabalho, justificada neste período pelo “fordismo à brasileira”, em que uma quantidade de força de trabalho fica à disposição do capital, o que aprofunda a precariedade e a instabilidade dos vínculos nos quais foram se constituindo todo o respaldo e o enfrentamento a essa refração até o momento atual.

Dessa maneira, a acumulação flexível envolve e resulta em implicações que impactam as relações e os processos de trabalho, como a forma de sua regulação e a divisão em âmbito internacional do trabalho. Insere-se no debate a flexibilização das legislações trabalhistas, o que atinge a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o seguro-desemprego, que também sofreu alterações. Desde o ano de 2014, vê-se uma crescente utilização do trabalho terceirizado, que atinge toda a esfera pública e, com isso, proporciona uma ampliação da presença da iniciativa privada nos setores públicos, com os precários vínculos trabalhistas e o aumento da informalidade, expressões aqui identificadas a partir da pesquisa.

4 A autora salienta o avanço das legislações trabalhistas e o reconhecimento dos direitos para a classe trabalhadora como respostas às expressões da “questão social”.

No final de 2017, a Reforma Trabalhista foi aprovada e entrou em vigor com o discurso de criar empregos e diminuir a informalidade. Todavia, o que, na realidade, se observa é uma das mais profundas mudanças nas leis trabalhistas. De acordo com a PNAD 2018, a informalidade cresceu no Brasil entre 2017 e 2018, dado que, em 2017, o país tinha 37,3 milhões de pessoas trabalhando sem carteira assinada, o que significa 1,7 milhão a mais do que em 2016, quando 35,6 milhões de trabalhadores estavam nessa situação. Isso abarca 40,8% de toda a população ocupada (que exerce alguma atividade remunerada) no país, de acordo com o IBGE.

Com a agudização das expressões da “questão social”, o que vem sendo dado como resposta é a hibridez sinalizada por Guerra (2016): assistencialização e mercantilização. Portanto, nossa preocupação com a temática da “questão social” fundamenta-se, sobretudo, na sua relação inerente às “mediações sócio-históricas, que tornaram possível e necessária a emergência da profissão do Serviço Social, a qual, por sua vez, se constitui como expressão das necessidades socioeconômicas e ideopolíticas da ordem burguesa” (GUERRA et al., 2007, p. 237), o que adquiriu centralidade no exercício profissional, a partir da intervenção do assistente social, justificando, assim, a necessidade da busca na cena contemporânea de compreender como elas se expressam e como são identificadas pelas assistentes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou como a realidade concreta revela a “questão social”, mediante o conjunto de desigualdades sociais expressas na sociedade capitalista. Observou-se que tal questão é demonstrada por meio do processo indissociável de acumulação e de reprodução do capital e dos efeitos produzidos sobre o conjunto da classe trabalhadora.

Na atualidade, a essência da “questão social” permanece a mesma, qual seja, o conflito entre o capital e o trabalho, cujas expressões foram sendo enfrentadas via políticas sociais e, assim, se constituíram como principais contratantes dos profissionais de Serviço Social. A entrada do Estado no cenário do reconhecimento dos direitos sociais e políticos propicia o surgimento das políticas sociais, tidas como “respostas e formas de enfrentamento” às expressões da “questão social”.

Pontua-se que, para o Serviço Social, cujo *lócus* de atuação majoritariamente incide no campo das políticas sociais, é indispensável a análise crítica sobre os fundamentos da “questão social”, de suas particularidades e expressões, nos diversos momentos históricos, sob pena de reproduzir e afirmar a ordem burguesa. Como afirmam Guerra *et al.* (2007, 2016), Yamamoto (2015a, 2015b), Mota e Amaral (2016), é apenas com a análise crítica dos fundamentos sócio-históricos da profissão que se explica a “questão social”, podendo-se desvelar as armadilhas e os falsos entendimentos sobre esta, favorecendo e fortalecendo a intervenção profissional competente e afinada com os princípios ético-políticos da profissão.

Assim, a pesquisa sinalizou que a inserção de assistentes sociais na política de educação ao longo das últimas décadas responde requisições socioinstitucionais para a ampliação das condições de acesso e de permanência da população em seus diferentes níveis e modalidades, principalmente no que tange aos aspectos intrínsecos às expressões da “questão social”. Esse tem sido o norte de mobilização e organização das(os) assistentes sociais, estando em consonância com o projeto político profissional que a profissão defende. Projeto este, aliás, voltado para a participação política de enfrentamento e denúncia das desigualdades sociais e, sobretudo, do atual modelo de sociedade.

Nesta direção, entende-se a necessidade de refletir sobre os processos que “naturalizam” e “moralizam” as refrações da “questão social” e sobre como anda o enfrentamento a essa lógica, sobretudo em tempos sombrios, em que avança a perspectiva neoliberal, alinhada a uma onda conservadora, que exige, cada vez mais, a diminuição dos direitos sociais com o discurso de enxugamento nos gastos sociais públicos, tendo suas bases em acordos políticos dos Estados e do grande capital internacional.

Ante esses aspectos, o sistema capitalista produz e aprofunda a “questão social” e os diferentes estágios capitalistas lançam diferentes manifestações desta. No espaço escolar, apenas se reflete aquilo no qual o conjunto maior da sociedade burguesa se configurou: um campo desumano e cada vez mais voltado à prioridade da propriedade privada e da mercadoria em detrimento da igualdade e da justiça social. Porém, contraditoriamente, constitui também um campo de disputa de hegemonia e de possibilidades de construção da humanização.

Vale lembrar que o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2013) destaca seis dimensões para as ações dos assistentes sociais na política de educação, quais sejam: 1) abordagens individuais junto às famílias de estudantes e/ou trabalhadores(as) da educação; 2) intervenção coletiva junto aos movimentos sociais; 3) dimensão investigativa; 4) inserção nos espaços democráticos de controle social e fomento de estratégias de participação de estudantes, famílias, professores e demais trabalhadores(as) da educação nas conferências e nos conselhos da política de educação e de outras; 5) dimensão pedagógica-interpretativa e socializadora de informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais e de sua rede de serviços que caracteriza o trabalho de assistentes sociais; e 6) a dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços no âmbito da política de educação.

Conclui-se, desta forma, que as demandas diversas no âmbito das escolas incidem em situações que, mesmo não sendo novas ao universo da educação escolarizada, hoje se manifestam de forma muito mais intensa e complexa, em que a “questão social” se revela ora mascarando problemas, ora manifestando essa relação contraditória, de modo que as escolas têm sido diretamente impactadas por ela. Tais rebatimentos, ao recaírem sobre a dinâmica da realidade das escolas municipais de João Pessoa, possibilitam realizar a vinculação entre o contexto micro e o macro e de como ele vem impactando os sujeitos sociais que trazem a marca de suas condições de vida, as quais se agravam em contextos históricos conservadores, que apostam na desregulamentação dos direitos sociais, na privatização das políticas sociais e na retomada da caridade em detrimento da viabilização de direitos sociais.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. **Proposta básica para o projeto de formação profissional. Novos subsídios para o debate.** Cadernos ABESS, São Paulo, nº 7, p. 15-58, 1997.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O Serviço Social e a Educação. In: **Inscrita**. Brasília: CFESS, nº 6, 2000.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; RODRIGUES, Maria Cristina Paulo. O campo da educação na formação profissional em Serviço Social. In:

PEREIRA, Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. (Org). **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. “Questão Social” e Serviço Social no Brasil. *In*: SILVA, Maria Liduina de Oliveira e (org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

AMARO, Sarita. **Serviço Social em escolas: fundamentos, processos e desafios**. 1ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos; LOPES, Doraci Alves. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: Uma discussão bibliográfica. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v16n2/a07v16n2.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamento e História**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no Capitalismo Tardio**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – Censo Escolar. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/resultados-e-resumos>>. Acesso em: 14 fev. 2021.

CFESS. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. CFESS, 2013. Disponível em: <www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

CRESS-PB. Nota Técnica Serviço Social e Educação: Considerações sobre o trabalho profissional no contexto da Covid-19. CRESS/PB-2020.

DAROS. Michelli Aparecida. A redução da evasão escolar e o Serviço Social: Experiências no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_33_SL2_Daros.pdf>. Acesso em 29 mar. 2019.

GUERRA, Yolanda; ORTIZ, Fátima Grave; SANTANA, Joana Valente; NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. Elementos para o debate contemporâneo da “questão social”: a importância de seus fundamentos. *In*: Revista Políticas Públicas, v. 11, nº 2, p. 237-255, jul./dez. 2007.

GUERRA, Yolanda. Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional: Mediações sócio-históricas e ético-políticas. *In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela (Org.). **Cenários, contradições e peijas do Serviço Social brasileiro***. São Paulo: Cortez, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no Capitalismo. *In: Temporális/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. Ano 2, nº 3. Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001 (p. 09-32).

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social na cena contemporânea. *In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais***. CFESS/ABEPSS, Brasília, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 33ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade. *In: **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional***. 26ª ed. São Paulo: Cortez, 2015a (pág. 17-75).

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2015b, p. 105-208.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e Serviço Social: Elo para a construção da cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. O rebatimento das expressões da questão social no cotidiano escolar e a contribuição do Serviço Social. *In: DAVID, C. M. et al. (orgs). **Desafios contemporâneos da educação [on-line]***. São Paulo: UNESP – Cultura Acadêmica, 2015.

MARX, Karl. **O Capital. Livro I. O processo de produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela. Serviço Social brasileiro: Cenários e perspectivas nos anos 2000. *In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela (orgs.). **Cenários, contradições e peijas do Serviço Social brasileiro***. São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. *In: Temporális nº 3*. Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001 (p. 09-32).

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, Potyara A. P. Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania. *In: Temporális* nº 3. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001 (p. 51-61).

PIMENTEL, Edilene. **Uma “nova questão social”? Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e hoje.** Maceió: UFAL, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. **Lei Municipal nº 11.385, de 16 de janeiro de 2008.** Cria o serviço social escolar nas escolas públicas do município de João Pessoa e adota outras providências.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”: Particularidade no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. Prefácio. *In: SILVA, Maria Liduina de Oliveira e (org.). Serviço Social no Brasil: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo.* São Paulo: Cortez, 2016.

SER Social

PANDEMIA DE COVID-19 E POLÍTICAS SOCIAIS
Brasília (DF), v. 25, nº 51, julho a dezembro de 2022

A saúde dos trabalhadores em *O Capital*

Workers' health in Capital
La salud de los trabajadores en El Capital

Diego de Oliveira Souza¹

<https://orcid.org/0000-0002-1103-5474>

Paulo Victor Rodrigues de Azevedo Lira²

<https://orcid.org/0000-0002-8588-839X>

Recebido em: 24/03/2021

Aprovado em: 17/08/2021

Resumo: O objetivo deste estudo teórico reside em apreender o debate sobre a questão da saúde dos trabalhadores na obra de Karl Marx. O texto tomado para análise do tipo imanente consiste em *O Capital*, capítulos VIII, XIII e XXIII. Marx abordou a questão da saúde dos trabalhadores a partir da constatação da necessidade inerente ao capital de extrair mais-trabalho, refletida em desgaste, adoecimento e morte. Marx evidenciou a ocorrência destes processos, não se atendo apenas

1 Bacharel em Enfermagem. Especialista em Saúde do Trabalhador (Fatec Internacional). Mestrado em Serviço Social (UFAL) e Doutorado em Serviço Social (UERJ). Professor adjunto da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3935008200094728>.

2 Bacharel em Medicina Veterinária. Especialização em Saúde Coletiva (Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva – Fiocruz/PE). Mestrado em Saúde Pública (Fiocruz/PE). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública do Instituto Aggeu Magalhães – Fiocruz/PE. Técnico do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Pernambuco. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública do Instituto Aggeu Magalhães – Fiocruz/PE. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5051942351336744>.

ao processo de produção, mas ao desenvolvimento do modo de produção/reprodução capitalista. Ressalta-se que apenas o estudo da obra marxiana se faz insuficiente para a compreensão das relações contemporâneas; contudo, sem seu estudo, é praticamente impossível avançar no entendimento do modo de produção capitalista, na sua crítica e, sobretudo, na sua transformação. Portanto, compreender a questão da saúde dos trabalhadores atualmente perpassa também pelo estudo da obra de Marx.

Palavras-chave: Saúde do Trabalhador. Questão Social. Karl Marx. Trabalho.

Abstract: The objective of this theoretical study is to understand the debate on the issue of workers' health in Karl Marx's work. The text selected for immanent analysis consists of *Capital*, specifically chapters VIII, XIII and XXIII. Marx approached the issue of workers' health from the observation of capital's inherent need to extract more labor, reflected in wear and tear, illness, and death. Marx evidenced the occurrence of these processes, not only focusing on the production process, but also on the development of the capitalist production/reproduction mode. It is noteworthy, however, that the study of Marx's work alone is insufficient to understand contemporary relations; however, without his study it is practically impossible to advance in the understanding of the capitalist mode of production, in its critique, and especially in its transformation. Therefore, understanding the issue of workers' health today also involves the study of Marx's work.

Keywords: Work Health. Social Question. Karl Marx. Work.

Resumen: El objetivo de este estudio teórico es comprender el debate sobre la salud de los trabajadores en la obra de Karl Marx. El texto que se toma para el análisis inmanente es *El Capital*, concretamente los capítulos VIII, XIII y XXIII. Marx abordó la salud de los trabajadores a partir de la observación de la necesidad inherente del capital de extraer más trabajo, reflejada en el desgaste, la enfermedad y la muerte. Marx evidenció la ocurrencia de estos procesos, no sólo centrándose en el proceso de producción, sino también en el desarrollo del modo de producción/reproducción capitalista. Sin embargo, el estudio sólo de la obra marxiana es insuficiente para comprender las relaciones contemporáneas, pero, sin su estudio es prácticamente imposible avanzar en la comprensión del capitalismo, en su crítica y transformación.

Entender la salud de los trabajadores hoy en día también implica el estudio de la obra de Marx.

Palabras-clave: Salud laboral. Cuestión Social. Karl Marx. Trabajo.

INTRODUÇÃO

O objetivo, neste estudo teórico, consiste em apreender o debate sobre a questão da saúde dos trabalhadores na obra de Karl Marx. Especificamente, buscamos entender as conexões desse debate particular com a totalidade social analisada na obra marxiana. Argumentamos que a saúde dos trabalhadores, mesmo sem ser o objeto de estudo específico de Marx, consiste em questão de relevo em alguns de seus textos, a exemplo da sua principal obra: *O Capital*.

Vale destacar que o marxismo tem sido referencial teórico recorrente nas análises da Saúde Coletiva crítica, ainda que, muitas vezes, com vieses. Essa aproximação com o marxismo se mostra relevante desde o processo de construção original da referida área, a exemplo das contribuições sobre a degradação da saúde pelo trabalho no movimento operário italiano, nas décadas de 1960/1970 (BASAGLIA et al., 1984; BERLINGUER, 1983) ou, mais à frente, da Medicina Social latino-americana, nas décadas de 1970/1980 (LAURELL; NORIEGA, 1989).

O debate sobre a saúde no trabalho se desdobrou na discussão sobre a saúde, em geral, como processo socialmente determinado (LAURELL, 1982; BREILH, 1989). A ideia-chave de que a exploração do trabalho e a desigualdade econômica dela decorrente sejam as raízes mais profundas do processo saúde-doença, ainda que com diferenças, atravessa as obras dos autores, que fazem esse debate a partir da teoria social de Marx. Ou, ainda, podemos mencionar os estudos sobre os processos de trabalho em saúde (DONNANGELO, 1976; MENDES-GONÇALVES, 1994; POLAK, 1971) pautados na categoria do trabalho conforme Marx, considerando o processo de produção no capitalismo e as suas contradições.

Outra mediação de análise da saúde que estabeleceu interlocução com o marxismo foi a questão das políticas sociais nesse campo (AROUCA, 2003; CAMPOS, 1992), tendo sido o mote teórico-metodológico de movimentos de luta por saúde, a exemplo da Reforma Sanitária brasileira na década de 1980. Nesse debate, as categorias Estado e luta de classes compõem, com interpretações diversas, até

os dias de hoje, nas análises e nos movimentos em defesa dos sistemas/serviços de saúde pública.

Não é rara, portanto, a presença de Marx e do marxismo na saúde, ainda que esteja longe de ser a perspectiva majoritária. Grosso modo, as categorias teóricas marxianas (e outras formuladas por marxistas) aparecem nos textos da Saúde do Trabalhador e da Saúde Coletiva ou, ao menos, o método de Marx está presente, sustentando as análises. Trata-se de um movimento (em nossa avaliação, imprescindível) a partir da obra de Marx, para fora dela, a fim de analisar a realidade em constante movimento. Menos comum é a imersão no próprio texto de Marx, tomando-o como objeto de estudo em si e não apenas como base teórico-metodológica. Essa é a nossa proposta no presente estudo, porquanto demonstramos que, para além de descobrir/redescobrir categorias teóricas que explicam a realidade social que subjaz à saúde (em geral e, também, a saúde no trabalho), o próprio Marx dedicou algum esforço no sentido de ele mesmo analisá-la.

A nosso ver, um profundo movimento de volta ao texto de Marx se faz, sempre, pertinente, a fim de não perder de vista as contribuições originais do autor e, assim, apreender com precisão as categorias teóricas presentes em sua teoria, tendo em vista o contexto no qual foram originalmente debatidas. Obviamente, as diferenças espaço-temporais em face da contemporaneidade devem ser consideradas, mas sem ignorar as linhas de continuidade existentes quando se trata dos pilares do sistema do capital. “Mergulhar” na obra marxiana é uma tarefa também imprescindível para a apreensão de tais pilares, inclusive na sua interface com a saúde.

Para tanto, o texto aqui tomado para análise consiste em *O Capital*, especificamente os capítulos VIII, XIII e XXIII. A escolha desses capítulos se deu pelo fato de que neles há diversas correlações entre o trabalho e a saúde, com a análise de diversas consequências e doenças que recaíam sobre os trabalhadores, a partir de dados da época.

Metodologicamente, procedemos conforme a análise imanente de textos proposta por José Chasin. Neste tipo de análise, o texto se converte em caso/objeto de estudo, investigando-se a sua estrutura interna, como se articulam os argumentos e as categorias suscitadas no desenrolar do texto (CHASIN, 1978).

No caso em questão, os textos analisados serão o “palco de experiências e campo de provas” (LESSA, p. 16-17) que contribuirão

para o entendimento da saúde dos trabalhadores, na sua processualidade social, consoante Marx.

JORNADA DE TRABALHO: DESGASTE E ADOECIMENTO COMO REFLEXO DO MAIS-TRABALHO

No capítulo VIII de *O Capital, A Jornada de Trabalho*, Marx (1988a) parte do pressuposto de que a força de trabalho é vendida pelo seu valor (o conjunto dos valores das mercadorias necessárias para que se reproduza diariamente). Desse ponto de partida, ele demonstra como a jornada de trabalho sempre possui uma parcela de tempo na qual se constitui a exploração tipicamente capitalista; isto é, a partir da qual se extrai mais-valia.

Mais precisamente, Marx (1988a) demonstra que a força de trabalho sempre gera mais valor do que o seu valor de troca. Por conta disso, basta uma fração da jornada “normal” para que o trabalhador produza o que é lhe pago. A essa fração Marx (1988a) denominou trabalho necessário, pois é nela que se gera o valor em média necessário à reprodução da força de trabalho. Todo o tempo restante da jornada corresponde, nos termos de Marx (1988a), a mais-trabalho, quando, portanto, se produz a mais-valia, que é apropriada pelos proprietários dos meios de produção.

É no mais-trabalho que se constitui o processo de espoliação da força de trabalho, manifestando-se, inclusive, na questão da saúde. Quanto mais prolongada essa parcela da jornada de trabalho, maiores são as possibilidades de espoliação e adoecimento. Porém, para os capitalistas, enquanto personificações do capital, essa parcela da jornada de trabalho lhes parece apenas como um processo natural de valorização do valor. Segundo Marx (1988a, p. 180), “o que do teu lado [*referindo-se ao capitalista*] aparece como valorização do capital é da minha parte [*referindo-se ao trabalhador*] dispêndio excedente de força de trabalho”.

A ampliação do dispêndio excedente de trabalho (mais-trabalho) é imanente ao processo de reprodução do capital, o que, evidentemente, terá repercussões na definição da jornada de trabalho e nos seus impactos relacionados à saúde dos trabalhadores. Marx, ao considerar este ímpeto do capital e a conseqüente fluidez na definição da duração das jornadas de trabalho, não desconsidera que esta fluidez possui limitações que são determinadas concretamente por “barreiras” físicas e sociais/morais, uma

vez que existe um “limite físico”, em que o corpo do trabalhador consiga executar funções no processo de trabalho, como também barreiras morais, que atuam sobre a duração da jornada, apesar de ambas as características serem elásticas, propiciando grandes variações na duração das jornadas. Nas palavras de Marx, se apenas for considerado o impulso da acumulação capitalista:

[...] o capital tem um único impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, os meios de produção, a maior massa possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa [...]. Apropriar-se de trabalho durante todas as 24 horas do dia é, por conseguinte, o impulso imanente da produção capitalista (MARX, 1988a, p. 179-180/197).

Com efeito, diversas formas de prolongamento da jornada de trabalho, legais ou não, constituíram a primeira tendência capitalista na ânsia por aumentar o mais-trabalho (logo, mais-valia). As estratégias variam desde o roubo de minutos dos intervalos para as refeições até a criação dos sistemas de trabalho de revezamento de turnos, incluindo equipes noturnas. O capitalismo estabelece aquilo que é normal desde a sua perspectiva, pois o trabalho a ele subordinado necessariamente gera “[...] a exaustão prematura e o aniquilamento da própria força de trabalho. [A produção capitalista] prolonga o tempo de produção do trabalhador num prazo determinado mediante o encurtamento de seu tempo de vida” (MARX, 1988a, p. 202-203).

Esse processo se traduz no adoecimento e/ou na morte precoce do trabalhador, ponto culminante dos sucessivos dias de desgaste. Sobre o encurtamento do tempo de vida, Marx expõe determinações essenciais a respeito do valor da força de trabalho.

Se o período médio que um trabalhador médio pode viver com um volume razoável de trabalho corresponde a 30 anos, o valor de minha força de trabalho que me pagas, um dia pelo outro, é $1/365 \times 30$ ou $1/3.650$ de seu valor global. Se, porém, tu a consumes em 10 anos, pagas-me diariamente $1/10.950$ em vez de $1/3.650$ seu valor global, portanto, apenas $1/3$ de seu valor de 1 dia, e furtas-me

assim diariamente 2/3 do valor de minha mercadoria.
*Pagas-me a força de trabalho de 1 dia, quando utilizas
a de 3 dias* (MARX, 1988a, p. 180, *grifos nossos*).

Assim, Marx evidencia que a força de trabalho possui um valor diário, como também um valor total. Logo, jornadas de trabalho para além dos limites “normais” tendem a exponenciar o consumo da força de trabalho, reduzindo o seu valor total, o que acarretará uma maior extração de mais-valia, mas também levará a um desgaste prematuro e ao esgotamento precoce desses trabalhadores.

No decorrer de sua exposição, Marx (1988a) destaca o fenômeno do encurtamento do tempo de vida em diversas categorias profissionais ou setores produtivos, a exemplo dos ceramistas, trabalhadores das panificações, ferroviários, trabalhadores agrícolas, costureiras e na fabricação de vidros. O trabalho noturno também atua potencializando o processo, roubando o padrão de sono adequado à reposição das energias do trabalhador e, portanto, roubando-lhe a saúde, consoante os dados apresentados por Marx (1988a) nos trabalhos das manufaturas de fósforo, das panificações, da siderurgia e na fiação de algodão.

Vale destacar que, até a chegada da morte, os trabalhadores enfrentam uma vida de intenso sofrimento, em estado anêmico, flegmáticos, acometidos por doenças pulmonares, hepáticas, renais, reumatismo, entre outras (MARX, 1988a). Obviamente, em vida, o trabalhador desgastado e adoecido representa um limite físico à produção (algumas vezes, refletido em limites morais/sociais), evidenciando o caráter contraditório da espoliação promovida pelos capitalistas.

Vale lembrar que esse ponto da abordagem de Marx é incorporado pela Saúde Coletiva de viés crítico, a exemplo do estudo (um dos pioneiros) de Laurell e Noriega (1989). Os autores apreendem esse processo de exaurimento descrito por Marx e associado ao mais-trabalho como ponto-chave para entender a saúde dos trabalhadores. Portanto, o desgaste consiste em um processo que nem sempre se traduz em doenças com diagnóstico bem delimitado, pois “pode ser definido, então, como a perda da capacidade efetiva e/ou potencial, biológica e psíquica” (LAURELL; NORIEGA, 1989, p. 115).

Além disso, Marx (1988a) confere ênfase à questão do trabalho infantil enquanto estratégia de potencializar a extração da mais-valia. Embora essa temática seja desenvolvida, também, no capítulo da

maquinaria e da grande indústria, no debate da jornada de trabalho são vastos os relatos de trabalho infantil em ambientes insalubres, sem luz, ar puro ou respeito ao desenvolvimento físico e psíquico das crianças.

São muitos os exemplos apresentados por Marx (1988a), como nos casos da produção de seda, cerâmica, fósforo, papel de parede e siderurgia, nos quais se assiste ao assassinato da infância, tolhida do lazer e da educação. São crianças raquíticas e tísicas, incorporadas ao processo produtivo sem nenhum pudor. Ao contrário disso, mesmo quando a limitação legal conquistada no bojo da luta de classes tenta impedir o trabalho, ao menos, das crianças mais novas, o capitalista lança mão das desculpas mais espúrias, a exemplo do que diziam os burgueses da produção de seda: “A delicadeza do tecido exige uma leveza de tato que somente pode ser assegurada por entrada precoce na fábrica” (*Factories Inquiry Commission*, 1846, *apud* MARX, 1988a, p. 223).

As primeiras leis fabris estavam atentas às limitações do trabalho infantil. Porém, em meio à espiral da luta de classes, a burguesia sempre reagia a uma nova lei com uma nova estratégia de burlá-la. Foi assim para o caso das crianças, mas também para o trabalho noturno ou para a redução da jornada de trabalho diurna. Isso não significa que as lutas em torno dessas questões sejam inócuas, ao contrário disto, demonstra que a subsunção do trabalho ao capital é um processo amplo que transcende a seara jurídico-estatal, mas que demanda organização da classe trabalhadora para dar respostas ao caráter contraditório do trabalho abstrato, seja na arena econômica, seja na arena política.

Naquilo que toca à saúde, esse caráter contraditório – enraizado no processo de valorização e em seus reflexos na luta de classes – também se faz evidente, oferecendo-nos indícios importantes sobre a questão da saúde dos trabalhadores como processo determinado socialmente. A introdução da maquinaria no processo produtivo marca um período de impulso a esses elementos inerentemente contraditórios do processo de valorização, inclusive, para além do mero prolongamento da jornada, como debatemos a seguir.

OS EFEITOS DA INTRODUÇÃO DA MAQUINARIA NO PROCESSO DE TRABALHO

O desenvolvimento das forças produtivas é condição *sine qua non* para a produção/reprodução do capital, ainda que em meio a uma

relação contraditória ante as relações sociais produtivas. É essa condição que põe as contingências para que a transformação da natureza, no capitalismo, resulte em um *quantum* de riqueza material sem precedentes, produzido e acumulado crescentemente.

O marco histórico decisivo para a consubstanciação de um novo patamar de desenvolvimento das forças produtivas reside na introdução da maquinaria nos processos de trabalho, resultando na substituição das oficinas de manufatura ou de processos ainda artesanais por processos industriais. Trata-se de elemento histórico decisivo para a consolidação do capitalismo enquanto novo modo de produção, levado a cabo, no caso inglês, em meados do século XIX.

Esse processo é por Marx (1988b) descrito no capítulo XIII de *O Capital*, seguido de uma análise profunda de suas consequências para a classe trabalhadora. Da parte inicial do capítulo, destacamos duas etapas da análise marxiana. Inicialmente, Marx (1988b) esclarece as diferenças da maquinaria para com as ferramentas dos processos artesanais ou manufatureiros. Nesse momento, Marx (1988b) aponta a composição da maquinaria dividida em três partes: máquina motriz, transmissão e máquina ferramenta. Compara esta última parte ao conjunto de ferramentas manufatureiras, mas que, a partir dali, podem ser movidas ao mesmo tempo graças à força motriz que substitui o ser humano. Com isso, a máquina consegue transformar os objetos de trabalho em mais produtos em menor tempo, o que representa o rompimento de barreiras antes postas à produtividade.

Na sequência, Marx (1998b) destaca o fato de a maquinaria ser resultado do desenvolvimento tecnológico, mas nunca neutro, porque afeito às necessidades de acumulação. O autor recupera um argumento fundamental que atravessa toda a sua obra, pois o desenvolvimento das forças produtivas, em si, poderia resultar em menos tempo de trabalho dispendido pelos seres humanos, restando-lhes tempo livre. Contudo, como esse desenvolvimento está imerso em relações antagônicas, ele resulta exatamente no contrário: a maquinaria se converte em elemento impulsionador da produtividade, logo, aumentando a exploração do trabalhador. Não há redução do tempo de trabalho, ao contrário: no mínimo, esse tempo se converte em mais riqueza produzida pelo trabalhador, mas que é usurpada pelo proprietário da máquina (e pelos demais meios de produção).

As consequências da utilização capitalista da maquinaria são, imediatamente, três. A primeira é a incorporação de força de trabalho

suplementar, notadamente, trabalho feminino e infantil, porquanto a máquina motriz dispense o (ou, pelo menos, reduza a dependência do) trabalho braçal e o emprego de força física.

A segunda consequência consiste no prolongamento da jornada de trabalho, uma vez que a lógica de produção capitalista demanda o usufruto, o mais rápido possível, daquilo que a máquina pode oferecer-lhe. Em outras palavras, é preciso transferir o valor (fruto do trabalho morto) cristalizado nos meios de produção o mais rápido possível para os novos produtos, até porque deixar a máquina parada pode resultar na sua obsolescência ou em desgaste improdutivo.

Terceiro e último, há uma intensificação do trabalho,³ concretizada, sobretudo, após as limitações legais aos sucessivos prolongamentos da jornada de trabalho. Se, por um lado, essa legislação mostrou que o Estado não está imune à luta de classes, por outro, revelou como essas conquistas parciais são absorvíveis pelo capital. Marx (1988b) demonstra que o capitalismo inglês eleva a intensidade do trabalho a um patamar humanamente irrealizável nas longas jornadas anteriores. Assim, mais do que prolongar o tempo de trabalho excedente e, com isso, produzir mais-valia absoluta, o capitalismo se consolida/expande pela produção de mais-valia relativa, com o aumento da produtividade, via desenvolvimento dos meios de produção e intensificação do trabalho.

Nos três casos, as consequências se estendem, violentamente, para a saúde. A exemplo do que fez no capítulo sobre a jornada de trabalho, Marx (1998b) destaca os problemas no crescimento e desenvolvimento das crianças empregadas, em alguns casos, desde os 4 anos de idade. Aquelas que ficam em casa, por sua vez, pagam o preço de ficar sozinhas, uma vez que tanto os pais quanto as mães estão nas fábricas a serviço do capital. Frequentemente, essas crianças se expõem a situações perigosas, ficam o dia todo nas ruas ou sem se alimentar.

Seja pelo prolongamento, seja pela intensificação, o esgotamento físico e mental dos trabalhadores é proporcional à produção de riqueza, ambos sem precedentes históricos. Esse exaurimento não se efetiva sem que ocorram, em conjunção, doenças das mais diversas e

3 Sobre a relação entre intensificação do trabalho e saúde, cf. Pina e Stotz (2015), quando, inclusive, eles tecem críticas à concepção de desgaste de Laurell e Noriega, por entendê-la como funcionalista, reduzida a uma relação demanda-controle. Para os autores, a intensificação se expressa, também, pela expropriação do saber operário (experiência), conferindo relevo à dimensão coletiva da classe trabalhadora que luta por saúde.

acidentes, sobretudo mediante o novo tipo de tecnologia desconhecido e cuja concepção não costumava levar em conta formas mais seguras de manuseio. A classe trabalhadora vai se transformando em um conjunto de mutilados, deformados, queimados etc.

No caso das doenças, Marx (1988b) cita algumas mais comuns à época, inclusive destacando atividades produtivas ou processos de trabalho nos quais, mais tipicamente, elas ocorrem. No quadro 1, destacamos as atividades mencionadas por Marx (1988b) no capítulo ora em análise, assim como os eventos de saúde-doença correlacionados.

Quadro 1. Eventos de saúde-doença relacionados a atividades produtivas mencionadas por Marx no capítulo XIII de *O Capital*

Atividade produtiva ou ofício	Evento de saúde-doença
Agricultura em geral	Mortalidade
Fiação/tecelagem	Exaustão
Plantação de algodão	Doenças pulmonares
Alfaiates	Mortalidade
Gráficos	Mortalidade
Rendeiras ⁴	Tuberculose
Produção de chapéus de palha	Cortes na boca e nos dedos
Atividades de branqueamento	Exposição a processos físicos e químicos
Ceramistas	Exposição a processos físicos e químicos
Tinturaria	Exposição a processos físicos e químicos
Panificação	Exposição a processos físicos e químicos
Manufatura de metais	Exposição a processos físicos e químicos
Fabricação de fósforo	Intoxicação por vapores venenosos
Indústria do linho	Acidentes com ¼ do tronco arrancado
Extração da seda	Exaustão e doenças pulmonares

Fonte: quadro elaborado pelos autores com base em Marx (1988b).

4 Os trabalhos das rendeiras, dos produtores de chapéu e de uma série de outros produtos de vestuário são problematizados por Marx (1988b) no bojo da apropriação do trabalho doméstico pelo capital. Esses trabalhos, com origens artesanais, passam a acontecer no formato de manufaturas domésticas durante a transição para o capitalismo. Pouco em pouco, são absorvidas pela rotação capitalista, aumentando e intensificando o trabalho em um ambiente inadequado, à margem da legislação que estava sendo implementada e com salários abaixo do valor em geral pago a outros trabalhadores. Ora, ainda que tenhamos transformações consideráveis em face do século XXI, não é absurdo considerar que o essencial desse tipo de conformação de manufatura, precarizada e que se mistura à vida doméstica, não foi extinto. Exemplo disso é o caso da indústria da confecção no agreste do Estado de Pernambuco, no Nordeste brasileiro, consoante apontam Lira, Gurgel e Amaral (2020).

Há algumas menções a outras atividades ou ofícios, embora sem relacioná-los, diretamente, a eventos de saúde-doença, mas no contexto de outros efeitos da introdução da maquinaria, como desemprego ou rebaixamento dos salários. O que, por ora, queremos destacar é que, conforme mostra o quadro 1, Marx (1988b) se dedicou à análise de uma quantidade considerável de casos, sendo recorrente a correlação da questão da saúde dos trabalhadores com o processo central analisado no capítulo.

O alcance e a variedade de eventos que acometem os trabalhadores deixam clarividente que se trata de um processo determinado pelas mudanças advindas do novo modo de produção. Ao situar essa questão no bojo da totalidade social, ora apreendida pela introdução da maquinaria no processo de trabalho, Marx (1988b) oferece fortes argumentos para concebermos os eventos de saúde-doença enquanto expressões do antagonismo entre capital e trabalho. Em conjunto, conformam uma questão com bases materiais (econômicas), especialmente visível pela contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção, assim como, também, atravessada pelas respostas sociais e políticas as quais esse processo passa a demandar, historicamente.

Esse processo tem raízes no interior do processo de trabalho, mas é dinamizado ante a reprodução social, no bojo da totalidade, consoante o debate a seguir.

A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA: FUNDAMENTO PARA ENTENDER A SAÚDE DOS TRABALHADORES EM FACE DA TOTALIDADE

É interessante observar que Marx (1988b) deixa para abordar a lei geral da acumulação capitalista apenas no final do livro primeiro d'O *Capital*, no capítulo XXIII. Em geral, as produções teóricas lineares se preocupariam em apresentar seus pressupostos mais gerais no início, a fim de, a partir dele, construir seus argumentos de forma lógico-dedutiva.

O que Marx (1988b) faz é radicalmente oposto a essa postura gnosiologista, uma vez que ele parte daquilo que é mais evidente no capitalismo (em sua dimensão fenomênica), isto é, as relações mercantis (abordadas com aprofundamento no capítulo 1 - A mercadoria), para, a partir disso, apreender determinações cada vez mais profundas, que

explicam essas relações. Por conta dessa postura ante a realidade, Marx (1988a, 1988b) descobre os fundamentos da sociedade capitalista, a exemplo de sua lei geral, ao passo que, em outras posturas metodológicas, definem-se leis e princípios apriorísticos para a posterior invenção do objeto (neste caso, a sociedade).

Ao chegar à lei mais genérica do capitalismo, Marx (1988b) não abandona o movimento dialético, uma vez que retoma os efeitos mediatos e imediatos dessa tendência fundamental, mas com maiores níveis de concreção. Entre esses efeitos, questões fulcrais para a reprodução social da classe trabalhadora são evidenciadas e, portanto, possuem relação com a saúde dos trabalhadores, ainda que por processos que se desenvolvam fora do processo de trabalho *strictu sensu*. Diríamos que, com exaustão, o capítulo XXIII apresenta as bases materiais mais genéricas para se pensar a saúde no bojo da reprodução social e, por conta disso, é de nosso interesse neste estudo.

A primeira questão a ser destacada consiste na composição do capital. Para Marx (1988b), essa composição possui um duplo sentido: o primeiro é definido pelo valor, o que implica distinguir o capital constante (ou valor dos meios de produção) e o capital variável (ou valor da força de trabalho). Já a segunda possui como referência a matéria, o que se cristaliza na massa de meios de produção utilizada no processo e na quantidade de trabalho empregada para movimentar essa massa. A primeira composição (chamada de composição-valor) é tomada como referência de análise por Marx (1988b), uma vez que reflete as modificações da composição técnica (aquela cujo parâmetro é a matéria). Por conta disso, Marx (1988b) atribui à composição-valor o *status* de composição orgânica do capital ou, simplesmente, composição do capital, como passa a chamá-la ao longo do capítulo.

Tendo isso em vista, Marx (1988b) demonstra como a acumulação (do ponto de vista do capital social de uma nação), em um primeiro momento, só pode ocorrer pelo aumento do capital variável, isso com a composição orgânica do capital se mantendo a mesma no que diz respeito à proporção entre seus componentes variável e constante. Com isso, é recuperado um princípio básico da lei do valor, que acompanha a análise marxiana desde o capítulo 1: apenas a força de trabalho é capaz de gerar valor. Generalizando esse princípio, no bojo do processo de acumulação, podemos aceitar que, para Marx (1988b), a acumulação de capital não pode ocorrer sem o incremento do valor da força de trabalho.

Na sequência, Marx (1988b) prossegue com a sua análise, uma vez que o processo de acumulação não se dá, rigidamente, sob composição constante. Em vez disso, a argumentação marxiana chega a um ponto crucial do processo, porquanto demonstra que a continuidade da acumulação depende da produtividade crescente. Isto significa que se produz mais em menos tempo, com retorno de valor produzido sob a forma de capital constante, viabilizando a concentração do capital. Em outras palavras, Marx (1988b) argumenta que a concentração de meios de produção por parte de capitalistas individuais se dá conjuntamente à acumulação e que esta, por sua vez, resulta em uma alteração na composição do capital, com aumento relativo do valor de seu componente constante em relação ao valor do componente variável, ainda que este último continue aumentando em termos absolutos.

Assim, à medida que a acumulação (logo, concentração também) se desenvolve, há um incremento dos meios de produção em detrimento da proporção da força de trabalho correspondente, consubstanciando o que Marx (1988b) chamou de superpopulação relativa ou exército industrial de reserva. Nas palavras do autor:

A acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital (MARX, 1988b, p. 190).

A existência dessa superpopulação atua de modo funcional à acumulação, inclusive por exercer pressão sobre a força de trabalho empregada, no sentido de rebaixar os seus salários, uma vez que os indivíduos do exército industrial de reserva, muitas vezes, estão dispostos, para sobreviver, a assumir postos de trabalho por salários menores do que os praticados no mercado. Em suma, é preciso considerar que o aumento ou rebaixamento dos salários (cuja massa é representativa do capital variável) aumenta ou diminui em função da lei geral de acumulação (obviamente, como desdobramento da lei do valor). Quando do seu aumento, é necessário ter em vista que ele se dá, sobremaneira, mediante a ampliação da acumulação, o que significa que mais-trabalho (não-pago) foi usurpado pelos capitalistas.

Com efeito, ainda que o salário aumente em termos absolutos, ele representa uma parcela relativamente menor do valor total produzido,

“significa, de fato, apenas que o tamanho e o peso da cadeia de ouro, que o próprio trabalhador forjou para si, permitem reduzir seu aperto” (MARX, 1988b, p. 182). Todavia, esse aumento sempre fica à mercê da lei geral (além de outros fatores complementares: oferta e procura, processos valorativos com diferenças regionais etc.), porque o preço do trabalho é limitado ao patamar no qual não se ameace a continuidade da acumulação, do aumento da produtividade e, portanto, do aumento relativo do capital constante em face do capital variável.

A questão dos baixos salários, assim como a situação de pauperismo absoluto da superpopulação relativa são temas debatidos por Marx (1988b) de forma contundente. Isso porque a concatenação marxiana deixa clarividente que esses problemas estão situados no bojo da acumulação, como resultados diretos da produção de riqueza e a corolária pauperização daqueles que a produziram.

Marx (1988b) recorre a diversos relatórios, dados e depoimentos oficiais da época, a fim de ilustrar a lei geral da acumulação capitalista e, conseqüentemente, suas repercussões negativas à reprodução social da classe trabalhadora pauperizada, inclusive no que toca à saúde. Não por um acaso, Marx (1988b) cita a pesquisa que Engels (2008) havia desenvolvido, na primeira metade da década de 1840, sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, denunciando como as condições de vida eram deploráveis e aviltantes. Marx (1988b), assim como Engels (2008) já havia esboçado, demonstra (mas, agora, com maior profundidade) quais sejam as bases dessa situação, inclusive destacando a articulação orgânica com o processo de trabalho em si. Vejamos:

Nas seções sobre a jornada de trabalho e a maquinaria desvendaram-se as circunstâncias sob as quais a classe trabalhadora britânica criou um ‘aumento embriagador de riqueza e poder’ para as classes proprietárias. Naquela ocasião, no entanto, preocupava-nos sobretudo o trabalhador no exercício de sua função social. A fim de esclarecer plenamente as leis da acumulação, é preciso ter em vista também sua situação fora da oficina, suas condições de nutrição e moradia (MARX, 1988b, p. 207).

É preciso destacar o reconhecimento que o próprio Marx (1988b) efetiva sobre a articulação entre os três capítulos de *O Capital* que aqui analisamos, a fim de se entender a totalidade da situação da classe

trabalhadora, ou seja, dentro e fora dos locais de trabalho. Trata-se de um princípio fundamental para a análise, também, da saúde dos trabalhadores, uma vez que não se pode investigar/intervir na saúde tendo em vista só os elementos internos do processo do trabalho, mas considerá-los em face da totalidade da reprodução social dos trabalhadores (LAURELL; NORIEGA, 1989; SOUZA, 2016). Obviamente, mesmo nesta condição, o eixo da análise permanece sendo o trabalho, enquanto categoria fundante da sociedade e, portanto, eixo movente do processo de reprodução social.

Um trecho do relato sanitário do doutor Simon, problematizado por Marx (1988b), resume bem quão vis eram as condições de reprodução social dos trabalhadores.

É preciso lembrar que a privação de alimentos é suportada com muita relutância e que, em regra, dietas muito deficientes só ocorrem quando outras privações as precederam. [...] O vestuário e o aquecimento ter-se-ão tornado ainda mais escassos do que a comida. Nenhuma proteção suficiente contra o rigor do inverno; redução do espaço de moradia a um grau que gera enfermidades ou as agrava; ausência quase total de utensílios domésticos ou de móveis; a própria limpeza ter-se-á tornado custosa ou difícil. [...] O lar há de ser onde o teto for mais barato; em áreas onde a polícia sanitária dá menos fruto, é mais lamentável o sistema de esgoto, menor o tráfego, máxima a imundície pública, mais miserável ou pior o suprimento de água e, em cidades, maior a falta de luz e ar (SIMON, 1863, *apud* MARX, 1988b, p. 210).

A partir do relatório (e da análise marxiana), constatamos que diversas mediações sociais comparecem enquanto expressões do antagonismo entre o capital e o trabalho, porque a ele estão diretamente ligadas. É o caso da privação de alimentos, da falta de vestuários e da proteção em face do frio, de moradias inadequadas, da ausência de móveis, utensílios domésticos ou outros elementos estruturais para higiene pessoal e da casa. A situação de miséria, por conseguinte, atinge de forma brutal a saúde dos trabalhadores, potencializando a degradação que se inicia no chão da fábrica.

Marx (1988b) cita várias categorias de trabalhadores que, à época, eram tidas como as mais mal pagas (como tecelões de seda, costureiras,

luveiros em couro, tecelões de meias e sapateiros), destacando a fome e as mazelas sanitárias que os atingiam. Destaca, ainda, que o caso do proletariado agrícola é ainda mais brutal, em face da dinâmica que se desenhava com o crescimento da grande indústria, a favor das atividades urbanas e desfavorável à vida no campo. Inclusive, Marx (1988b) correlaciona algumas doenças contagiosas ao processo de migração de trabalhadores entre cidades e países e do campo à cidade, a exemplo do caso da varíola. É mister dizer que, na cidade, em meio às casas apertadas, sem ventilação, água e saneamento, essas doenças encontravam as condições adequadas para se tornarem epidemias devastadoras.

Mesmo entre categorias que, tradicionalmente, recebiam melhores salários (a exemplo dos trabalhadores da indústria de navios de ferro), o rebaixamento dos salários, o desemprego, a fome e as doenças logo chegaram, enquanto reflexos da acumulação capitalista. Por esse prisma, portanto, a saúde dos trabalhadores se revela um processo socialmente determinado, cuja pedra fundamental é o antagonismo entre o capital e o trabalho e que, de diferentes formas, atinge a totalidade dos trabalhadores. Essa perspectiva é imprescindível para não se confundir essa determinação com uma mera correlação entre fatores isolados uns dos outros.

Em vez disso, as contribuições marxianas não deixam dúvidas de que estamos diante de um processo social uno (mas heterogêneo) e de que os supostos fatores sociais (como assim são entendidos em outras perspectivas) são, na verdade, manifestações do caráter antagônico da sociedade. Não basta, portanto, reconhecer que a fome e a falta de habitação e de vestuário influenciam a saúde. É preciso entender como essas problemáticas foram produzidas histórica e socialmente, como se articulam ante a totalidade e como se traduzem em degradação e morte dos trabalhadores.

Diante disso, a saúde dos trabalhadores, desde a análise marxiana, nem pode ser explicada por fatores desconexos entre si, nem pode ser apreendida a partir da dicotomia entre o processo de trabalho (de um lado) e a reprodução social (de outro). Trata-se, em vez disso, de uma questão que possui o seu nível particular de totalidade, inserida em uma totalidade ainda maior, qual seja: o ser social – historicamente determinado, contemporaneamente, pelo antagonismo entre o capital e o trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da nossa análise, foi possível evidenciar como Marx abordou a questão da saúde dos trabalhadores em *O Capital*. A questão toma forma por meio do exame da estrutura e da dinâmica da acumulação capitalista. A necessidade de valorização do valor e a constatação da força de trabalho como única mercadoria geradora de valor são “pilares” fundamentais para o entendimento da questão da saúde dos trabalhadores em *O Capital*. Ao evidenciá-los, Marx também desnuda a contradição em que o capital se encontra: é inerente ao seu *modus operandi* aviltar aquilo de que necessariamente precisa para o seu funcionamento. Em outras palavras, o capital precisa necessariamente da força de trabalho para se valorizar, mas engendra condições que fundamentalmente levam ao seu desgaste.

Ao evidenciar isto, Marx adentra também na questão da saúde dos trabalhadores. Assim, foi possível acompanharmos que o impulso “vampiresco” por mais-trabalho é também expresso no desgaste, no adoecimento e na morte dos trabalhadores (encurtamento da vida), evidenciados pelo autor com riqueza de detalhes, em diversos processos produtivos e em diferentes momentos históricos do desenvolvimento do capitalismo. A extensão da jornada de trabalho, a inserção da maquinaria e o desenvolvimento da indústria, a intensificação do trabalho e a relação dialética com o processo de reprodução social conferem o caráter unitário e diverso da análise marxiana.

Ao contrário de cindir ou fatorializar sua análise, Marx expõe a questão da saúde dos trabalhadores como processo socialmente determinado, e não relacionado apenas com o processo de trabalho desenvolvido em determinados ramos da indústria, mas em plena articulação com a totalidade social. Essa articulação é evidente na exposição realizada, sobretudo, no capítulo em que trata da lei geral da acumulação capitalista, uma vez que o avanço nas condições de miséria de uma grande parte da classe trabalhadora acompanha e constitui, essencialmente, o desenvolvimento do capitalismo.

É necessário ainda ressaltar que o estudo apenas da obra marxiana se faz insuficiente para a compreensão das relações atuais no capitalismo; contudo, sem seu estudo, é praticamente impossível avançar no entendimento do modo de produção capitalista, na sua crítica e, sobretudo,

na sua transformação. Portanto, compreender a questão da saúde dos trabalhadores contemporaneamente perpassa também pelo estudo da crítica da economia política abordada por Marx.

Processos atuais como a chamada *uberização* do trabalho, as aprovações de contrarreformas, como a trabalhista e a previdenciária no Brasil, além do desmonte das políticas públicas, são determinados, em última instância, por diversas mediações, pela necessidade de reprodução ampliada do capital. Por isso, apesar de insuficiente, o retorno a Marx é urgente e necessário.

REFERÊNCIAS

AROUCA, Sergio. **O dilema preventivista**. Contribuição para a compreensão e crítica da Medicina Preventiva. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

BASAGLIA, F.; GIOVANNINI, E.; MINIATI, S.; PINTOR, L.; PIRELLA, A. et al. **La salud de los trabajadores**: aportes para una política de salud. México: Editorial Nueva Imagen, 1980.

BERLINGUER, Giovanni. **A saúde nas fábricas**. Trad.: Hanna Augusta Rothschild; José Rubem de A. Bonfim. São Paulo: Cebes-Hucitec, 1983.

BREILH, Jaime. **Epidemiologia**: Economía, medicina y política. Fontamara, México, 1989.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. **Reforma da reforma**: Repensando a saúde. São Paulo: Hucitec, 1992, 220 p.

CHASIN, José. **O Integralismo de Plínio Salgado**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

DONNANGELO, Maria Cecília. Parte I - Medicina e estrutura social. In: DONNANGELO, Maria Cecília; PEREIRA, Luiz. **Saúde & Sociedade**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1976.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad.: B. A. Schumann. Ed. José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2008.

LAURELL, Asa Cristina. La salud-enfermedad como proceso social. **Revista Latinoamericana de Salud**, Cidade do México, nº 2, p. 7-25, 1982.

LAURELL, Asa Cristina; NORIEGA, Mariano. **Processo de produção e saúde**: Trabalho e desgaste operário. Trad.: Amélie Cohn; Ana Pitta-Hoisel; Ana Isabel Paraguay; Lúcia Helena Barbosa. São Paulo: Hucitec, 1989.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

LIRA, Paulo Victor Rodrigues de Azevedo; GURGEL, Idê Gomes Dantas; AMARAL, Angela Santana do. **Superexploração da força de trabalho e saúde do trabalhador: o trabalho precário na confecção**. Physis, Rio de Janeiro, v. 30, nº 1, e300106, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312020000100603&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 nov. 2020. Epub 03-Jun-2020. Link: <<https://doi.org/10.1590/s0103-73312020300106>>.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro primeiro, Tomo I. Trad.: Regis Barbosa; Flávio R. Kothe. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988a.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro primeiro, Tomo II. Trad.: Regis Barbosa; Flávio R. Kothe. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988b.

MENDES-GONÇALVES, R. B. **Tecnologia e organização social das práticas de saúde**: Características tecnológicas do processo de trabalho na rede estadual de centros de saúde de São Paulo. São Paulo: Editora Hucitec/Abrasco, 1994.

PINA, J. A.; STOTZ, E. N. Intensificação do trabalho e saúde dos trabalhadores: Um estudo na Mercedes Benz do Brasil, São Bernardo do Campo, São Paulo. **Saúde e sociedade**, v. 24, nº 3, p. 826-840, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902015131966>>. Acesso em: 19 jun. 2022.

POLACK, J. C. **La medicine du Capital**. Paris: Maspéro, 1971.

SOUZA, Diego de Oliveira. **Saúde do(s) trabalhador(es)**: Análise ontológica da “questão” e do “campo”. Tese [Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SOUZA, Diego de Oliveira; SILVA, Sóstenes Ericson Vicente da; SILVA, Neuzianne de Oliveira. Determinantes sociais da saúde: reflexões a partir das raízes da “questão social”. **Saúde & Sociedade**, São Paulo, v. 22, nº 1, p. 44-56, 2013.

SER Social

PANDEMIA DE COVID-19 E POLÍTICAS SOCIAIS
Brasília (DF), v. 25, nº 51, julho a dezembro de 2022

Serviço Social, pessoa com deficiência e Direitos Humanos

Social Service, people with disabilities and Human Rights
Servicio Social, personas discapacitadas y los Derechos Humanos

Viviane Cristina Silva Vaz Ribeiro¹
<https://orcid.org/0000-0002-7875-9944>
Nayara Hakime Dutra Oliveira²
<https://orcid.org/0000-0001-6505-4825>

Recebido em: 31/08/2020

Aprovado em: 03/03/2022

Resumo: Este artigo retrata a pesquisa em andamento, a qual aborda o movimento político da pessoa com deficiência e o enfrentamento aos ataques contra os direitos conquistados nas três últimas décadas. O Serviço Social necessita refletir sobre os rebatimentos da questão social na vida das pessoas com deficiências. Demonstraremos que, embora no Brasil tenhamos conquistado avanços no arcabouço jurídico da pessoa com deficiência, as estratégias de acesso aos direitos muitas vezes são acessadas judicialmente. São condições básicas para

1 Especialização em políticas públicas – campus da Universidade Estadual Paulista (UNESP) em Franca (SP). Especialização em violência doméstica – Laboratório de Estudos da Criança, da Universidade de São Paulo (LACRI/USP). Mestrado em Serviço Social – UNESP/Franca. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UNESP/Franca. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7837_284958113875.

2 Mestrado e Doutorado em Serviço Social. Docente do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social – UNESP/Franca. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação do Curso de Serviço Social da UNESP/Franca.

a inclusão da pessoa com deficiência no arcabouço dos direitos humanos: a promoção de políticas públicas acessíveis e a construção de uma sociabilidade que considere a diversidade enquanto condição humana.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Pessoa com deficiência. Direitos humanos. Serviço Social.

Abstract: This article depicts the research in progress that addresses the political movement in defense of people with disabilities and the fight against the attacks on their rights acquired in the past three decades. Social Service must reflect on the consequences of social issues in the lives of people with disabilities. We intend to demonstrate that, despite the progress made in the legal framework of people with disabilities in Brazil, strategies of access to such rights are often achieved through legal procedures. The promotion of accessible public policies and the development of a social education that considers diversity as part of the human condition are vital for the inclusion of people with disabilities in the framework of human rights.

Keywords: Social movements. People with disabilities. Human rights. Social Service.

Resumen: El artículo retrata la investigación en curso sobre el movimiento político en defensa de las personas discapacitadas y el enfrentamiento a los ataques contra los derechos conquistados en las tres últimas décadas. El Servicio Social tiene la obligación de reflexionar sobre las consecuencias de las cuestiones sociales en la vida de las personas discapacitadas. Demostraremos que, a pesar de que en Brasil hemos conquistado avances en el ámbito jurídico para las personas discapacitadas, las estrategias de acceso a esos derechos, muchas veces, son alcanzadas por la vía judicial. Se consideran condiciones básicas para la inclusión de las personas discapacitadas, en el ámbito de los derechos humanos, la promoción de políticas públicas accesibles y la construcción de una educación social que considere la diversidad en lo que se refiere a la condición de seres humanos.

Palabras clave: Movimientos sociales. Personas discapacitadas. Derechos humanos. Servicio Social.

INTRODUÇÃO

A proposta do artigo é problematizar o enfrentamento do movimento social das pessoas com deficiência aos ataques engendrados pelo

Estado contra os direitos conquistados por meio de mecanismos legais nas três últimas décadas. Vislumbra também como propósito ampliar o debate sobre o Serviço Social e a questão da deficiência, haja vista a lacuna existente na produção de pesquisa em relação ao tema. Observamos que, embora no Brasil tenhamos tido um significativo avanço nas garantias legais da pessoa com deficiência, frente a um Estado cada vez mais mínimo no atendimento das demandas sociais, o enfrentamento e o acesso aos direitos muitas vezes são conquistados via judicialização. As demandas são individualizadas e focalizadas em detrimento do caráter coletivo do direito, transferindo a garantia dos direitos sociais, de competência do Executivo, para o sistema judiciário.

Neste contexto, muitos dos avanços conquistados pelos movimentos políticos das pessoas com deficiência, ao longo da história, são resultantes da pressão desses movimentos sociais, que – na contemporaneidade – atuam na defesa, frente ao direcionamento político do Estado na redução de direitos.

As refrações da questão social rebatem com mais intensidade nas condições de vida da pessoa com deficiência. A polaridade “inclusão vs. exclusão social” pressupõe a reflexão sobre os processos históricos de desigualdades sociais e os rebatimentos nas condições de vida das pessoas com deficiências. Pensar na inclusão social é pensar no acesso aos processos de socialização, no acesso a bens e serviços, bem como no acesso aos recursos econômicos, tecnológicos, ambientais, políticos e culturais, âmbitos dos quais apenas muito recentemente as pessoas com deficiências começaram a fazer parte.

Forti (2013) traz, para o debate do Serviço Social, o questionamento de como podemos contribuir para materializar os direitos humanos por intermédio do trabalho profissional. Além disso, questiona como podemos ter competência profissional para a efetivação dos direitos humanos, elencada como um dos princípios do projeto ético político.

Sem dúvida, é um grande desafio a materialização dos direitos humanos frente a um Estado com projeto societário divergente do projeto ético político, que – a cada dia – reduz e aniquila as conquistas legais alcançadas historicamente pelos movimentos sociais.

Destaca-se que o interesse pela temática surgiu da participação em um Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da experiência de trabalho profissional numa instituição de atendimento

à pessoa com deficiência. A referida entidade, sem fins lucrativos, tem capilaridade nacional, relevância social e pioneirismo no atendimento da pessoa com deficiência intelectual e múltipla no Brasil.

No Serviço Social, observamos que há uma lacuna na produção científica em relação ao tema proposto. Por isso, desvelar e trazer o tema para o universo do Serviço Social faz-se necessário para que possamos contribuir, de fato, com o acesso aos direitos sociais de um segmento historicamente excluído, não perpetuando com a cultura hegemônica excludente e com as permanências culturais discriminatórias, tão arraigadas na sociedade capitalista. Sabe-se que o profissional tem o lócus de atuação nas dinâmicas do real e que deve ser capaz de desvelar esse real, trazendo suas contradições à luz de uma leitura permeada pela totalidade da vida social. Pressupõe-se que temos como compromisso profissional produzir conhecimentos pela pesquisa e por meios que visem à melhoria do trabalho oferecido à população atendida, bem como contribuir com a execução de serviços que primem pela qualidade e pelo respeito aos direitos de seus usuários.

1. SERVIÇO SOCIAL E PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Ao encorajar o processo de estudo e pesquisa do trabalho profissional, concordamos com Bourguignon (2007), segundo a qual a pesquisa é constitutiva e constituinte do trabalho profissional do Serviço Social, sendo determinada pela sua natureza interventiva.

Entendemos que, enquanto profissionais de Serviço Social, temos o compromisso referendado no Código de Ética Profissional (1993), com a permanente capacitação e reflexão crítica do fazer profissional, com vistas a nos suprir com subsídios teóricos para uma análise crítica e compromissada com as demandas dos usuários, dentro da perspectiva do projeto ético e político, buscando a melhoria dos serviços prestados à população atendida, bem como a garantia do acesso e da ampliação dos direitos sociais.

O profissional é desafiado a desentranhar da vida dos sujeitos singulares que atende as dimensões universais e particulares que aí se concretizam, como condição de transitar de suas necessidades sociais na esfera privada para a luta por direitos na cena pública, potenciando-a

em fóruns e espaços coletivos. Isso requer tanto competência teórico-metodológica para ler a realidade e atribuir visibilidade aos fios que integram o singular no coletivo quanto o conhecimento do modo de vida, do trabalho e das expressões culturais desses sujeitos sociais, como requisitos essenciais para o desempenho profissional, além da sensibilidade e da vontade políticas que movem a ação (IAMAMOTO, 2011).

O trabalho profissional se faz e se refaz nas dinâmicas do cotidiano, que deve ser percebido como espaço de mudanças e desafios, uma vez que o cotidiano, sem esse movimento de indagações e inquietações, impulsiona o fazer profissional a uma prática alienante, imediatista e mecânica.

O mesmo cotidiano é o espaço no qual são construídas as estratégias de respostas frente às diversas situações desveladas no espaço institucional, pois há um risco de produção de respostas imediatas e reprodutoras do ciclo perverso da exclusão. O movimento de busca por capacitação profissional deve transitar pelo que é específico do trabalho sob o prisma do projeto ético político, que carrega valores de emancipação política e emancipação humana. É imprescindível também o alinhamento com as pautas organizativas da categoria, que agregam e contribuem com a possibilidade de respostas que produzam alterações na correlação de forças dos projetos societários com ideologias conservadoras e antidemocráticas.

Destaca-se a importância da derrocada do regime ditatorial e do fortalecimento do coletivo de profissionais que impulsionaram a ruptura com o Serviço Social conservador e engendraram o processo de amadurecimento de um projeto que prioriza as demandas e lutas da classe trabalhadora. O projeto ético político é um projeto construído coletivamente pelo Serviço Social, germinado em meados da década de 1970 e consolidado em 1990, que busca a construção de uma nova identidade profissional ancorada na defesa de uma nova ordem social, definindo valores e o direcionamento ético e político para o trabalho profissional.

Para Sant'ana (2000), o projeto ético político recusa o sistema vigente e se coloca a favor da construção de uma nova ordem societária. De igual modo, tem como princípios a defesa dos direitos humanos e a recusa ao autoritarismo e ao preconceito, bem como o reconhecimento do pluralismo.

A participação política, seja mediante esferas de controle sociais ou pelos movimentos sociais vinculados às pessoas com deficiência, continua sendo o espaço legítimo de pressão pela defesa e manutenção das garantias legais existentes. O fortalecimento desses espaços de tensionamento social e a organização política desses movimentos são ainda caminhos para que a sociedade avance na perspectiva de uma sociedade inclusiva e na busca de uma sociedade justa e igualitária.

2. PESSOA COM DEFICIÊNCIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

A construção histórica da deficiência é permeada por questões religiosas, biológicas e estigmas, com mudanças graduais dentro do contexto e da evolução da humanidade. Existem ainda permanências culturais carregadas de conteúdos preconceituosos, alimentadas pela sociedade do consumo e da perfeição estética.

Com o avanço do capitalismo na Revolução Industrial, pessoas com deficiência eram vistas como improdutivas pelo sistema capitalista e pela família, sendo práticas comuns a internação em asilos, a segregação e o abandono familiar.

“Deficiência”, segundo o dicionário Aurélio Ferreira (1999), vem do latim: “*deficientia*”, que significa “falta”, “falha”, “carência”, “imperfeição” e “defeito”. Portanto, “deficiente” significaria “falho”, “imperfeito”, “pessoa que apresenta deficiência física ou psíquica”. Esse conceito, vinculado a um ser faltante, ainda permeia o discurso e a cultura da sociedade contemporânea. De acordo com a Convenção da Pessoa com Deficiência (ONU, 2008), pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas. Nesta lógica, a deficiência não é centrada apenas na pessoa que possui alguma limitação, mas no ambiente ou espaço social que também é deficiente na relação com o outro, por não proporcionar uma interação favorável.

No Brasil, o atendimento institucional às pessoas com deficiências tem início no período imperial, com a criação de duas instituições de atendimento, sendo uma para a pessoa com deficiência visual e outra para

o atendimento à pessoa com deficiência auditiva: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC), e o Instituto dos Surdos-Mudos, em 1857, hoje Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), ambos no Rio de Janeiro (RJ). O trabalho desenvolvido tinha ênfase na área educacional com base no modelo europeu. Particularmente no atendimento à pessoa com deficiência auditiva, não era permitido o uso da língua de sinais, razão pela qual as pessoas eram forçadas à aprendizagem pela oralidade.

As pessoas com deficiências físicas, que aumentaram consideravelmente em razão do surto de poliomielite na década de 1950, eram atendidas em centros de reabilitação, cuja assistência era inicialmente realizada por organizações não governamentais com foco exclusivo na saúde, reproduzindo o capacitismo e a cultura adaptativa da pessoa com deficiência física na sociedade.

Até meados de 1850, as pessoas com deficiência intelectual foram segregadas a hospitais psiquiátricos, pois eram colocadas na mesma definição etiológica das pessoas com transtornos mentais. Essa forma de definição causou e ainda causa uma enorme confusão na distinção das demandas desses dois segmentos, pois ainda é muito comum que famílias e até mesmo profissionais não tenham clareza em relação à distinção entre deficiência intelectual e doença mental.

No início do século XX, em 1926, foi fundado o Instituto Pestalozzi, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência intelectual, que posteriormente se difunde principalmente nas grandes capitais brasileiras.

Destacamos a implantação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), que foi criada em 1954, no Rio de Janeiro, por um casal de americanos que tinha uma filha com deficiência intelectual. Inicialmente, as unidades da APAE se caracterizaram como movimento de famílias que buscavam a inclusão escolar de membros com deficiência intelectual na política educacional, que até então era inexistente.

Atualmente, 2.200 unidades da APAE prestam atendimentos intersetoriais nas áreas de Assistência Social, Saúde, Educação, Trabalho, Esporte, Lazer, Cultura e Defesa de Direitos para 700 mil pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Essa presença demonstra uma ampla capilaridade territorial, sendo que todos os estados brasileiros contam com unidades da organização não governamental (FENAPAES, 2020).

Observamos que, a partir de 1950, houve um movimento mundial de reivindicação dos direitos da pessoa com deficiência, em razão das consequências humanitárias da Segunda Guerra Mundial, cujos contingentes de mutilados e sobreviventes vivenciaram o descaso, o abandono e a invisibilidade estatal. No Brasil, o Estado, como forma de resposta ao movimento de famílias dos ex-combatentes, criou a Legião Brasileira de Assistência (LBA), de cunho assistencial, que posteriormente iria abarcar outras demandas da incipiente política de assistência social.

O movimento político de pessoas com deficiência conquista visibilidade social ao final de 1970, mediante a composição de lideranças e associações compostas por pessoas com deficiência, assumindo dessa forma o protagonismo de suas demandas.

A participação política das pessoas com deficiência é contemporânea no Brasil e, segundo Maior (2017), pode ser dividida em duas fases, sendo a primeira marcada pelo protagonismo das famílias e das instituições de atendimento e a segunda pela participação direta da pessoa com deficiência, com a narrativa de: “nada sobre nós, sem nós”. Apesar da disputa política, as reivindicações eram comuns, na perspectiva da pressão e inclusão de demandas por direitos. Ideologicamente, as divergências se davam em razão da disputa de dois projetos societários, sendo que um era marcado pelo direcionamento dado pelas organizações embasadas no modelo médico, muito presente na cultura assistencial e integracionista, e o outro caracterizava-se pelo modelo social amplamente difundido pelas associações de pessoas com deficiências, que buscavam a autonomia e a inclusão social mediante mudanças estruturais.

No modelo médico, a deficiência é compreendida pela esfera biológica, relacionada aos fatores genéticos, da lesão ou da disfunção orgânica. Assim, toda a atenção é direcionada para a correção, o ajustamento. Esse modelo favoreceu o discurso da integração, que pressupõe a inserção da pessoa com deficiência na sociedade, desde que se adapte aos espaços sociais e aos ambientes existentes, não alterando a estrutura social.

O modelo social aponta que a não inserção da pessoa não decorre da deficiência, mas sim dos limites impostos pela sociedade, das estruturas, dos ambientes e das atitudes, que criam barreiras objetivas e subjetivas que impedem a plena participação. Esse movimento particularmente

ganha forças com a Organização das Nações Unidas (ONU) nos anos de 1975 e 1981³, mediante a difusão de pautas no âmbito dos direitos da pessoa com deficiência, que vão difundir a perspectiva do modelo social.

Após um amplo movimento e a articulação dos movimentos de associações de pessoas com deficiência, cria-se a proposta de unificação mediante uma federação nacional de entidades de pessoas deficientes. Observa-se que a mobilização não contemplou as organizações de atendimento às pessoas com deficiência intelectual, por não serem consideradas instituições de pessoas com deficiência intelectual, mas sim de caráter representativo das famílias ou dos profissionais das organizações, o que – na concepção de grande parte dos componentes – constituía uma participação ilegítima.

No movimento das pessoas com deficiência, é possível perceber unidade e divisão, consensos e dissensos, amor e ódio. Uma parte desses conflitos é criada pelo fato de que novos movimentos sociais são, também, movimentos que buscam criar uma identidade coletiva para determinado grupo, seja em oposição a outros segmentos, seja em oposição à sociedade. Um dos objetivos dessa afirmação identitária é dar visibilidade e alterar as relações de força nos espaços públicos e privados. O sentimento de pertencimento a um grupo é elemento discursivo importante para mobilizar qualquer luta política. Os movimentos sociais são formados pela diversidade de identidades, porém, unificadas nas experiências de coletividade vividas pelas pessoas. A unidade é ameaçada por fatores como a disputa pelo poder, a legitimidade da representação e a agenda da luta política (LANNA; JUNIOR, 2010).

Embora não houvesse consenso na construção da federação nacional e de uma agenda unificada de pautas do movimento de pessoas com deficiência, essa mobilização contribuiu significativamente com o direcionamento político para a inserção de demandas na Constituição Federal de 1988, que – de forma transversal – incluiu numa Carta Constitucional brasileira, pela primeira vez, as questões relativas à pessoa com deficiência, sendo primordial para a implementação do arcabouço da proteção legal da pessoa com deficiência.

Atualmente, além dos movimentos sociais que representam as pessoas com deficiência, temos também os conselhos de direitos. Os conselhos se

3 Com a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (1975) e o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (1981).

caracterizam como importantes espaços de participação social, discussão e pressão política, principalmente quando contam com representação política qualificada e quando contemplam demandas coletivas. Segundo Gohn (1995), os conselhos ganham maior expressividade ainda no contexto do regime militar brasileiro, ampliando seu poder de pactuação no período pós-democrático, com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Hoje em dia, constituem importantes espaços de participação democrática, que buscam a proposição de políticas públicas inclusivas.

Apesar disso, ainda é incipiente a presença dos conselhos de defesa dos direitos da pessoa com deficiência no Brasil, pois há uma pulverização em relação aos movimentos de defesa e dos referidos conselhos. Uma das estratégias para o seu fortalecimento seria a articulação entre os movimentos sociais e os conselhos de direitos nos diferentes estados e municípios brasileiros.

3. ESTADO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DIREITOS HUMANOS

É importante pensar na construção dos direitos como formação do processo histórico, considerando que estão relacionados às circunstâncias sociais e respondem diretamente ao atendimento das necessidades humanas no processo de sociabilidade. As primeiras concepções sobre direitos humanos vieram da doutrina do jusnaturalismo, com o discurso da natureza humana e a existência de direitos inatos do homem. Uma parte dessas discussões definia o papel do Estado no período absolutista. Discutia-se não mais o soberano vs. o súdito, mas o Estado vs. o cidadão. Essas concepções subsidiaram a perspectiva individual do sujeito e a construção da teoria liberal, que será adotada pelo Estado no processo da Revolução Industrial e do modo de produção capitalista.

A Revolução Industrial e a expansão tecnológica processaram transformações sociais de grande repercussão, explicitando diferenças e ampliando as desigualdades entre as classes sociais. Os direitos e as garantias dos indivíduos defendidos pelos liberais não correspondiam à realidade dos trabalhadores barbaramente explorados, que, apesar de livres juridicamente, tanto quanto os proprietários, tinham que se sujeitar à extrema exploração de suas forças físicas para gozarem de um mísero salário para a sua sobrevivência.

A questão operária escancara a questão social inaugurada com o modo de produção capitalista, trazendo – para a arena da disputa das contradições – o Estado, os proprietários e os trabalhadores.

Marx (2010) faz uma crítica aos direitos humanos, considerando-os como o resultado da luta dos homens contra o acaso do nascimento e os privilégios da história. Já em relação às pretensas ilusões de liberdade e igualdade, o autor demonstra que os direitos humanos nada mais são do que direitos da sociedade burguesa, tendo em vista seu caráter liberal e individual, ou seja, renunciam ao homem cidadão e aspiram ao homem burguês.

Bobbio (2004), ao dissertar sobre o presente e o futuro dos direitos do homem, declarou-se convencido de que o maior problema não é mais fundamentá-los, como fizeram na elaboração da Declaração dos Direitos do Homem em 1948, mas sim protegê-los. Segundo o autor, não se trata de saber quais e quantos são esses direitos, qual é a sua natureza e o seu fundamento, se são direitos naturais ou históricos absolutos ou relativos, mas sim qual deve ser o modo mais seguro para garantir e impedir que eles sejam violados.

No processo de reabertura da democracia brasileira, com a promulgação da Constituição Federal (1988) e a implantação da seguridade social (composta pelo tripé: saúde, previdência e assistência social), os movimentos de pessoas com deficiências conseguem garantir uma série de direitos. Dentre os quais, destaca-se o direito à renda, graças ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Os objetivos fundamentais da Constituição Federal (1988) vislumbraram a construção de uma sociedade livre, justa, solidária, que enfrenta as desigualdades sociais e os processos de marginalização (RITT, 2013). Na contramão do propósito da Constituição Federal (1988), o Brasil adere aos preceitos estabelecidos no Consenso de Washington, alinhando-se com o neoliberalismo, que prevê a contrarreforma do Estado.

Direitos constitucionais que ainda não foram efetivados já sofrem os rebatimentos do direcionamento neoliberal, que defende a intervenção mínima do Estado nas questões sociais, a responsabilização da família e da comunidade e a privatização de serviços públicos, na contramão do fortalecimento e da implementação dos direitos sociais.

Assim sendo, a defesa de um Estado democrático que assegure direitos e garantias fundamentais para toda a população, especialmente

aos grupos mais vulneráveis, consiste em reconhecer a dívida social junto às pessoas com deficiência, que, ao longo da história, vivenciaram a invisibilidade enquanto sujeitos e ainda vivenciam a discriminação, os preconceitos e as dificuldades para acessar bens e serviços usufruídos pela população em geral.

3.1 Mecanismos legais de proteção às pessoas com deficiência

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi pactuada em Nova Iorque (EUA) em 30 de março de 2007. O Congresso Nacional brasileiro sancionou a Convenção e a ratificou, tornando-se signatário por intermédio do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

Um país que ratifica a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência aceita estar juridicamente vinculado à obrigação de tratar as pessoas com deficiências como sujeitos de direitos, com direitos definidos, tal como qualquer outra pessoa. Os países signatários se comprometem a adaptar a legislação nacional às normas internacionais estabelecidas no tratado.

O propósito da Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e das liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade.

Como desdobramento da ratificação do documento pelo Brasil, foi sancionado, pela presidente Dilma Rousseff, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, além de implantado o Plano Viver sem Limites, com ações intersetoriais nas áreas de inclusão social, saúde, educação e acessibilidade.

Com a finalidade de monitorar os países que assinaram e ratificaram a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) (2013) publicou um estudo que aponta as principais dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência e as barreiras para a implantação da Convenção, sendo uma das recomendações a promoção de pesquisas sobre as deficiências na agenda global, a fim de gerar dados confiáveis e comparáveis necessários para orientar o planejamento e a alocação

de recursos. De igual modo, propôs também a implementação de uma legislação protetiva para o segmento.

Nessa construção legal, a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, promulgada em 6 de julho de 2015, que entrou em vigor em janeiro de 2016. A lei objetiva contemplar aspectos elencados na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2008) e em outras leis que já vinham tramitando no Congresso Nacional.

A referida legislação é composta por 127 artigos, que tratam dos direitos fundamentais, da acessibilidade e das barreiras, abordam o acesso à Justiça, dispõem sobre os crimes e as infrações administrativas e reconhecem o direito que as pessoas com deficiência têm de decidir sobre usufruir ou não das ações afirmativas.

3.2 Desigualdades sociais e violações de direitos da pessoa com deficiência

Na conjuntura política do atual governo brasileiro, é visível a escalada de retração do Estado na área social, pois é reconhecido que as desigualdades sociais, o desemprego e outras vulnerabilidades sociais agravam ainda mais as condições de vida das pessoas com deficiência, principalmente aquelas em situação de vulnerabilidade social.

Em 2011, a Organização Mundial da Saúde (OMS) elaborou o documento denominado Relatório Mundial sobre a Deficiência, cujo objetivo foi pesquisar as condições de vida de pessoas com deficiência de várias partes do mundo e, com base no estudo, fazer recomendações aos países para promover melhorias nas condições de vida dessa população.

O Relatório Mundial sobre a Deficiência (OMS, 2011) aponta que a pobreza pode aumentar o risco de incidência de deficiência. O estudo foi realizado em 56 países em desenvolvimento e revelou que pessoas com deficiências vivenciam situações de desproteção social em diversos aspectos da vida e que retroalimentam o ciclo da exclusão social.

Não podemos negar que o Brasil avançou em termos de proteção social, com a implementação de legislações que garantem os direitos das pessoas com deficiência, mas – na prática – a efetivação desses direitos tem sido negligenciada pelo próprio Estado, que trabalha na perspectiva

dos mínimos direitos sociais. Nesse contexto, podemos citar o Benefício de Prestação Continuada, que – para ser concedido – estabelece um valor *per capita* aviltante para as famílias, apesar das defesas constantes da população, de parlamentares e dos movimentos sociais para a alteração do valor *per capita* para ½ salário mínimo.

No Estado neoliberal, os direitos não são universais. Presenciamos a fragilidade das principais políticas públicas para a efetivação dos direitos básicos, uma vez que são criados mecanismos de regulação que dificultam o acesso, estabelecem critérios rígidos de seletividade e elegem um público prioritário. O tema da deficiência engloba todas as questões dos direitos humanos; portanto, traz em si o princípio de que todo ser humano tem o direito de acessar as condições necessárias para o seu pleno desenvolvimento.

Em relação à inserção no mundo do trabalho, o Relatório Mundial sobre a Deficiência (OMS, 2011) aponta que as pessoas com deficiência têm maior probabilidade de ficar desempregadas e, quando exercem atividade remunerada, geralmente ganham menos. Os resultados tanto em termos de emprego quanto de renda parecem piorar com a gravidade da deficiência.

Ressaltamos que o assistente social, neste contexto, tem inserção relevante para a disseminação da informação e a democratização dos acessos aos direitos, pois atua por uma sociedade mais justa e igualitária, na qual os direitos sociais (em especial, das minorias) precisam ser efetivados.

CONCLUSÃO

O Brasil tem um processo histórico de violações de direitos, como a utilização (por mais de três séculos) do trabalho escravo, o extermínio da população indígena, a apropriação desigual da terra e a perpetuação geracional dessas formas de exploração (mediante práticas sociais e discursos de permanências do preconceito, da violência e da exploração). Somos um dos países da América Latina que possui um conjunto de leis protetivas para as pessoas com deficiência. Em todos os aspectos, porém, o cotidiano das pessoas com deficiência é de violações explícitas por práticas discriminatórias e excludentes.

A temática da deficiência engloba todas as questões dos direitos humanos; portanto, tem como princípio que todo ser humano tem o direito

de acessar as condições necessárias para o seu pleno desenvolvimento. Toda e qualquer forma de preconceito fere os princípios constitucionais de direitos humanos e caracteriza-se como crime.

A questão para reflexão é como materializar as conquistas legais e como a profissão pode contribuir para práticas de posituação dos direitos frente a um Estado cada vez mais mínimo para a população. Os desafios não colocam os movimentos sociais inertes, muito pelo contrário: se articulam e pressionam para que a materialização dos direitos seja uma realidade nas vidas de milhares de pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. In: Revista Katálysis. Florianópolis: UFSC, v. 10, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição Federal de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 2005.

_____. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Plano Viver sem Limites.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRITES, Cristina M; FORTI, Valéria. (Org.). **Direitos Humanos e Serviço Social: Polêmicas, debates e embates**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013 (Coletânea Nova de Serviço Social).

FALCÃO, Maria do Carmo; NETTO, José Paulo. **Cotidiano: Conhecimento e crítica**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 1987.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. **Quem somos**. Disponível em: <<https://www.apaebrasil.org.br/pagina/a-apae>>. Acesso em: 29 ago. 2020.

GOHN, Maria da Glória M. **História dos movimentos e lutas sociais**. São Paulo: Loyola, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: Capital financeiro, trabalho e questão social. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber M. (Comp.). **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

MAIOR, Izabel Maria Madeira de L. **Movimento político das pessoas com deficiência**: Reflexões sobre a conquista de direitos. Inc. Soc., Brasília, DF, v. 10, n. 2, p. 28-36, jan./jun. 2017.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. Tradução de Daniel Bensaïd e Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2010 (Coleção Marx-Engels).

RITT, Eduardo. **O Ministério Público como guardião dos direitos fundamentais**. Rev. do Ministério Público do RS, Porto Alegre (RS), nº 74, pg. 31-59, jul./dez. 2013.

SANTANA, Raquel S. **O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, nº 62, p. 73-92, mar. 2000.

SECRETARIA ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Relatório Mundial sobre a Deficiência**/World Report on Disability, 2011. World Health Organization, The World Bank. Tradução: Lexicus Serviços Linguísticos. – São Paulo, SEDPcD, 2012.

UNICEF. **Situação Mundial da Infância**: Crianças com deficiência, 2013. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/PT_SOWC2013.pdf>. Acesso em: 13 out. 2017.

SER Social

PANDEMIA DE COVID-19 E POLÍTICAS SOCIAIS
Brasília (DF), v. 25, nº 51, julho a dezembro de 2022

Impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia

*Social impacts of Covid-19 in Brazil: vulnerable populations
and responses to the pandemic*
*Impactos sociales del Covid-19 en Brasil: poblaciones vulnerables
y respuestas a la pandemia*

Talita Santos de Oliveira¹
<https://orcid.org/0000-0003-2253-0793>

Recebido em: 25/04/2022

Aprovado em: 27/06/2022



Desvendar as repercussões da pandemia de Covid-19 no Brasil implica situar essa emergência sanitária à luz das desigualdades estruturais e das iniquidades em saúde vivenciadas nos distintos contextos pelos diferentes grupos sociais. Esse é um desafio a que se propõe o livro “Impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e

1 Assistente Social. Mestrado em Política Social. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Política Social. Assistente Social na Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (SEJUS) do Governo do Distrito Federal (GDF).

respostas à pandemia”, publicado em 2021, organizado por Gustavo Corrêa Matta, Sergio Rego, Ester Paiva Souto e Jean Segata.

Trata-se de uma coletânea de iniciativa do Observatório Covid-19 da Fiocruz, com a colaboração da Rede Covid-19 Humanidades MCTI, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A obra reúne artigos cujas reflexões e análises visam a desnudar a compreensão universalista e meramente biomédica e epidemiológica da pandemia, além de contribuir para o seu entendimento como fenômeno múltiplo e complexo, com impactos diferenciados sobre a população brasileira. Está organizada em três partes complementares, que agrupam, ao todo, 17 capítulos.

A primeira parte do livro, denominada “Ciências sociais, humanidades e a pandemia de Covid-19”, traz cinco capítulos, voltados para a discussão crítica da realidade pandêmica no Brasil a partir do arcabouço contributivo das Ciências Sociais. No capítulo 1, é apresentada uma narrativa, dentre várias possíveis, que demonstra a estreita relação entre política e saúde pública por meio da avaliação de alguns acontecimentos ocorridos entre janeiro e dezembro de 2020. A análise destaca o ambiente nacional de confronto e divergência permanente – marcado pelo discurso neoliberal da dicotomia saúde-economia – e o impacto da postura do presidente Jair Bolsonaro na minimização da gravidade da doença.

O capítulo 2 consiste em uma “prosa acadêmica”, que destaca a produção de vulnerabilidades nos primeiros dez meses do vírus Sars-CoV-2 no País. Problematisa o conceito de grupos de risco e a dinâmica diferenciada do processo de vulnerabilização-proteção populacional, configurada a partir das iniquidades socioeconômicas, do escopo e da organização dos sistemas de saúde dos diversos países. Denuncia-se com maestria a falácia do discurso sobre o caráter democrático do coronavírus, demonstrando-se que a pandemia afeta de maneira distinta e desproporcional os indivíduos e as coletividades de estratos mais e menos privilegiados.

Esse debate é complementado pelas análises apresentadas nos capítulos posteriores. Notadamente, o capítulo 3 constrói uma crítica das Ciências Humanas e Sociais sobre a pandemia de Covid-19 em suas dimensões globais, continentais e nacionais, contextualizando comparativamente o Brasil na análise das respostas internacionais à crise. Apresenta ponderações sobre a ideia de “crise sanitária” e sua concepção expandida, haja vista também que se constitui em crise

econômica, social e política. Reforça, ainda, que a qualificação da crise não é neutra, mas uma decisão política, que norteará as respostas elaboradas em seu enfrentamento.

No capítulo 4, a noção de vulnerabilidade em saúde é interpretada em uma perspectiva ampliada e interseccional. Os autores apresentam o conceito de *mistanásia*, que “designa morte fora do tempo, miserável e totalmente evitável”. Essa forma de morte, observada no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil, decorre da ausência de provimento de cuidados básicos e acesso à saúde como direito universal e do direcionamento de recursos e tecnologias para proteção de determinadas vidas em detrimento de outras. Ao final da primeira parte, o capítulo 5 nos incita ao questionamento do papel do neoliberalismo na produção intensiva de doenças, considerando o modo como a agroindústria alimentar molda relações nocivas entre humanos, animais e ambientes, em uma abordagem etnográfica sobre contaminações pelo coronavírus entre trabalhadores de frigoríficos do sul do Brasil.

A segunda parte do livro, intitulada “Narrativas sobre populações vulnerabilizadas”, é composta por nove capítulos. De maneira geral, o intuito dos capítulos é deslindar os reflexos da pandemia de Covid-19 nas particularidades vivenciadas por pessoas e grupos populacionais em situação de vulnerabilidade, considerando os marcadores de raça, cor, etnia, gênero, geração, classe, território, escolaridade e deficiência. Nessa seção, ganham relevo a interseccionalidade – como ferramenta imprescindível à interpretação das vulnerabilidades específicas de cada grupo populacional abordado nos capítulos – e a intersetorialidade – como uma diretriz das estratégias propostas para o enfrentamento das desigualdades sociais e das iniquidades em saúde vivenciadas por essas populações, acentuadas no contexto pandêmico.

O capítulo 6 inicia esse percurso anunciando que pandemia é terreno fértil para a emergência ou o agravamento de quadros de sofrimento psíquico, especialmente quando se trata de grupos populacionais vulnerabilizados por processos de exclusão social. Neste sentido, os autores apontam como foram organizados alguns serviços de saúde mental e atenção psicossocial oferecidos à população em situação de rua, à população privada de liberdade e às pessoas migrantes ou refugiadas ao longo do ano de 2020. Ao abordar os riscos diferenciais enfrentados por cada uma dessas populações, os autores apresentam estratégias que podem ser formuladas para a adoção de ações de cuidado amplo em

saúde mental e atenção psicossocial, destacando a importância de se construir respostas intersetoriais – com a participação das diversas políticas públicas – e singulares – que considerem as particularidades de cada grupo.

No capítulo 7, promove-se a reflexão sobre as repercussões sociais da pandemia de Covid-19 na vida das pessoas com deficiência, enfatizando a necessidade de leitura da realidade a partir da interseccionalidade. Em virtude da ausência de dados sobre o adoecimento de pessoas com deficiência, as autoras se debruçam sobre a análise de normativas e documentos nacionais e internacionais, publicados ao longo de 2020, que reconhecem os marcadores sociais da diferença na vida dessa população no cenário da pandemia de Covid-19.

Considerando que as favelas se constituem em um dos principais espaços forjados pela desigualdade estrutural engendrada pelo modo de acumulação capitalista, o capítulo 8 aborda os reflexos da pandemia de Covid-19 sobre a população residente nesses territórios, no Estado do Rio de Janeiro. A partir da compreensão da determinação social da saúde, os autores notabilizam questões que corroboram as precárias condições de vida e de saúde dessas populações e advertem para a inadequação de algumas orientações de medidas de distanciamento social, que desconsideram as realidades da inserção laboral, da obtenção de renda, da habitabilidade e de moradia desse contingente populacional.

Os capítulos 9 e 10 problematizam a vulnerabilidade socioeconômica e sanitária dos povos indígenas e evidenciam as fragilidades e ineficiências da gestão da saúde indígena brasileira. A pandemia revelou as deficiências do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena do Sistema Único de Saúde (Sasi-SUS) e a sua frágil articulação com os demais níveis de complexidade da rede SUS, de modo que as respostas governamentais direcionadas à redução dos impactos da disseminação da Covid-19 entre essa população se mostraram parcas, desarticuladas e desconectadas do diálogo com as instâncias de controle social e representação indígena.

Outro grupo destacado na análise sobre o gerenciamento da pandemia no contexto brasileiro é o dos idosos, população problematizada por meio de um relato etnográfico, apresentado no capítulo 11. As autoras chamam a atenção para o reforço dos estigmas associados ao envelhecimento, implícitos na noção de grupo de risco e nas estratégias

adotadas para prevenção da disseminação da doença entre esse segmento populacional, apontando que, em alguma medida, consistem em ações de cuidado que se mimetizam em controle e regulação das condutas. Logo, são contrapostas duas noções que delineiam os estilos de regulação moral, aflorados no cenário da pandemia de Covid-19: a de dependência e a de autonomia.

Por fim, a segunda parte se encerra com três capítulos direcionados à análise das questões de gênero no contexto pandêmico. No capítulo 12, a categoria gênero é tomada como um ponto de partida fundamental para a problematização das relações entre saúde e cuidado e para a compreensão de como a pandemia tem afetado homens, mulheres, pessoas não binárias e transgêneros de maneira diferenciada. No capítulo 13, a partir de visita ao Vale do Jequitinhonha e do relato de mulheres quilombolas, dá-se voz a uma narrativa coletiva sobre os impactos da Covid-19 no cotidiano das mulheres quilombolas no ano de 2020. O capítulo 14, por sua vez, trata da intensificação da violência contra mulheres no período da adoção do isolamento social como política de prevenção à disseminação do coronavírus, situação agravada pela redução dos mecanismos de intervenção do Estado nessa problemática nos últimos anos.

A terceira parte da coletânea, “Ciência, Tecnologia e Comunicação”, apresenta algumas iniciativas e atores institucionais cruciais para a construção e implementação de respostas à pandemia, enfocando a conexão orgânica entre ciência, saúde e sociedade. No capítulo 15, são analisadas ações protagonizadas pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) que não apenas atenderam à situação emergencial, mas também se instituem como um legado para o fortalecimento do SUS. Dentre essas ações, ressaltam-se as seguintes: apoio ao diagnóstico, com a criação de testes; a produção de conhecimento científico e informação por meio da coleta, da análise e do processamento de dados; o desenvolvimento de iniciativas de assistência e de imunização; a realização de pesquisas e a constituição de observatórios voltados para as populações em situação de vulnerabilidade socioambiental.

O capítulo 16 detalha uma experiência de tecnologia social em saúde desenvolvida no combate à Covid-19 em territórios vulnerabilizados de centros urbanos, por meio da atuação cooperada entre a FIOCRUZ, organizações comunitárias e sociais, movimentos populares e instituições de caráter solidário. O projeto, denominado *Conexão Saúde – De*

olho na Covid, é uma ação articulada no território e tem como bases a comunicação, a informação, a vigilância ativa e o cuidado integral em saúde. Por fim, o capítulo 17 da coletânea encerra o volume, promovendo a reflexão sobre como o entendimento acerca da pandemia, ao longo do ano de 2020, foi modulado pela linguagem jornalística, cuja prática discursiva não é neutra, mas política e moralmente orientada. Temas como o fortalecimento do SUS, o direito à saúde pública universal e a vulnerabilidade em saúde das populações que sofrem processos de exclusão social não obtiveram, nas coberturas jornalísticas, o mesmo destaque que outros, relacionados às questões políticas.

Não há como negar a potência de toda a obra para a compreensão crítica e interseccional da pandemia de Covid-19 no Brasil e seu impacto diferenciado sobre as populações em situação de vulnerabilidade. Todo o percurso empreendido evidencia os desafios ainda presentes na contemporaneidade. Logo, o livro nos convida a pautar a desnaturalização dos marcadores da diferença e a conferir a visibilização das heterogeneidades e especificidades dos grupos sociais que sofrem processos de exclusão na agenda da saúde pública e das políticas sociais brasileiras.

SER Social

PANDEMIA DE COVID-19 E POLÍTICAS SOCIAIS
Brasília (DF), v. 25, nº 51, julho a dezembro de 2022

A modernização do processo seletivo na Assistência Estudantil da Universidade de Brasília (UnB): análises e reflexões sobre seus efeitos no período de 2010 a2019.

*The selection process' modernization in Student Assistance at the
University of Brasília (UnB): analyzes and thoughts on its effects
in the period from 2010 to2019.*

Daniel Ferraz Tavares da Cruz

Nome do curso: Mestrado em Política Social

Data da defesa: 24 de fevereiro de 2022

Nome completo da orientadora: Profa. Dra. Kênia Augusta Figueiredo

Palavras-chave: assistência estudantil; modernização; Comunicação Pública;
Novas Tecnologias da Informação e Comunicação

Keywords: student assistance; modernization; Public Communication; New
Technologies for Information and Communication

O presente estudo objetiva analisar os efeitos da modernização do processo seletivo da Assistência Estudantil da UnB empreendido entre os anos de 2010 e 2019, período de ampliação (2010-2015) e declínio (2016-2019) do financiamento da política ante um contexto de demanda

crescente. A “modernização do processo”, concebida como uma das respostas à necessidade de lidar com a demanda crescente e com as exigências de melhoria do processo seletivo conforme auditoria externa da Controladoria Geral da União (CGU), foi apreendida a partir de três eixos: [1] a substituição do sistema utilizado para realizar a seleção dos estudantes; [2] mudanças no fluxo da avaliação social e na comunicação entre assistentes sociais e discentes; [3] a revisão de critérios e documentos da avaliação social. Para tanto buscamos indicar os principais momentos e transformações desse contexto de forma a permitir uma interpretação mais precisa dos dados. As informações demonstraram que a modernização aumentou a produtividade, mas não logrou êxito na melhoria das taxas de conclusão dos processos. O problema de comunicação que inviabilizava a inscrição de um grande número de estudantes foi deslocado, a partir da mudança no fluxo de atendimento, para o âmbito da interlocução entre assistentes sociais e estudantes o que implicou um aumento nas desclassificações. Os efeitos da modernização sobre o perfil dos estudantes beneficiados foi contraditório, de um lado, a assimetria entre estudantes do sexo masculino e do sexo feminino aparentemente foi reduzida. De outro lado, a modernização favoreceu estudantes brancos em detrimento de pardos. Do ponto de vista dos profissionais, os ganhos na organização do processo ocorreram mediante intensificação do trabalho uma vez que a atividade de orientação oral converteu-se em registro escrito. Os resultados do ponto de vista da gestão foram satisfatórios, pois permitiram sanar os problemas indicados pela auditoria externa, aumentaram a produtividade e a capacidade de controle sobre o trabalho da equipe. Embora os dados, as análises empreendidas e a vivência do pesquisador não nos permitam afirmar que houve uma piora do processo seletivo, em termos quantitativos, é possível afirmar que as mudanças empreendidas apontam para uma reorientação ético-política que tende, em termos qualitativos, a favorecer a perspectiva do mérito em detrimento da equidade, reforçando uma seletividade fria e indiferente que tende a responsabilizar os estudantes pelas suas dificuldades. Dessa forma, a modernização compatibilizou-se com a perspectiva produtivista, acarretando uma transformação conservadora, que concentrou poder institucional e reduziu o potencial comunicativo dos processos de avaliação socioeconômica, contrapondo-se aos objetivos ético-políticos do Serviço Social e principiológicos da Comunicação Pública.

This study aims to analyze the modernization's effects over the selection process of students to engage Student Assistance at UnB. The

analysis carried out between 2010 and 2019, a period of expansion, until the year of 2015, and decline of policy funding in a context of growing demand. The “modernization of the process”, conceived, on one hand, as a answer to deal with the growing demand and, on the other hand, as a response to Controladoria Geral da União (CGU) that asked for improvements on the selection process, was understood from three axes: [1] the replacement of the system used to carry out the students’ selection; [2] the changes in the flow of the socioeconomic assessment process and in the communication between social workers and students; [3] the review of social assessment criteria and documents. Therefore, we seek to indicate the main moments and transformations of this context in order to allow a more accurate interpretation of the data. The information showed that the modernization increased productivity, but was not successful in improving the processes’ completion rates. The change in the service flow shifted the communication problem from the enrollment stage to the scope of dialogue between social workers and students. This implied, on the one hand, a reduction in the number of students with incomplete enrollment and, on the other hand, an increase in disqualifications. The effects of modernization on the profile of the students benefited were contradictory, on the one hand, the asymmetry between male and female students was apparently reduced. On the other hand, modernization favored white students at the expense of browns. From the professionals’ point of view, the gains in the organization of the process occurred through the intensification of the work, since the oral guidance activity was converted into a written record. The results from the management point of view were satisfactory, as they allowed the problems indicated by the external audit, increased productivity and the ability to control the team’s work. Although the data, the analyzes undertaken and the researcher’s experience do not allow us to say that there was a worsening of the selection process, in quantitative terms, it is possible to affirm that the changes undertaken point to an ethical-political reorientation that tends, in qualitative terms, to favoring the perspective of merit over equity, reinforcing a cold and indifferent selectivity that tends to blame students for their difficulties. In this way, modernization became compatible with the productivist perspective, leading to a conservative transformation, which concentrated institutional power and reduced the communicative potential of the socioeconomic assessment processes, opposing the ethical-political objectives of Social Work and the principles of Public Communication.

Participação democrática discente na gestão da assistência estudantil das IFES Brasileiras: limites e desafios.

Democratic student participation in the management of the student assistance of brazilian IFES: limits and challenges.

Doracy Dias Aguiar de Carvalho

Nome do curso: Doutorado em Política Social

Data da defesa: 22 de fevereiro de 2022.

Nome completo da orientadora: Profa. Dra. Ângela Vieira Neves

Palavras-chave: Democracia. Participação. Gestão. Educação superior. Assistência estudantil. Universidades federais brasileiras. Participação na UFT.

Keywords: Democracy. Participation. Management. Higher education. Student assistance. Brazilian federal universities. Participation in UFT.

Este estudo vincula-se à linha de Pesquisa Política Social, Estado e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – PPGPS/SER/UnB e teve por objetivo desvelar a configuração da participação discente nos espaços de gestão colegiada da assistência estudantil das IFES brasileiras. O estudo inscreve-se no âmbito do debate sobre democracia, gestão e participação e situa-se, especificamente, na relação entre a gestão da política de assistência estudantil das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras e os mecanismos colegiados de participação discente na gestão dessa mesma política. Ancorado na abordagem do materialismo histórico e dialético o estudo buscou – por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo – apreender a estrutura e dinâmica da materialidade empírico-histórica acerca da participação discente nos espaços colegiados de gestão da assistência estudantil em 63 universidades federais, ilustrando tal participação a partir da realidade particular da UFT. O estudo parte da premissa de que a participação constitui o fundamento

central da democracia e que a gestão democrática das políticas públicas pressupõe o envolvimento efetivo da sociedade no seu processo de planejamento, implementação e avaliação. Diante disso, tendo em vista as evidências teóricas e empírico-documentais da pesquisa, o estudo sustenta a tese de que a participação discente nos espaços colegiados de gestão da política de assistência estudantil das IFES brasileiras é indispensável à luta por direitos, à construção da democracia nessas instituições e na sociedade, assim como ao desenvolvimento da cidadania dos estudantes. No entanto, contraditoriamente, a participação discente nesses espaços se configura, tendencialmente, como uma participação funcional à lógica da gestão gerencial, inclinando-se a contribuir mais para legitimar práticas gestionárias incompatíveis com os princípios da gestão democrática do que para assegurar o controle democrático por meio da disputa efetiva do poder de decisão relativo à gestão da referida política.

This study is linked to the Social Policy, State and Society Research line of the Postgraduate Program in Social Policy of the Department of Social Service at the University of Brasília – PPGPS/SER/UnB and had as objective aimed to reveal the configuration of student participation in collegiate management spaces of student assistance of Brazilian IFES. The study is part of the debate on democracy, management and participation and is, specifically, located in the relationship between the management of the student assistance policy of Brazilian Federal Institutions of University Education (IFES) and the collegiate mechanisms of student participation in management of this same policy. Anchored in the approach of historical and dialectical materialism, the study sought - through bibliographical, documental and field research - to apprehend the structure and dynamics of the empirical-historical materiality about student participation in collegiate spaces of student assistance management in 63 federal universities, illustrating such participation from the particular reality of UFT. The study starts from the premise that participation constitutes the central foundation of democracy and that the democratic management of public policies presupposes the effective involvement of society in its planning, implementation and evaluation process. Therefore, in view of the theoretical and empirical-documentary evidence of the research, the study supports the thesis that student participation in collegiate spaces of management of the student assistance policy of Brazilian IFES is essential to the fight for rights, to the construction of democracy in these institutions and in society, as well as to the students citizenship development. However,

contradictorily, student participation in these spaces is configured, tendentially, as a functional participation for the logic of managerial management, tending to contribute more to legitimizing management practices incompatible with the principles of democratic management than to ensuring of democratic control through end effective dispute of the power of decision relative to management of the said policy.

TRABALHO DOMÉSTICO ASSALARIADO E A DIALÉTICA DAS RELAÇÕES COLONIAIS: percepção de trabalhadoras domésticas no Distrito Federal

*WAGED DOMESTIC WORK AND THE DIALECTIC OF COLONIAL
RELATIONS: perception of domestic workers in the Federal District*

Gabriela Rodrigues de Moraes

Nome do curso: Mestrado em Política Social

Data da defesa: 25 de fevereiro de 2022.

Nome completo da orientadora: Prof.^a. Dr^a. Lucélia Luiz Pereira

Palavras-chave: trabalho doméstico; trabalhadoras domésticas; dialética colonial; escravismo brasileiro; desigualdade no Distrito Federal.

Keywords: domestic work; domestic workers; colonial dialectic; Brazilian slavery; inequality in the Federal District.

O objetivo dessa dissertação de mestrado foi identificar como o modo de produção capitalista moderno se articula dialeticamente com relações coloniais na contemporaneidade para a reprodução do trabalho doméstico e suas dimensões servis e também da superexploração das trabalhadoras domésticas. Para isso, foi usado como lócus privilegiado de compreensão do trabalho doméstico, 9 (nove) entrevistas com trabalhadoras domésticas de São Sebastião (periferia do Distrito Federal), que

contaram suas percepções sobre essa profissão. Além disso, foi realizada a revisão bibliográfica da literatura especializada do tema para fundamentação teórica do trabalho doméstico. A dissertação partiu da noção crítica da modernidade assentada no colonialismo para afirmar que ao se falar das relações que permeiam o trabalho doméstico no Brasil, não se trata de um fenômeno arcaico, mas sim da modernidade capitalista e fundamentalmente colonial. A dialética colonial é, assim, a síntese das características e tendências históricas que ocorrem no interior do trabalho doméstico. Em busca de identificar a forma como o capitalismo reproduz essa dialética colonial, as entrevistas subsidiaram as reflexões teóricas e possibilitaram a compreensão do trabalho doméstico como um trabalho que, no seu interior, possui relações trabalhistas fortemente informadas pelo passado colonial e escravista brasileiro, possuindo assim características que informam sua dimensão servil e a superexploração de trabalhadoras domésticas no Brasil. Essas características conformam os processos de precarização da profissão que possui baixa remuneração e prestígio social, jornadas extensivas de trabalho e, por fim, baixa formalização trabalhista – resultando em um acesso restrito aos direitos que derivam da formalização do trabalho.

The objective of this master's dissertation was to identify how the modern capitalist mode of production is dialectically articulated with colonial relations in contemporary times for the reproduction of domestic work and its servile dimensions and also of the super-exploitation of domestic workers. For this, it was used as a privileged locus of understanding of domestic work, 9 (nine) interviews with domestic workers from São Sebastião (outskirts of the Federal District), who told their perceptions about this profession. In addition, a bibliographic review of the specialized literature on the subject was carried out for the theoretical foundation of domestic work. The dissertation started from the critical notion of modernity based on colonialism to affirm that when talking about the relationships that permeate domestic work in Brazil, it is not an archaic phenomenon, but capitalist and fundamentally colonial modernity. Colonial dialectics is, therefore, the synthesis of the historical characteristics and trends that occur within domestic work. In an attempt to identify the way in which capitalism reproduces this colonial dialectic, the interviews supported the theoretical reflections and made it possible to understand domestic work as a work that, in its interior, has labor relations strongly informed by the Brazilian colonial and slaveholding past. thus possessing characteristics that inform its servile dimension and

the super-exploitation of domestic workers in Brazil. These characteristics shape the processes of precariousness of the profession that has low remuneration and social prestige, extensive working hours and, finally, low formalization of work – resulting in a restricted access to the rights that derive from the formalization of work.

Adolescência e juventude no narcotráfico: estudo sobre trabalho e criminalização

*Adolescence and youth in drug trafficking: a study about
labour and criminalization*

Hannah Zuquim Aidar Prado

Nome do curso: Programa de Pós Graduação em Política Social

Data da defesa: 18 de fevereiro de 2022.

Nome completo da orientadora: Profa. Dra. Maria Lucia Pinto Leal

Palavras-chave: narcoeconomia; narcotráfico; trabalho; juventude; adolescentes; criminalização; racismo; seletividade penal

Keywords: drug economy; drug trafficking; work; youth; adolescents; criminalization; racism; penal selectivity

A pesquisa investiga o trabalho dos adolescentes e jovens no narcotráfico inserido na lógica de produção e reprodução das relações de trabalho. Parte-se da determinação de que o narcotráfico é conformado por relações de trabalho no contexto do capitalismo e busca-se compreender o papel dos adolescentes na divisão do trabalho no mercado das drogas. Dessa forma, a tese objetiva compreender os adolescentes no tráfico de drogas utilizando uma chave de entendimento que não a da criminalização, mas sim a perspectiva deles a respeito de seu trabalho no narcotráfico e considerando de que maneira o Estado atua junto aos adolescentes no mercado das drogas, com relação aos riscos a que estão expostos e à proteção que a eles oferece. A fundamentação teórica que embasa o estudo

está, principalmente, na economia política, na geografia, na sociologia e na história. Em especial, foi feito um estudo da economia política das drogas e do papel do Estado na criminalização dos adolescentes no Brasil. A metodologia da pesquisa de campo utilizada foi qualitativa, desenvolvida por meio de observação de campo na Unidade de Meio Aberto do Paranoá junto a adolescentes e técnicas da unidade, bem como participação em atividades da Unidade e realização de um grupo focal com os jovens e com as técnicas, no ano de 2019. Além disso, já no período da pandemia (2020-2021), como parte da etapa do campo, foram feitas entrevistas com pesquisadores e especialistas dos temas da narcoeconomia e do trabalho dos adolescentes neste contexto no Brasil e em diversos países da América Latina. Como resultados da pesquisa indica-se a necessidade de se repensar as maneiras de entender e atuar junto aos adolescentes e jovens que trabalham no mercado das drogas. Eles são parte e expressão da superexploração do trabalho, e ocupam posições das mais degradantes de vida e trabalho, tensionados pelo circuito privado do tráfico e pelo circuito público do combate ao tráfico. Foi possível concluir que a política proibicionista é que cria e permite que o mercado ilegal das drogas cresça, o que afeta desigualmente os territórios mais pobres e negros, onde os jovens são mais presos e mortos. Uma das facetas da violência é a do trabalho: os jovens nas periferias têm poucas opções sob essa perspectiva, e o crescimento do mercado das drogas, bem como do domínio territorial exercido pelas facções e grupos criminais tem possibilitado e engajado adolescentes para trabalhar nesse mercado. O trabalho dos adolescentes no mercado das drogas é um trabalho infantil no contexto de uma indústria mundial, ou seja, o lugar que eles ocupam no processo de produção, circulação e venda da droga alimenta uma produção que não se restringe ao território deles, sendo assim, existe uma vinculação com uma economia global que tem a exploração do trabalho como base. Por outro lado, o Estado, por meio de suas instituições e agentes, faz muito pouco para combater as violências contra crianças e adolescentes, porque além de não ser protetivo, criminaliza os mais frágeis nessa estrutura, por meio do sistema de justiça. A chave de entendimento do tráfico de drogas como um trabalho na relação de produção qualifica e complexifica a discussão, pois afirma a condição de classe trabalhadora dos adolescentes e jovens e retira o estigma de “bandidos” que é utilizado tanto para não garantir direitos quanto para prender e matá-los.

This study investigates adolescents' and childrens' work in drug trafficking within the scope of the creation and reproduction of labour

relations. Given that drug trafficking is shaped by labour relations in the context of capitalism, we wished to understand adolescents' role in the division of labour in the drug market. In this way, this thesis aims to understand adolescents involved in drug trafficking through a lens which is not that of criminalization but rather that of their own perspectives on their work in drug trafficking, all the while considering the way the state acts towards adolescents within the drug market, given the risks they are exposed to and the protection they are offered. The theoretical framework on which this study is based is mainly political economics, geography, sociology and history. More specifically, a study was made of the political economy of drugs and the government's role in criminalizing adolescents in Brazil. The field study methodology is qualitative and was developed through on-site observation in the Open Unit of Paranoá (Unidade de Meio Aberto do Paranoá) with adolescents and technical staff at the unit, participating in the unit's activities and running a focus group with the youth and technical staff in 2019. During the COVID-19 pandemic in 2020-2021, as part of the field work, interviews were conducted with researchers and experts on the issue of the narcotics economy and adolescent work in this context in Brazil and in several Latin American countries. The study shows that it is necessary to rethink the understanding and the support of adolescents and youth who work in the drug market. They are a part of and the expression of overexploitation, and occupy the most degrading positions in life and work, under pressure from the private realm of trafficking and the public realm of the fight against trafficking. We came to the conclusion that prohibitionist policy creates and allows the growth of the illegal market for drugs, which affects disproportionately poorer and racialized territories, where youth are more often incarcerated and killed. One of the faces of violence is that of work: youth in these territories have few options, and the growth of the drug market, as well as the territorial dominance exerted by factions and criminal groups, has created conditions for adolescents to work in this market. The work of adolescents in the drug market is child labour in the context of a global industry: the role they play in the production, circulation and sale of drugs feeds production which is not limited to their territory. There is a connexion with a global economy which is based on the exploitation of labour. On the other hand, the state, through its institutions and agents, does very little to fight the violence against children and adolescents, because beyond not being protective, it criminalizes the most fragile elements in the structure through its judiciary. Understanding drug

trafficking as work qualifies and complexifies the discussion, because it recognises the working-class condition of adolescents and youth and removes the stigma of “criminals” which is used in turn to deny rights, incarcerate and kill them.

“A UnB Saiu do Armário?” Práticas Profissionais e de Gestão para a Permanência de Estudantes LGBTQIA+ na Educação Superior.

“Did UnB come out of the closet?” Management and Professional Practices for LGBTQIA+ Student Stay in Higher Education.

Hiury Milhomem Cassimiro

Nome do curso: Mestrado em Política Social.

Data da defesa: 24 de fevereiro de 2022.

Nome completo da orientadora: Profa. Dra. Lucélia Luiz Pereira

Palavras-chave: Estudantes LGBTQIA+. Permanência estudantil. Assistência estudantil. LGBTQIA+fobias.

Keywords: LGBTQIA+ students. Student stay. Student assistance. LGBTQIA+phobias.

Esta dissertação apresenta como tema a permanência universitária de estudantes LGBTQIA+ vítimas de lgbtqia+fobias. Para tanto, procurou-se analisar as práticas profissionais e de gestão em matéria de gênero e de sexualidade desenvolvidas no âmbito do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) da Universidade Brasília (UnB), em uma perspectiva de assistência estudantil ampliada e intersetorial. O principal objetivo foi analisar em que medida as práticas profissionais e de gestão no âmbito do DAC são direcionadas a estudantes LGBTQIA+ da UnB, em situação de rompimento dos vínculos familiares em virtude das lgbtqia+fobias.

O método de análise utilizado foi o materialista- histórico-dialético e elegeu-se a ferramenta analítica da interseccionalidade para mediar matrizes de opressões advindas da imbricação entre patriarcado, racismo e capitalismo, na reprodução da norma cis-heterossexista. Articulou-se, também, as categorias contradição, historicidade, mediação, teleologia e práxis para compreender os processos político e administrativo no cotidiano da Instituição. A abordagem da pesquisa foi qualitativa. Utilizou-se de instrumentais de coleta de dados documentais e questionário, respectivamente, para levantar o perfil identitário de estudantes participantes do Programa de Atenção à Diversidade (PADiv), e, para compreender a percepção de 28 profissionais ou gestoras do DAC acerca da permanência universitária de estudantes LGBTQIA+ em situação de rompimentos dos vínculos familiares por lgbtqia+fobia. Observou-se que 45 estudantes de cursos presenciais de graduação, de três dos quatro campi da UnB, participaram no PADiv entre os anos de 2017 e 2020, sendo este público majoritariamente composto por mulheres cisgênero, autodeclaradas pardas ou pretas, bissexuais ou pansexuais e que haviam sofrido violências de gênero por entes familiares, às quais ameaçaram a permanência delas na universidade. Concluiu-se que as ações realizadas no DAC/UnB foram incipientes e insuficientes ao público estudantil LGBTQIA+ vítima de lgbtqia+fobia, uma vez algumas delas até se instituíram em atos e resoluções administrativas da Universidade, mas não foram capazes de alterar a cultura institucional para a devida proteção de estudantes LGBTQIA+, embora tais ações apresentem potencial para ampliar as condições de permanência na educação superior.

This dissertation debates the university continuity of LGBTQIA+ students who are victims of intrafamily lgbtqia+phobias. I analyzed the professional and management practices in terms of gender and sexuality developed within the scope of the Deanship of Community Affairs [Decanato de Assuntos Comunitários] (DAC) at University of Brasilia (UnB), in a perspective of expanded and intersectoral student assistance. The main objective was analyzing how the DAC professional and management practices are aimed to LGBTQIA+ students in a situation of rupture of family ties due to lgbtqia+phobias. The methodology used was the materialist-historical-dialectical and the analytical tool of intersectionality was chosen to mediate matrices of oppression arising from the imbrication between patriarchy, racism and capitalism, in the reproduction of the cis-heterossexist norm. The categories contradiction, historicity, mediation, teleology and praxis were also articulated to understand the political and administrative processes in

the Institution's daily life. The research approach was qualitative by using documentary data collection instruments and a questionnaire were used, respectively, to assemble the identity profile of students participating in the Diversity Attention Program (PADiv), and understanding the 28 professionals and managers perception from the DAC about the university stay of LGBTQIA+ students in a situation explained above. It was observed that 45 students from undergraduate program in three university campuses have participated of PADiv between 2017 and 2020. Most of them are cisgender women, declared black or mixed raced, bi and pansexual that have suffered gender violence from siblings and parents that threatened their student stay at UnB. And the actions carried out by DAC/UnB were incipient and insufficient for the LGBTQIA+ student population victim of lgbtqia+phobias, although they have potential to expand the conditions of continuance in higher education.

“Você nem tá com tanta dor assim”: O Racismo na Atenção à Saúde Reprodutiva das Mulheres Negras do Distrito Federal

“You are not even in so much pain”: The Racism in the Reproductive Health of Black Women in Federal District

Juliana Ribeiro Oliveira

Nome do curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS

Data da defesa: 25 de fevereiro de 2022.

Nome completo da orientadora: Profa. Dra. Lucélia Luiz Pereira

Palavras-chave: racismo; mulher negra; saúde reprodutiva

Keywords: racism; black woman; reproductive health

O racismo se manifesta a partir da naturalização de hierarquias sociais produzidas por meio de estereótipos, preconceitos e discriminações, gerando formas diferenciadas de tratamento entre pessoas negras e brancas e que são

refletidas nas instituições. Essa diferenciação ocorre, também, nos serviços de saúde e, no caso da atenção à saúde reprodutiva das mulheres negras, pode manifestar-se por meio de violência e negligência nos atendimentos, e por vezes até insultos ou resistências no fornecimento do serviço. Nesse sentido, esta dissertação buscou analisar as percepções das gestantes e puérperas negras do Distrito Federal sobre os cuidados recebidos nos serviços de saúde durante o pré-natal, parto e puerpério, com o objetivo de apreender a influência que o racismo exerce na atenção à saúde reprodutiva dessas mulheres. Para a realização da pesquisa utilizou-se uma abordagem qualitativa com a realização de entrevistas semiestruturadas que, em razão da pandemia de COVID-19, foram realizadas de maneira virtual, com gestantes e puérperas negras atendidas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Distrito Federal. Foram realizadas um total de 10 entrevistas, sendo 06 gestantes e 04 puérperas que estavam fazendo seu acompanhamento na UBS 02 do Fercal (Catingueiro) e UBS 02 da Estrutural. A partir dos relatos colhidos na pesquisa pode-se observar que o fato das mulheres entrevistadas estarem inseridas em um contexto de desvantagens socioeconômicas, tais como baixo rendimento, pouca escolaridade e moradia em regiões periféricas, faz com que as discriminações sofridas por essas mulheres se tornem parte de suas rotinas, de modo que, a maioria não percebe essa diferenciação de tratamento como uma manifestação do racismo, mas apenas uma manifestação de discriminações de classe. Ainda assim, foi possível observar, à luz dos relatos, a ocorrência de práticas racistas durante o pré-natal e o parto que geraram violência obstétrica nessas mulheres.

Racism manifests itself from the naturalization of social hierarchies produced by stereotypes, prejudices and discriminations, creating different forms of treatment between black and white persons and are reflected in the institutions. This distinction can also happen in healthcare systems and, in the matter of reproductive health care of black women, can be manifested by violence and neglecting the consultations, and sometimes even insultations or resistance in providing the service. For that matter, this dissertation analyzed the perception of black pregnant and puerperal women in Federal District regarding medical health care during prenatal care, childbirth and puerperium, and sought to apprehend the influence that racism exercises over reproductive health care of black women. For the research, it has been used a qualitative approach with semi-structured interviews which, due the COVID-19 pandemic, were performed virtually, with black pregnant and puerperal women addressed in the Basic Health Unit (BHU) in Federal District. A total of 10 interviews were made, 06 of

them were pregnant black women and 04 of them puerperal black women doing their health care consultations and follow-ups in the BHU 02 of Fercal (Catingueiro) and BHU 02 of Estrutural. From the interviews collected in the research it can be observed that the fact that the women interviewed are included in a context of economical disadvantage, such as low income, minimal education and remote regions which made the discriminations experienced by them become part of their routine, in such way, most of them does not realize these treatment variations as a manifestation of racism, but only a manifestation of class discrimination. Despite this, it can be observed that, by the reports, the occurrence of racist acts during prenatal care and birth that resulted in obstetric violence.

Caminhos e tendências da formação profissional em Serviço Social no Brasil: as metamorfoses e o panorama formativo na virada do século XXI

Paths and trends of professional qualification in social service in brazil: metamorphoses and the qualification landscape at the turn of the 21st century

Juliana Ribeiro Oliveira

Nome do curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS

Data da defesa: 02 de junho de 2022.

Nome completo da orientadora: Prof^a Dr^a Mariléia Goin

Palavras-chave: Serviço Social; Formação Profissional; Diretrizes Curriculares.

Keywords: Social Service; Professional Qualification; Curriculum Guidelines.

A partir da virada do século XXI, é possível notar profundas modificações na Formação Profissional em Serviço Social no Brasil, pois destacam-se os processos de mercantilização da educação superior no Brasil, a expansão de cursos de graduação privados presenciais e a distância. Esse

movimento compõe as metamorfoses profissionais contemporâneas que influenciam diretamente o perfil profissional a ser formado. Considerando esses elementos, sob inspiração do método materialista histórico e dialético, está delineado o objetivo geral desta dissertação: “apreender os caminhos e tendências da formação profissional em Serviço Social no Brasil na virada do século XXI, a fim de desvendar o panorama formativo, suas tendências e metamorfoses, com base nos marcos teórico-políticos das Diretrizes Curriculares de 1996”. A pesquisa exploratória, com base no enfoque misto, possibilitou os seguintes percursos metodológicos: i) pesquisas bibliográficas, essenciais para o contato inicial ao objeto estudado, para aprofundar as categorias de análise da pesquisa; ii) pesquisa documental através da análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de Serviço Social das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul; iii) análise de conteúdo com base na exploração do material estudado, com uso de um roteiro norteador, e tratamento dos resultados encontrados, relacionando o objeto estudado à totalidade em que está inserido. Desse modo, ao elaborar o panorama formativo em Serviço Social a partir da virada do século, observou-se que 89% da formação sucedem em cursos privados presenciais e a distância e somente 11% da formação ocorrem em cursos públicos presenciais. Nesse sentido, três tendências foram observadas ao longo da pesquisa: a primeira versa sobre a hegemonia de uma educação privada, com fortes indicadores da lógica mercantil da educação no Brasil; a segunda expressa a ausência de cursos públicos em regiões específicas, compreendendo uma formação refém de cursos privados, seja presencial ou a distância; e a terceira tendência expressa a massificação do ensino privado, com assustadora expansão de cursos, vagas e matrículas. Decorridos 25 anos da aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, torna-se urgente o estudo sobre os desafios hodiernos da formação profissional em Serviço Social no Brasil.

From the turn of the 21st century, it is possible to notice profound changes in Social Service Professional Qualification in Brazil, as the higher education commodification processes in Brazil, the expansion of on-site and distance private undergraduate courses stands out. This movement makes up the contemporary professional metamorphoses that directly influence the professional profile that one wants to be formed. Considering these elements, under the historical and dialectical materialist method inspiration, the general objective of this dissertation is outlined: “understanding the paths and trends of Social Service professional Qualification in Brazil at the turn of the 21st century, in order to unveil the qualification scenario, its trends and metamorphoses, based on the theoretical-political frameworks

of the 1996 Curricular Guidelines”. The exploratory research, based on the mixed approach, allowed the following methodological paths: i) bibliographic research, essential for the initial contact with studied object, to deepen the research analysis categories; ii) documental research through the Social Service Pedagogical Projects Course analysis in the North, Northeast, Midwest, Southeast and South regions; iii) content analysis based on the material studied exploration, using a guiding script, and treatment of the results found, relating the studied object to the totality in which it is inserted. Thus, when elaborating the training panorama in Social Service from the turn of the century, it was observed that 89% of the qualification take place in presential and distance private courses and only 11% of the qualification take place in presential public courses. Three trends were observed throughout the research: the first one deals with the private education hegemony, with strong indicators of the mercantile logic of education in Brazil; the second expresses the absence of public courses in specific regions, comprising training held hostage to private courses, whether presential or at a distance; and the third trend expresses the private education massification, with a frightening expansion of courses, vacancies and enrollments. Twenty-five years after the approval of the ABEPSS Curriculum Guidelines, it is urgent to study the current challenges of Social Service Professional Qualification in Brazil.

A verdadeira mão invisível do mercado: ambivalência nas políticas de cuidado de pessoas com dependência e deficiência

*The real invisible hand of the market: ambivalence in care policies for
people with dependence and disabilities*

Liliane Alves Fernandes

Nome do curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social

Data da defesa: 30 de março de 2022.

Nome completo da orientadora: Profa. Dra. Lívia Barbosa Pereira

Palavras-chave: Políticas sociais. Dependência humana. Modelo social da deficiência. Familismo, ética do cuidado

Keywords: Social policies. Human dependence. Social model of disability. Familism. Ethics of care.

Esta tese realiza o estudo de questões atinentes ao cuidado como uma necessidade humana, ontológica do ser social e de que maneira o Estado brasileiro organiza a prestação de serviços públicos concernente à dependência humana de cuidados. O objetivo principal foi o de entender como o tema do cuidado adentrou à agenda da política de assistência social no Brasil a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988 e apreender se o tratamento do tema é tido como uma questão pública, e não como dimensão individual, na esfera privada das famílias. O cuidado constitui-se em uma necessidade ontológica do ser social, primordial para atender às necessidades humanas de pessoas com deficiência, bebês, crianças e pessoas idosas que prescindem de pessoa cuidadora. Nesse sentido, este trabalho buscou responder à hipótese de que há uma ambivalência na oferta de cuidados às pessoas com dependência de cuidados na política de assistência social em razão de o familismo ser, ao mesmo tempo, um traço conservador das políticas sociais brasileiras, mas, também, ter sido responsável pela ampliação da cobertura da assistência social nos últimos trinta e três anos, a saber desde a Constituição Federal de 1988. Para o desenvolvimento da pesquisa, adotou-se estruturalmente o método do materialismo histórico dialético, a análise crítica dos dados através da interseccionalidade. O uso de fontes judiciais, nomeadamente reportagens sobre casos judiciais, processos e legislações sociais corretadas possibilitaram a interface com os campos de estudos do modelo social da deficiência, arrolando um processo metodológico de análise na qual foram utilizadas ferramentas com referencial teórico e metodológico da economia feminista, arcabouço teórico da ética do cuidado e dos estudos de gênero. Foram usadas técnicas de levantamento bibliográfico de dados da teoria fundamentada em dados, o que permitiu relacionar o conceito de ambivalência em Zygmunt Bauman à luz das decisões do Estado brasileiro em relação à dependência humana e cuidado. A investigação foi baseada em três eixos analíticos, a partir do método como direção política. No primeiro foi realizado um levantamento das atividades legislativas relacionadas ao cuidado e à dependência no âmbito do ciclo de formulação de políticas públicas, na legislação social brasileira; o segundo eixo apresentou o cuidado como uma categoria de análise de trabalho

explorado conforme a acepção de Karl Marx e como trabalho reprodutivo explorado em consonância com as inovações teóricas da economia feminista, analisando o trabalho doméstico e o cuidado como pertencentes ao mesmo padrão patriarcal de divisão sexual do cuidado e do trabalho assente numa sociedade patrimonialista. O terceiro eixo se interessou em estudar o fenômeno da dependência que engendrou a necessidade de cuidado de modo mais imperativo no contexto do envelhecimento populacional, mas, também, pelo debate trazido pelo modelo social da deficiência e o apagamento histórico das mulheres como trabalhadoras não remuneradas. Assim, realizou-se uma análise de ações públicas com a descoberta de traços de familismo, nomeadamente, no Programa Criança Feliz, no Programa Melhor em Casa, na legislação brasileira e nos projetos de lei, especialmente os que propõem uma Política Nacional de Cuidados. A partir das análises realizadas, chegou-se à conclusão de que a Política Social brasileira se estrutura com base no familismo, racismo, reforçando o cuidado feminino e aprofundando as desigualdades de gênero no interior das famílias e na sociedade. As condições-problema levantadas exigem ações públicas abrangentes pois as pessoas precisam desfrutar da vida com igualdade de condições materiais e subjetivas, e para isso ocorrer, é necessária maior intervenção do Poder Público desfamiliarizando as políticas sociais.

The present thesis studies issues related to care as a human, ontological need of the social being, and how the Brazilian State organizes the provision of public services concerning the human dependence on care. The main objective of this study was to understand how the theme of care entered the agenda of the social assistance policy in Brazil through the Brazilian Federal Constitution of 1988, and to understand if the treatment of this theme is considered a public matter rather than an individual dimension within the private family sphere. The care constitutes an ontological need of the social being, critical to meet the human needs of people with disabilities, babies, children and elderly individuals who do not depend on a caregiver. In this sense, the present work has sought to respond to the hypothesis of ambivalence in the provision of care to the people with care dependence by the social assistance policy, given that familism is, at the same time, a conservative trait of the Brazilian social policies, but also that it has been responsible for increasing the social assistance coverage in the last thirty-three years, namely, since the approval of the Federal Constitution of 1988. In order to develop this research, the method of dialectical historical materialism and the

technique of critical data analysis through intersectionality were structurally adopted. The use of judicial sources, namely reports on judicial cases, processes and collected social legislation made it possible to interface with the fields of study of the social model of disability, enlisting a methodological process of analysis, in which tools with theoretical and methodological references of the feminist economy, as well as the theoretical framework of the ethics of care and of gender studies, were used. Techniques of bibliographical data collection from the data-based theory were also used, what allowed for relating the concept of ambivalence in Zygmunt Bauman, in the light of decisions by the Brazilian State regarding human dependence and care. This investigation was based on three analytical axes, from the perspective of the method as a policy driver. In the first axis, a survey was done on the legislative activities related to care and dependence within the formulation cycle of public policies in the Brazilian social legislation. The second axis presented care as a category of analysis of exploited work as in the sense of Karl Marx, and as a reproductive exploited work in line with the theoretical innovations of the feminist economy, analyzing the domestic work and care as belonging to the same patriarchal pattern of gender-based division of care and work, which is founded on a patrimonial society. The third axis was interested in studying the dependence phenomenon that generated a more imperative need for care in the context of an aging population, but also in the debate raised by the social model of disability and by the historical erasure of women as unpaid workers. Therefore, an analysis of public actions was carried out with findings of traces of familism, namely in the Happy Child Program, Better at Home Program, in the Brazilian legislation, and in law bills that specifically propose a National Care Policy. The analyses carried out led to the conclusion that the Brazilian Social Policy is framed by familism and racism, reinforcing the female care and deepening gender inequality within families and society. The raised condition problems require comprehensive public actions, for people need to enjoy their lives in equal material and subjective conditions. And for that to occur, a great intervention by the Public Authorities is needed, in order to remove familism from social policies.

“Não vai adiantar a sua cara de sapatão”: estudo sobre o acesso de mulheres lésbicas a atenção primária à saúde no Distrito Federal

*“Your dyke face won’t do any good”: study on lesbian women’s access to
primary health care in Distrito Federal*

Nate de Palma Rosa Garcia

Nome do curso: Mestrado em Política Social

Data da defesa: 13 de dezembro de 2021.

Nome completo da orientadora: Profa. Dra. Lucélia Luiz Pereira

Palavras-chave: lésbicas; LGBTQIAP+; saúde; atenção primária à saúde.

Keywords: lesbians; LGBTQIAP+; health; primary health care

Mulheres lésbicas vem se organizando politicamente desde a década de 1970, época em que foi fundado o primeiro grupo voltado a lesbianidades e suas demandas no Brasil. A partir de então, esse movimento vem lutando em busca de visibilidade e representatividade nas políticas sociais, sendo a questão da saúde uma de suas principais reivindicações. Passados mais de 40 anos de história e atuação, ainda são incipientes as ações em saúde voltadas a essas sujeitas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, este trabalho procura analisar o acesso e a utilização da atenção primária à saúde pelas mulheres lésbicas do Distrito Federal, discutindo a equidade no acesso à saúde. Assim, propomos: a) debater o conceito de equidade em saúde e sua importância na garantia do acesso universal a saúde; b) mapear o percurso de mulheres lésbicas nos serviços de atenção primária, em relação a demandas e obstáculos enfrentados; e c) realizar debate sobre os direitos sexuais e reprodutivos e vinculação com os serviços de saúde sob a ótica das lesbianidades. Para o cumprimento dos objetivos propostos desenvolvemos pesquisa qualitativa, a partir do recurso de entrevistas semiestruturadas com 6 mulheres, analisadas a partir da técnica de análise de conteúdo temática. Como principais resultados, observamos que a maioria dos profissionais de saúde não estão preparados para lidar com as demandas e especificidades de mulheres lésbicas. Também há dificuldades no sentido da utilização dos serviços de atenção primária à saúde, comprometendo o exercício do direito à saúde pelas usuárias.

Lesbian women have been organizing politically since the 1970s, when the first group focused on lesbianities and their demands was founded in Brazil. Since then, this movement has been fighting for visibility and representation in social policies, with the issue of health being one of its main demands. After more than 40 years of history and performance, health actions aimed at these subjects within the Unified Health System (SUS) are still incipient. In this sense, this work seeks to analyze the access and use of primary health care by lesbian women in the Federal District, discussing equity in access to health. Thus, we propose: a) to debate the concept of equity in health and its importance in guaranteeing universal access to health; b) map the path of lesbian women in primary care services, in relation to the demands and obstacles faced; and c) debate on sexual and reproductive rights and link with health services from the perspective of lesbians. In order to fulfill the proposed objectives, we developed qualitative research, using semi-structured interviews with 6 women, analyzed using the thematic content analysis technique. As main results, we observed that most health professionals are not prepared to deal with the demands and specificities of lesbian women. There are also difficulties in the use of primary health care services, compromising the exercise of the right to health by users.

Efeitos da nova direita na política educacional: Embates em torno do pseudoconceito da “ideologia de gênero” na deliberação dos planos de educação no Brasil e na Espanha na segunda década do milênio (2010-2020).

Effects of the new right on educational policy: Conflicts around the pseudo-concept of “gender ideology” in the deliberation of education plans in Brazil and Spain in the second decade of the millennium (2010-2020).

Sophia Cunha Afonso

Nome do curso: Programa de Pós-Graduação de Política Social do Departamento de Serviço Social – PPGPS/SER/UnB

Data da defesa: 03 de junho de 2022.

Nome completo da orientadora: Profa. Dra. Silvia Cristina Yannoulas

Palavras-chave: Nova direita; estudos de gênero; ideologia de gênero; política educacional; Brasil; Espanha.

Keywords: New Right; gender studies; gender ideology; educational policy; Brazil; Spain.

A presente pesquisa teve como objetivo compreender os efeitos da nova direita, a partir da relação entre o pseudoconceito de “ideologia de gênero” e o debate das políticas educacionais no Brasil e na Espanha no período de 2010 a 2020. Optou-se pelos estudos de gênero como paradigma e os estudos comparados como estratégia metodológica. O método escolhido foi o materialista-dialético. Foram realizadas a análise documental e de conteúdo das discussões dos projetos de lei que compõem a política educacional brasileira (Plano Nacional de Educação - PNE/2014) e espanhola (Lei Orgânica para a Melhoria da Qualidade Educativa – LOMCE/2013, e Lei Orgânica de Modificação da Lei Orgânica de Educação – LOMLOE/2020), a fim de se compreender os efeitos do pseudoconceito da “ideologia de gênero” nos discursos e documentos parlamentares. Em relação ao Brasil, constatou-se que a primeira menção à falácia da “ideologia de gênero” ocorreu apenas no ano de 2014, quando também se intensificaram as discussões sobre a permanência ou exclusão da palavra gênero do PNE/2014. Em seus discursos, os deputados demonstraram diversos aspectos neodireitistas, dentre eles, a tentativa de enfraquecer a importância das questões de gênero no âmbito da educação, por meio de estratégias como a generalização, a tergiversação do gênero enquanto conceito, a incitação do pânico moral, e, por fim, a estratégia de polarização. Em relação à Espanha, não houve menção à expressão “ideologia de gênero” nas discussões da LOMCE/2013. Ainda assim, essa lei aceitou a presença da palavra “gênero” e fomentou, ainda que de forma limitada, a perspectiva de gênero. A LOMLOE/2020, por sua vez, esteve permeada pela perspectiva de gênero. Porém, suas discussões foram caracterizadas pelo embate, especialmente em decorrência da presença de parlamentares do partido Vox. Esse partido, cujos valores estão em consonância com os princípios neodireitistas, foi o principal responsável pelas menções à “ideologia de gênero”, reforçando o objetivo para o qual o pseudoconceito foi criado: combater e deslegitimar os avanços feministas. Em ambos os países, o uso da generalização esteve presente, assim como a retomada de

valores cristãos e da tentativa de renaturalização. Percebeu-se ainda que os argumentos neodireitistas retomam os direitos, porém concebe-os apenas como liberdade, ao mesmo tempo em que os valores são permeados pelo individualismo, exemplificando a fusão contraditória de princípios neoliberais com neoconservadores, amalgamando-se na nova direita.

The present research aimed to understand the effects of the new right, by means of the relationship between the pseudoconcept of “gender ideology” and the debate of educational policies in Brazil and Spain in the period 2010-2020. We opted for gender studies as a paradigm and comparative studies as a methodological strategy. The materialist-dialectical method was chosen for the research. Documentary analysis and content analysis of the discussions of the bills that make up the Brazilian (National Education Plan - PNE/2014) and Spanish (Organic Law for the Improvement of Educational Quality - LOMCE/2013, of Organic Law for the Modification of the Organic Law of Education - LOMLOE/2020) educational policies were carried out in order to understand the effects of the pseudoconcept of “gender ideology” in parliamentary discourses and documents. Regarding Brazil, it was found that the first mention of the fallacy of “gender ideology” occurred only in the year 2014, when discussions about the permanence or exclusion of the word gender from the PNE/2014 were also intensified. In their speeches, the deputies demonstrated several neo-rightist aspects, among them, the attempt to weaken the importance of gender issues in education, through strategies such as generalization, the tergiversation of gender as a concept, the provocation of moral panic, and, finally, the strategy of polarization. With regard to Spain, there was no mention of the term “gender ideology” in the discussions of LOMCE/2013. Still, this law accepted the presence of the word “gender” and fostered, albeit in a limited way, the gender perspective. LOMLOE/2020, in turn, was permeated by the gender perspective. However, its discussions were characterized by clashes, especially due to the presence of parliamentarians from the Vox party. This party, whose values are in line with the neo-rightist principles, was the main responsible for the mentions of “gender ideology”, reinforcing the purpose for which the pseudo concept was created: to combat and delegitimize the feminist advances. In both countries, the use of generalization was present, as well as the resumption of Christian values and the attempt at renaturalization. It was also noticed that the neo-rightist arguments resume rights, but conceive them only as freedom, at the same time that values are permeated by individualism, exemplifying the contradictory fusion of neoliberal and neoconservative principles, amalgamating into the new right.

O homonacionalismo na sociabilidade do consumo de lazer LGBTI+ - Fortaleza/CE.

Homonationalism in the sociability of LGBTI+ leisure consumption - Fortaleza/CE.

Tibério Lima Oliveira

Nome do curso: Programa de Pós-graduação em Política Social (Doutorado)

Data da defesa: 10 de fevereiro de 2022.

Nome completo da orientadora: Profa. Dra. Marlene Teixeira

Palavras-chave: homonacionalismo de Estado; homonacionalismo de mercado; lazer; mercado LGBTI+; consumo.

Keywords: state homonationalism; market homonationalism; leisure; LGBTI+ market; consumption.

O homonacionalismo se respalda ideologicamente na defesa dos direitos das pessoas LGBTI+ pela via do progresso, mascarando frequentemente as contradições de gênero, raça/etnia, classe que se refletem na comunidade. No seu modo de existir, o homonacionalismo se manifesta de duas formas: por meio dos Estados-nações e via mercado. Essa tese de doutorado partiu deste contexto e teve como objeto de estudo o mercado de consumo LGBTI+, mais especificamente o mercado de consumo de lazer voltado para a comunidade LGBTI+ em Fortaleza, Ceará. Como objetivo geral: analisou-se a manifestação do homonacionalismo de Estado-nação e de mercado na sociabilidade de consumo do lazer na referida cidade. Do ponto de vista do método, a pesquisa fundamentou-se na teoria social crítica e na epistemologia crítica feminista como suporte nas análises, adotou-se procedimentos metodológicos de caráter qualitativo, e como técnicas e instrumentos de pesquisa a revisão bibliográfica, a análise documental, a observação participante, o diário de campo, entrevista semiestruturadas por intermédio da técnica “Bola de Neve”, em um primeiro momento participaram do estudo 145 pessoas LGBTI+ que responderam ao questionário no Google *Forms*, desse total participaram das entrevistas abertas 11 pessoas, também via questionário eletrônico. Como

resultados da pesquisa observou-se algumas tendências da manifestação do fenômeno estudado: Fortaleza possui uma ampla oferta de espaços de consumo LGBTI+ segmentado, hierarquizado e paradoxal, há no contexto das políticas públicas voltadas para essa população uma espécie de manifestação do “pinkwashing à brasileira”, criou-se nos últimos anos algumas legislações sociais importantes voltadas para o combate a LGBTIfobia, porém com uma forte ausência na execução do orçamento público destinado a essas políticas. Portanto, considera-se essas dimensões são parte do homonacionalismo de Estado-nação e mercado manifestada na capital.

Homonationalism is ideologically supported by the defense of the rights of LGBTI+ people through progress, often masking the contradictions of gender, race/ethnicity, and class that are reflected in this community. In its mode of existence, homonationalism manifests itself in two ways: through nation-states and via the market. This doctoral thesis started from this context and had as its object of study the LGBTI+ consumer market, more specifically the leisure consumption market aimed at the LGBTI+ community in Fortaleza, Ceará. As a general objective: the manifestation of nation-state and market homonationalism in the leisure consumption sociability in the referred city was analyzed. From the point of view of the method, the research was based on critical social theory and critical feminist epistemology as a support in the analysis, we adopted methodological procedures of qualitative nature, and as techniques and research tools the bibliographic review, document analysis, participant observation, field diary, semi-structured interviews through the technique “Snowball”, in a first moment participated in the study 145 LGBTI+ people who answered the questionnaire on Google Forms, from this total participated in open interviews 11 people, also via electronic questionnaire. As research results we observed some trends of the phenomenon studied: Fortaleza has a wide offer of segmented, hierarchical and paradoxical LGBTI+ consumption spaces, there is in the context of public policies aimed at this population a kind of manifestation of “pinkwashing à brasileira”, it was created in recent years some important social legislation aimed at fighting LGBTIphobia, but with a strong absence in the execution of the public budget for these policies. Therefore, it is considered that these dimensions are part of the nation-state and market homonationalism manifested in this capital city.

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NO ESTADO DE MATO GROSSO SOB A ÓTICA DOS GESTORES NO PERÍODO DE 2017 A 2019

*THE PERMANENT EDUCATION IN HEALTH POLICY THE MATO
GROSSO FROM THE PERSPECTIVE OF THE MANAGERS IN THE
PERIOD FROM 2017 TO 2019*

Vera Lúcia Honório dos Anjos

Nome do curso: Política Social

Nome do Orientador: Cristiano Guedes de Souza

Nome completo do orientador: Prof. Dr. Cristiano Guedes de Souza

Palavras-chave: Educação Permanente em Saúde, Política de Saúde, SUS, plano de EPS, PNEPS.

Keywords: spermanent education in health, health policy, SUS, HPS plan, PNEPS

O objetivo da pesquisa apresentada nesta tese foi analisar o processo de implementação da política de educação permanente em saúde realizada pela Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso tendo como ponto de partida o processo de elaboração do Plano Estadual de Educação Permanente de Mato Grosso, sob o olhar dos gestores no período de 2017 a 2019. Concebida como responsabilidade do Estado, desde de 1988, a EPS, toma como referência as necessidades de saúde das pessoas e das populações, da gestão, do controle social em saúde e das instituições de ensino, assumindo em 2004 status de política pública constituindo seu marco legal no âmbito SUS. Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, que seguiu um roteiro de entrevistas do tipo mista (estruturada e semiestruturada), realizadas com onze gestores, a pesquisa empírica ocorreu no mês fevereiro de 2020. Esse projeto de pesquisa foi submetido para análise e aprovação de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e aprovado antes da etapa de coleta de dados. Para análise utilizou-se análise temática que permite identificar, examinar e relatar padrões, e o que é definido como a essência da questão. Como resultado as percepções dos gestores não se homogeneízam com três concepções: a primeira, coerente aos princípios do SUS, demonstrando vinculação orgânica com a política; a segunda como uma ação contínua que precisa permear todas as ações de

saúde e, reconhecendo a pouca experiência e engajamento como gestor; a terceira destoando; concebe a EP como estratégia para desenvolvimento de habilidade e destreza para atender aos requerimentos do mundo do trabalho em transformação. A EPS é reconhecida como estratégia potente para promover as mudanças na realidade de saúde, mas, não tem status de prioridade à medida em que as instâncias gestoras dependem do MS no repasse de recursos financeiros, e, estas, não dispõe de dotação específica para a política de EPS, instalando constante dilemas entre escassez e insuficiência de recursos, ficando ao sabor do interesse de gestores de plantão. Transcorrido 15 anos da implantação da PNEPS, ela não se perfila como prioridade, como uma decisão política, salvo quando há articulação e mobilização dos trabalhadores e técnicos frente a programas e projetos. Conclui-se que o debate e a construção acumulada no período 2017-2019, de elaboração do plano, parece desenhar um outro ciclo, em que pesem as contradições presentes nesse processo, inerentes ao movimento de constituição de políticas públicas e sociais, que é espaço de disputa de projetos e de concepção do próprio SUS. E, mesmo a EPS com status de política, com seu plano desenhado, e os gestores relataram ser necessária e que tem sido executada, a sua inclusão na agenda do processo de tomada de decisões, ocorre muito mais por força do empenho dos trabalhadores envolvidos e comprometidos com a educação permanente, do que pela participação direta dos gestores. Além disso, a limitada evidência da EPS no cenário do SUS, enfrenta o fato de não haver orçamento específico e as suas ações ficarem sufocadas e ou concorrer com outras demandas emergenciais, o que foi visualizado em especial, nos últimos dois anos de pandemia.

The objective of the research here presented was to analyze the process of implementation of the Permanent Education in Health policy carried out by the Mato Grosso State Department of Health, taking as its starting point the process of preparing the Mato Grosso State Plan for Permanent Education in Health (PEH), from the perspective of the managers in the period from 2017 to 2019. Conceived as a state responsibility since 1988, PEH takes as reference the health needs of populations, management, social control in health and educational institutions, assuming in 2004 the status of public policy constituting its legal framework within the SUS. Qualitative study that followed a script of mixed interviews (structured and semi-structured), conducted with eleven managers. The empirical research happened in February 2020. This research project was submitted for review and approval by a Research Ethics Committee and approved before the data collection stage. For the analysis, we used thematic analysis, which allowed us to identify, examine, and report patterns,

and what is defined as the essence of the issue. As a result, the managers' perceptions do not homogenize with three conceptions: the first, consistent with the principles of SUS, demonstrating organic linkage with the policy; the second as a continuous action that needs to permeate all health actions and, recognizing the little experience and engagement as a manager; the third distancing; conceives the PEH as a strategy for developing skills and dexterity to meet the requirements of the world of work in transformation. PEH is recognized as a powerful strategy to promote changes in the reality of health, but it does not have a priority status, as the managing bodies depend on the Ministry of Health to transfer financial resources, and these do not have a specific destination for the HPS policy, creating constant dilemmas between scarcity and insufficiency of resources, being at the mercy of the managers on duty. Fifteen years after the implementation of the PEH policy, it is not outlined as a priority, as a political decision, except when there are articulation and mobilization of workers and technicians in front of programs and projects. It is concluded that the debate and the construction accumulated in the period 2017-2019, of elaboration of the plan, seems to draw another cycle, in which the contradictions present in this process, inherent to the movement of constitution of public and social policies, which is a space dispute over projects and the conception of the SUS itself. And, even the PEH being seen as a policy, with its plan drawn, and the managers reporting that it is necessary and that it has been implemented, its inclusion in the agenda of the decision-making process, occurs much more due to the commitment of the workers involved with PEH, rather than the direct participation of managers. In addition, the limited evidence of PEH in the SUS scenario faces the fact that there is no specific budget and its actions are suffocated and/or compete with other emergency demands, which was seen in particular in the last two years of the pandemic.

Educação profissional, permanência estudantil e desigualdades raciais e de gênero - o IFB-Gama

Professional education, student permanence and racial and gender inequalities - IFB- Gama

Zora Yonara Torres Costa

Nome do curso: Doutorado em Política Social

Data da defesa: 18 de fevereiro de 2022.

Nome completo da orientadora: Prof^a. Dr^a Marlene Teixeira Rodrigues

Palavras-chave: Educação Profissional. Questão Racial. Gênero. Política Social. Assistência Estudantil.

Keywords: Professional Education. Racial Issue. Gender. Social Policy. Student Assistance.

Esta Tese de doutorado tem como objetivo investigar de que modo as dimensões racial e de gênero, identificadas como situação de vulnerabilidade social, se colocam no Auxílio Permanência Presencial, da Política de Assistência Estudantil, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - campus Gama. Neste sentido, primeiramente resgatamos as memórias que compunham este debate, verificando que na educação profissional pública em 1909, ano em que foi criada, houve ingresso mínimo de estudantes negros/as. Outro ponto importante refere-se à rememoração antecessora à origem em 1909, pois, como podemos verificar, a formação da “colonialidade- modernidade” reverberou na dinâmica societária que se seguiu. Conforme podemos observar no decorrer da história, a desigualdade racial de cunho estrutural e suas contradições potencializaram e firmaram o viés racista-sexista-classista. A partir da expansão da rede de educação profissional houve mais oportunidades de acesso por parte da população negra e, assim, a presença de novos elementos para a materialização do debate. Partimos de dados relacionados à educação profissional e à questão racial, e compreendemos que raça, gênero e classe são categorias que se apresentam interseccionadas na formação social brasileira. Dessa maneira, o acesso (ingresso- permanência estudantil) da população negra à educação profissional acontece em meio a antagonismos societários que estão presentes nesta dinâmica, daí a importância das políticas de ações afirmativas e de assistência estudantil. De forma a atingir o objetivo da presente Tese, organizamos nossa pesquisa em 4 capítulos e considerações finais, a saber: 1) contextualização das mudanças recentes na educação profissional pública brasileira; 2) aproximação ao debate sobre racismo, sexismo, classismo e branquitude, a partir das categorias educação profissional pública, raça, gênero e interseccionalidade; 3) discussão sobre acesso, ingresso e permanência, tendo em perspectiva o auxílio permanência presencial; e 4) análise do programa Auxílio Permanência Presencial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, do campus Gama, com vistas

a observar como as dimensões racial e de gênero se materializam nesse espaço. Sendo assim a presente pesquisa, a partir de uma postura crítica, volta-se ao passado de modo a compreender o que está posto no presente. Para tanto, nos valem do método materialista histórico-dialético, de modo a evidenciar o que está nas entrelinhas do que foi pesquisado. Assim, pretendemos responder *como as desigualdades racial e de gênero, identificadas como situações de vulnerabilidade social, emergem na Política de Assistência Estudantil*. Elucidamos ainda que, para isso, nos aproximamos do objeto de pesquisa a partir de uma abordagem qualitativa, recorrendo, ainda, à análise documental. Importante dizer que nosso *locus* de pesquisa foi o espaço do IFB, campus Gama, em que fizemos o levantamento dos dados e documentos, reunindo informações de modo a trazer memórias para compreender o que está posto.

The doctoral thesis aims to investigate how the racial and gender dimensions, identified as a situation of social vulnerability, are placed in the In-person Permanence Assistance, of the Student Assistance Policy, of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Brasília - Gama campus. In this sense, we first rescued the memories that made up this debate, verifying that in public professional education in 1909, the year it was created, the entrance was minimal for black students in this period. Another important point refers to the predecessor remembrance of the origin in 1909, because as we can verify the formation of “coloniality-modernity” reverberated on the societal dynamics that followed. As we can see in the course of history, structural racial inequality and its contradictions have strengthened and established the racist-sexist-classist bias. From the expansion of the professional education network, there were more opportunities for access by the black population and thus the presence of new elements for the materialization of the debate. We start from data related to professional education and racial issues, and we understand that race, gender and class are categories that are intersected in Brazilian social formation. Thus, the access (student admission-stay) of the black population to professional education takes place during societal antagonisms that are present in this dynamic, hence the importance of affirmative action and student assistance policies. In order to achieve the objective of this thesis, we organized our research in 4 chapters and the final considerations, thus, 1) contextualization of recent changes in Brazilian public professional education; 2) approach to the debate on racism, sexism, classism and whiteness, based on the categories of public professional education, race, gender, and intersectionality; 3) discussion about access, admission and permanence, having

in perspective the assistance permanence in person and; 4) analysis of the in-person permanence presence assistance program of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Brasília, on the Gama campus, in order to observe how the racial and gender dimensions materialize in this space. Thus, the present research, from a critical stance, turns to the past in order to understand what is placed in the present, for that we make use of the methodology, starting from the historical-dialectical materialism, in order to highlight what is in the between the lines of what was researched. Thus, we intend to answer the question that guided this journey with regarding to how racial and gender inequalities, identified as a situation of social vulnerability, emerge in the Student Assistance Policy. We also clarify that for this we approach the research object with investigative techniques that supported us as documentary research, we use a qualitative approach, we also resort to document analysis. It is important to say that our research locus took place in the IFB space, Gama campus, where we collected data and documents, gathering information in order to bring back memories to understand what is being posted.

SER Social

PANDEMIA DE COVID-19 E POLÍTICAS SOCIAIS
Brasília (DF), v. 25, nº 51, julho a dezembro de 2022

CONSULTORES(AS) AD HOC DA SER SOCIAL / SER SOCIAL AD HOC CONSULTANTS

Alessandra Ximenes da Silva, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campina Grande, PB, Brasil.

Anabelle Carrilho da Costa, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Antônia Ângulo, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Carmela Morena Zigoni Pereira, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Cecilia Froemming, Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas, TO, Brasil.

Cristiana Costa Lima, Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA, Brasil.

Cristiane Lopes Simão Lemos, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiás, GO, Brasil.

Cristiano Guedes, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Danielle Galdino Solouki, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Deise Mancebo, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil.

Diana Anuniação, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Cruz das Almas, BA, Brasil.

Eduardo Gomor dos Santos, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Evandro Alves Barbosa Filho, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil.

Fabília Pereira, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Fabício Fontes De Andrade, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) Cruz das Almas, BA, Brasil.

Hayeska Costa Barroso, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Hélder Boska de Moraes Sarmento, Universidade Federal de Santa Catarina - (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil.

Janaina Lopes Do Nascimento Duarte, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Jefferson Virgílio, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), Lisboa, Portugal.

Jorge Amaro de Souza Borges, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

José Montanha Soares, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Katia Lima, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Kelyane Silva de Sousa, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, CE, Brasil.

Laura Gontijo, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Leonardo Ortegal, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Lucélia Luiz Pereira, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Maria Cristina de Souza, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil.

Miriam Albuquerque, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Mônica de Castro Maia Senna, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

Natalia Duarte, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Newton Gomes Jr, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Patrícia Pinheiro, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Priscilla Maia Andrade, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Raquel Souzas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Cruz das Almas, BA, Brasil.

Renato Francisco Dos Santos Paula, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, SP, Brasil.

Robson de Oliveira, Universidade Federal do Paraná, Campus Litoral, PR, Brasil.

Rosangela Maria De Nazaré Barbosa, Centro Universitário Espírito Santense (FAESA), Vitória, ES, Brasil.

Silvia Cristina de Sousa Carvalho, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Tânia Mara Campos de Almeida, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Wederson Santos, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Yamila Comes, Universidad ISALUD, Buenos Aires, Argentina.